

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**FACULDADE DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA**

**ALBA BARBOSA PESSOA**

**PEQUENOS CONSTRUTORES DA NAÇÃO**  
**Disciplinarização da infância na cidade de Manaus**  
**(1930-1945)**

**Belém - Pará**

**2018**

ALBA BARBOSA PESSOA

**PEQUENOS CONSTRUTORES DA NAÇÃO**  
**Disciplinarização da infância na cidade de Manaus**  
**(1930-1945)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (FAHIS/UFPa), como exigência para obtenção do título de Doutora em História Social da Amazônia.

Orientadora: Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda

**Belém – Pará**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

B238p      Barbosa Pessoa, Alba  
              Pequenos construtores da nação : disciplinarização da infância na cidade de Manaus (1930-1945) / Alba  
              Barbosa Pessoa. — 2018  
              285 f. : il. color

              Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,  
              Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.  
              Orientação: Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda

              1. Infância. 2. Disciplinarização. 3. Trabalho. 4. Manaus. 5. Século XX. I. Gama Lacerda, Franciane ,  
              *orient.* II. Título

CDD 981.13

---

PESSOA, Alba Barbosa. **Pequenos construtores da nação**: disciplinarização da infância na cidade de Manaus. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de História da Universidade Federal do Pará (FAHIS/UFPA), no dia 10 de dezembro de 2018, como exigência para obtenção do título de Doutora em História Social da Amazônia.

### **Banca examinadora**

Profa. Dra. Franciane Gama Lacerda (PPHIST/UFPA) - Orientadora

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Maria Luiza Ugarte Pinheiro (PPGH/UFAM) – Examinadora Externa

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Maria do Perpetuo Socorro G. S. A. França (PPGED/UEPA) – Examinadora Externa

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Edilza Joana de Oliveira Fontes (PPHIST/UFPA) – Examinadora Interna

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Érico Alves Muniz (UFPA-BRAGANÇA) – Examinador Externo

Julgamento \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

À Sílvio e Dulcinea, meus pais

À Dennis Rafael, amor maior.

## AGRADECIMENTOS

Ao nos depararmos com a tese pronta, fruto de um longo processo perpassado por momentos de extremas alegrias, constantes angústias e permanentes incertezas, resta-nos a certeza que a materialização dessa empreitada só foi possível graças a imprescindível participação de diversas pessoas, cada qual a sua maneira, nessa caminhada. Mãos que afagaram, ombros que acalentaram, palavras pronunciadas que nos sustentaram quando o trajeto se tornou tortuoso. Os agradecimentos devidos para tão valorosa contribuição não comportariam nas páginas desse trabalho, nesse sentido agradeço, ainda que superficialmente, o imensurável apoio recebido de todos os professores, instituições, amigos e familiares. Dentre essas participações destaco, inicialmente, aquelas recebidas em terras paraenses. Terra na qual fui acolhida com muito respeito e carinho, passando a considerar minha segunda morada.

Nesse sentido, destaco minha gratidão a todo o colegiado do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará e aos demais funcionários que compõem o PPHIST. A atenção dispensada aos alunos de outros estados nos fez sentir acolhidos por essa instituição possibilitando maior aproveitamento nos momentos de estudo, pesquisa e convivência de modo geral.

A Franciane Gama Lacerda, orientadora sempre muito presente, atenciosa e dedicada, agradeço imensamente pela confiança em mim depositada, permitindo que eu caminhasse com autonomia em todas as etapas da tese. Seu empenho, bom humor e solicitude nos momentos de dúvidas, angústias e desespero, tornaram a caminhada mais suave.

Aos arguidores participantes das bancas de qualificação e de defesa de tese: professores Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Edilza Fontes, Érico Muniz e Maria do Perpétuo Socorro França, agradeço pela leitura criteriosa, pelas brilhantes sugestões e encaminhamentos para o aprimoramento da tese.

Os professores Edilza Fontes, Magda Ricci e Oscar de la Torre, nos proporcionaram aulas inesquecíveis. Agradecimento especial ao professor Serge Gruzinski, exemplo único de erudição, sensibilidade e humildade.

À turma de doutorandos de 2014 sou grata pelo carinho e intensos momentos por nós compartilhados. Em especial a Fabrício Ribeiro, pela alegria, pela receptividade e, principalmente, pelo companheirismo; a Jakson Ribeiro, “menino” sensível que chorou

ao ver a Baía do Guajará, competente historiador de futuro muito promissor, agradeço pelo ombro amigo, pelo incentivo e permanente carinho nessa longa trajetória de descobertas; a Maurília Bentes, bibliotecária que se apaixonou pelos caminhos da História, exemplo de tenacidade, agradeço por compartilhar sua lucidez, sua doce amizade e bons momentos de descontração; gratidão a Célia Santiago e Wânia Alexandrino

A Lilian Lopes, sempre muito solícita, a Cíntia pela torcida e ao Paulo Sérgio pela amizade, meus agradecimentos.

A Adriane dos Prazeres, nossa Cametazinha, minha eterna gratidão. Companheira de estudos, de aventuras e da boemia, nos momentos de dúvidas e aflições sempre foi a voz e mão amiga a qual posso recorrer. Muito obrigada, Adriane. Sua amizade foi fundamental para o êxito dessa empreitada.

De forma semelhante sou grata a Maria José, nossa “amiga rica”. Sua sabedoria e leveza em lidar com a vida, muito nos inspira. Maria, muito obrigada pelo apoio permanente; Jaci Guilherme e João Guilherme sempre na torcida a enviar energias positivas, agradeço. Bem como, a Junior, que embora distante conhecia todas nossas angústias e aflições.

Em terras manauara as contribuições foram infinitas. Nesse sentido, sou muito agradecida

A todos os professores do Curso de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), que sempre manifestaram apoio e palavras de incentivo em relação ao andamento da pesquisa; A FAPEAM, pela concessão de bolsa de estudos que viabilizaram minha permanência na cidade de Belém, a participação em eventos, a aquisição de livros e aparelhos eletrônicos. Ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, aqui representado por Geraldo Anjos, Marluvia Bentes e sr. Ortiga; ao Arquivo Público do Estado do Amazonas, nas figuras de Ana Holanda e Tâmara; ao Centro Cultural Povos da Amazônia, nas figuras de Nonato Braga e Samuel; ao Centro Cultural Reunidos, na figura de Luciana Gil, que a mim franqueou acesso livre ao acervo desta instituição; a Biblioteca Pública do Estado do Amazonas, na figura de Glória; ao Arquivo Central do Judiciário Amazonense Júlia Mourão de Brito, na pessoa de Renan de Oliveira, Pedro Neto e seus prestativos e dedicados estagiários, Juliana, Arenilson, Milena e Luide; ao Museu Amazônico, nas figuras dos grandes amigos e incentivadores Dysson, Rosangela, Vanderleia e Carol.

Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), dois professores contribuíram de forma indelével em minha formação acadêmica: Maria Luiza Ugarte Pinheiro e Luis Balkar Pinheiro. A ambos serei sempre grata por compartilharem o amor pela pesquisa histórica. Professora Maria Luiza me apresentou o sabor dos arquivos, a paixão pelo manuseio das fontes, bem como, todas as minúcias do ofício do historiador. Otem orientadora no mestrado, hoje companheira de arquivos. Obrigada, Luiza, por ter sempre um caminho seguro a apontar no tortuoso labirinto da feitura de uma tese; Luis Balkar, ainda na fase inicial da construção do projeto de tese, se dispôs a discutir a ideia embrionária da pesquisa contribuindo sobremaneira com sugestões de leituras e caminhos a serem trilhados. Sou imensamente grata pelos cafés sempre acompanhados de sugestões metodológicas, dicas de leituras e ideias de pesquisas contagiantes. Meu muito obrigada a ambos por inspirarem gerações de jovens pesquisadores na História do Trabalho e dos Movimentos Sociais.

Aos amigos do GT Mundos do Trabalho/AM, em especial a Dhieny pela gentileza em fotografar e enviar da Argentina o livro *El Siglo de los Niños*, de 1906, a Pedro Marcos Andes e Ernesto Martinez Rodriguez. Também contribuíram: Jessé Davi Cavalcante, Tarcísio Normando, Erivonaldo Nunes, Felipe Braga e Benta Praia. A vocês minha gratidão.

A Leila Margareth e Renan Freitas Pinto agradeço as agradáveis conversas, invariavelmente acompanhadas de indicações de leituras e possibilidades de reflexões.

A Thaís Rezende, minha linda amiga campineira. Muito obrigada, companheira de arquivo, pelo envio de publicação internacional sobre o trabalho de crianças e pelo livro sobre família. Seu apoio, ainda que distante, sempre se fez presente. De forma semelhante agradeço a Marley, por me incluir em suas orações no sentido do bom encaminhamento da tese.

Ao incansável amigo Davi Avelino Leal, grande conhecedor da História do Amazonas, agradecimento especial por ter deixado em minha posse “metade” de sua biblioteca particular, se privando por todo o período da feitura desta tese, de suas ferramentas de trabalho. Minha eterna gratidão pelas conversas sobre o tema e pelas inúmeras vezes em que atendeu meus pedidos de socorro dirimindo dúvidas sobre o pensamento de Foucault e outros teóricos. Obrigada, Davi.

Alexandre Cardoso, companheiro de pesquisa e de sonhos, esteve presente em todas as etapas de desenvolvimento da tese. Embora distante e sobrecarregado com sua própria pesquisa, sempre encontrava tempo para discutir sobre minhas angústias em

relação aos caminhos que a tese estava seguindo. Sou imensamente grata pela revisão final dos aspectos formais da tese e pelo envio da imagem que utilizo nas considerações iniciais.

A conclusão dessa pesquisa não seria possível sem o apoio de Dulcinéa Barbosa Pessoa. Suas palavras de incentivo constantes e de compreensão nos momentos de estresse inerentes a escrita de uma tese, foram fundamentais para o êxito do trabalho. Embora nenhuma palavra possa externar minha gratidão, agradeço imensamente. De forma semelhante sou grata a Dennis Rafael, Aurea e Ariadne. Ao Aldo minha eterna gratidão pelo incentivo e auxílio em certas atividades, assim me permitindo dedicação total a pesquisa.

Por fim, agradeço imensamente pela gentileza de Kelly Vasconcelos em enviar sua dissertação de mestrado recém defendida na área de educação, tratando sobre parques infantis na cidade de Manaus. Infelizmente, devido a tese se encontrar em fase de finalização, não foi possível fazer o uso adequado da mesma.

A todos meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Inserida no âmbito da História Social da Infância, a presente tese se desenvolve no período em que o Brasil passava por intensas transformações políticas e sociais advindas do *Golpe de 1930*, período no qual a criança passou a ser alvo de diversas políticas públicas visando minorar o elevado número de óbitos de pequenos ou futuros trabalhadores. Defendemos que embora revestido de argumentos humanistas e científicos, os discursos que se voltavam para a proteção da infância, traziam no seu bojo a preocupação com a manutenção da indispensável mão de obra da criança. Esse entendimento vem a partir da compreensão de um projeto de nação que foi engendrado no sentido de resguardar essa força de trabalho no intuito de evitar que ela perecesse ou se tornasse inválida precocemente. Procuramos problematizar os percursos dessa trajetória de proteção à infância, proteção esta que envolvia todo um arcabouço científico no sentido de apreender e disciplinar a infância brasileira. Nesse sentido, problematizar como se deu o processo de disciplinarização da infância no Brasil, durante o período de 1930 a 1945 é a proposta da tese, tendo como *locus* de pesquisa a cidade de Manaus.

Palavras Chave: Infância; Disciplinarização; Trabalho; Manaus, Século XX.

## **ABSTRACT**

Following the scope of the Social History of Childhood, our thesis get substance discussing a period which Brazil were living intense political and social transformations due “Golpe de 1930”. In such period the child became a target of official policies which tried to diminish the high range of deaths among kids, seen like future workers. The present study defends that although there were humanist and scientific arguments, the official reasoning tried to protect the childhood to keeping the indispensable child workforce available. According to a Nation Brazilian Project was developed policies for preserve kid lives. The main idea was defend child against early physical weakening and deaths. This work aims to discuss the paths of such criteria of childhood protection. The official support assembled a large scientific background which dealt to comprehend and discipline brazilian kids. The main goal of this study is argue how was developed the process of disciplinarization of childhood in Brazil, focusing on the historical experiences lived in the city of Manaus.

Keywords: Childhood; Disciplinarization; Labor; Manaus; 20th century

## **Lista de imagens**

	<b>Página</b>
Imagem 1 - Detalhe da capa de <i>O Cruzeiro</i> _____	12
Imagem 2 - Revista Sintonia (1943)_____	139
Imagem 3 - Matadouro Municipal de Manaus (1953)_____	146
Imagem 4 - Crianças trabalhando no matadouro municipal (1953)_____	147
Imagem 5 - Mensuração do crânio no Juizado de Menores_____	179
Imagem 6 - Demonstração craniométrica no Juizado de Menores_____	179
Imagem 7 - Medições antropométricas de crianças no Juizado de Menores_____	195
Imagem 8 - Crianças recolhidas nas instituições disciplinares_____	196
Imagem 9 - Sala de aula_____	197
Imagem 10 – A infância almejada_____	198
Imagem 11 – Menores internos da secção Melo Matos em traje de desfile cívico____	215

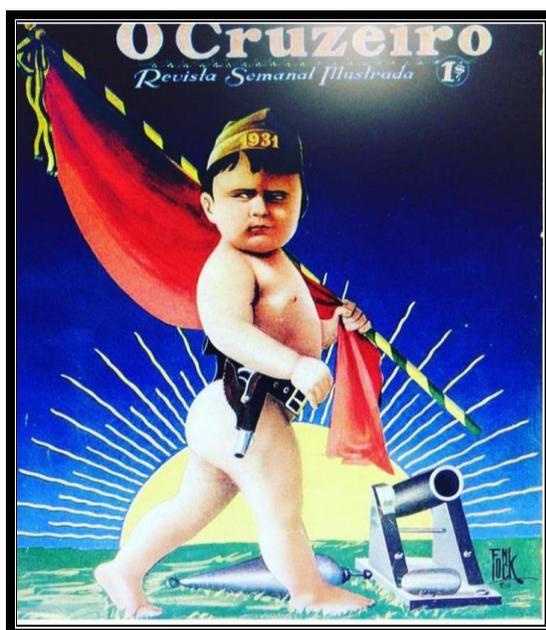
## **Lista de tabelas**

	<b>Página</b>
Tabela 1 - Número de matriculados (por idade) no Aprendizado Agrícola Paredão___	204
Tabela 2 – Matrículas e desligamentos do Aprendizado Agrícola Paredão_____	206

## **Sumário**

	<b>Página</b>
Considerações iniciais_____	12
<b>Capítulo 1 – O século da criança: assistência e proteção à infância_____</b>	<b>20</b>
1.1 A criança como salvação da nação_____	21
1.2 Assistência, saúde e proteção à infância manauara_____	47
<b>Capítulo 2 – Displinarização da infância na cidade de Manaus: do público ao privado_____</b>	<b>83</b>
2.1 Família: a educação dos pais_____	85
2.2 Educação: a criança pensada como massa de moldar_____	110
2.3 Trabalho: protegendo a mão de obra do futuro_____	141
<b>Capítulo 3 – A institucionalização da infância: estabelecimentos disciplinares_____</b>	<b>164</b>
3.1 Juízo de Menores_____	166
3.2 Aprendizado Agrícola do Paredão_____	201
3.3 Secção de Menores Melo Matos_____	211
3.4 Escola Premunitória do Bom Pastor_____	219
<b>Capítulo 4 – André Vidal de Araújo: um juiz pedagogo e a infância indisciplinada_____</b>	<b>228</b>
4.1 O homem e seu tempo_____	229
4.2 A infância indisciplinada_____	244
Considerações finais_____	264
Listagem de fontes_____	268
Bibliografia_____	271

## Considerações iniciais



**Imagem 1: Detalhe da capa de *O Cruzeiro*  
Hemeroteca da Biblioteca Nacional Digital**

A tese que ora apresentamos poderia ser retratada a partir da imagem em destaque. A gravura foi publicada na capa da revista *O Cruzeiro*, em dezembro de 1930, na cidade do Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Uma primeira leitura do documento deixa entrever uma mensagem exultante com a chegada do novo ano, representado num sol emanando raios de esperança, iluminando e animando o personagem principal da imagem: uma criança. Seu olhar desafiador e seu andar firme, aparentemente em marcha, prediziam os tempos vindouros. O novo ano encarnava um menino sisudo, que não parecia estar caminhando a esmo. Ao contrário, parecia resolutos dos caminhos a seguir, desafios a confrontar, tal qual o soldado que vai para o campo de batalha preparado para enfrentar o inimigo. Tratando-se de uma imagem produzida no contexto do *Golpe de 1930*, poderia estar representando a nova década, prenhe de esperanças e prosperidade sob a administração do governo recém-instalado<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> *O Cruzeiro*. n.8. Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1930.

<sup>2</sup> O Golpe de 1930, também conhecido como Movimento de 1930 ou Revolução de 1930, foi um movimento armado organizado pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Liderado por Getúlio Vargas com apoio das forças militares, culminou na saída de Washington Luís da presidência do Brasil. Esse Golpe colocou fim a chamada República Velha, dando início ao longo governo de Getúlio Vargas que assumiu o poder na condição de Chefe do Governo Provisório e depois como presidente do Brasil, encerrado somente em 1945. Sobre esse tema ver: DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981; FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo,

Para além de anunciar a chegada do ano novo, a capa da revista parecia carregar os gérmenes de tempos nos quais a criança seria a figura central. Iluminada pelos raios de sol, o menino em passos firmes e decididos parecia sustentar a pátria, no caso a bandeira. Percebemos que não se trata de uma criança qualquer. A imagem revela uma criança saudável, robusta, branca: a criança eugênica. O menino ostenta braços vigorosos, prontos para servir a pátria, quer como soldado, quer como trabalhador. É sobre a criança, que esforços se concentrarão no sentido de torná-la apta a cumprir tais papéis. É para a criança, que o governo originado a partir do *Golpe de 1930* voltará sua atenção transformando a infância em política governamental. É sobre esse contexto, delineado dentro do período varguista, que tratará nossa tese.

Defendemos a hipótese que as políticas governamentais que se voltaram para a infância no governo de Getúlio Vargas, período de 1930 a 1945, traziam como escopo principal garantir a manutenção da força de trabalho da criança, visto ela estar se perdendo precocemente, quer pelas enfermidades, quer pelo seu uso intensivo.

A historiografia demonstra que no decorrer dos primeiros processos de urbanização das cidades brasileiras, o trabalho da criança foi utilizado de forma intensiva. Exercendo diversas atividades no comércio, nas oficinas, nas fábricas de beneficiamento, no trabalho doméstico, dentre outros, os pequenos trabalhadores estavam sujeitos a frequentes acidentes. As precárias condições de trabalho e a alimentação insuficiente as tornavam organismos propícios a doenças. Soma-se a esse contexto o elevado índice de mortalidade infantil decorrente de diversas doenças consideradas próprias da idade <sup>3</sup>.

---

Brasiliense. 1970; PANDOLFI, Dulce Chaves. *Os anos 1930: as incertezas do regime*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007); NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório a Ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

<sup>3</sup> Sobre pesquisas que apontam o elevado número da mortalidade infantil no decorrer do século XIX e XX, ver: FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos: discursos maternalistas em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. 2006; SANTOS. Alane Carvalho. *O Instituto de Proteção e Assistência a Infância da Bahia: uma instituição educativa de assistência e saúde (1900-1920)*. Tese de Doutorado. UFBA: 2016; GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Os Discursos do Médicos do Estado do Pará nas Teses de "Doutoramento ou Inaugurais" (1929-1954): saúde, assistência e educação da infância pobre*. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2016. Sobre as condições de trabalho da criança ver: MOURA, Esmeralda Blanco B. *Crianças Operárias na Recém-Industrializada S.Paulo*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. S. Paulo: Contexto. 1999; FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1976. PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

O crescente e elevado índice de mortalidade entre as crianças não passou despercebido de médicos, juristas, educadores, dentre outros homens das ciências, que desde o século XIX se reuniam em frequentes congressos, nacionais e internacionais, procurando e indicando medidas de proteção à saúde infantil. Embora tais preocupações se manifestassem desde meados do século anterior traduzindo-se em diversas medidas de assistência e proteção voltadas para a criança, foi apenas a partir da década de 1930 que a infância se tornou política de governo no Brasil.

É nesse contexto que situamos a nossa tese. Período que movido por intensas transformações políticas e sociais advindo do *Golpe de 1930*, a criança passou a ser alvo de diversas políticas públicas visando minorar o elevado número de óbitos de pequenos ou futuros trabalhadores. Defendemos que embora revestido de argumentos humanistas e científicos, os discursos que se voltavam para a proteção da infância, traziam no seu bojo a preocupação com a manutenção da indispensável mão de obra da criança. A partir da compreensão que um projeto de nação foi engendrado no sentido de resguardar essa força de trabalho no intuito de evitar que ela percesse ou se tornasse invalida precocemente, procuramos identificar os percursos dessa trajetória de proteção à infância. Proteção esta que envolvia todo um arcabouço científico no sentido de apreender e disciplinar a infância brasileira. Nesse sentido, problematizar como se deu o processo de disciplinarização da infância no Brasil, durante o período de 1930 a 1945 é a proposta de nosso trabalho.

O marco temporal sobre o qual nos debruçamos, também chamado de Era Vargas, há muito recebe atenção de destaque na historiografia nacional. Os programas de Pós-Graduação resultaram em substancial produção sobre o período varguista, abarcando-o a partir de diversos aspectos. Dentre estes destacamos questão relacionadas ao movimento operário, saúde, migração, urbanismo, produção cultural, política, educação, industrialização, economia, legislação, políticas sociais, propaganda política, ditadura, festas populares, sindicalismo, cinema, alimentação, rádio, esporte, cidadania, intelectuais, imprensa, moradia, literatura, nacionalismo, família, e muitos outros temas. No que se refere especificamente à historiografia local, o período getulista recebeu pouca atenção, havendo maior interesse pelo tema a partir do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, que embora ainda novo, anuncia promissora produção historiográfica, com destaque para a linha de pesquisa *Migrações, Trabalho e Movimentos Sociais na Amazônia*. Os trabalhos desenvolvidos nesse

Programa que detiveram sua atenção ao período getulista concentraram suas análises na imprensa, trabalhismo, migração e movimento operário. O Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, demonstra crescente interesse pelo governo de Getúlio Vargas priorizando pesquisas sobre a atuação política de intelectuais paraenses nesse período; a chamada Revolução Constitucionalista; o contexto paraense e a Quinta Coluna na Segunda Grande Guerra, dentre outros <sup>4</sup>.

Percebemos que o tema infância se ressentia da pouca atenção recebida por parte dos historiadores na produção historiográfica nacional como um todo, no que se refere ao período varguista. Diante disso, é no âmbito da História Social da Infância que nossa pesquisa se insere, visando contribuir para ampliação de estudos voltados para esse tema<sup>5</sup>.

Nosso interesse pela infância enquanto objeto de pesquisa surgiu ainda no Curso de Graduação em História, resultando posteriormente em dissertação de mestrado na Universidade Federal do Amazonas<sup>6</sup>. No referido trabalho foi problematizada a relação entre infância e trabalho na cidade de Manaus da chamada *Belle Époque*, desvelando os mundos do trabalho da criança, suas formas de trabalho, vivências e resistência na capital da borracha. Pesquisa que posteriormente se transformou em livro.

Ao término da dissertação muitas inquietações sobre o tema se manifestaram. Queríamos apreender a partir de qual contexto a infância passou a ser percebida como um período diferenciado, sendo, portanto, merecedora de tratamento distinto e proteção. As

---

<sup>4</sup> MAIA, Maíra Oliveira. *Jogos Políticos na Terra Imatura: as experiências políticas dos Modernistas paraenses (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2009; OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma Revolta Esquecida: o Baixo-Amazonas na revolução Constitucionalista de 1932*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2012; ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. *Achsenmächte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)*. 2015. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2015.

<sup>5</sup> Embora o Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Amazonas venha despertando interesse pelo tema, até o presente momento as pesquisas se concentraram em período anterior ao governo de Getúlio Vargas: PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010. TEIXEIRA, Alcemir Arlijean Teixeira. *O Juízo do Órfãos em Manaus (1868-1896)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010; REZENDE, Ivana Otto. *Os Órfãos do Látex (1897-1923)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2012. De forma semelhante ocorre no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, da Universidade Federal do Pará, no qual as pesquisas que se voltaram para o tema infância se debruçaram em período anterior a década de 1930. Dentre elas destacamos: LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade Tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2015; RODRIGUES, Adnê Jefferson Moura. *Infâncias Revistas: Representações de crianças, saúde e educação infantis em revistas ilustradas (Belém, 1919-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2017; MATTOS JUNIOR, Admarino Gonçalves. *A Educação de Meninos Desvalidos na Companhia de Aprendizizes Artífices do arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2018.

<sup>6</sup> PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

leituras ingênuas de uma certa historiografia enaltecedora me encaminharam para o período getulista. No entanto, os dados contraditavam entre si: se as “dádivas” concedidas por Getúlio Vargas aos trabalhadores foram resultados do intenso processo de lutas do movimento operário, como revela a historiografia crítica sobre o tema, como poderia o “pai dos pobres” ter protegido a infância? Embora não se debruçando especificamente sobre a infância, tais estudos evidenciam que, nos anos de 30 e 40 esteve em curso um projeto civilizador que visava abarcar todo o *Mundo do Trabalho*, não apenas no que concerne ao cotidiano dos adultos, mas também das crianças. A partir de então passou a me interessar apreender como se deu esse processo.

O entrecruzamento das fontes existentes no rico acervo documental dos arquivos na cidade de Manaus aos poucos foram evidenciando pontos até então silenciados, obscurecidos ou negligenciados sobre a História da Infância no Amazonas varguista. Jornais, revistas, processos judiciais, livros de memórias, relatórios, boletins, anais, almanaques e cartilhas, compõem o diversificado acervo que embasou e fundamentou a presente tese. Nesse sentido, nossa proposta é problematizar o processo de disciplinarização da infância no contexto varguista, no período entre 1930 a 1945, tendo como *locus* de análise a cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas.

A tese está estruturada em quatro capítulos e a narrativa tem a preocupação de tentar envolver o leitor no sentido de perceber que embora se trate de uma análise local, no caso Manaus, ela não está desconectada de um contexto maior, no caso o nacional. O primeiro capítulo procura mostrar como a criança foi elevada à condição de futuro da nação nos anos finais do XIX e início do século XX, sendo este consagrado como o *Século da Criança*. Iremos discorrer sobre como os diversos saberes científicos, de países da Europa e das Américas, se uniram por meio de seminários, encontros e congressos, no sentido de “salvar” a infância. O que não quer dizer que se tratasse de um discurso homogêneo. Os jornais, mensagens de governo e anais da Assembleia Nacional Constituinte e Assembleia Legislativa do Amazonas, fundamentaram nossas análises no sentido de identificar a percepção de infância para as elites que participavam desses eventos e dos encaminhamentos que fizeram no sentido de disciplinarização da infância. A partir dessas análises percebemos que a disciplinarização da infância não foi um projeto exclusivo de Getúlio Vargas. De sua elaboração participaram diversos seguimentos sociais.

Nesse momento importa destacar alguns conceitos e categorias a serem por nós acionados, ressaltando que os mesmos devem ser percebidos como noções e não como uma “camisa de força” a engessar os sujeitos e processos históricos aqui trabalhados. Dito isto, ao problematizar processos de disciplinarização tomaremos como alicerce Michel Foucault, para quem a disciplinarização é o processo de tentativa de mudança de hábitos, de comportamentos, de formas de agir e pensar de um indivíduo, visando inculcar novos valores a tal indivíduo. Nesse intuito, diversos mecanismos funcionariam como mecanismos de disciplinarização num lento e complexo processo <sup>7</sup>.

Quanto à infância trabalharemos na perspectiva de que a mesma é uma construção cultural e histórica, sendo uma fase da vida do indivíduo determinada a partir do constructo cultural da sociedade na qual tal indivíduo está inserindo <sup>8</sup>.

Coadunando com Ângela de Castro Gomes, para quem o projeto de Nação engendrado por Getúlio Vargas estava pautado em três pilares, a família, educação e trabalho<sup>9</sup>, no segundo capítulo trataremos sobre os meios utilizados no sentido alcançar a família por meio da criança. Nesse intuito, cartilhas voltadas para a educação das mães foram utilizadas divulgando novas práticas de cuidados com os bebês. Cuidados estes que envolviam desde os primeiros anos de vida, abrangendo a alimentação, higiene, vestuário, medicação, etc. Boletins divulgavam cuidados a serem dispensados aos filhos não apenas no que se refere à saúde dos pequenos, mas também no plano da moralização dos costumes, indicando comportamentos a serem evitados pelos pais no sentido de oferecer aos pequenos apenas “bons exemplos”. Os programas educacionais nos possibilitaram analisar a educação voltada para o ensino escolar, identificando qual era a educação destinada as crianças filhas das famílias empobrecidas. As revistas e cartilhas que circularam na cidade de Manaus nos possibilitaram identificar as representações de criança e juventude almejada, modelos a serem seguidos. Nessa perspectiva, recorreremos a Roger Chartier para analisarmos as representações da infância na imprensa manauara. Assim, as imagens discursivas (ou visuais) retratadas nos jornais, revistas e cartilhas, devem ser percebidas como apresentações de uma dada realidade social, que atende interesses específicos, não sendo as mesmas ingênuas ou inocentes pois representam a

---

<sup>7</sup>FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Rio de Janeiro: Ed. Vozes 1999.

<sup>8</sup> LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cesar de. (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.

<sup>9</sup> GOMES. Ângela de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalho*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.237-244.

visão de um determinado grupo social<sup>10</sup>. Sobre o trabalho das crianças na cidade de Manaus e as medidas que para ela se voltaram no sentido de disciplinar essa força de trabalho, foram tratadas em diálogo com jornais, diário oficial, livros de memórias, dentre outras fontes.

As instituições disciplinares que se voltaram para infância manauara serão analisadas no terceiro capítulo. Fazendo uso dos Relatórios do Juízo de Menores, de estatutos, jornais e revistas, analisamos parte do cotidiano de crianças e adolescentes que foram retirados das ruas sob o discurso de combate à vadiagem. Evidenciamos os discursos utilizados como justificativas para a apreensão dessas crianças e adolescentes, bem como, o quanto eram contraditórios no que se refere ao cotidiano vivenciado pelos internos dentro das instituições. A Erving Goffman recorreremos para problematizar as reações, resistências e ações de recusa desses menores dentro desses espaços de reclusão<sup>11</sup>.

No processo de tentativa de disciplinarização da infância da cidade de Manaus, o Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, exerceu papel de destaque, com atuação emblemática. Recorrendo às obras por ele escritas e aos autores com os quais dialogava, no quarto capítulo discorreremos sobre a representação que esse juiz fazia de sua atuação bem como de como foi recebida pelas famílias manauaras. Tratamos também sobre as formas de sociabilidade das crianças empobrecidas, discorrendo sobre suas brincadeiras e festas populares que em muito incomodavam as camadas dirigentes.

Importa destacar que a produção dessa pesquisa foi marcada por momentos de muita angústia e incertezas, caminhos e descaminhos. No nosso caso, a conjuntura política vivenciada pelo País no decorrer desse período tornou essa trajetória bem mais difícil. Passando por um golpe que retirou a presidente eleita por vias democráticas em 2016, os desmonte dos direitos trabalhistas em 2017 e a ascensão de ideias conservadoras com forte viés fascista em 2018, tivemos que conciliar as demandas inerentes a feitura de uma tese, com a lutas diárias junto aos Movimentos Sociais na tentativa de evitar tais acontecimentos.

---

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, editora universidade/ UFRGS. Tradução de Patrícia Clittoni Ramos, 2002.

<sup>11</sup> GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva. 2003.7ª ed.

Entendemos que o pesquisador não pode se eximir de tal compromisso sob o risco de se tornar militante de gabinete. Nesse sentido, ao analisar um processo disciplinador colocado em curso durante um período ditatorial como foi o governo de Getúlio Vargas, em concomitância com a atual conjuntura por nós vivenciada , foi duplamente mais difícil me afastar das paixões e olhar com distanciamento nosso objeto de estudo. Esperamos ter conseguido.

## **Capítulo 1**

### **O Século da Criança: assistência e proteção à infância**

## 1.1 A criança como salvação da nação

O século XX foi considerado por muitos dos seus contemporâneos como o *Século da Criança*. Por se acreditar que nele se desenvolveriam ações cujos objetivos principais seriam o de proteger e salvaguardar a infância, o século XX foi percebido como promessa de melhores condições (moral, física e intelectual) das crianças<sup>12</sup>. Consagrada pela pedagoga sueca, Ellen Key, tal expressão deriva de seu livro *Barnets Arbundrade* publicado no ano de 1900 e depois traduzido em diversos idiomas<sup>13</sup>.

Ellen Key defendia que o século que estava a iniciar deveria ser dedicado ao nascer do novo homem. No seu entendimento, a educação convencional apregoada por pais e mestres inviabilizava o despertar de toda a potencialidade concentrada nas crianças, seja do ponto de vista emocional ou intelectual. Tal obstáculo se devia aos preceitos cristãos que reprovavam certos temas na educação de meninos e meninas, transformando em tabus assuntos relacionados ao sexo. Defensora das ideias eugênicas, Ellen Key defendia a intervenção do Estado nas famílias no sentido de proteção dos filhos que estas viessem a gerar. A autora acreditava que a educação eugênica das crianças poderia trazer resultados muitos mais satisfatórios no sentido de evitar futuros casamentos entre portadores de “doenças” físicas ou morais. Sua ideia era garantir um suposto aprimoramento da raça.

Ao tecer duras críticas ao trabalho de mulheres e crianças, a autora apontava a íntima relação que havia entre o trabalho da mulher e a infância no sentido de evitar que meninas viessem a se tornar mães enfermiças, transmitindo suas fragilidades para os futuros filhos. Para Ellen Key, “*la sociedad debe establecer por medio de leyes las condicones del trabajo, de manera que pueda llegra á formarse, em condiciones de trabajo y de vida verdadeiramente dignas, uma nueva prole, más belas, más sana y más*

---

<sup>12</sup> SANDIN, Bengt. *Imagens em Conflito: infâncias em mudança e o estado do Bem-Estar social na Suécia. Reflexões sobre o Século da Criança*. Tradução Marianne Wifvesson. Revista Brasileira de história. São Paulo. v.19, nº 37, p.15-34. 1999.

<sup>13</sup> A receptividade das ideias de Ellen key fica evidenciada nas diversas traduções de seu livro que até o ano de 1909 contava com publicação em nove países europeus. Para presente pesquisa trabalharemos com a tradução em espanhol, *El Siglo de los Niños*, de 1906.

*fuerte*”<sup>14</sup>. Ao indicar encaminhamentos para uma educação que acreditava tornar a criança um ser completo, Ellen Key, afirmava que:

el siglo veinte será el siglo de los niños porque á la humanidad le será dado abrazar mejor todo esto, bajo la nueva luz de la teoria de la evolución. Y lo será en um doble sentido: los adultos penetrarán em el alma infantil, y conservarán la sencillez de la infância: em esto la vieja sociedad encontrará su renovación <sup>15</sup>.

A imprensa fez largo uso da expressão “*Século da Criança*”, ora para referenciar a obra da autora, ora para aludir à condição vivenciada pela criança. O jornal *A República*, de Curitiba, em 1912 dava destaque em primeira página ao discurso proferido pelo Diretor da Instrução Pública do Paraná. Em sua preleção o Diretor afirmava, “[...] a que grau chegou a preocupação do estudo da alma infantil para a tranquilidade do futuro, nos descortinos do progresso e da civilização dos povos. O *século é da creança*, já houve quem o afirmasse. [...]”<sup>16</sup>; No Rio de Janeiro, ao divulgar a importância do livro da autora sueca, o jornal *A Notícia*, de 1913, comentava que “Ellen Key, em um livro notável, *O Século da Criança*, protesta contra os erros da educação actual”<sup>17</sup>; Na cidade de Seabra, Território do Acre, o jornal *A Reforma* informava que “Nota-se em todos os países civilizados uma solicitude nova e especial pelas creanças. E é tal o movimento universal nesse sentido que podemos dizer sem exagero que estamos no *Século da Creança*”<sup>18</sup>. Ainda nas décadas finais do século XX, na cidade de Manaus, o *Jornal do Comércio* publicava a indignação do Cardeal- Arcebispo de Porto Alegre, que condenava o uso de anticoncepcionais no controle de natalidade. De acordo com o periódico, “A criança, eis o inimigo! –diz o Cardeal – parece uma senhora universal nesta meta final do século XX, que começou anunciado como o *Século da Criança*. Praticamente todos os meios de comunicação se engajaram a serviço dessa causa”<sup>19</sup>. Livros com títulos homônimos foram publicados, dentre eles o de autoria de Oscar Clark, publicado em 1940 e o de Leon Petit, publicado em 1946 <sup>20</sup>.

---

<sup>14</sup> KEY, Ellen. *El Siglo de los Niños*. Versión española por Miguel Domenge Mir. Tomo I. Barcelona, 1906. p.78.

<sup>15</sup> KEY, Ellen. *El Siglo de los Niños*. Versión española por Miguel Domenge Mir. Tomo I. Barcelona, 1906. p.154.

<sup>16</sup> *A República*. Curitiba, 18 de novembro de 1912. Nº 269, p.1;

<sup>17</sup> *A Notícia*. Rio de Janeiro, 07 de outubro de 1913. Nº 238, p.4;

<sup>18</sup> *A Reforma*. Território do Acre- Cidade Seabra, 25 de dezembro de 1921. Nº 183, p.3

<sup>19</sup> *Jornal do Comércio*, nº 23281. Manaus, 13 de janeiro de 1981. p.4.

<sup>20</sup> Respectivamente: CLARCK, Oscar. *O Século da Criança*. Rio de Janeiro: Canton& Reile, 1940; PETIT, Leon. *O século da Criança*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria Selbach. 1946.

O interesse pela criança se deu em decorrência da elevada e crescente mortalidade infantil existente na Europa e nas Américas nos anos finais do século XIX, que despertou a atenção do saber médico sobre essa parcela da população. Para Anne-Emanuelle Birn, foi por volta de 1870 que diversos países da América Latina passaram a perceber a mortalidade infantil como um problema médico, social e político<sup>21</sup>. A Argentina foi um dos primeiros países a se dedicar aos estudos da mortalidade infantil, cujas pesquisas apontaram como causa as condições de vida precárias vivenciadas por essas crianças, o que justificaria o controle governamental e médico sobre as famílias empobrecidas, esclarece a autora. Na Argentina, assim como em outros países, o movimento pela saúde infantil incorporou abordagens humanitárias, medicalizadas e repressivas para a educação das crianças. Os estudos dos médicos latino-americanos associando a mortalidade infantil às condições de vida das famílias empobrecidas, passaram a exigir do Estado a participação no combate por meio de políticas voltadas para a saúde pública e combate à pobreza<sup>22</sup>.

No Brasil, a realidade não se mostrava distante dos demais países. Os dados registrados no *Histórico da Proteção à Infância no Brasil (1500-1922)*, publicado em 1927 pelo médico Moncorvo Filho, revelam o elevado índice de mortalidade infantil para a cidade do Rio de Janeiro<sup>23</sup>. No decorrer do período entre 1859 a 1889, a mortalidade entre as crianças aumentou quase cem por cento, passando de 17,7% para 36,4%<sup>24</sup>. Esta documentação aponta como causa desse elevado índice a sífilis, o alcoolismo e “depravação de costumes”, além das doenças comuns a infância como “as do tubo digestivo”. Estas, entre os anos de 1868 a 1899, aumentaram de 30% para 64%, sendo que 50% das vítimas possuíam menos de 1 ano de idade<sup>25</sup>. A implantação da República

---

<sup>21</sup> BIRN, Anne-Emanuelle. *Child health in Latin America: historiographic perspectives and challenges*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.14 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2007. De acordo com a autora, tal fato ocorreu quase que simultaneamente a “descoberta” da mortalidade infantil na Europa e na América do Norte.

<sup>22</sup> BIRN, . *Child health in Latin America....op.cit.*

<sup>23</sup> Trata-se de um livro com quase quatrocentas páginas discorrendo sobre as ações de proteção que se voltaram para a infância brasileira. Como atesta Luna Freire, Carlos Arthur Moncorvo Filho, médico renomado, natural da cidade do Rio de Janeiro, em decorrência de sua destacada atuação tanto na área de pediatria quanto na criação de associações científicas, recebeu o título de “pioneiro na bandeira de luta pela assistência médico-social da criança brasileira, conferido por alguns militantes do campo da pediatria”. Sobre atuação de Moncorvo Filho ver: LUNA FREIRE, Maria Martha; LEONY, Vinícius da Silva. *A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930)*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011.

<sup>24</sup> MONCORVO FILHO. *Histórico da Proteção à Infância no Brasil (1500-1922)*. Rio de Janeiro: Paulo Pongetti & Cia. 2ª ed. 1927, p.136.

<sup>25</sup> MONCORVO FILHO., *Histórico da Proteção à Infância... op.cit.* p.137.

não veio acompanhado de melhorias para infância. Conforme denunciava o médico Moncorvo Filho, de forma geral “as creanças de todas as edades, as pequeninas – desde o nascimento até 7 ou 9 anos – não encontravam nesta Capital, e provavelmente no Brasil inteiro, a menor espécie de amparo eficaz”<sup>26</sup>.

Diante desse quadro, os congressos científicos foram importantes espaços para trocas de experiências sobre as políticas de saúde, assistência e proteção voltadas para a infância entre países europeus e americanos<sup>27</sup>. Importa destacar que estes últimos tiveram presença marcante nesses eventos apresentando detalhados e inovadores estudos sobre o tema que em muito enriqueceram os debates. Assim atesta Anne-Emanuelle Birn, para quem a América do Sul não deve ser percebida apenas como receptor de ideias importadas. Como exemplo a autora cita o caso do Uruguai que durante a década de 1920 “se tornou rede exportadora de suas próprias inovações e outras abordagens para países da América Latina e para comunidade internacional em larga escala”<sup>28</sup>.

Foi nesse contexto que a infância passou a receber papel proeminente no interior dos projetos nacionais sendo elevada “a uma função estratégica nas ações que deveriam ser desenvolvidas pelos países nas Américas em busca da modernização”<sup>29</sup>. Para Eduardo Nunes, elevada à condição de “portador do devir, a vida infantil seria identificada por vezes, como um recurso a disposição dos adultos e de seus projetos”<sup>30</sup>.

A semelhante conclusão chegou Esmeralda de Moura, para quem, na pauta dos congressos:

[...] tanto a infância e seus problemas específicos quanto a maternidade surgiram como temas recorrentes de grandes preleções de cunho patriótico ou em pontuais estudos de caso, afirmando a importância da

---

<sup>26</sup>MONCORVO FILHO., *Histórico da Proteção à Infância...* op.cit. p.133.

<sup>27</sup> Diversos eventos promovidos no sentido de debater temas relacionados à infância indicam a emergência gradual desse tema. Dentre eles destacamos: em Bruxelas, no ano de 1895 realizou-se o Congresso de Proteção à Infância, sendo que em Liège ocorreu em 1905; O Congresso Internacional de Gotas de leite, em Paris, transcorreu em 1905, em Bruxelas em 1907 e em Berlim 1911; o Congresso Internacional de Proteção à Infância ocorreu na Bélgica em 1913. Na Argentina em 1916 realizou-se o Primeiro Congresso Americano da Criança e no Uruguai em 1919.

<sup>28</sup> BIRN, Anne-Emanuelle. O Nexo Nacional-Internacional na Saúde Pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil (1890-1940). In: *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, v.13, n.3,p.675-678. Jul/set. 2006.

<sup>29</sup> NUNES, Eduardo Silveira Netto. *Os Primeiros Congressos Panamericanos Del Niño (1916,1919,1922,1924) e a participação do Brasil*. Anais do XIX Encontro regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 de setembro de 2008, Cd-Rom.p.1/2.

<sup>30</sup>NUNES, Eduardo Silveira Netto. *Os Primeiros Congressos Panamericanos Del Niño (1916,1919,1922,1924) e a participação do Brasil*. Anais do XIX Encontro regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 de setembro de 2008, Cd-Rom.p.1/2.

criança saudável para família e, sobretudo, para o engrandecimento da nação<sup>31</sup>.

Nas décadas finais do século XIX e anos iniciais do século XX, os processos de urbanização pelas quais passaram a maioria das cidades brasileiras ampliaram as condições de pobreza vivenciada pela maior parte da população citadina. Morando em casebres, a utilização da mão de obra de todos os membros da família se fazia necessária na tentativa de sobrevivência ante o elevado custo de vida. É nessa conjuntura que o permanente e crescente número de crianças nas ruas das cidades passou a ser alvo de preocupação dos agentes públicos<sup>32</sup>. Irma Rizzini destaca que a visibilidade que a infância passou a ter no início do século XX, esteve presente na “denúncia de médicos, juristas, educadores e jornalistas, de que a criança, basicamente a “criança pobre” é maltratada, seja qual for o seu habitat: a família, a rua, o asilo ou a fábrica”<sup>33</sup>.

Marcos César Alvarez identifica nesse período o nascimento de uma verdadeira cruzada no Brasil em favor da infância considerada abandonada e delinquente, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. “Livros, artigos de jornais e propostas de leis passaram a propor reformas na legislação e nas instituições referentes aos menores em geral”<sup>34</sup>.

A criança, até então invisibilizada na sociedade brasileira, afirma Rizzini, passou a ser objeto de preocupação e estudo de diversas categorias profissionais da época. Os espaços ocupados por meninos e meninas, bem como a mortalidade e a criminalidade infantil, foram temas de seminários, congressos e encontros, suscitando e aquecendo

---

<sup>31</sup> MOURA, Esmeralda Blanco B. de. Assistência à Infância e a Maternidade na Primeira República: as experiências médico-filantropicas de proteção materno-infantil na cidade do Rio de Janeiro. In: AREND, Sílvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKY, Susana (orgs.). *Infâncias e juventudes no Século XX: Histórias Latino-Americanas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018, p.81

<sup>32</sup> É extensa a produção historiográfica sobre esse tema. Dentre eles sugerimos: SARDÁ, Juliana. *Na Contramão da Lei: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2005; FILHO, Walter Fraga. *Meninos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Belo Horizonte: EDUFBA, 1989; PEREIRA, Ivonete. *Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e desvalia: Florianópolis (1900-1940)*. Tese de Doutorado. UFPR: 2006. MOURA, Esmeralda B. B. de. Meninos e Meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 19, nº37, 1999. PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

<sup>33</sup> RIZZINI, Irma. *Assistência a Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: ed. Universitária Santa Úrsula, 1993, p. 25.

<sup>34</sup> ALVAREZ, Marcos César. *A Emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. São Paulo: Dissertação de Mestrado-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

debates, provocando e inspirando o surgimento de propostas, projetos e leis no sentido de proteger a assistir a infância considerada desvalida, conclui a autora <sup>35</sup>.

O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, ocorreu na cidade do Rio de Janeiro no período entre 27 de agosto a 5 de setembro de 1922, por ocasião das festas do centenário da independência do Brasil<sup>36</sup>. Embora recebendo patrocínio do Estado era um evento de iniciativa particular sendo o médico Moncorvo Filho o maior responsável pela sua realização <sup>37</sup>. Com o objetivo de “tratar de todos os assuntos que directa ou indirectamente se refiram a creança tanto do ponto de vista social, médico, pedagógico e higiênico, em geral, como particularmente em suas relações com a família, a sociedade e o estado”, estava dividido em cinco secções temáticas: “Sociologia e Legislação; Assistência; Pedagogia; Medicina Infantil; Higiene”<sup>38</sup>. Tais sessões debateriam temas voltados para a família e a coletividade; assistência a mulher grávida; a mãe e a nutriz; psicologia infantil; educação física, moral e intelectual, incluindo a educação profissional; pediatria; eugenia e higiene pública<sup>39</sup>. Percebemos como a assistência e proteção à infância defendida pelos congressistas se espraiavam para interesses diversos abrangendo “os interesses de ordem social” pois uma criança que se perdia “mais que uma saudade para a família” significava “uma força que se perde para sociedade”. Nesse sentido, “o problema da creança deixou de ser uma questão puramente familiar para abranger múltiplos interesses de ordem social” <sup>40</sup>.

O grande marco dessa cruzada voltada para a infância foi a criação do *Código de Menores* do Brasil, de 1927. Também conhecido como *Código Mello Mattos*, o *Código de Menores* de 1927 foi o primeiro código de menores do Brasil passando a vigorar até

---

<sup>35</sup> RIZZINI, . *Assistência a infância...*op.cit. p. 25 e 26.

<sup>36</sup> O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância foi realizado concomitante ao 3º Congresso Americano da Criança (CAC), no Rio de Janeiro em 1922. Para estudos sobre esse tema consultar: KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Ideias Sobre a Educação da Infância no 1º o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1922.* Site: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0749.pdf>. Acesso: 02/02/2016.

<sup>37</sup> GEPHE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugénismo <http://www.ppi.uem.br/gephe> último acesso: 16/01/2018. Dentre os participantes do evento constava o delegado do Governo Federal e de todos os estados do País e representações de 147 associações científicas e filantrópicas.

<sup>38</sup> GEPHE. <http://www.ppi.uem.br/gephe> último acesso: 16/01/2018. p.5

<sup>39</sup> KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Ideias Sobre a Educação da Infância...*; GEPHE - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Higienismo e o Eugénismo p.11. Concomitante ao Primeiro Congresso Brasileiro, nas mesmas dependências ocorria o terceiro Congresso americano da Criança, no qual participaram delegações da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Estados Unidos, Guatemala, México, Paraguai, Peru, São Salvador, Uruguai e Venezuela p.131,

<sup>40</sup> GEPHE. <http://www.ppi.uem.br/gephe> último acesso: 16/01/2018. p. 132-133

1979. Dividido em onze capítulos, estava voltado para garantir medidas de assistência e proteção às crianças e menores de 18 anos de idade <sup>41</sup>.

O artigo nº 1 do *Código de Menores* estabelecia que “o menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código” <sup>42</sup>. Ao estabelecer que as leis contidas nesse Código se voltavam exclusivamente para a população abaixo dos 18 anos de idade considerados abandonados ou delinquentes, esse conjunto de leis destacava a parcela da população que se pretendia normatizar, os filhos das famílias empobrecidas. É sobre essas famílias e seus filhos que o *Código de Menores*, com mais de duzentos artigos, legisla sobre a infância e juventude, nos seus mais diversos aspectos. A questão da higiene, passando pelas relações familiares, regulando a questão do trabalho, criando dispositivos de vigilância, repressão e sanções, será abarcada pelo Código de Menores na clara tentativa de disciplinar determinada parcela da população brasileira.

Procurando abranger a infância e a juventude nas suas minúcias, os preceitos do Código de 1927 eram voltados para elas ainda nos seus primeiros anos de vida, ou seja, para as chamadas crianças da primeira idade. É nesse sentido que o capítulo II do *Código*

---

<sup>41</sup> O referido código estava dividido em onze capítulos assim distribuídos: Do objeto e fim da lei; Das crianças da primeira idade; Dos infantes expostos; Dos menores abandonados; Da inibição do pátrio poder e da remoção da tutela; Das medidas aplicáveis aos menores abandonados; Dos menores delinquentes; Da liberdade vigiada; Do trabalho dos menores; Da vigilância sobre os menores; De vários crimes e contravenções. Acresce a estes uma Parte Especial com cinco capítulos dedicada exclusivamente ao Distrito Federal, no período, o Rio de Janeiro. Site: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm) último acesso: 16/01/2018

<sup>42</sup> Código de Menores de 1927. Site: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm) último acesso: 16/01/2018 De acordo com o Art. 26, eram considerados menores abandonados os menores de 18 anos que: I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistência, por serem seus pais falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja guarda vivam; II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistência, devido a indigência, enfermidade, ausência ou prisão dos pais, tutor ou pessoa encarregada de sua guarda; III. que tenham pai, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupilo ou protegido; IV. que vivam em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoa que se entregue à prática de atos contrários à moral e aos bons costumes; V. que se encontrem em estado habitual de vadiagem, mendicância ou libertinagem; VI. que frequentem lugares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida; VII. que, devido à crueldade, abuso de autoridade, negligência ou exploração dos pais, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam: a) vítimas de maus tratos físicos habituais ou castigos immoderados; b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensáveis à saúde; c) empregados em ocupações proibidas ou manifestamente contrárias à moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saúde; d) excitados habitualmente para a ganância, mendicância ou libertinagem; VIII. que tenham pai, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condenado por sentença irrecorrível; a) a mais de dois anos de prisão por qualquer crime; b) a qualquer pena como co-autor, cúmplice, encobridor ou receptor de crime cometido por filho, pupilo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes.

estabelece que as crianças abaixo da faixa etária de dois anos, “entregue a criar, ou em ablactação ou guarda, fora da casa dos pais ou responsáveis, mediante salário, torna-se por esse facto objecto da vigilância da autoridade pública, com o fim de lhe proteger a vida e a saúde”<sup>43</sup>. Os demais artigos desse capítulo deixam claro que estar sob a vigilância da autoridade pública implicava no direito que o Estado atribuía a si de vigiar, de fiscalizar as condições que tais crianças estavam submetidas por aqueles que, sob pagamento, eram responsáveis pelos seus cuidados. No sentido de proteger a vida e a saúde dessas crianças, futuros trabalhadores, seria de competência do Estado inspecionar a higiene do local onde tais crianças eram cuidadas, bem como averiguar a vida pregressa, os hábitos e a conduta dos seus responsáveis. Tudo no sentido de evitar que os futuros operários convivessem com pessoas consideradas portadoras de maus hábitos, como a embriaguez, a imoralidade, entre outros. Aos estados e municípios caberia criar mecanismos que garantissem que tais medidas fossem aplicadas e as possíveis sanções àqueles que não cumprissem as regras estabelecidas.

Permeado por ideias higienistas, o Código reflete a preocupação reinante entre as camadas médicas e administrativas que desde as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX procuravam meios de sanear o Brasil dos constantes surtos epidêmicos. Doenças como sarampo, difteria, tuberculose, entre outros males resultavam em crescente número de óbitos. Schwarcz assevera que “diante do fenômeno iminente das grandes epidemias, o “remédio” era, de um lado, combatê-las, de outro, evitá-las”. Nesse sentido, “impedir a proliferação do mal e o surgimento de novos surtos, era a função dos higienistas e saneadores, que, atuando na comunidade procuravam educar e prevenir”<sup>44</sup>. Se no *Código* pode-se ver refletido as medidas saneadoras do período, evidencia também, que havia preocupação com outro tipo de saneamento, o social. Procurava, pois, sanear e higienizar grande parcela da população de práticas e costumes considerados nocivos, perigosos. Sidney Chalhoub em pesquisa para o período em tela esclarece que a associação entre as classes pobres e classes perigosas se deu não apenas pelos eventuais problemas que poderiam ocasionar a organização do trabalho e a manutenção da ordem. Mas sim pelo fato de que “os pobres ofereciam também perigo de

---

<sup>43</sup> Código de Menores de 1927. Site: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm) Art. 2, Capítulo II. último acesso: 16/01/2018

<sup>44</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1918-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p.293-294.

contágio”, pois “as classes perigosas continuariam a se reproduzir enquanto as crianças pobres permanecessem expostas aos vícios de seus pais”<sup>45</sup>.

O *Código* regulava o trabalho da criança estabelecendo idade mínima para o trabalho bem com as condições em que o mesmo poderia ser realizado. Nesse sentido, estava proibido o trabalho de crianças de até 12 anos de idade e diversas disposições foram estabelecidos tratando sobre o trabalho noturno, das condições de trabalhos e das atividades realizadas por esses pequenos<sup>46</sup>.

Com a preocupação em abarcar a criança nos seus múltiplos aspectos, os espaços de sociabilidade desses menores também estavam normatizados pelo *Código de 1927*. Assim, estavam impedidas de adentrar aos espetáculos cinematográficos as crianças até cinco anos de idade. Entre os cinco e quatorze anos teriam acesso se acompanhados pelos pais ou responsáveis, podendo, em sessões especificamente para crianças, comparecer desacompanhados. De forma semelhante ficava restrita a participação de crianças nas peças teatrais seja como espectador ou como ator <sup>47</sup>.

Percebemos o *Código de Menores* de 1927 como invasivo, pois penetrando o âmbito familiar da população empobrecida procurava gerir suas relações familiares, suas formas de comportamentos, atuando desde a prevenção da saúde da criança nos primeiros anos de vida, regulando suas formas de trabalho e suas formas de interação social.

Para Marcos César Alvarez, a partir da criação e implementação do *Código de Menores* uma justiça especial voltada para as crianças e adolescentes “irá se definir estabelecendo seus objetivos e procedimentos. Um amplo projeto irá se desenhar, visando toda a sociedade, mas tendo por base a assistência a infância”<sup>48</sup>. Tal projeto, para Irma Rizzini, já se desenhava anteriormente se mostrando “essencialmente político baseado na concepção que era preciso proteger a infância como forma de defesa da própria sociedade”. Dito de outra forma, a infância era percebida “ora em perigo, ora perigosa”

---

<sup>45</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.29.

<sup>46</sup> Capítulo IX do Código de Menores de 1927. Código de Menores de 1927. Site: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm) último acesso: 16/01/2018

<sup>47</sup> Capítulo X do Código de Menores de 1927. Quanto aos crimes e contravenções cometidos pelas crianças o Código dedica o capítulo XI. Sobre a forma que a população recebeu tais medidas trataremos posteriormente.

<sup>48</sup> ALVAREZ, Marcos César. *A Emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. São Paulo: Dissertação de Mestrado-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989. p.58.

<sup>49</sup>.Consoante as análises de Vicente de Paula Faleiros, percebemos o quanto a ideia de modernizar o país encaminhando-o a propalada civilização, possibilitou ao Estado engendrar um processo de vigilância por meio de um conjunto de leis, decretos e portarias, que se tornaram verdadeiras instâncias de controle social sobre esses pequenos e suas famílias<sup>50</sup>. Sobre esse tema retornaremos em capítulo posterior.

Toda essa preocupação voltada para a infância demonstra que o interesse pela criança no Brasil não surge a partir do governo de Getúlio Vargas<sup>51</sup>. Embora o governo getulista tenha alçado a infância a objeto de política governamental, como trataremos a seguir, vimos que a atenção a ela dispensada tem início em período muito anterior. Nos anos anteriores a 1930, consoante a Cristina Fonseca, embora o governo não dispensasse “uma atuação sistemática e intensiva” voltada para assistência a infância, os serviços materno-infantil para elas se voltaram exercendo importante papel junto as famílias menos favorecidas economicamente. Tais serviços “na sua grande maioria, foram marcados por uma prática assistencialista, de caráter filantrópico e de iniciativa privada, tendo à frente médicos renomados como Moncorvo Filho, Martagão Teixeira e Olintho Oliveira”<sup>52</sup>.

A atenção que o governo de Getúlio Vargas dispensou à criança pode ser percebida nos primeiros anos de seu governo. Em 1932, Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, se dirigiu aos interventores dos estados brasileiros convocando-os para resolver o que seria o magno problema do Brasil: a infância empobrecida. Alertando-os para o fato de que nenhuma obra seria mais importante e mais premente que a proteção e a saúde da infância, pois desta dependeria o aperfeiçoamento da raça e do progresso do

---

<sup>49</sup> RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 2ª ed. São Paulo Cortez, 2008. p.28.

<sup>50</sup> Em análise sobre o Código de Menores, Vicente de Paula Faleiros, identifica esse conjunto de leis como portador de duas distintas visões, porém não antagônicas entre si. Uma, a visão higienista, a que procurava proteger o indivíduo, no caso a criança, e o meio em que a mesma está inserida. A outra, uma visão jurídica repressiva e moralista”. FALEIROS, Vicente de Paula. *Infância e Processo político no Brasil*. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A Arte de Governar Crianças*. 2ª ed. São Pulo: Cortez, 2009. p 47.

<sup>51</sup> A mesma conclusão chegou Cristina Fonseca em: FONSECA, Cristina M. Oliveira. *A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas*. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Vol.3. Nº 2,1993. p.97 a 116.

<sup>52</sup> FONSECA, Cristina M. Oliveira. *A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas*. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Vol.3. Nº 2,1993. p.97 a 116. A autora aponta o Tratado de Versalhes como o momento marcante da história da assistência infantil pois a alta taxa de mortalidade infantil acrescidas das consequências da Primeira Grande Guerra encaminharam um movimento mais amplo de atenção à infância materializando ideias até então defendidas por alguns setores da sociedade, tais como a regulamentação do trabalho infantil, a garantia de repouso à operária gestante, antes e depois do parto, além de outras medidas para estimular a amamentação.

país, Vargas conclamou os interventores a assumirem a responsabilidade de “zelar pela formação da nacionalidade, cuidando das crianças de hoje, para transformá-las em cidadãos fortes e capazes”<sup>53</sup>.

Percebemos a preocupação em assegurar que a infância se transformasse numa fase preparatória de futuros cidadãos fortes e saudáveis, com homens e mulheres realmente “úteis” à pátria. Vargas pretendia construir um novo país com base na vigilância e tutela da infância e, nessa perspectiva, às crianças, filhas das famílias empobrecidas, caberia o papel de pequenos construtores da nação.

O projeto de nação engendrado por Getúlio Vargas, conforme análise de Ângela de Castro Gomes sobre a montagem do cidadão-trabalhador nas décadas de 1930 a 1940, estava sustentado em três pilares: o *trabalho*, a *família* e a *educação*. Nesse sentido, o Estado só poderia ter uma bússola mestra norteando suas ações, o trabalho. O trabalho, portanto, seria “a medida de avaliação do valor social do indivíduo”; a família, *célula mater* da sociedade, seria o meio pelo qual o Estado alcançaria o homem; quanto à educação, somente por meio desta o indivíduo poderia ser preparado de forma integral para servir ao país <sup>54</sup>. Para Irene Bulcão, foi com essa perspectiva que nas décadas de 1930 e 1940, a criança se transformou em política do governo getulista, quando departamentos e instituições foram criadas em nível nacional para tratarem especificamente da infância, vista como problema nacional<sup>55</sup>. Foi nesse período, esclarece a autora, que “a infância foi eleita como alvo privilegiado na implementação das políticas sociais, já que corporificava os ideais de formação de um novo homem e de valorização do trabalho como caminho para construção de um novo país”<sup>56</sup>.

Entendemos que foi com essa preocupação que Getúlio Vargas ao conclamar os Interventores Federais tentou persuadi-los a se empenharem em uma campanha “salvacionista da criança”. Vargas destacava que o quadro devastador revelado pelas estatísticas sobre a mortalidade infantil nas cidades brasileiras, tornava imperativo que se congregassem os diversos saberes científicos no sentido de salvar e proteger a vida das crianças. Nessa perspectiva, esperava que os interventores reunissem “especialistas no

---

<sup>53</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p. 367,368.

<sup>54</sup> GOMES. Angela de Castro Gomes. A Invenção do Trabalhismo. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p.237a244.

<sup>55</sup> BULCÃO, Irene. *Investigando as Políticas de Proteção e Assistência à Infância: psicologia e ações do Estado*. Tese de Doutorado. UERJ, 2006.

<sup>56</sup> BULCÃO,. *Investigando as Políticas de Proteção... op.cit.* p.97.

assunto de forma a estudar o problema, ampla e minuciosamente, em face da estatística da higiene moderna”. Em congresso a ser organizado pelo Governo Provisório, deveriam ser apresentados os métodos e caminhos que este deveria seguir para um programa de assistência e proteção eficaz no atendimento à infância. Atendimento este que deveria ser iniciado antes do nascimento da criança, estendendo-se até a adolescência<sup>57</sup>.

O encargo de organizar o evento foi entregue ao médico Olintho de Oliveira, Inspetor de Higiene Infantil no Rio de Janeiro, que assumiu a presidência da comissão executiva. Como vice-presidente foi nomeado Mello Mattos, Juiz de Menores da Capital Federal. Sob ampla divulgação do evento foram convidados a participar da Conferência Nacional de Proteção à Infância “todos os que se interessam pela causa da infância em nossa terra, médicos, juristas, educadores, filantropos associações e instituições nacionais de proteção à infância”<sup>58</sup>. Comunicados por meio de telégrafo, os interventores dos estados ficaram responsabilizados por reunir grupos de pessoas com conhecimentos destacado no tema<sup>59</sup>.

A convocação de um evento científico por parte de Getúlio Vargas, tendo como objetivo a elaboração de um programa voltado para o atendimento a criança nos seus múltiplos aspectos, nos permitem algumas ponderações. Até então os congressos eram promovidos por iniciativa particular que, ao final dos trabalhos, apresentavam pareceres e sugestões no sentido de concorrer para a assistência a infância. A convocação do evento com a participação de especialistas na área dando-lhes a incumbência de apontar caminhos para equacionar tal questão, pode significar que Vargas reconhecia a competência do saber científico para elaborar programas de ação, cabendo ao Estado a organização, administração e fomento de tal programa; que o projeto de disciplinarização da infância que se pretendia construir não foi um projeto *varguista*, embora este tenha exercido papel determinante. Consoante aos dados apresentados até então, sugerimos que o projeto voltado para infância partiu de elites intelectuais, envolvidas em debates políticos e econômicos, nos quais Getúlio Vargas estava inserido. Projeto este que Vargas abraçou e tentou colocar em prática, como veremos a seguir.

---

<sup>57</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XIX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. p. 367,368. Citado anteriormente por: MARIANO, Hélio Alexandre. *A Assistência à Infância e o Amparo à Maternidade no Brasil entre o Público e o Particular (1927-1940)*. Tese de Doutorado. ASSIS (S.P): UNFESP, 2006.

<sup>58</sup> *A Noite*. nº0776. Rio de Janeiro, 19 de julho de 1933. P.3

<sup>59</sup> *Correio do Paraná*. Nº 393. Curitiba, 1 de setembro de 1933. p.1.

Realizada no período de 17 a 26 de setembro de 1933, na cidade do Rio de Janeiro, a Primeira Conferência Nacional de Proteção à Infância (CNPI) debateu sobre diversos temas, tais como a mortalidade infantil; o problema dos lactários; assistência obstétrica; ensino de puericultura; alimentação de crianças; asilo para crianças; serviços de higiene infantil e pré-natal; enfermeiras visitadoras e outros inúmeros temas relacionados à criança nos seus variados aspectos. Embora todos os temas tenham gerado intensos debates, as sessões de higiene e educação despertaram debates mais acirrados, segundo registrou o periódico *O Jornal*, do Rio de Janeiro<sup>60</sup>.

No decorrer do evento, olhares diferenciados sobre a infância confluíam para a mesma questão: a infância no Brasil estava doente, estava enferma, se perdendo de forma irremediável. Urgia, portanto, tratar, curar e reabilitar. As análises convergiam ao reconhecer que o problema da criança apresentava três faces: a de natureza médica, a de natureza moral e a de natureza educacional<sup>61</sup>. Entretanto, divergiam quanto a forma de tratá-las e quanto a ser considerada como prioridade. Esse dissenso pode ser percebido nas teses, nos discursos e debates promovidos no evento. Como exemplo citamos fragmentos dos discursos de abertura proferidos pelo presidente da comissão executiva do CNPI, Olintho de Oliveira, e pelo médico Martagão Gesteira, ambos proeminentes representantes da elite médica especializados na questão da criança. Olintho de Oliveira, embora reconhecendo ser alta a mortalidade infantil no Brasil, chama a atenção para o fato de que “as crianças não necessitam apenas ser defendidas contra a morte; precisam também de ser protegidas eficazmente contra todos os males suscetíveis de torná-las, na idade adulta, inúteis, invalidas, prejudiciais a si, a sociedade e a pátria, moral e materialmente”<sup>62</sup>. Em outras palavras, a proteção, a “salvação” da criança tinha como escopo principal o uso que se poderia fazer de suas forças posteriormente, quer como soldado, quer como trabalhador<sup>63</sup>. Entendemos que para o orador, não apenas os males físicos deveriam ser prevenidos ou curados. A preocupação em desenvolver a moral e o

---

<sup>60</sup> *O Jornal*, nº 4332. Rio de Janeiro, 3 de dezembro de 1933.p.3

<sup>61</sup> *Jornal do Comércio*, nº 225. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1933.p.4

<sup>62</sup> *Correio do Paraná*, nº 412. Curitiba, 25 de setembro de 1933.p.3

<sup>63</sup> Neste momento nos reportamos à análise sobre os *Congressos Panamericanos Del Niño*, ocorridos em diversos países entre 1916 a 1948. Para o autor, nesses congressos foram projetadas inúmeras alternativas de ações assistenciais e repressivas visando preparar a criança para a vida adulta, quer como soldado, quer como trabalhador. NUNES, Eduardo Silveira Netto. *A Infância Como Portadora do Futuro: América latina (1916-1948)*. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2011.p.71

caráter “sadios” nas crianças deveria preceder ou estar em concomitância à preocupação com a saúde física das mesmas.

Enquanto isso, Martagão Gesteira, orador oficial das delegações estaduais<sup>64</sup>, em sua preleção destacou três pontos por ele considerados cruciais para que um programa de assistência a infância no Brasil viesse a se tornar exitoso: a união de esforços entre o Governo Central e os governos estaduais; a colaboração de esforços entre as ações de caráter oficial e as de iniciativa privada. A estratégia partia do pressuposto de que agindo de forma isolada tanto a União como as obras beneméritas da iniciativa particular se perderiam, mostrando-se fragmentárias, ineficientes e improdutivas<sup>65</sup>. Por fim, o outro ponto que Martagão Gesteira acreditava que deveria vir a relevo de acordo com a sessão preparatória ocorrida no dia anterior, refletia

o parecer da maioria dos delegados estaduais aqui presentes. O de que a atual Conferência deve fazer convergir, sobretudo os seus esforços, para aquela face do problema de maior, de mais urgente e momentosa gravidade: a face médica nos seus dois aspectos: prophylaxia e assistência. Os dois outros lados do problema da criança brasileira – o moral e o educacional – devem incontestavelmente, indubitavelmente ser, quanto antes, cuidado com o máximo zelo, com o maior carinho pelos poderes públicos. Mas o que urge, acime de tudo, o que esta grandiosa Conferência deve timbrar, acima de mais nada em cuidar, é de arremecer à voragem da morte, essas centenas de milhares de criancinhas, ceifadas entre nós anualmente e que representa um capital formidável roubado a nação pela dolorosa incúria dos que estavam no dever irreccorrível de poupar-o<sup>66</sup>.

E que os pequeninos brasileiros, prossegue Martagão, “se criem em condições de rigidez physica, para que não se realize a obra improdutora e irrisória de manho moral e cultural num organismo estropiado pela doença ou entanguido pela fome”<sup>67</sup>

Sugerimos que o último ponto abordado pelo orador representante dos delegados estaduais traduzia o posicionamento de grande parcela dos setores sociais temerosos com a questão da infância no País. Desta feita, pensava-se que um organismo debilitado não seria campo fértil para a implantação de valores morais e patrióticos. O investimento em educação no sentido de preparar para o mundo do trabalho ou para servir a pátria, poderia vir a ser totalmente desperdiçado se, anteriormente, não houvesse um grande empenho

---

<sup>64</sup> Embora, representantes dos estados tenham sido enviados a Primeira Conferência, infelizmente a documentação não permitiu identificar os representantes do Norte no evento.

<sup>65</sup> *Jornal do Comércio*, nº 225. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1933.p.5

<sup>66</sup> *Jornal do Comércio*, nº 225. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1933.p.5

<sup>67</sup> *Jornal do Comércio*, nº 225. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1933.p.5

em garantir assistência e saúde. Imaginava-se que o tempo de uso dessa força de trabalho seria reduzida pela falta de condições físicas, isto caso viesse a alcançar a idade de se fazer uso dessas forças. Em outras palavras, seriam inócuos os investimentos em educação moral e escolar se as crianças fossem mal alimentadas e debilitadas fisicamente, não devendo esperar que estas viessem a desempenhar na sociedade o papel que delas se esperava – como futuros trabalhadores ordeiros e obedientes. As questões de saúde estavam atreladas ao imperativo de uma formação “moral” adequada. Se fazia necessário, portanto, disciplinar a infância.

Analisando a partir desse prisma, inferimos que a percepção de Martagão não representava as vozes divergentes pois eram faces da mesma “moeda”, faces de um processo civilizador. O dissenso se dava em relação a prioridade que se acreditava que deveria ser dada ao saber médico, devendo este sobrepor a questão moral e educacional.

O discurso de Olintho de Oliveira, citado anteriormente, também reverberava em outros segmentos sociais. Isso é o que podemos depreender da notícia publicada no jornal *Correio do Paraná*, na qual constava parte do discurso proferido pelo médico na sessão inaugural da Conferência. Ao comentar a fala do orador, o articulista do jornal enalteceu o discurso e concluiu que o problema da formação da raça “não admite soluções unilaterais ou restritivas”. Para o jornalista,

salvar a vida humana é importante, mas não é tudo. Impõe-se, pois, combater as moléstias e arrebatá-la à morte a criança; mas impõe-se, sobretudo, aproveitar a vida salva, e de um modo a converter o homem em fator moral, econômico e social realmente eficiente<sup>68</sup>.

O comentário do jornalista permite entrever uma percepção utilitarista da infância empobrecida. Esta deveria sim, com todo empenho, ser cuidada, tratada e salva. Entretanto, a obra maior seria tornar essa criança útil à sociedade pois assim poderia compensar, por meio do seu valor econômico, o que nela foi investido pelo poder público.

Como produto final da Conferência Nacional de Proteção à Infância foram apresentadas indicações para Organização da Proteção da Criança no Brasil. Alguns dos itens apontados já constavam no *Código de Menores* de 1927, outros até então não haviam sido contemplados. Dentre as indicações destacamos: garantia de saúde, educação, repouso, conforto e divertimento às crianças mais necessitadas; garantir por meio da

---

<sup>68</sup> *Correio do Paraná*, nº 412. Curitiba, 25 de setembro de 1933.p.3

Constituição Federal a proteção da família, da maternidade e da infância; reorganização e/ou criação do Conselho de Assistência e Proteção à Infância nos estados brasileiros; proteção aos filhos ilegítimos; proteção das famílias numerosas; garantia de defesa física e moral das crianças; educação popular com noções de higiene; assistência alimentar; criação de asilos e hospitais infantis; fiscalização do trabalho do menor; criação de escolas maternais; promoção de concurso de robustez, de aleitamento materno e da casa pobre mais asseada, etc<sup>69</sup>.

Essas e outras diretrizes, frutos de intensos debates dos “homens das ciências”, indicam a percepção preconceituosa que as elites – intelectual, médica e jurídica, dentre outras – reservavam para as famílias populares. Estas seriam as responsáveis diretas pelo elevado índice de mortalidade entre crianças, impedindo que essas forças se desenvolvessem e servissem ao seu meio. De acordo com essa percepção, os modos de vida dessas famílias, sua falta de hábitos higiênicos e morais deveriam ser severamente combatidos por meio da intervenção direta e sistemática do Estado. Dessa forma se deslocava para as famílias empobrecidas a responsabilidade pela extrema pobreza em que viviam e que resultava em doenças e mortes prematuras, não sendo questionada as profundas desigualdades sociais oriundas da intensa exploração a qual a classe trabalhadora era submetida. Nossas considerações podem ser ilustradas pelas ponderações do médico Edgar Braga, sobre a Conferência Nacional de Proteção à Infância, da qual iria participar na condição de delegado paulista. Para este congressista, as causas dos males da infância poderiam ser traduzidas em duas questões: a falta de assistência à mulher grávida e a falta de educação sanitária para o povo <sup>70</sup>.

Em novembro do mesmo ano, ao se apresentar na instalação da Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas se referia aos trabalhos dos congressistas na Conferência Nacional de Proteção à Infância, como de imensurável relevância para o destino do País, pois consubstanciava “em cláusulas precisas, sugestões práticas a indicar aos poderes públicos os métodos e diretrizes a seguir na obra de proteção da infância brasileira”<sup>71</sup>. Tais métodos e diretrizes serviram de subsídios para muitos dos debates das sessões da Assembleia Nacional Constituinte que passou a ser o novo palco de discussão dos caminhos a serem pensados para as crianças pobres e suas famílias.

---

<sup>69</sup> *Jornal do Comércio*, nº 229. Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1933. p.7.

<sup>70</sup> *Correio de São Paulo*, nº370. São Paulo, 23 de agosto de 1933.p.1

<sup>71</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional,1937, p.112.

No dia 15 de novembro de 1933, na cidade do Rio de Janeiro, em sessão solene foi instalada a Assembleia Nacional Constituinte cujos trabalhos resultariam na nova Carta Magna brasileira, que substituiria a Constituição de 1891<sup>72</sup>. No ato da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, o Chefe do Governo Provisório, Getúlio Vargas, compareceu à solenidade para prestar contas dos seus atos frente a administração do governo. Na mensagem apresentada aos constituintes, ao fazer referência a assistência social, Getúlio Vargas considerava que até então o Estado não havia se dedicado a medidas de proteção à infância; que as ações que se voltaram para os menores não traziam no seu bojo a assistência necessária que estes necessitavam, mas apenas os retiravam das “vias públicas e dos centros de contaminação viciosas”<sup>73</sup>.

No transcorrer dos trabalhos da Assembleia, temas relacionados a infância receberam acurada atenção dos constituintes que se debruçaram longo período a debater sobre a assistência à maternidade, assistência à infância, família, educação, saúde e trabalho da criança e dos jovens<sup>74</sup>. Nos registros diários dessas discussões podemos perceber as ideias que perpassaram os debates na elaboração das leis que se voltaram para as crianças com a promulgação da Constituição de 1934<sup>75</sup>.

No que se refere a assistência à infância, havia consenso entre os constituintes que as crianças, filhas das camadas menos favorecidas economicamente, necessitavam ser amparadas pelo Estado. Entretanto, esse atendimento não deveria ser individualizado, mas sim estendido a todos os membros da família. Procurando alcançar a família através da criança, algumas propostas defendiam a assistência à maternidade em famílias numerosas, como meio de proteger aquelas que possuíssem pouco ou nenhum recurso

---

<sup>72</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937, p.41

<sup>73</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937,p.113

<sup>74</sup> Trabalhando com a mesma documentação, Esmeralda Blanco B. de Moura assevera que “os diagnósticos sobre a condição da infância brasileira apontaram, insistentemente, para aspectos da saúde, educação e trabalho”. MOURA, Esmeralda Blanco B.de. O fim, o meio e a forma: o Brasil desejado, a infância e a lei na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: Mota, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. (orgs) In: *Infância e Saúde: perspectivas históricas*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2009. P21 a59.

<sup>75</sup> Os Anais da Assembleia Nacional Constituinte conformam farta documentação composta de 22 volumes contendo a transcrição das sessões dos trabalhos realizados durante a vigência da Assembleia. Atualmente encontram-se digitalizados e disponíveis no site da Biblioteca Nacional Digital Brasileira: <http://memoria.bn.br/hdb/uf.aspx>. Nessa reflexão sobre as concepções que nortearam os debates na Assembleia Nacional Constituinte nos inspiramos nos trabalhos: MARIANO, Hélio Alexandre. *A Assistência à infância e o Amparo à Maternidade no Brasil entre o Público e o Particular (1927-1940)*. Tese de Doutorado. Assis (SP): UNIFESP, 2006; MOURA, Esmeralda Blanco B.de. O fim, o meio e a forma: o Brasil desejado, a infância e a lei na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: Mota, André; SCHRAIBER, Lilia Blima (orgs) In: *Infância e Saúde: perspectivas históricas*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2009. p. 21-59.

para manutenção de seus membros<sup>76</sup>. Dessa forma se pretendia proteger o futuro pois acreditavam que resguardando a criança que ainda estava no ventre, seria uma forma de garantir a proteção da raça<sup>77</sup>. Nessa perspectiva, à mãe caberia papel de destaque. Se ela adquirisse os hábitos de higiene, seus filhos estariam menos vulneráveis às doenças. Defendia-se então a educação sanitária para as mães pois dessa forma ela seria uma espécie de guardiã do lar, mantendo-o saudável, afastando as doenças, reduzindo a mortalidade infantil. Seria uma grande colaboradora na higiene social<sup>78</sup>.

A tentativa de disciplinarização da família não foi exclusiva para o governo de Getúlio Vargas. Em instigante trabalho Jurandir Freire Costa analisa como se deu esse processo no Brasil Colônia, quando o alvo das investidas governamental era, inicialmente, a chamada *família patriarcal*. Para ela foram direcionadas diferentes estratégias no sentido de tentar submeter esses grupos familiares, que, fechados em si, representavam um poder local independente do Governo Central<sup>79</sup>.

No nosso caso, o olhar disciplinador se voltava para as famílias empobrecidas. Nos reportando a Foucault, a criança seria a armadilha de pegar adulto<sup>80</sup>. Por meio de medidas direcionadas à assistência e proteção da prole, se esperava criar novas formas de vida, novos costumes para famílias menos favorecidas. Em outras palavras, por meio da criança se pretendia alcançar os adultos.

Propostas para que o Estado finalmente assumisse a responsabilidade de oferecer assistência a essas famílias não faltaram. Alegava-se que os poderes instituídos não poderiam permanecer se eximindo dessa responsabilidade, papel até então assumido pelas instituições filantrópicas, ainda que de forma incipiente. O Governo Central deveria dividir com os estados, municípios, territórios e o Distrito Federal a assistência,

---

<sup>76</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936. p. 275-277.

<sup>77</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: rio de janeiro, 1936. p. 275-277.

<sup>78</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: rio de janeiro, 1936. volume XI p.275-277. Em pesquisa para a cidade de São Paulo nos anos 20, Heloisa Rocha demonstra que a preocupação com a educação sanitária da população operária se deu de diferentes formas, com a utilização de diferentes estratégias por parte de médicos higienistas e sanitaristas cuja preocupação central seria a “formação de uma consciência sanitária” entre os trabalhadores. ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Higiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, S.Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

<sup>79</sup> COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>80</sup> FOUCAULT, M. (2002). *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.p.387

organizando-a de forma a obter resultados eficientes<sup>81</sup>. Quanto ao papel feminino nos serviços de assistência, propugnava-se que mulheres seriam naturalmente qualificadas para assumir serviços especializados relacionados a assistência, pois supunham inerente a figura feminina a aptidão para ações humanitárias<sup>82</sup>. Nesse sentido, fazia-se necessário que as obras relacionadas a maternidade e a infância fossem entregues preferencialmente as mulheres habilitadas.

De acordo com os constituintes, o chamado menor abandonado mereceria atenção especial por ser considerado mais necessitado. Este deveria ser amparado haja visto muitos serem encaminhados pelos próprios pais para mendicância. Outros, entretanto, fugiam da vida miserável em que viviam nas pequenas cidades ou vilarejos, atraídos pelos atrativos das ruas das cidades grandes, passando a dormir nas praças<sup>83</sup>. Esses menores, “são as pequenas mariposas, cujas asas se queimam na própria luz”. Neste caso, “ampará-los quer dizer abrigal-os, internal-os, impedindo, portanto, as explorações, os vícios e a propagação de moléstias”<sup>84</sup>. Sugerimos que, nessa perspectiva, por meio da reclusão se tentava proteger o menor da exploração e do vício e, concomitante a isto, proteger a sociedade do menor.

Podemos perceber duas faces da assistência defendida: uma a ser praticada com as famílias necessitadas, por meio de educação higiênica, pré-natal, etc. A outra por meio da reclusão. Recurso este destinado também aos necessitados, todavia praticados contra os necessitados que se recusassem a se enquadrar nas normas estabelecidas.

Acreditava-se que a assistência à infância poderia resolver duas questões consideradas primordiais: a mortalidade infantil e o povoamento do território brasileiro, tão necessitado de braços para o trabalho.

a mortalidade infantil, resultante da falta de educação, enche os quadros estatísticos, 50 %, 60 %! Assombroso num país que suplica por braços de todas as cores, todas as raças! E, por falta de assistência, há

---

<sup>81</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.p275a277.

<sup>82</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.p275a277.

<sup>83</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: rio de janeiro, 1936.p275a277.

<sup>84</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume XI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936.p275a277.

localidades, como definiu alguém, em que se nasce, se morre, mas não se vive<sup>85</sup>.

Dentre as causas da mortalidade infantil apontava-se os problemas originados pela ausência ou má qualidade da alimentação<sup>86</sup>. A solução seria “instituir uma assistência alimentar em vasta escala, visando principalmente a tenra infância, e estendendo-a gradualmente as outras idades e a gestante e a mãe nutriz, procurando os seus beneficiados nas mais baixas camadas da população”. Após a expansão desses serviços, que se criassem lactários para distribuir às crianças pobres e malnutridas porções de leite. Gradativamente se atenderia as crianças em idade escolar e por meio de construção de creches e visitas de enfermeiras em domicílios<sup>87</sup>.

A ideia era que esse serviço se ampliasse a ponto de atender não somente a população de baixa renda da capital, mas que alcançasse os moradores do interior dos estados. Esta seria uma forma de manter o homem no campo, de modo que este não ficasse tentado a ir buscar na cidade melhores condições de vida. Resolvendo o problema da mortalidade infantil e melhorando as condições de vida no campo se acreditava que “povoaríamos rápida e magnificamente o nosso território, em lugar de enchê-los com assírios e outros indesejáveis de quaisquer matizes”<sup>88</sup>.

A alimentação, esclarece Erico Muniz, a partir da década de 1920 passou a ser percebida e valorizada “como fator responsável por elevar os padrões de vida da população e como métodos preventivos de doenças”, principalmente após a criação da organização de saúde da Liga das Nações<sup>89</sup>. Para Muniz, foi por volta da década de 1940 que no Brasil profissionais das ciências, dentre eles os médicos nutrólogos, estabeleceram estreita relação entre o “mundo da alimentação” e o mundo do trabalho. A partir deste prisma, propiciar alimentação adequada aos trabalhadores, para além da garantia de

---

<sup>85</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume VII. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1935. p.105

<sup>86</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XII, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936.p. 110.

<sup>87</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XII, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936. p.111.

<sup>88</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XII, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936. p.110. O tema migração promoveu longos e acalorados debates entre os constituintes, sobre o tipo de imigrante que se desejava para “povoar” o território que se pretendia vazio. Nos diversos volumes que compõem os Anais da Assembleia Nacional Constituinte podemos identificar a percepção que essa elite tinha sobre o tipo de trabalhador desejado.

<sup>89</sup> MUNIZ, Érico Silva Alves. *Comida, Trabalho e Assistência Social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947)* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. 2014. p.38.

direitos a essa fração da população, seria garantia de aumento da força de trabalho, o que acarretaria em elevação da produção industrial. Para esses profissionais, mais importante que alimentar seria fornecer educação alimentar as crianças e aos trabalhadores de forma geral<sup>90</sup>.

Entretanto, pouco ou nada adiantaria apenas garantir uma campanha educativa alimentar ou a propagação de práticas higiênicas. Para alguns constituintes, não seria “apenas com gotas de leite e com creches” que se resolveria “o problema sanitário da criança”<sup>91</sup>. Seria necessário, além de uma obra assistencial de vulto, incluindo educação sanitária e alimentar, que os trabalhadores passassem a ter melhores salários que garantissem suprir suas necessidades com alimentação e sua sobrevivência de forma geral<sup>92</sup>.

O olhar divergente dos constituintes sobre as causas da elevada mortalidade infantil no Brasil era reflexo do dissenso existente sobre esse tema no campo do saber médico, o que pode ser evidenciado nas teses médicas do referido período. Citamos como exemplo duas teses médicas que versavam sobre questões relacionadas a saúde da criança na cidade de Belém, apresentadas a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará.

Almejando o título de Doutor em *Sciencias Médico-Cirúrgicas*, no ano de 1928 Antônio Simões Pereira apresentou à Cadeira de Clínica Pediátrica Médica e Hygiene Infantil, a tese intitulada *Mortalidade Infantil em Belém*<sup>93</sup>. Dentre várias questões analisadas pelo autor, Antônio Pereira reconhecia o estado de pobreza vivenciado pela maior parte da população belenense. Entretanto, o autor atribuía a alta mortalidade infantil ao desconhecimento de hábitos elementares de saúde tais como os preceitos de higiene e a alimentação adequadas as crianças recém-nascidas<sup>94</sup>. Para Pereira,

era justamente nos bairros pobres onde o higienista mais dificuldades encontra em pôr em execução as medidas necessárias a boa conservação

---

<sup>90</sup> MUNIZ, Érico Silva Alves. A Ciência e a Mandioca: os hábitos alimentares na Amazônia e a obra de Dante Costa. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. XI, n.2. 2015. pp.56-80. <http://www.ufpa.br/historia/Estudos%20Amazonicos/2015/Erigo%20Muniz.pdf> acesso: último acesso: 16/01/2018.

<sup>91</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XII. Volume XII, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936.p.361,362.

<sup>92</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XII. Volume XII, Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1936.p.361,362.

<sup>93</sup> GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Os Discursos dos Médicos do Estado do Pará nas Teses de “Doutoramento ou Inaugurais” (1929-1954): saúde, assistência e educação da infância pobre*. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2016. p.60.

<sup>94</sup> GUIMARÃES,. *Os Discursos dos Médicos...op.cit.* p. 225.

da saúde, e mais tem de lutar com a ignorância das classes proletárias, barreira quase intransponível; mais necessário se torna a execução dos preceitos sanitários tendentes a diminuir o grande número, que aqui se observa, de creanças mortas<sup>95</sup>.

Em análises sobre as referidas teses médicas, Jacqueline Guimarães atesta que diversos fatores contribuíam para a elevada incidência de óbitos entre as crianças belenenses, principalmente os fatores de ordem socioeconômico que resultavam na fragilidade física quer das mães, quer das crianças<sup>96</sup>.

De fato, a tese apresentada à Cadeira de Hygiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, por Anísio de Mendonça Maroja, no ano de 1930, ao tratar sobre O problema da tuberculose em Belém, discorre detalhadamente sobre as condições de moradia da população belenense. Conforme Maroja,

Nos bairros proletários de Belém, pelos subúrbios escasseiam as moradias construídas cientificamente, isto é, segundo os preceitos da hygiene moderna. Há nelles a predominância das “barracas”, typo de habitação insalubre e inesthetico, e do qual, de acordo com a cobertura, podemos distinguir duas variedades: a que é coberta com telhas de zinco e a que apresenta cobertura de palhas, em regras palhas de palmeira ubussú.

São péssimas as condições hygienicas dessas moradias, quer no que se relaciona ao typo, quer no que diz respeito ao material empregado em sua construção.

Moradias de dimensões acanhadíssimas dão, em regra, guarida a um número excessivo de moradores. Em aposentos de cubagem para duas ou três pessoas, agasalham-se à noite seis, sete ou mais indivíduos. A aeração já insufficiente pela falta de abertura para o exterior, torna-se portanto nulla<sup>97</sup>.

Ao evidenciar as condições de vida e moradia vivenciadas pela população menos favorecida de Belém, Maroja coloca em relevo o que considerava reais fatores para que doenças prosperassem nesses ambientes, tornando a moradia dessa população em permanentes focos de doenças. A partir dessa perspectiva, Maroja confronta a tese de que as doenças comuns entre as crianças encontrassem na ignorância atribuídas as famílias

---

<sup>95</sup> PEREIRA, Antônio Simões. *Mortalidade Infantil em Belém (contribuição ao estudo de suas causas)*. Tese da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. 1929. Apud: GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Os Discursos dos Médicos...*op.cit. p.60.

<sup>96</sup> GUIMARÃES,. *Os Discursos dos Médicos...*op.cit. p.218.

<sup>97</sup> MAROJA, Anísio de Mendonça. *O problema da tuberculose em Belém*. Tese apresentada à Cadeira de Hygiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Belém: 1930. Apud: GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Os Discursos dos Médicos...*op.cit. p.219.

empobrecidas por Pereira, solo fértil para propagação de enfermidades. Ao contrário, para Maroja, as desigualdades sociais encaminham as famílias de trabalhadores para as enfermidades. Consoante a tese de Maroja,

Em Belém, o custo elevado da vida, que, dia a dia, cada vez mais se acentua, em contraste com exíguos rendimentos da quase totalidade de nossos habitantes, deu em resultado o que seria inevitável: a deficiência alimentar, a hypoalimentação das classes menos abastadas, que constituem a maioria da nossa população; deficiência assim quantitativa como qualitativa, pois em geral o nosso povo além de consumir uma soma reduzida de alimentos, utiliza-se também de gêneros em grande parte deteriorados e pobres em alimentos nutritivos<sup>98</sup>.

Desloca, então, a responsabilidade normalmente atribuída às famílias empobrecidas, denunciando a baixa remuneração a que estava submetida a classe trabalhadora, o que tornava proibitivo o acesso a alimentação considerada adequada para as famílias pobres. Prossegue o autor,

O nosso proletário, o homem do povo, alcança pelo seu trabalho uma parca remuneração, que daria apenas para sua subsistência. Com esses fracos recursos é ele, porém, na maioria das vezes, forçado a prover as necessidades de numerosa família. Nessas condições, bem se compreende que os indivíduos de uma tal família, não podem absolutamente receber alimentação suficiente e sadia, rica em princípios nutritivos, ou pelo menos uma parcela de alimentos capazes de fornecerem necessárias ao funcionamento orgânico<sup>99</sup>.

A extrema pobreza das famílias proletárias belenenses retratadas na tese médica de Maroja, ao que tudo indica não era realidade muito distante das demais localidades no Norte do Brasil. No estado do Amazonas, o quadro de miséria vivenciado pela maior parcela de sua população, causava temores entre as camadas dirigentes locais. A partir dessa ótica, a assistência às famílias empobrecidas não foi percebida apenas como forma de garantir futura mão de obra ou de minorar a extrema pobreza vivenciada por grande parte da população. Para alguns poderia servir como meio de afastar as ideias do chamado *credo vermelho* que se espraiavam não apenas nas capitais brasileiras, mas também e cada vez mais crescente para o interior. Foi com esta preocupação que Álvaro Maia,

---

<sup>98</sup> MAROJA, Anísio de Mendonça. *O problema da tuberculose em Belém*. Tese apresentada à Cadeira de Higiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Belém: 1930. Apud: GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. Os Discursos do Médicos do Estado do Pará nas Teses de “Doutoramento ou Inaugurais” (1929-1954): saúde, assistência e educação da infância pobre. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2016. p.230

<sup>99</sup> MAROJA, Anísio de Mendonça. Apud: Guimarães, p.230.

constituente pelo estado do Amazonas, alertou para a premente necessidade de levar assistência às famílias amazonenses empobrecidas. Estas, frisava Maia, vivendo na miséria, junto às doenças, falta de alimento e medicação, poderiam se tornar receptivas as ideias subversivas<sup>100</sup>. Maia alertava que no interior do Amazonas a propaganda socialista se espalhava de forma rápida e em solo fértil devido as condições de penúria vivida por essa população. Acreditava o constituinte que a assistência à essas famílias poderia afastar as ideias socialistas pois “com inúmeras famílias sem assistência hospitalar e medicamentosa, ninguém pode impedir a influência daquelas doutrinas que prometem desescravizar o homem rural”. Devia-se, portanto, “ouvir o povo humilde, para que não faça a sua revolução”<sup>101</sup>.

A preocupação de Álvaro Maia com a possibilidade de o povo vir a rebelar-se não era infundada pois conforme desnuda a historiografia local, revoltas populares na região foram muito mais frequentes do que se imagina<sup>102</sup>. Nesse sentido, tal produção encaminha a se pensar em uma *Amazônia insurreta*. Essa perspectiva parece ser compartilhada por Álvaro Maia por temer que ideias externas viessem a despertar novos sentimento de revoltas. Maia reconhecia que a população empobrecida manifestava sua revolta muito anteriormente a propagação do *credo vermelho*, vide a Cabanagem e outros atos de rebeldia por ele citados. Maia não desconsiderava as ideias próprias de revolta e de luta desses povos, nem desprezava a autodeterminação da população local. Receoso que as ideias socialistas viessem servir como novo “combustível” para protestos ou formas de rebeldia, alertava aos constituintes sobre a necessidade de mitigar as mazelas que afligiam populações pobres amazônicas.

---

<sup>100</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1935. P.101,102,106.

<sup>101</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte 1933/1934. Volume VII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1935. Pg. 101. Álvaro Maia relata que “Visitando mais de uma vez, barracas de agricultores, tive ensejo de ver- folhetos e cartazes em espanhol, bradantes pela reação comunista. Um, então, era bem expressivo: operário robusto, musculoso, em andrajos, apoiado a um alvião, perto da família em penúria, com os filhos magros, cobertos de farrapos; a porta do arranha-céu, que o faminto ajudou a levantar, o gordo proprietário, refastelado num precioso automóvel, sob mil agasalhos. "Por que não reages?", eis a legenda. Reage por ti, ao menos pelos teus filhos, e o mundo será teu!"

<sup>102</sup>PINHEIRO, Luis Balkar S.P. Revoltas Populares no Grão-Pará (1823-1832). In: *Amazônia em Cadernos*. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, n.7/8. 2001/2002. p.67a80; PINHEIRO, Luis Balkar S.P. *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC,1998; RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Revista Tempo*: Niterói, vol.11 no.22, 2006. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_dossie/v11n22a02.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/v11n22a02.pdf); CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2017.

A documentação evidencia que os debates sobre as formas de resolver o problema da infância brasileira garantindo o atendimento de suas necessidades por meio da nova Carta Magna que estava sendo gestada, traziam no seu bojo a preocupação com a mão de obra futura e o melhoramento da raça. Nas justificativas de propostas são frequentes argumentos alegando a importância de oferecer assistência à infância como forma de garantir crianças e adolescentes saudáveis, aptos para o trabalho. Muitas dessas exposições encerravam com: “como forma de que eles possam cumprir a sua missão com o maior bem-estar e o maior rendimento possível”<sup>103</sup>; “que nós devemos realizar para assegurar-lhes a existência e para que elas possam tornar-se elementos úteis a si, a sociedade e a pátria”<sup>104</sup>. Por meio da infância se acreditava ser possível melhorar a raça, o que se faria por meio da educação eugênica. A partir dessa lógica, a assistência era justificada sob argumentos de haver “graves fatores nocivos a formação de uma raça numerosa, forte e sadia”<sup>105</sup>; “Na obra de multiplicação, conservação e aperfeiçoamento de nossa raça, nenhum trabalho, conseqüentemente, mais lógico e de maior rigor científico que o de cuidar da prosperidade física, intelectual e moral da infância”<sup>106</sup>.

Ao procurar vislumbrar a percepção de infância que perpassava os debates na Assembleia Constituinte, arriscamos a afirmar que a infância foi percebida como um espaço de tempo natural da vida, marcado pela fragilidade e inocência que caracterizava esse período. Fragilidade pela ausência de vigor físico, motivada por diversos fatores externos que tornavam suas crianças fracas e suscetíveis a enfermidades, encaminhando-as não poucas vezes a morte. Crianças poderiam vir a ser facilmente influenciadas pelo meio, devendo, portanto, ser protegidas de ambientes considerados nocivos. Percebidas como seres frágeis e de fácil modelagem, à criança deveriam ser dirigidas ações que lhes garantissem o vigor físico, intelectual e moral. A infância passava a ser o centro de um processo disciplinador. Quanto ao papel de Getúlio Vargas nesse processo, sugerimos que foi o de maestro de uma partitura elaborada pelas elites brasileiras, da qual ele fazia parte e coadunava com os mesmos interesses.

---

<sup>103</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1936.p.72.

<sup>104</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1936.p.72

<sup>105</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1936.p.109

<sup>106</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume XIV. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1936.p.376.

Entretanto, a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1935, não refletia os veementes e apaixonados discursos sobre a causa da infância debatidos durante os trabalhos de sua elaboração. Consoante a Esmeralda de Moura, muito se falou e muito se discutiu sobre a infância, entretanto pouco se fez no sentido de protegê-la efetivamente<sup>107</sup>. Com efeito, no que se refere a assistência e proteção à infância, a Carta Magna se voltou para a criança apenas no art. 141, que estabelece a obrigatoriedade em todo o território brasileiro do amparo a maternidade e infância e a contribuição da União, estados e municípios para efetivação dessa medida.

Essa negligência em relação a infância perpassa toda a década de 1930 ficando evidenciada nos registros que poucos municípios brasileiros possuíam organização de proteção à infância, pois a maioria “não possuía repartições de saúde pública, quanto mais serviços dedicados exclusivamente à infância”<sup>108</sup>. Embora o Governo Federal procurasse fomentar entre a população de forma geral, uma participação mais efetiva nessa campanha salvacionista, tudo indica que os resultados não eram muito animadores, pois ainda se considerava “inestimáveis os prejuízos que o Brasil sofre anualmente com a ceifa tremenda das crianças pelas mais variadas enfermidades, sobretudo das produzidas pela desnutrição”<sup>109</sup>. Na própria capital federal, equipada com hospitais e enfermarias para crianças, postos de puericultura e consultoria de pediatria, eram insuficientes para atender a demanda da população infantil <sup>110</sup>.

Se a sede do Governo Federal, Rio de Janeiro, não conseguia reunir condições satisfatória de atendimento à infância, o que dizer de uma cidade amazônica que um dia se pretendeu a *Paris dos Trópicos*? Sobre esse tema trataremos a seguir.

## **1.2 Assistência, Saúde e Proteção à Infância Manauara**

Os anos 30 para o estado do Amazonas foram marcados por intensa instabilidade política e econômica. Os resultados do Golpe de 1930 havia colocado no controle da administração pública Álvaro Botelho Maia, que de forma intermitente, se manteve à

---

<sup>107</sup> MOURA, Esmeralda Blanco B.de. O fim, o meio e a forma: o Brasil desejado, a infância e a lei na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: Mota, André; SCHRAIBER, Lilia Blima(orgs) In: *Infância e Saúde: perspectivas históricas*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2009.

<sup>108</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 98. Anexo do Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 3 de novembro de 1940.

<sup>109</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 51. Anexo do Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 28 de junho de 1939.

<sup>110</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 98. Anexo do Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 3 de novembro de 1940.

frente do governo durante o período de 1930 a 1945, ora como interventor, ora como governador<sup>111</sup>. A nomeação de interventores para os estados funcionava como mecanismo de controle sendo instrumento fundamental para a garantia do projeto de centralização política empreendido por Getúlio Vargas nos pós-30<sup>112</sup>.

A instabilidade política reinante no Amazonas pode ser percebida no número de interventores indicados entre 1931 a 1935. Em pesquisa sobre as interventorias do Norte, Dulce Pandolfi atesta que somente nesse período foram nomeados cinco interventores para o Amazonas<sup>113</sup>. Diante dessa vulnerabilidade Álvaro Maia buscou apoio nos setores tradicionais da economia envolvidos com o comércio e o extrativismo<sup>114</sup>. Com o apoio da classe conservadora e pautado em uma política assistencialista, Maia conseguiu hegemonia política local e certa harmonia na relação de forças dos grupos políticos do estado<sup>115</sup>. A atuação de Maia junto aos comerciantes locais e as classes mais populares, criaram um cenário propício para maior propagação dos ideais varguistas<sup>116</sup>.

No plano econômico o estado do Amazonas vivia intensa instabilidade decorrente da crise e derrocada do seu principal produto de exportação, a borracha. Roberto Santos considera que para a Amazônia os efeitos foram devastadores, comparáveis a um

---

<sup>111</sup> Amazonense, nascido no município de Humaitá, Álvaro Botelho Maia veio criança para Capital, onde fez seus estudos no Ensino Primário e Secundário, seguindo depois para o Rio de Janeiro. Exerceu atividades jornalísticas na Revista Aura, no Jornal do Comércio, Gazeta de Notícias, Diários Associados, entre outros. Autor de poesias, crônicas, ensaios, discursos e conferências, Álvaro Maia escreveu livros de destaques, dentre eles *Gente dos Seringais*, *Beiradão*, etc. Com formação acadêmica em bacharel em Direito, exerceu diversos cargos na administração pública, dentre eles, interventor, deputado, governador e senador. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

<sup>112</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e Partidos Políticos do Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976. Diversos autores corroboram com essa análise dentre eles: PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. LOPES, Raimundo Hélio. *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32*. Rio de Janeiro: CEPEDOC, 2014.

<sup>113</sup> PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: GOMES, Ângela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

<sup>114</sup> Sobre a proximidade de Álvaro Maia com esses segmentos, Maria das Graças P. Costa sugere que a indicação de Álvaro Maia para a interventoria do Amazonas estava intimamente relacionada com “a afinidade das ideias de Maia com certas propostas do movimento tenentista e, sobretudo, por ser uma clara referência tanto de setores tradicionais da economia ligadas ao comércio e extrativismo da borracha, quanto do segmento intelectual da sociedade amazonense”. COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito a Educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. UFMG: 2001.p.119.

<sup>115</sup> MONTEIRO, Eloína dos Santos. *Álvaro Maia: uma liderança cabocla*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 1997. P. 79/110.

<sup>116</sup> ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2009. p.40.

massacre ou cataclismo<sup>117</sup>. Seringais foram fechados e abandonados, casas aviadoras foram à bancarrota, etc. No domínio das finanças públicas, Santos esclarece que “a crise se manifestou não apenas pelo tombo da receita e o aumento do déficit, mas também por trazer à luz a grande desordem que imperava nos tesouros do Amazonas e Pará a longos anos”. Como exemplo cita os salários do funcionalismo público e magistrados atrasados por longos anos, fornecedores há anos sem pagamentos, dívida interna e externa de valor astronômico, dentre outros<sup>118</sup>.

Pesquisas mais recente nos advertem que os problemas sociais vivenciados na capital manauara não surgiram com a chegada da crise. Consoante Benta Litaiff Praia, “o cotidiano dos trabalhadores, mesmo durante o apogeu da economia gumífera foi permeado de dificuldades, de baixos salários, de longa jornada de trabalho e carestia de vida, que, agregados ao desemprego tornaram-se mais acentuados na vigência da crise”<sup>119</sup>. Nesse sentido, conclui a autora, “a crise trouxe em seu enalço novos problemas estruturais, econômicos e sociais, forçando a população cidadina a elaborar novas estratégias para continuar vivendo na cidade”<sup>120</sup>.

A depressão econômica iniciada na década de 1910 se estendeu para as décadas seguintes. No decorrer dos anos 20 e 30, o êxodo dos seringais contribuiu para o aumento das tensões sociais no estado do Amazonas e, com mais intensidade em sua capital, Manaus<sup>121</sup>. Levas de seringueiros abandonados nos seringais se dirigiam às cidades que por sua vez também sofriam as consequências da depressão econômica. A Segunda Grande Guerra, embora encarecesse ainda mais os produtos de primeira necessidade, trouxe, em certa medida, esperanças de reviver o *boom econômico* de décadas anteriores. Os Acordos de Washington, assinados em 1942 entre Brasil e Estados Unidos, estabeleceram que o Brasil forneceria borracha para os países aliados na guerra contra o Eixo. Para realização de tal intento implementou-se uma política de migração de mão de

---

<sup>117</sup> SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.p.257; também trabalha com o tema: Também trabalha com esse tema: WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

<sup>118</sup> SANTOS,. *História Econômica...op.cit.* p.257.

<sup>119</sup> PRAIA, Benta. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010. p.122.

<sup>120</sup> PRAIA,. *A Crise da Economia Gumífera...op.cit.* p.36

<sup>121</sup> MONTEIRO, Eloína dos Santos. *Álvaro Maia: uma liderança cabocla*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 1997. p. 109. Sobre o cotidiano dos seringais na Amazônia e os arranjos criados por seus moradores no sentido de sobreviver aos efeitos da crise, principalmente as mulheres, indicamos: WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alta Juruá*. Acre (1870-1945). Tese de Doutorado. USP: 1998.

obra do nordeste do País para os seringais da Amazônia<sup>122</sup>. Todavia a chamada Batalha da Borracha não trouxe os resultados esperados, conforme Luiz de Miranda Corrêa:

De muito pouco se beneficiou a Amazônia com essa segunda, e bem menos importante, fase gomífera. Se na primeira, por imprevidência dos comerciantes e dos homens públicos, as divisas carreadas serviam somente para construir cidades ou embelezá-las, em sua maior parte voltando aos países de origem, a segunda viria beneficiar tão somente o poder central, em detrimento da região produtora, a mais pobre e mais subdesenvolvida do país<sup>123</sup>.

Diante disso, a cidade de Manaus nas décadas de 1930 e 1940 não apresentava a decantada opulência de outrora. A derrocada do comércio extrativista da borracha havia deixado um rastro de residências suntuosas e prédios comerciais abandonados na área central da cidade amazônica que um dia se pretendeu a *Paris do Trópicos*<sup>124</sup>.

Entre os anos 30 e 40, Manaus chegou a marca de um pouco mais 106.000 habitantes<sup>125</sup>. De acordo com os dados apresentados na Mensagem do Prefeito à Câmara Municipal, a cidade apresentava profundos contrastes sociais e estava circunscrita aos bairros de Constantinópolis, Cachoeirinha, Tócos, São Raimundo, Colônia Oliveira Machado e Vila Municipal<sup>126</sup>. Enquanto neste último estavam localizadas as chácaras e residências de pessoas de prestígio como exemplo as ligadas ao extrativismo e o alto escalão de empresas estrangeiras prestadoras de serviços públicos, nos primeiros estavam

---

<sup>122</sup> Processos migratórios da região nordeste em direção a Amazônia são muito anteriores ao contexto aqui estudado. Sobre o tema sugerimos: LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo: Doutorado em História Social - USP, 2006; CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, 2011.

<sup>123</sup> CORRÊA, Luiz de Miranda. *A Borracha da Amazônia e a Segunda Guerra Mundial*. Manaus: Ed. Governo do Estado, 1967.p.23. Para historiografia mais recente sobre o tema sugerimos: SECRETO, Maria Verônica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007; LIMA, Frederico Alexandre Oliveira. *Soldados da Borracha: das vivências do passado às lutas contemporâneas*. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014; FONTES, Edilza Joana Oliveira. *A Luta dos Soldados da Borracha por Justiça e Reparação: entrevista com José Ayres de Almeida*. Site: <http://www.multimidia.ufpa.br:8080/jspui/handle/321654/1099> acesso: 20 de março de 2016; GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva: histórias da migração nordestina para a Amazônia*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: 1999.

<sup>124</sup> Em pesquisa sobre a cidade de Manaus para os anos 40, Carlos Costa a descreve como “uma cidade com muitos problemas sociais, como doenças, prostituição, mendicância, exploração do trabalho de mulheres e de menores em fábricas, além de conviver com um enorme crescimento populacional, num momento em que o estado e o País passavam por crises financeiras. COSTA, Carlos. *O Caminho não Percorrido: a trajetória dos assistentes sociais masculinos em Manaus*. Manaus: 1995. p.65.

<sup>125</sup> <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6&uf=00>. Consultado em:02 de setembro de 2015.

<sup>126</sup> Mensagem do Prefeito a Câmara Municipal de Manaus (abril de 1937) Manaus: Tipografia Phenix, 1937. Incluímos nessa relação a Colônia Oliveira Machado que, embora não seja citada como bairro pela referida documentação, assim era denominada pela população e imprensa manauara.

concentrados a maior parcela dos setores populares da capital amazonense<sup>127</sup>. Eram majoritariamente trabalhadores, ou “sem trabalho”, que habitavam os espaços afastados da área central nos quais os serviços públicos eram escassos ou totalmente inexistentes.

Ser morador dos bairros de São Raimundo e Constantinópolis era como morar em outra cidade. Separados da área central da urbe por igarapés, as embarcações se tornavam o único meio de acesso. Canoas e catraias eram os transportes utilizados tanto por moradores destes bairros quanto pelos que habitavam a área central e se dirigiam aos arrabaldes<sup>128</sup>. Enfeitadas com bandeirinhas ou com flores, tornavam-se mais que simples meios de transporte. As pequenas embarcações possibilitavam encontro/desencontros, trocas de experiências, emoções e formas de sobrevivência<sup>129</sup>. A ausência dos poderes públicos nessas áreas pode ser ilustrada pelas condições da rampa de embarque e desembarque das embarcações. Denunciava o *Jornal do Comércio* que a rampa de São Raimundo “ainda em projeto, toda esburacada e suja, sem o menor conforto para os que se movimentam ali, carecendo as vistas dos poderes competentes pois, sendo a parte mais baixa do terreno, é destruída pela enxurrada que corre de quase todos os pontos do bairro”<sup>130</sup>.

O Bairro dos Tócos, também habitado por significativa população operária, era constituído por ruas e becos estreitos. Isso tornava o acesso de automóveis a determinadas áreas praticamente impossível. A ausência de calçamento e de meio fio dificultava o trânsito para pedestre e veículos que se viam obrigados a trafegar por ruas escuras devido à falta de manutenção nos postes de iluminação pública<sup>131</sup>. O prefeito Antonio Maia

---

<sup>127</sup> OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus: de 1920-1967*. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer. Governo do estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas.

<sup>128</sup> *Jornal do Comércio*. Nº 8728. Manaus, 15 de junho de 1929. p.1. De acordo com Maria Luiza Ugarte Pinheiro, até por volta da primeira década do século XX, “as catraias funcionavam como intermediários entre o cais e os grandes navios que fundeavam no meio do rio a cerca de 150m da margem”. Após esse período sua atuação ficou mais limitada ao transporte de populares, realizando por vezes a venda refrescos e pães aos moradores da margem dos igarapés. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, Nº 54, set/dez 2014, pp. 807-826.

<sup>129</sup>Embora a documentação oficial aponte para construção de uma ponte ligando o bairro de Constantinópolis ao Bairro de Cachoeirinha na segunda metade da década de 1930, as embarcações se mantiveram como principal elo entre esse bairro e o núcleo central da cidade por muitas décadas posteriores.

<sup>130</sup>Em condições semelhantes se encontrava a rampa de Constantinópolis. Respectivamente: *Jornal do Comércio*. Nº 8728. Manaus, 15 de junho de 1929. P.1; *Jornal do Comércio*, nº 8733. Manaus, 21 de junho de 1929.p.1

<sup>131</sup> *O Jornal*, nº 90. Manaus, 15 de março de 1933. P.2.

considerava o Bairro dos Tócos, “pela sua posição e seu aspecto urbano, talvez o mais esquisito da cidade”<sup>132</sup>.

Quanto ao Bairro da Cachoeirinha, considerado aprazível e pitoresco, estava circundado por um igarapé de águas límpidas e transparentes “que na vazante formava forte corredeira, local de lazer e de lavagem de roupa”<sup>133</sup>. Bairro pobre, era habitado por operários que trabalhavam em fábricas instaladas nas mediações ou em outras localidades. Grande parte das moradoras do bairro, mulheres e crianças, trabalhavam nos serviços de beneficiamento da castanha na Usina Victória, que estava localizada na Rua Borba, do mesmo bairro<sup>134</sup>.

Enquanto os segmentos mais empobrecidos da população habitavam as áreas mais afastadas, os grupos sociais mais abastados residiam maciçamente na área central da cidade. Ali se concentravam as repartições públicas, o comércio, os espaços culturais e os espaços mundanos<sup>135</sup>. Embora núcleo da urbe, a maioria dessas ruas não possuía calçamento, o que era encontrado somente nas avenidas Eduardo Ribeiro e Sete de Setembro e na Rua Marechal Deodoro. A maioria das ruas com pavimentação, “era calçada de pedra jacaré, e muitas outras, mesmo na área central, não possuíam calçamento algum”<sup>136</sup>.

Se na área central, poucas ruas eram pavimentadas, nos bairros mais afastados elas eram inexistentes. Os traçados dos bairros de Manaus revelavam ruas desniveladas, repletas de buracos margeados por capim<sup>137</sup>. Nesses caminhos, fileiras de casas de madeira coberta com palhas completavam a paisagem. Casa de alvenaria ou cobertura de telha era exceção. Para o artista plástico Moacir de Andrade, “casa coberta de telha de barro nos subúrbios de Manaus era atestado de boa situação financeira ou política”<sup>138</sup>.

---

<sup>132</sup>Mensagem do Prefeito a Câmara Municipal de Manaus (abril de 1937). Manaus: Tipografia Phenix,, 1937. p. 14.

<sup>133</sup> Cachoeirinha – Bairros de Manaus 4. Secretária de Estado de Comunicação Social. Manaus:1987. p.9

<sup>134</sup> *A Tarde*, nº 411. Manaus, 25 de junho de 1938. p.7. Nas imagens registradas nesse periódico encontramos inúmeras mocinhas a executarem seus trabalhos junto aos balcões de castanhas. Ao lado delas algumas meninas aparentando pouca idade. Sugerimos que as mesmas auxiliassem as maiores no sentido de conseguir maior produção no serviço.

<sup>135</sup> PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2002. p.23. Em livro de memórias Peres narra de forma saudosista e apaixonada aspectos da cidade de Manaus nas décadas de 30 e 40.

<sup>136</sup> PERES,. *Evocação de Manaus...* op.cit, p. 29e30

<sup>137</sup> PERES,. *Evocação de Manaus...*op.cit. p. 33

<sup>138</sup> ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Gráfica Santa Luzia, 2007. p.176.

Nessas moradias, sob teto de palhas, com pouco ou nenhum recurso financeiro, residia a maior parte da população manauara. Nas pequenas casas de madeira, onde muitas vezes habitava mais de um grupo familiar, inúmeros sujeitos passavam privações o que inevitavelmente resultava em organismos debilitados sujeitos a doenças. Nestes domicílios inúmeras crianças contribuía para o sustento próprio e dos familiares <sup>139</sup>.

A falta de habitação se tornava um grave problema para os segmentos mais populares. Como alternativa aos altos preços dos imóveis e dos aluguéis, se viam obrigados a compartilhar a moradia com outras famílias no sentido de dividir o preço do aluguel e outras despesas. O prefeito Antônio Maia, em Mensagem a Câmara Municipal de Manaus, atribuía o problema habitacional a prolongada crise econômica que por mais de duas décadas grassava na região, o que não permitia que as construções urbanas acompanhassem o acentuado crescimento populacional <sup>140</sup>. De acordo com o prefeito, a cada nova edificação construída surgiam cerca de 15 pretendentes, o que contribuía para elevação dos preços dos alugueis que chegaram a aumentar em 150% <sup>141</sup>. Ao fazer tal assertiva, Antonio Maia desconsiderava que o problema habitacional estava intimamente ligado à uma política de exclusão das camadas menos favorecidas economicamente, o que lhes negava o direito a casa própria e que, mesmo no período considerado por alguns como *Belle Époque*, os parcos proventos da classe trabalhadora não possibilitavam alimentação e moradia digna, sendo isto prerrogativas de uma parcela bastante reduzida da população <sup>142</sup>.

Tal situação não foi exclusiva para capital amazonense. Na cidade de Belém, semelhante ao que ocorria em Manaus,

o alto preço dos aluguéis, a expansão demográfica e a dificuldade de moradia contribuía para o aumento no número das habitações

---

<sup>139</sup> Embora a grande maioria da população habitasse os bairros mais afastados, um elevado número de famílias pobres residia na área central. Periódicos e documentos oficiais fazem referências a moradores da área central que resistiam em sair dessa localidade. De acordo com Peres, inúmeros cortiços, também conhecidos como estâncias, faziam parte do traçado urbano, neles habitando famílias pobres. PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2002.p.38

<sup>140</sup> Mensagem do Prefeito a Câmara Municipal de Manaus (abril de 1937). Manaus: Tipografia Phenix, 1937, pp.34-35.

<sup>141</sup> Mensagem do Prefeito a Câmara Municipal de Manaus. Manaus: Tipografia Phenix,1937.

<sup>142</sup> É rica a produção historiográfica local apresentando um novo olhar sobre a *Belle Époque* Manauara. Indicamos: DIAS, E. M. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1910*. 2.ed. Manaus: Valer, 2003; PINHEIRO, M. L. U. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 3.ed. Manaus, Edua, 2015; COSTA, D. *Quando Viver Ameaça à Ordem Urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Manaus: Valer, 2014. SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus, 1906 – 1917*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

coletivas que se expandiram na cidade, como: quartos em estalagens, vacarias e sobrados, cortiços e hotéis<sup>143</sup>.

Como atesta Cristina Cancela, “essas foram algumas das possibilidades de morada encontradas pela população mais pobre, particularmente pelos migrantes nacionais e estrangeiros”<sup>144</sup>.

O elevado preço dos alimentos, as precárias condições de moradias e péssimas condições de trabalho a que estavam sujeitas a grande maioria das famílias manauara, as tornavam suscetíveis as inúmeras doenças que grassava na cidade. Embora as moléstias atingissem de forma indistinta homens, mulheres e crianças, estas últimas, filhas das famílias empobrecidas, em decorrência da frágil constituição física eram as mais atingidas. Corpos frágeis e desnutridos eram menos resistentes as moléstias da região e doenças típicas da idade. Dentre as moléstias que mais investiam contra as crianças destacavam-se o paludismo, a verminose, a disenteria, enterite, gastroenterite, gripe, bronquite aguda, dentre outras<sup>145</sup>.

As estatísticas sobre as taxas de mortalidade infantil no Brasil para o final dos anos 20 eram alarmantes. De acordo com os dados, a cidade de Manaus iniciava a década de 1930, ocupando o terceiro lugar em mortalidade infantil no país, ficando atrás somente de Maceió e Aracajú <sup>146</sup>. Ainda de acordo com a documentação, o coeficiente de mortalidade infantil em Manaus no ano de 1930 havia sido de 403,12, enquanto que para 1934 havia chegado a 673,17<sup>147</sup>. Apenas no Cemitério São João batista, no período entre 1891 a 1935, foram sepultadas aproximadamente 36.000 crianças com até nove anos de idade <sup>148</sup>.

---

<sup>143</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da Borracha (Belém: 1870-1920)*. Tese de Doutorado. USP: 2006, p. 124.

<sup>144</sup> CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da Borracha (Belém: 1870-1920)*. Tese de Doutorado. USP: 2006, p.124. Sobre formas e problemas de moradia em Belém para anos 30 e 40 sugerimos: SPINOSA, Vanessa. *Pela Navalha: cotidiano, moradia e intimidade*, (Belém1930). Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2005; SOUZA, Rosana de Fatima Padilha. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2009.

<sup>145</sup> Mensagem do Prefeito a Câmara Municipal de Manaus. Manaus (abril de 1937): Tipografia Phenix,, 1937.p.81

<sup>146</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Sessão Ordinária, 1935. Manaus: Imprensa Pública, p. 259

<sup>147</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Sessão Ordinária, 1935. Manaus: Imprensa Pública, p. 257

<sup>148</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. 1936. P.128. A referida documentação não informa os dados para os demais cemitérios da cidade.

Os igarapés, que para muitos eram espaços de brincadeiras e sociabilidade, principalmente as crianças, para outros poderiam representar o atraso e foco de doenças, como o impaludismo, doença infectocontagiosa transmitida por mosquitos, considerada a maior responsável pela mortalidade na região. Também conhecida como paludismo, malária, febre palustre, sezão e febre tropical, esta não era doença exclusiva para a década de 30. A documentação registra que desde os primeiros anos do século XX, os bairros da Cachoeirinha e São Raimundo eram fortemente atingidos pelo paludismo, considerado verdadeiro flagelo entre os moradores. Em pesquisa sobre o saneamento na capital amazonense nas primeiras décadas do século XX, Sebastião Santos Filho assevera que “nesse período, o impaludismo era mais presente em habitantes das áreas rurais e de localidades urbanas suscetíveis, a exemplo dos chamados arrabaldes da cidade de Manaus, densamente ocupadas por pessoas desprovidas de recursos necessários para habitarem em locais considerados salubres”<sup>149</sup>.

Com essa preocupação, no período em que as cheias ou a vazantes começavam a manifestar-se iniciava-se a *quinização* preventiva, que se tratava da aplicação de injeção ou distribuição de comprimidos de quinino à população, que muitas vezes apresentava resultados animadores. Concomitante a isto, turmas de trabalhadores tratavam da limpeza dos igarapés e drenagem dos pântanos, cujas águas estagnadas tornavam-se focos de mosquitos transmissores de moléstias<sup>150</sup>. Todavia, o paludismo não se deixava vencer atacando de forma implacável adultos e crianças na capital e, com mais intensidade, no interior do estado. Para o ano de 1936, somente na capital amazonense mais de duas mil crianças foram acometidas por paludismo. Entre adultos e crianças, 466 pessoas vieram a óbitos, seguido por 288 vitimados pela tuberculose<sup>151</sup>.

---

<sup>149</sup> SANTOS FILHO, Sebastião Rocha. *A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2013.p. 116e117. Tratando sobre esse período, Júlio Schweickardt identificou que em Manaus a preocupação com o saneamento na cidade focou em dois pontos principais: o controle e combate ao impaludismo e a tentativa de erradicação da febre amarela. Para o autor, os lugares mais atingidos pelo impaludismo seriam o subúrbio e arredores da cidade, ou seja, as camadas menos favorecidas economicamente. Quanto a febre amarela, se apresentava com mais frequência na área central da cidade, sendo os mais atingidos os estrangeiros. SCHWEICKARDT, Julio Cesar & LIMA, Nísia. Trindade. “Do “inferno florido” à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no Estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930)”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 5, p. 399-415, 2010.

<sup>150</sup> Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas por Dorval Porto. Manaus: Imprensa Pública, 1930.p.8; Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p.51. Os trabalhos nos igarapés não eram feitos de forma ininterrupta. A documentação registra a desativação dos serviços por conta de contenção de despesas.

<sup>151</sup> Respectivamente: Mensagem do Prefeito a Câmara Municipal de Manaus. Manaus: Tipografia Phenix, 1937. P.81; Exposição apresentada pelo Interventor Federal do Amazonas ao Presidente Getúlio Vargas.

A existência de Postos de Saúde nos bairros não significava que estes funcionassem regularmente. Não raras vezes permaneciam longo tempo fechado sem atendimento aos moradores, o que os obrigava a se deslocarem para área central em busca de assistência médica e remédios<sup>152</sup>. Diante disso podemos afirmar que antigas doenças que acometiam a população empobrecida da cidade de Manaus, não eram apenas decorrentes das agruras vivenciadas por conta da estagnação econômica da região. Eram doenças há muito conhecidas da população, que a assaltava em forma de surto deixando largo rastro de sua presença, resultante da ausência de atendimento médico adequado. Nesse sentido, tais doenças refletiam o prolongamento de um longo descaso das autoridades públicas com as condições de vida da população. Em outras palavras, grande parcela dos administradores públicos priorizava questões outras que não contemplavam as necessidades básicas da população.

Reforça nossa assertiva a instalação do Departamento de Saúde Pública em suntuoso prédio, cujos gastos com a construção e aparelhamento em muito onerou os cofres públicos. Equipado com gabinetes específicos para o tratamento de paludismo e verminoses; sífilis e doenças venéreas<sup>153</sup>; tuberculose; raio x e ultravioleta; higiene infantil; higiene pré-natal, higiene escolar e gabinete dentário, contava também com sala de pesagem de crianças, sala de curativos e lactário<sup>154</sup>. Pouco tempo após sua inauguração, “em virtude da exiguidade de verba” deixaram de funcionar os gabinetes de otorrinolaringologia, tuberculose e raio x, limitando-se a atender somente um certo número de doentes deixando muitos outros sem tratamento<sup>155</sup>. A documentação registra que os referidos gabinetes de otorrinolaringologia e tuberculose deixaram de funcionar pelo fato de a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas ter cortado do orçamento

---

Manaus, 1938. P.38. Segundo as estatísticas do Departamento de Saúde, no período entre 1931 a 1935, na cidade de Manaus ocorreram 8.222 óbitos. Desse total 24,395 foi em decorrência do Paludismo, 13,9% em decorrência de enterite e diarreia, e 12,9% por tuberculose. Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937. p.84.

<sup>152</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p.50,51

<sup>153</sup> Campanhas contra as doenças venéreas, dentre elas a sífilis, foram frequente nas cidades brasileiras. Para estudo sobre o combate a sífilis na cidade de Belém nos anos 20, bem com as resistências a tais campanhas ver: HENRIQUE, Márcio Couto; AMADOR, Luiza Helena Miranda. Da Belle Époque à cidade do vício: o combate a sífilis em Belém do Pará. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr-jun. 2016, pp.359-378.

<sup>154</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública. 1936.p.63

<sup>155</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Manaus: Imprensa Pública. 1936.p.63

da Saúde Pública os recursos para a contratação de um profissional para tais atividades. Tentando reverter tal situação, o governador pondera que

[...] vários são os doentes de olhos, ouvidos, nariz e garganta que se apresentam ao Centro de Saúde e voltam sem tratamento, porque, embora tenhamos o consultório devidamente montado e instalado, não dispomos do especialista para funcioná-lo, visto que no orçamento deste departamento foi cortado o respectivo cargo [...]”. Do mesmo modo o Consultório de tuberculose. Essa moléstia, segunda as estatísticas oficiais e a opinião da classe médica de Manaus, está avançando a passos largos, sem encontrar qualquer força superior que sustenha a sua marcha desenfreada. [...] Todavia, foi juízo da digna Assembleia do Estado que essa despesa não podia ser custeada pelos cofres estaduais, que já estavam bastantes alcançados. [...] <sup>156</sup>.

Para além de apontar que para expressiva parcela da administração pública, dentre eles os parlamentares, o interesse pelo embelezamento da cidade poderia ter maior relevância que os serviços prestados à saúde pública, a documentação apresentada pode nos encaminhar para algumas reflexões. Até que ponto as determinações do Governo Central alcançavam os estados mais afastados da Capital Federal? Em outras palavras, havendo uma política de Estado voltado para infância, de que forma as determinações eram recebidas e percebidas pelos estados confederados? Chegariam as mesmas com a mesma intensidade de quando emitidas? Sobre isso retornaremos adiante.

Embora o imponente Centro de Saúde de Manaus não estivesse com todas as suas dependências em funcionamento, conforme citado anteriormente, os relatórios de Saúde Pública registram a alta procura por atendimento médico infantil. De acordo com tais registros aproximadamente quatro mil crianças passaram pelo gabinete de Higiene Infantil no período de um ano. Ali foram submetidos a exames de laboratório, prescrição de medicamentos, banhos ultravioletas, curativos e preleções <sup>157</sup>.

Chama a atenção o fato de a documentação registrar que preleções foram ministradas no Consultório de Higiene Infantil, do Centro de Saúde. Inicialmente consideramos que as preleções fossem dirigidas às crianças atendidas. Provavelmente tratava-se de orientações sobre prevenção de doenças por meio de certos hábitos diários tais como tomar banho diariamente, higiene bucal, lavar as mãos antes das refeições,

---

<sup>156</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937. p.80.

<sup>157</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937. p.78

dentre outros. O que não deixa de ser uma forma de tentar mudar hábitos inculcando novas práticas, afinal os hábitos considerados inadequados das crianças seriam transmissores de doenças, sendo desejável substituí-los por novos modos de fazer. No entanto, uma leitura mais detida sobre a documentação nos permite outra inferência. Tais preleções poderiam não ser dirigidas às crianças, mas sim às mães que as acompanhavam, no sentido de transmitir novas formas de cuidados infantis. Nesse momento nos reportamos à Ana Paula Martins, para quem as palestras educativas nos consultórios eram estratégias utilizadas pelos médicos;

como parte de uma lenta e gradual tarefa de educar as mães, procurando transformá-las em suas aliadas na luta contra os males que ameaçavam a vida das crianças, mas também na disseminação dos saberes médicos<sup>158</sup>.

O fato de a referida documentação citar a existência de Lactário no Centro de Saúde de Manaus, não significa que o mesmo estivesse em funcionamento. Assim sugere a documentação na qual Álvaro Maia, Governador do Estado, se dirige aos deputados justificando a necessidade de um Lactário. Segundo Maia, durante o tratamento das crianças que compareciam ao Consultório de Higiene Infantil, o médico “ensina e mostra os modos como se deve alimentar as crianças, no que é ouvido atenciosamente pelas progenitoras, que também são aconselhadas pelas nossas Promotoras de Saúde, na parte referente a cozinha dietética”. Entretanto, prossegue o governador, “para estes últimos ensinamentos, cuja divulgação é bastante necessária, temos encontrado dificuldades, por falta da instalação do nosso Lactário”<sup>159</sup>.

Consideramos muito significativo a falta de instalação do Lactário na cidade em pleno ano de 1936, pois a importância dele para a assistência à saúde das mães e crianças foi uma recomendação da Capital Federal. Conforme assinalamos anteriormente, com exceção do paludismo e da tuberculose, a causa da maioria das doenças infantis estava relacionada ao aparelho digestivo. Segundo as pesquisas médicas do período, tais doenças teriam origem na alimentação imprópria e irregular que as mães dispensavam aos filhos. Da mesma forma assinalamos que a Primeira Conferência de Proteção à Infância

---

<sup>158</sup> MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. v.15, n.1, p.135-154, jan/mar. 2008. p.140. Sobre a disputa entre os saberes médicos e tradicionais trataremos em capítulo posterior.

<sup>159</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937.p.81

realizada no Rio de Janeiro em 1933, dentre outros itens, havia recomendado a criação de lactários nas cidades do país, o que foi reforçado pelo Departamento de Proteção à Maternidade e Infância da Capital Federal que enviou ofício aos estados brasileiros fazendo tal orientação<sup>160</sup>. A documentação demonstra que tais determinações nem sempre eram implementadas. A inexistência de Lactário na cidade de Manaus pode indicar o quão distante estava o projeto para infância orquestrado pelo Governo Federal. Pode sugerir tanto a escassez do erário público para sua efetivação, ou, indicar a escassez de vontade política em colocá-lo em prática.

A insuficiência do atendimento à infância no Brasil era reconhecida por Getúlio Vargas. Assim fica evidenciado no discurso por ele proferido durante os festejos natalinos de 1939, no Palácio Guanabara, no qual afirma que

[...] pelo nosso vasto território, desde os centros urbanos até os pequenos núcleos de população, ainda não foi possível instalar uma séde eficiente de serviços de maternidade e amparar a infância, útil e patriótica finalidade. Todos sabem quanto é precário o tratamento das gestantes, elevando o coeficiente de mortalidade dos recém-nascidos, sobretudo nas classes menos protegidas da fortuna. [...], mas, por mais que se faça, senão imprimir-mos as nossas iniciativas um carácter de verdadeira campanha nacional, veremos a solução, com seu enorme benefício, retardado por largo. E' preciso que cada lar médio ou abastecido se articule; e que vontades generosas mobilizem o espírito filantrópico de nosso povo, afim de que o ato mais sagrado da vida familiar deixe de ser uma causa de apreensões, para se transformar em benção, dádiva e conforto moral<sup>161</sup>.

A fala presidencial nos permite inferir que a tão propalada preocupação em minimizar os problemas da infância pobre no Brasil muitas vezes ficava restrita aos debates científicos e políticos, não se concretizando de forma efetiva. Ao admitir a precariedade no atendimento às famílias pobres das capitais brasileiras e do interior dos estados, Getúlio Vargas reconhece a inoperância das medidas tomadas até então, procurando dividir com as classes mais abastadas a responsabilidade pelo fracasso. Acreditava o presidente que uma maior demonstração de generosidade desses setores sociais seria imprescindível para resolver os entraves financeiros e os obstáculos de um país de dimensões continentais. Para além disso, Vargas cobra maior participação dos

---

<sup>160</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937.p.82

<sup>161</sup> Biblioteca da Presidência da República. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos/1939/09.pdf#acontent> acesso em: 05.01.2018.

estados e municípios nesse processo devendo estes passar a “destinar verbas permanentes para os serviços de puericultura, completando assim a estrutura governamental, capaz de preparar brasileiros robustos e cheios de ânimo que explorarão nossa riqueza em potencial”<sup>162</sup>.

Embora considerado insatisfatório o atendimento prestado à infância na cidade de Manaus, os módicos resultados obtidos, na sua grande maioria, se deviam a iniciativa de particulares. A despeito do elevadíssimo índice da mortalidade infantil para o Estado do Amazonas, a cidade de Manaus não possuía uma única instituição oficial de atendimento hospitalar exclusivo para crianças. O único estabelecimento a fazer esse atendimento era de iniciativa particular e fora criado ainda nos anos 20, a *Casa Dr. Fajardo*, estabelecimento médico cuja finalidade era receber crianças órfãs ou desamparadas acometidas por paludismo e verminose<sup>163</sup>. O que havia até então eram ações de iniciativa particular que procuravam minorar a ausência do Estado no atendimento médico à população<sup>164</sup>.

A Casa Dr. Fajardo exerceu importante papel junto as famílias empobrecidas. Instalada no ano de 1923 por iniciativa particular do médico Samuel Uchôa que, preocupado com o elevado número da mortalidade infantil oriundo do estado de miséria vivenciada pelas famílias da área rural, criou um estabelecimento médico com a finalidade de receber crianças órfãs ou desamparadas acometidas por paludismo e verminose<sup>165</sup>. Contando com apoio de médicos e enfermeiros trabalhando de forma voluntária, a *Casa Dr. Fajardo* oferecia assistência médica, remédios e alimentação a crianças enfermas e desvalidas. Os relatórios apresentados pela diretoria de Saneamento Rural no Amazonas, relatam sobre as dificuldades que a *Casa Dr. Fajardo* havia

---

<sup>162</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 98. Anexo do Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 3 de novembro de 1940.

<sup>163</sup> *Jornal do Comércio*, nº 6740. Manaus, 19 de fevereiro de 1923. P.1

<sup>164</sup> Como exemplo citamos a criação em 1913 do Instituto de Proteção às Crianças Pobres cuja finalidade seria oferecer assistência médica, medicação e alimentação adequada as crianças necessitadas, bem como, noções de higiene as mães. Nesta instituição, de iniciativa particular do médico Lauro Cavalcante, as mães com suas crianças deveriam comparecer duas vezes por mês a sede do instituto para acompanhamento do desenvolvimento da criança e do tratamento ministrado. Como forma de incentivar a adoção dos conselhos médicos e dos preceitos de higiene, no período natalino, as crianças consideradas mais saudáveis e robustas poderiam receber premiação em dinheiro. *Jornal do Comércio*, nº 3177. Manaus, 2 de março de 1913. p.1. Sobre instituições assistenciais na cidade de Manaus em período anterior a nossa pesquisa sugerimos: AMARAL, Josali do. *Ritmos e Dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1892-1915)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2011.

<sup>165</sup> *Jornal do Comércio*, nº 6740. Manaus, 19 de fevereiro de 1923. P.1

enfrentado nos seus três anos de existência<sup>166</sup>. O apoio financeiro recebido das famílias e comerciantes amazonenses possibilitou que este estabelecimento recebesse centenas de crianças para tratamento de saúde, que tal realização seria impossível se a instituição contasse apenas com recursos próprios. Destaca o relatório que “antes da instalação desta modesta enfermaria infantil, nenhuma criança recebia assistência hospitalar em Manaus”<sup>167</sup>. As constantes solicitações de auxílio financeiro e material junto a população, apontam as condições precárias de funcionamento dessa instituição, podendo indicar que os subsídios ofertados pelo estado e município eram insuficientes para a manutenção dos serviços prestados pela *Casa Dr. Fajardo*.

Como forma de incentivar as doações com muita frequência o *Jornal do Comércio* estampava em primeira página o nome dos autores de atos tão “nobres e humanitários”, bem como, enfatizava a necessidade de maior adesão nessa obra de valor “patriótico”. Nesse sentido, o auxílio da sociedade em geral possibilitaria a *Casa Dr. Fajardo* a continuidade da obra de eugenia da infância<sup>168</sup>. A simpatia com o qual tais apelos eram recebidos pode ser percebido nas ações de apoio promovidas por casas de espetáculos tais como teatros, circos e cinemas, bem como, lojas e quermesses que revertiam parte da renda em favor das obras assistenciais. De forma semelhante é perceptível que as ideias preconizadas para a infância encontravam eco em parte desses segmentos sociais.

Conforme assinalamos anteriormente, a chegada dos anos 30 na cidade de Manaus não trouxe melhorias de vida para a população empobrecida. A mortalidade infantil permanecia elevada, perdendo apenas para a mortalidade materna. A despeito desses elevados índices, no ano de 1934, a *Casa Dr. Fajardo* permanecia como única instituição hospitalar de assistência à infância, atendendo crianças entre 2 a 7 anos de idade<sup>169</sup>. Não é difícil imaginar que em uma cidade onde não havia enfermaria para lactentes, a instituição que se voltasse para o atendimento infantil se tornasse pequena pela elevada procura de seus serviços.

Seguindo as determinações do governo Federal, nos anos 30 as instituições particulares de amparo à infância foram reestruturadas ou adequadas no sentido de melhor

---

<sup>166</sup> Departamento Nacional de Saúde Pública. Saneamento Rural do Amazonas (1925-1926-1927). Manaus: Livraria Clássica, 1928. p.23

<sup>167</sup> Departamento Nacional de Saúde Pública. Saneamento Rural do Amazonas (1925-1926-1927). Manaus: Livraria Clássica, 1928. p.23

<sup>168</sup> *Jornal do Comércio*, nº 8746. Manaus, 5 de julho de 1929. p.1

<sup>169</sup> Relatório apresentado a Getúlio Vargas pelo Interventor Federal do Amazonas, Nelson de Melo. (Out/1933 à Dez1934). Manaus: Imprensa Pública. 1935.

se ajustarem as finalidades propostas pelo projeto estatal. Este foi o caso da *Casa Dr. Fajardo* cujos estatutos de 1939 indicam o reordenamento desse estabelecimento no sentido de se amoldar as diretrizes estabelecidas para as instituições de amparo à infância. O Art. 2 do Estatuto da *Casa Dr. Fajardo*, Sociedade de Amparo à Maternidade e à Infância, deixa claro essa adequação. De acordo com este artigo fica estabelecido que a referida sociedade tinha

“a finalidade de colaborar com os poderes públicos bem como com todas as instituições particulares no sentido de promover o mais eficientemente possível, em todo o município, o amparo à maternidade e à infância como preceituam as Constituições Federal e Estadual”<sup>170</sup>.

Conforme comentado anteriormente, a orientação era que ao estado e município caberia não apenas garantir subvenções que garantissem o funcionamento das instituições particulares de assistência à infância e maternidade, como também o papel de administrar e orientar os trabalhos realizados por essas instituições. No período entre 1930 a fins de 1939, quase três mil crianças foram atendidas pela *Casa Dr. Fajardo*. Número este que ampliou na década seguinte<sup>171</sup>. No início dos anos 40 a *Casa Dr. Fajardo* permanecia a depender da colaboração da população para permanecer com o atendimento de Laboratório Infantil, Serviço Pré-Natal, Serviço de Higiene Infantil, dentre outros<sup>172</sup>.

Em condições semelhantes se encontravam os cuidados com questões relacionadas à maternidade. Embora a Constituição do Brasil de 1934, em seu artigo 141, determinasse a obrigatoriedade em todo o território nacional do amparo à maternidade (que foi seguida pela Constituição do Amazonas de 1935) até o final da década de 40 a capital amazonense não possuía nenhuma instituição voltada aos cuidados da saúde materna<sup>173</sup>. Havia anexo à Santa Casa de Misericórdia um único espaço para maternidade

---

<sup>170</sup> Relatório apresentado a Getúlio Vargas pelo Interventor Federal do Amazonas, Nelson de Melo. (Out/1933 à Dez/1934). Manaus: Imprensa Pública. 1935. p.9; *Diário Oficial*. Manaus, 9 de outubro de 1939.

<sup>171</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos em prol da infância desvalida (1935-1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940, p.65.

<sup>172</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos em prol da infância desvalida (1935-1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940, p.64.

<sup>173</sup> Respectivamente: Constituição do Brasil de 1934. Art. 141 – “É obrigatório, em todo o território nacional, o amparo à maternidade e à infância, para o que a União, os Estados e os Municípios destinarão um por cento das respectivas rendas tributárias”. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.ht); Constituição do Amazonas de 1935. Art. 121 – c) “amparar a velhice, a maternidade e a infância, em estabelecimentos apropriados[...]”.

na área da enfermagem, considerada insuficiente para atender as necessidades da população<sup>174</sup>.

No ano de 1935, foi apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, um projeto de criação da Casa da Maternidade e de um Dispensário Infantil. De autoria dos Deputados João de Paula Gonçalves e Vivaldo Lima, ambos médicos, o projeto estabelecia a verba de 1% do total da arrecadação do Estado e do Município para construção de prédios apropriados e respectivas instalações<sup>175</sup>. Não havendo consenso para a agilização do trâmite, a proposta foi encaminhada para comissão de poderes e finanças no sentido de ser emitido parecer. Nas sessões posteriores Paula Gonçalves retornou à tribuna diversas vezes na tentativa de persuadir os demais deputados da urgência na criação de uma maternidade e de um dispensário para as crianças na cidade de Manaus. Para além de alegar o não cumprimento das Constituições Federal e Estadual que determinavam o amparo da maternidade e da infância, João de Paula apresentou dados dos relatórios do Departamento de Saúde Pública demonstrando o elevado índice de mortalidade materna que poderiam ser evitados com exames pré-natal. Tal exame poderia evitar abortos, partos prematuros, partos operatórios, etc<sup>176</sup>. Segundo suas palavras “Manaus limita-se e contenta-se, até o presente, em assumir uma sala em cuja fachada se colocou esse nome e que, de modo algum satisfaz a nossa necessidade e ao nosso progresso<sup>177</sup>”.

A documentação expõe o quão estava abandonada a população manauara no que se refere aos atendimentos básicos de saúde. Podemos imaginar que uma sala de enfermeira anexa a um hospital, muito provavelmente seria insuficiente para atender a demanda de uma cidade com 106.000 habitantes. João de Paula Gonçalves era médico, exercia a profissão conhecendo, portanto, as condições de tratamento oferecidos as parturientes. Todavia, o quadro por ele pintado parecia não impressionar seus colegas

---

<sup>174</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937. p.115. Sobre as primeiras décadas de atuação da Santa Casa de Misericórdia no Amazonas ver: AMARAL, Josali do. *Ritmos e Dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1892-1915)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2011.

<sup>175</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p. 249

<sup>176</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p. 249a260.

<sup>177</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p.249a260

parlamentares e nem a administração pública pois a criação da primeira maternidade de Manaus veio a ocorrer somente no início da década de 1960<sup>178</sup>.

A documentação aponta que as verbas orçamentárias destinadas à secção chamada de maternidade eram muito reduzidas. Paula Gonçalves considerava ínfimo o valor reservado para as obras de carácter social, que as verbas apresentadas para o orçamento anual, “pelo seu valor acanhado, constituem uma verdadeira ridicularia”<sup>179</sup>.

Se na Capital amazonense faltava estrutura adequada para atendimento médico e hospitalar, as condições no interior do estado deveriam ser inexistentes. Assim, quando os recursos da floresta não lhes garantiam a cura de determinadas enfermidades, levas de moradores saíam do interior do estado em busca de tratamento tendo como destino a Santa Casa de Misericórdia. Isto acarretava a superlotação do estabelecimento, que não era suficiente para atender sequer a população local. Como esperar que em uma sala anexa a esse hospital, as parturientes viessem a receber atendimento adequado? A falta de condições estruturais e sanitária reinava no ambiente elevando o número de mortalidade materna e infantil. Embora funcionando em sala exclusiva para fins de maternidade, os recém-nascidos eram banhados nos mesmos lavabos em que eram lavadas as “mãos e instrumentos cirúrgicos que serviram em curativos de pacientes infectados”<sup>180</sup>. Tais condições oferecidas à parturientes e aos recém-nascidos justificava o elevado número de mortes logo após o nascimento. No ano de 1936, ocorreram 394 nascimentos na secção de maternidade da Santa Casa de Misericórdia. Destes, 172 vieram a óbitos logo após o nascimento <sup>181</sup>.

Não raras vezes, o deputado João de Paula Gonçalves denunciava na tribuna do plenário que até então no estado do Amazonas os poderes públicos tinham atuação inexistente em benefício da gestante e dos menores. Enfatizava que, “criminosa e impatrioticamente nada havia realizado”<sup>182</sup>. Em sua opinião, o pouco que havia sido realizado resultava de esforços e iniciativas particulares. Considerava que as ações

---

<sup>178</sup> Com o nome de Balbina Mestrinho, no ano de 1961 foi inaugurada a primeira maternidade da cidade de Manaus. *Jornal do Comércio*, nº 17.544. Manaus, 16 de maio de 1961. p.1

<sup>179</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p.304.

<sup>180</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p 304 e 305

<sup>181</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária março de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937.p115.

<sup>182</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p.255

existentes advinham da generosidade de terceiros, já que a subvenção recebida do Estado para a matéria era considerada insuficiente. Lembrava o deputado aos nobres colegas, que “o século presente não é apenas o século do rádio, da televisão e dos transportes aéreos. É igualmente o *Século da Criança*”<sup>183</sup>.

Não havia exagero nas palavras de João de Paula Gonçalves ao papel atribuído as iniciativas particulares no que se refere aos serviços prestados às famílias empobrecidas. Em todo o período pesquisado as ações não oficiais predominaram no atendimento às famílias mais humildes. Havia tal tendência tanto na cidade de Manaus quanto nas demais cidades brasileiras auscultadas durante a pesquisa. Parcamente subvencionadas pelo erário do estado e/ou município realizavam precariamente atendimento médico, hospitalar e assistencial. Seguindo as determinações do governo central, nos anos 30 as instituições particulares de amparo à infância foram reestruturadas ou adequadas no sentido de melhor se ajustarem as finalidades propostas pelo projeto estatal. Sem perder autonomia, seguiriam diretrizes traçadas pelo governo a partir de programas por elas elaboradas.

Entretanto, os próprios administradores públicos da Capital Federal reconheciam que a assistência oficial não possuía preparo suficiente para organizar, administrar e colocar em prática um sistema eficiente de assistência pública. Assim demonstra Zeferino de Faria, Presidente do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores do Rio de Janeiro, em artigo publicado na imprensa local<sup>184</sup>. De acordo com o artigo, a cooperação entre assistência oficial e assistência privada seria indispensável no sentido de um resultado promissor. As instituições particulares, com longos anos de experiência e estudo sobre o tema, apresentariam proposições e ações que coadunassem com os interesses da assistência pública. Esta, por meio de subvenções, forneceria as condições materiais de consubstancialização do projeto<sup>185</sup>. Sem a fiscalização do Estado, enfatizava Zeferino, as ações da assistência particular corriam o risco de deixar que o sentimentalismo viesse a sobrepôr o pensamento científico. Para o autor,

[...] A assistência pública é por si só ineficiente para acudir a todas as misérias sociais; a caridade privada, por sua vez, apresenta defeitos

---

<sup>183</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936, p. 255

<sup>184</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 24. Anexo ao Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 11 de novembro de 1938.

<sup>185</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 24. Anexo ao Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 11 de novembro de 1938.

quando não metodizada, os quais sofrem bem fundados reparos que cumprem ser corrigidos. Da assistência oficial subordinada as suas formas burocráticas, aferrada a seus inflexíveis regulamentos em regra, dela não partem as melhores iniciativas em prol da infância; estas nascem das instituições privadas que as estudam, as adaptam, as aplicam e as sugerem as autoridades e uma vez reconhecida a sua utilidade são convertidas em leis que vão ser aplicadas a própria assistência privada <sup>186</sup>.

Não há dúvidas que o subsídio governamental na maioria das vezes se tornava imprescindível para a manutenção das instituições de assistência particulares. Na cidade do Rio de Janeiro, o jornal *A Nação*, no ano de 1933 noticiava o fechamento de inúmeras instituições voltadas para infância. Segundo a reportagem, a retirada dos subsídios públicos inviabilizava o funcionamento da assistência particular e que sem a atuação destas instituições toda a organização de assistência deixaria de existir pois

[...] Em repetidos tópicos e reportagens temos reiteradamente focalizado o assunto frisando a palpitante necessidade de se organizar um serviço realmente prático e eficiente [...] Todavia, quase nada se fez até agora, entre nós, fora dos domínios da iniciativa particular. Pelo contrário, na matéria estamos em franco retrocesso pois inúmeros asylos já se fecharam em virtude da atitude do governo que os desamparou alegando razões de ordem econômica. Há na cidade inúmeros asylos e orphanatos fundados e mantidos por instituições pias. Antigamente o Estado que ainda não possui estabelecimentos dessa natureza, amparava-os distribuindo verbas regulares que lhes prestavam grande auxílio <sup>187</sup>.

De forma semelhante, na cidade de Manaus o subsídio governamental era fundamental para a continuidade dos serviços prestados pelas instituições. A *Casa Dr. Fajardo*, por exemplo, não raras vezes recorreu à doações, quermesses, loterias e campanhas junto aos cinemas, circos e teatros da cidade, no sentido de garantir recursos financeiros, haja visto o auxílio financeiro prestado pelo estado não prover as necessidades da instituição<sup>188</sup>. Todavia, não obstante essa aparente obviedade, sugerimos haver necessidade de aprofundamento sobre possíveis interesses subjacentes aos

---

<sup>186</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 24. Anexo ao Diário Oficial do Estado do Amazonas, de 11 de novembro de 1938.

<sup>187</sup> *A Nação*, nº 186. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1933. p.8

<sup>188</sup> *Jornal do Comércio* nos respectivos números e datas: nº 8747. Manaus, 6 de julho de 1929, p.4; nº 9717. Manaus, 14 de agosto de 1932, p.8; nº 10052. Manaus, 13 de setembro de 1933, p.3; nº 10740. Manaus, 14 de dezembro de 1935, p.4; nº 11575. Manaus, 28 de agosto de 1938, p.11.

discursos enaltecendo de instituições de assistência particulares, em detrimento de estabelecimentos de iniciativas oficiais.

Na cidade de Manaus, a organização e criação do *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*, ocorreu em 1935. O encargo dessa tarefa coube ao Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, para quem o *Conselho* seria “uma sociedade de benemerência, grandiosa e útil, incumbida de estudar cientificamente a criança em todos os seus aspectos e problemas de assistência e proteção”<sup>189</sup>. Pretendia o Juiz congregar em torno dessa associação, “todos os homens de boa vontade: médicos, advogados, jornalistas, diretores de educandários e institutos, literatos e magistrados”. Quanto ao modelo a ser seguido “terá mais ou menos a mesma organização daquela que existe no Distrito Federal”<sup>190</sup>.

Ao convocar apenas membros da elite letrada, fica evidenciado, novamente, o quanto se desconsiderava a competência das famílias empobrecidas de falarem por si e gerirem a si e aos seus membros. A partir dessa suposta incompetência, ficava delegado aos intelectuais a responsabilidade pelos caminhos a serem traçados para famílias empobrecidas. A partir dessa perspectiva, a infância seria objeto do conhecimento científico devendo ser delegados aos doutos das diversas ciências a responsabilidade por um estudo minucioso sobre esse tema. Somente estes seriam capazes de esquadrihar a criança nos seus ângulos múltiplos no sentido de tentar desvelar seus males e combatê-los.

Talvez o referido Juiz tivesse consciência que a criação do *Conselho* não fosse tarefa fácil. O fato de pretender que o *Conselho* viesse a ter “mais ou menos a mesma organização” da que havia no Rio de Janeiro, pode sugerir que André Vidal de Araújo estivesse considerando o quão difícil seria aparelhar na cidade de Manaus a mesma estrutura existente na Capital Federal, visto a permanente falta de recursos alegadas pela administração pública amazonense. Cremos que essa não é uma reflexão precipitada, haja visto somente em 1938 ocorrer a instalação do *Conselho de Assistência e Proteção aos*

---

<sup>189</sup> Diário Oficial, nº12.124. Manaus, 9 de novembro de 1935. p.3. Sobre o Juizado de Menores trataremos em capítulo mais a frente.

<sup>190</sup> Diário Oficial, nº 12.124. Manaus, 9 de novembro de 1935.p.3

*Menores*<sup>191</sup>. Ou seja, entre a criação do Conselho e a sua efetiva instalação transcorreu espaço de tempo que pode ser considerado significativo.

O Juiz de Menores reconhecia a complexidade das atribuições do *Conselho* e da necessidade da cooperação de outros órgãos e da sociedade como um todo. Por conta disso, o *Conselho* esperava contar com a participação “de pessoas que pelo assunto se interessassem, apelando para a boa vontade daqueles que amam a criança, solicitando auxílio, implorando, pedindo à população”<sup>192</sup>. Todavia, a tão esperada e solicitada cooperação parece não ter se manifestado. Isso é o que depreendemos do lamento expresso pelo mesmo Juiz ao afirmar que “somente agora, depois de quase dois anos e meio de sua criação, com a lei que institui o serviço de assistência e proteção a menores, é que, hoje, se promove a instalação de tão benemérita organização”<sup>193</sup>. Esses dados nos possibilitam inferir que embora a criação de um conselho para assistência e proteção à infância tenha sido sugerido por uma elite letrada, nos congressos e conferências voltados para esse tema, a disposição em contribuir para a sua efetivação não se dava com o mesmo vigor.

Assim, no decorrer do ano de 1938 foi instalado na cidade de Manaus o *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*<sup>194</sup>. Subdivididas em treze itens, as atribuições do conselho voltavam-se para ações de proteção, assistência e amparo aos menores, os quais acreditamos poder resumir em um único item: “ocupar-se do estudo e resolução de todos os problemas relacionados com a infância e a adolescência”<sup>195</sup>. Nesse sentido, todos os aspectos que envolvessem crianças e adolescentes, quer nos espaços públicos ou privados, seriam de responsabilidade do *Conselho*, devendo o mesmo promover, fiscalizar e implementar ações no sentido de corrigir, reeducar e/ou “reformular” esses menores<sup>196</sup>.

Percebemos que o *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* voltava-se para criança não apenas no sentido de assisti-la na enfermidade ou na privação material. Para além dessas questões o *Conselho* iria agir em todas as esferas que envolvessem a

---

<sup>191</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11.108. Manaus, 28 de fevereiro de 1937.p.1. Quanto a data da instalação a documentação diverge entre si.

<sup>192</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 1

<sup>193</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 1

<sup>194</sup> Na Capital Federal, Rio de Janeiro, o Primeiro Conselho de Assistência e Proteção aos Menores foi criado na década de 20. *A Nação*, nº 186. Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1933. p.8

<sup>195</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Nº 1

<sup>196</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 1. Embora não conste data, esta documentação é anexo do Diário Oficial publicado em 6 de junho de 1938.

criança: quer na família, quer fora dela; quer na escola, quer no trabalho; quer no lar, quer na rua. A assistência e proteção oferecida pretendia tratar tanto da enfermidade física quanto da “enfermidade moral”. A partir dessa perspectiva, assistência e proteção poderiam tanto significar amparar, tratar, acolher, quanto poderiam significar suprimir, encarcerar.

Para melhor desempenho do *Conselho* foram formadas quatro comissões permanentes com as seguintes atribuições: divulgação de conselhos e instruções relacionados à infância. A vulgarização dessas ideias seria feita através de boletins, folhetos, cartazes e artigos; fundação de núcleos de especialistas voltados para o estudo e debates de questões concernentes à educação, psicologia, legislação e higiene da criança; publicação de revista com os conteúdos das ações realizadas em nível nacional em prol da infância; promoção de conferências públicas, propaganda e divulgação a respeito da criança<sup>197</sup>. Tais ações voltadas quase exclusivamente para criança e adolescentes, consideradas pelo *Conselho* como abandonada e delinquente, circunscrevia todas as esferas que envolviam a infância<sup>198</sup>.

A despeito da indiferença com que possa ter sido recebida na capital amazonense a ideia de organização e instalação do referido *Conselho*, em 1938 o Interventor Federal assinou decreto criando para todo o estado do Amazonas o *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*<sup>199</sup>. De acordo com o decreto, os *Conselhos de Assistência e Proteção aos Menores* no interior do Estado seriam constituídos pelo juiz de direito, o prefeito municipal, o promotor público, o delegado de polícia, os coletores de rendas e territoriais e mais quatro pessoas de reconhecida idoneidade moral, nomeadas pelo juiz de direito. Estabelecia também, que os *Conselhos* deveriam “coordenar suas atividades de defesa da criança brasileira, com o *Conselho* desta Capital”<sup>200</sup>. Aos poucos os municípios passaram a cumprir a determinação, conforme publicação da imprensa local que registra a instalação do Conselho nos municípios de São Paulo de Olivença e de São Gabriel<sup>201</sup>.

---

<sup>197</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 1.

<sup>198</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 1.

<sup>199</sup> Decreto nº 50 de 23 de fevereiro de 1938. Leis, Decretos e Regulamentos (1938). Manaus: Imprensa Pública, 1942.p.95.

<sup>200</sup> Decreto nº 50 de 23 de fevereiro de 1938. Leis, Decretos e Regulamentos (1938). Manaus: Imprensa Pública, 1942.p.95.

<sup>201</sup> Respectivamente: *Jornal do Comércio*, nº 11.524. Manaus, 20 de junho de 1938.p.1,2; *Jornal do Comércio*, nº 11.556. Manaus, 11 de agosto de 1938.p1. Segundo registra o boletim do Conselho, no mês de junho já estava funcionando regularmente nas cidades de Humaitá, Manacapuru, Maués, Lábrea e outros.

Algumas localidades do interior do estado do Amazonas podem ter usado o *Conselho* como ferramenta para questionar o descaso com que eram tratadas pelo Interventor Federal. Este pode ter sido o caso do Conselho da cidade de Parintins, que logo após a sua instalação, informou que enviaria um representante para entregar pessoalmente uma carta ao Interventor Federal Álvaro Maia, com as reivindicações por eles deliberadas em reunião do *Conselho*. “Por considerar o ensino e a educação da criança, elemento primordial da sua verdadeira assistência”, foi designado um conselheiro para ser o portador “de viva voz” que a escola noturna de Parintins não estava funcionando por não ter professor; que havia escola com turmas de mais de oitenta alunos; que além de ser insuficiente o número de escolas para educação infantil no interior, muitas vezes o governo fechava a única existente em certos núcleos populacionais<sup>202</sup>.

Para além de evidenciar o estado de abandono em que viviam as famílias no interior do estado, a documentação pode sugerir que nem todas as determinações sobre assistência à infância estabelecidas pelo governo estadual eram bem recebidas, visto suas crianças não serem atendidas no que eles consideravam fundamental, a educação.

Embora as atribuições do *Conselho* envolvessem questões relacionadas com as condições a que estavam submetidos crianças e adolescentes nos educandários, nas oficinas e fábricas, bem como, a implantação de estabelecimentos educacionais, correcionais e de reforma<sup>203</sup>, consideramos que, para cidade de Manaus, a maior atuação do *Conselho* se deu no plano de propagação e vulgarização de discursos que visavam a disciplinarização das famílias manauaras.

Nossa reflexão se fundamenta nos *boletins* do *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*, que eram publicados às segundas-feiras em folha anexa ao Diário Oficial do Estado do Amazonas<sup>204</sup>. Trata-se de discursos elaborados por especialistas de diversas áreas, entre médicos, educadores e juristas de diversos estados do país. Alguns eram escritos para o *Conselho*, outros eram matérias redigidas para revistas especializadas, inclusive de periódicos internacionais. Nesse sentido, temas relacionados ao aspecto moral, social, jurídico, administrativo, higiene, médico e psicológico,

---

Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 3. Embora não conste a data, essa documentação é anexo do Diário Oficial publicado dia 20 de junho de 1938.

<sup>202</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 11. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 16 de agosto de 1938

<sup>203</sup> Temas a serem tratados em capítulos posteriores.

<sup>204</sup> A documentação se refere a essa publicação como Página do Conselho, entretanto, para maior compreensão, ao nos referenciarmos a essa publicação adotaremos o termo *boletim*.

semanalmente eram divulgados pelo *Conselho* na cidade de Manaus. Cremos que dessa forma pretendia-se inculcar nos pais novas formas de percepção sobre a criança, o que poderia ser a maneira mais eficaz de tentar formar adultos com novos hábitos. Em seis anos de atuação versando sobre temas diversos, o *boletim* do *Conselho* na cidade de Manaus difundia modos de viver e de comportamentos considerados adequados e desejados pelas elites. Nessa perspectiva, questões relacionadas à saúde, trabalho, família, educação, assistência e muitos outros eram debatidos nas páginas do *Conselho*. Dos temas mais trabalhados pelo *Conselho* destacamos: os males do cinema na infância; infância e castigos físicos; a formação do hábito; crianças nas fábricas; literatura infantil; eugenia; higiene; filhos ilegítimos; brinquedos de criança; alimentação da criança; mortalidade infantil; saúde da criança; delinquência infantil; os males do álcool; infância e imprensa; criminalidade infantil; assistência aos menores; vestimentas femininas, creches; as ações do juizado de Menores; divórcio; etc. Alguns temas receberam maior atenção sendo encontrados de forma recorrente nos *boletins* de divulgação, o que sugere a importância atribuída a alguns aspectos específicos, dentre eles saúde e assistência.

A saúde da criança foi tema muito presente no *boletim* do *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*. Orientações sobre cuidados com os pequenos tinham como finalidade criar organismos saudáveis e robustos evitando que contraíssem doenças próprias da idade. Nessa perspectiva, a alimentação recebeu atenção especial. Especialistas discorriam sobre a importância do aleitamento materno nos primeiros anos de vida do bebê, apontando os benefícios para as crianças que dele faziam uso; as propriedades de certos alimentos da região que se incluídos na dieta da criança em muito contribuiria para seu fortalecimento; a alimentação adequada nos períodos mais quentes do ano; os cuidados com o abuso do sal na dieta alimentar, etc. A higiene de quem cuidava e alimentava a criança também deveria ser observada. Nesse sentido, a higiene das vestes e das mãos de quem preparava a alimentação da criança não deveria ser descuidada evitando que dessa forma servissem de contágio para os pequenos. De forma semelhante o ambiente em que estes viviam deveriam ser arejados e higienizados. A relação da surdez com a subalimentação, os cuidados com a tuberculose e com a visão também foram divulgados pelo *Conselho* <sup>205</sup>.

---

<sup>205</sup> Esses temas estão presentes nos 200 *boletins* do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores por nós compulsados. Todos como página integrante do Diário Oficial do Amazonas, disponibilizados para pesquisa na Biblioteca Pública do Estado do Amazonas e Arquivo Público do Estado do Amazonas.

Procurando envolver a participação das mulheres na ação de propagar hábitos saudáveis e questões de higiene às mães brasileiras, o *boletim* do *Conselho* divulgou a campanha criada pela Divisão de Amparo à Maternidade e a Infância a ser realizada em todo o País. O *boletim* publicava uma carta contendo alguns conselhos sobre alimentação e higiene. Cada mãe deveria fazer três cópias da referida carta e enviar pelo correio para três amigas. As participantes da campanha teriam seus nomes inclusos “nos Relatórios da Semana da Criança como uma das senhoras brasileiras que trabalham, com toda a dedicação para o bem-estar das crianças de nosso país”<sup>206</sup>.

O *boletim* do *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* dedicou muitas de suas páginas à questão da assistência à infância. Suas páginas se ocuparam não apenas em propagar as ações assistências que se voltaram para as crianças e suas famílias, mas também e, principalmente, em demonstrar a necessidade de oferecer auxílio para esses setores da sociedade.

O Juiz de Menores da cidade de Manaus, André Vidal de Araújo, por diversas vezes utilizou o *boletim* do *Conselho* para fazer apelo à população manauara sobre a necessidade de maior participação da sociedade nas obras de assistências voltadas para a infância. Clamava o Juiz em nome das “crianças desamparadas, abandonadas, malcuidadas, desnutridas, doentes e necessitadas” pois se encontrando no *Século da Criança*, a população deveria se voltar mais para os pequenos, no sentido de minorar suas enfermidades e infortúnios<sup>207</sup>. Aquebrantando o coração, permitindo que a generosidade possa guiar suas ações, haveriam de contribuir para aqueles que viviam sem esperanças de uma vida melhor. Invocava o Juiz por maior generosidade moral e material no sentido de amparar os pequeninos, lamentando por aqueles que, mesmo sendo natural do estado procuravam criar entraves às obras de assistências<sup>208</sup>.

Para André Vidal de Araújo muito do que se propagava em relação as crianças, até então permaneciam apenas no plano da abstração, no plano das intenções, sem que nada se materializasse de fato. “Daí necessitarmos de uma maternidade, um hospital

---

<sup>206</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 54. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 25 de setembro de 1939.

<sup>207</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 19. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 10 de outubro de 1938.

<sup>208</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 19. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 10 de outubro de 1938.

infantil, de creche, asilos, abrigos, escolas para débeis físicos e mentais, lactários em bairros pobres, uma escola de reforma e uma escola de preservação”<sup>209</sup>.

No *boletim do Conselho*, André Araújo lembrava aos leitores que “a era que corre é chamada de *Século da Criança*, porque o mundo civilizado voltou a estas horas suas vistas para a proteção à infância”<sup>210</sup>. Todavia, parece que na cidade de Manaus as crianças desassistidas não foram merecedoras de toda essa atenção. Assim no mesmo ano de 1938, André Vidal fez intensa campanha por meio da imprensa para o Natal da criança pobre. Anunciava no *boletim do Conselho* a realização de uma festa para crianças no Dia de Natal. Esperava angariar brinquedos, tecidos, calçados, material de higiene pessoal, gêneros alimentícios, etc. Após a data festiva, o *boletim* anunciava a bonita festa realizada para a garotada que, entretanto, não recebeu as contribuições na proporção esperada. Lamentava o *boletim* que o comércio e as camadas abastadas da população não teriam respondido ao apelo do Juiz de Menores <sup>211</sup>.

O lamento do Juiz de Menores pela não adesão as campanhas em prol das crianças menos favorecidas se repetiram nos anos seguintes. No Natal de 1940, André Vidal faz dramático apelo no *boletim do Conselho* em favor das crianças empobrecidas de Manaus. Na ocasião, quase como uma denúncia afirmava que lamentava por não ser ouvido com a intensidade esperada, por clamar sozinho e servir de motivo de indiferença por grande parte da sociedade manauara<sup>212</sup>.

O tempo de existência do *Conselho* na cidade de Manaus foi relativamente longo, deixando de existir em 1944, com o decreto do Presidente da República que extinguiu em todo o País o *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*<sup>213</sup>.

As frequentes e persistentes solicitações de maior apoio da população nas obras assistenciais destinadas as crianças na cidade de Manaus podem ser muito significativas. Para além de indicar que o quadro de miséria vivenciada por grande parte da população, não despertava a generosidade esperada nas camadas mais favorecidas economicamente,

---

<sup>209</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 19. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 10 de outubro de 1938.

<sup>210</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 19. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 10 de outubro de 1938

<sup>211</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 29. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 26 de dezembro de 1938;

<sup>212</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 99. Página integrante do Diário Oficial do Estado do Amazonas, do dia 27 de dezembro de 1940.

<sup>213</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13.657. Manaus, 12 de outubro de 1944.p.3; *A Manhã*, nº 975. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1944.p.4

pode sugerir que o projeto de infância não ecoava nos segmentos sociais mais abastados. Embora fossem propostas vindas de cima para baixo, os segmentos que compunham a parte mais elevada da pirâmide social não mostravam muito interesse em participar. Esse posicionamento pode sugerir, como citamos anteriormente, que a preocupação com a infância se mantinha nas salas de conferências e debates científicos, havendo pouca materialização de tais ideias.

A chegada dos anos 40 não trouxe perspectivas de mudanças para grande parte da população manauara, que crescia de forma assustadora com a vinda de levas de famílias do interior do estado em busca de melhores condições de vida. Aqui chegando passavam a ocupar os bairros mais afastados da cidade, morando em casebres que, muitas vezes, eram lançados ao chão com a chegada das primeiras chuvas do inverno<sup>214</sup>. As famílias dos segmentos populares enfrentavam grandes dificuldades de se manter com o elevado e crescente custo de vida que majorava os produtos de primeira necessidade. Isso fomentava a procura pelas instituições de assistências que dispunham de poucos recursos para o socorro de elevado contingente de pauperizados. Como o valor dos subsídios governamentais não aumentava na mesma proporção que as famílias desassistidas, as instituições particulares de assistência enfrentavam inúmeras dificuldades com os recursos cada vez mais escassos<sup>215</sup>.

Na prestação de contas que o interventor Federal do Estado do Amazonas Álvaro Maia apresentou ao Presidente Getúlio Vargas, podemos vislumbrar que as instituições governamentais se mantinham com atendimento precário às famílias que a elas recorriam. O Lactário, que há muito era solicitado “para distribuição de alimentos racionais às crianças pobres e muito útil para educação sistemática das pessoas que lidam com lactantes”, não havia sido criado<sup>216</sup>. Quanto ao Centro de Saúde, “em geral, todas as seções especializadas do Departamento, dentro dos seus recursos materiais que não podem ser alargados pela premência das finanças do estado, funcionam com a possível regularidade”<sup>217</sup>.

---

<sup>214</sup> Exposição de Álvaro Maia ao Presidente Getúlio Vargas (Maio de 1940 - Maio de 1941). Manaus: Imprensa Pública, 1941.p.53.

<sup>215</sup> Exposição de Álvaro Maia ao Presidente Getúlio Vargas (Maio de 1940 - Maio de 1941). Manaus: Imprensa Pública, 1941.p. 51

<sup>216</sup> Exposição de Álvaro Maia ao Presidente Getúlio Vargas (Maio de 1940 - Maio de 1941). Manaus: Imprensa Pública, 1941.p.30

<sup>217</sup> Exposição de Álvaro Maia ao Presidente Getúlio Vargas (Maio de 1940 - Maio de 1941). Manaus: Imprensa Pública, 1941.p.30

Embora não afirme de forma categórica, a documentação demonstra que os atendimentos médicos se mantinham de forma irregular. Semelhante à década anterior, postos de atendimento fechados eram frequentes, dificultando os cuidados da saúde de adultos e crianças. Isso nos revela o quão contraditório e ineficiente se mostrava o plano de assistência à infância. De forma análoga se apresentava a assistência às mães pois, a cidade de Manaus ainda permanecia sem possuir maternidade. Como citamos anteriormente, o atendimento da capital e do interior era feito pela única secção de maternidade que funcionava em uma sala anexa à Santa Casa de Misericórdia.

Por conta dessa situação, no ano de 1941, o *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* dirigiu um apelo ao Interventor Federal Álvaro Maia, no sentido de viabilizar a construção de uma maternidade e um hospital infantil na cidade de Manaus. Como forma de ilustrar os danos causados pela inexistência desse estabelecimento, o *Conselho* cita os dados estatísticos que apontam para o número de 1.902 mortes de crianças apenas no ano de 1936. Sendo que desse total, 169 crianças possuíam menos de dois anos de idade e foram a óbitos devido a diarreia e enterite<sup>218</sup>. O *Conselho* ponderava que

Apesar da benemerência das instituições que se vem dedicando a tão nobres misteres, muito pouco se há realizado em Manaus relativamente a assistência médica e hospitalar a maternidade e infância, pois o que existe a respeito, nada obstante a boa vontade e a filantropia desses abnegados está muito longe de corresponder as necessidades sociais, que estão a exigir maior eficácia e amplitude<sup>219</sup>.

Diante desse quadro, embora funcionando de forma precária e irregular, os postos de saúde dos bairros prestavam relevantes serviços à população menos favorecida economicamente. Oferecendo consultas, exames de laboratórios, vacinas e serviços de pré-natal, evitavam que muitas famílias precisassem se deslocar em longas caminhadas até o Centro de Saúde da área central da cidade. Os serviços de transportes, além de não alcançarem as moradias mais afastadas, representavam uma despesa a mais para quem vivia com pouco ou nenhum recurso financeiro. Conforme José Ademir Oliveira, “quase toda a cidade era servida pelos bondes excetuando os bairros de Educandos e São Raimundo, sendo que a população deste se servia do bonde do Plano Inclinado,

---

<sup>218</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos em prol da infância desvalida (1935-1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940, p.42,43.

<sup>219</sup> ARAÚJO, . *Proteção à Infância e a Juventude...op.cit.p.44*

completando o deslocamento com a catraia<sup>220</sup>. Como citamos anteriormente, os bairros de Educandos e São Raimundo eram habitados predominantemente por trabalhadores, e diante dos elevados preços dos alimentos básicos, o gasto diário com mais de um transporte se tornava muito dispendioso para seus parcos rendimentos. Nesse sentido, muitos trabalhadores procurando economizar a despesa diária com transportes, faziam boa parte do trajeto para o trabalho a pé.

Quanto a assistência às mães, no decorrer de toda a década de 1930 a documentação registra de forma muito irregular a presença de parteiras nos serviços de higiene e pré-natal, enquanto na década seguinte elas estão completamente ausentes das fontes aqui compulsadas. Por quase toda a década de 30, o *Jornal do Comércio* frequentemente informava os bairros e o número de domicílios visitados pela parteira de serviço e quantas mulheres gestantes haviam sido atendidas<sup>221</sup>. As parteiras se tornavam conhecidas dos moradores, pois diariamente saíam às ruas da área central ou dos bairros mais afastados visitando casas coletivas, estâncias e outros diversos tipos de residência, a ministrar conselhos sobre cuidados e higiene na gravidez, fazendo encaminhamentos aos postos médicos.

Arriscamos sugerir que a visita de parteiras em domicílios familiares tinha como finalidade atrair mulheres gestantes aos postos médicos, visto estas últimas se recusarem ao tratamento oferecido pela medicina moderna. Assim podemos depreender do anúncio do *Jornal do Comércio*, de 1932, noticiando que

O serviço de assistência a infância constou do seguinte: no dispensário central atenderam ontem, vinte e duas crianças e sete gestantes. A parteira de serviço visitou nos dias vinte e vinte um do corrente, quarenta e nove casas no Bairro de Constantinópolis, nas quais **encontrou** doze gestantes, e ontem, doze casas da Rua Benjamin Silva, onde **encontrou** três gestantes<sup>222</sup>. (grifo nosso)

Os dados apresentados pelo jornal podem indicar que muitas mulheres gestantes se dirigiam aos postos de assistência à infância, a procura de atendimento médico, para realização de pré-natal ou outros atendimentos relacionados a gravidez. No entanto, o

---

<sup>220</sup> OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus: de 1920-1967*. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer. Governo do Estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas

<sup>221</sup> Tais registros podem ser encontrados no *Jornal do Comércio* no período que compreende os anos de 1932 a 1938.

<sup>222</sup> *Jornal do Comércio*, nº 9646. Manaus, 24 de maio de 1932.p.1.

número de mulheres “encontradas” nos domicílios visitados pela parteira de serviço, é bem distinto do número de residências visitadas. Por outro lado, o termo “encontrada”, constante no anúncio, pode apontar que muitas mulheres grávidas preferiam o tratamento tradicional, das parteiras das vizinhanças, em detrimento do serviço oferecido pelos médicos nos postos de assistência. Isso justificaria a necessidade de a parteira de serviços visitar frequentemente os domicílios a procura de mulheres grávidas no sentido de ensinar-lhes a necessidade de exames pré-natal, evitando assim que as futuras mães utilizassem os serviços das antigas parteiras com o uso de suas ervas e práticas consideradas arcaicas.

Sabemos que a disputa entre os saberes tradicionais e os saberes médicos pelos serviços de parturiente é muito anterior aos anos 30 e 40. Consoante Iraci Barroso, o saber científico da medicina moderna, há muito vinha tentando se sobrepor aos saberes da parteira tradicional <sup>223</sup>. Aquele, acompanhado do discurso higienista e do avanço tecnológico, “passa a hostilizar os serviços das parteiras tradicionais como práticas irregulares”. O saber médico no Brasil, esclarece a autora,

paulatinamente conseguiu afastar as parteiras tradicionais do espaço público, as práticas das parteiras foram substituídas, o parto se institucionaliza e o saber médico foi legitimado em detrimento do saber da parteira <sup>224</sup>.

Na cidade de Manaus, de acordo com Luciana Santos, a Faculdade de Medicina da Universidade de Manaus, oferecia o Curso de Parteira no ano de 1914<sup>225</sup>. O objetivo do curso seria profissionalizar senhoras no sentido de prestarem assistência as parturientes. Todavia, durante o funcionamento do curso a procura foi reduzida. Diante da pressão dos médicos para que as parteiras adquirissem conhecimentos científicos, muitas parteiras tradicionais passaram a cursar a universidade, esclarece a autora<sup>226</sup>.

Importa destacar que na cidade de Manaus, assim como nas demais cidades brasileiras, isso não significou o abandono das práticas tradicionais de partejar. Muitas

---

<sup>223</sup> BARROSO, Iraci de Carvalho. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. In: PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Nº 2. Dez.2009. <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/34>. Acesso em: 23.06.2018.

<sup>224</sup> Idem.

<sup>225</sup> SANTOS, Luciana. *A Arte de Partejar: das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.p.21 a 23

<sup>226</sup> SANTOS, Luciana. *A Arte de Partejar... op.cit.* p.21 até 25. No decorrer de nossas pesquisas nos arquivos de Manaus, localizamos um álbum com diversas fotografias de mulheres intituladas Parteiras Licenciadas.

mulheres permaneceram exercendo o ofício de parteiras nos modelos tradicionais, de acordo com os ensinamentos recebidos de suas mães e avós, se recusando a adentrar o curso universitário. Por outro lado, a maior parte das mulheres grávidas da cidade, se recusavam ao atendimento médico, permanecendo a recorrer aos serviços dessas senhoras que lhes indicava ervas e banhos para uma gravidez saudável e para o serviço de parto<sup>227</sup>.

Diante do exposto, acreditamos que, embora necessitando de assistência médica, muitas mães se recusavam as novas práticas medicinais, preferindo se manter seguindo os tratamentos tradicionais no período de gravidez. Sendo, provavelmente, este o motivo que se fazia necessária que as parteiras dos serviços de assistência fossem procurar nos domicílios manauaras mulheres grávidas para ministrar ou encaminhar aos novos métodos de tratamento, estes científicos, e não raras vezes, realizando o serviço de parto. A documentação registra que no ano de 1936, a parteira de serviço do Posto de Assistência a Infância realizou cerca de 1.047 visitas domiciliares, tendo encontrado 125 gestantes<sup>228</sup>.

Por toda a década de 40 não encontramos nenhuma referência aos atendimentos de crianças e mães nos postos de assistência na cidade de Manaus, nem as visitas da parteira de serviço por nós citados anteriormente, o que pode indicar que nesse período tais atividades não foram realizadas, visto o atendimento ser reconhecidamente precário e muito irregular.

Em 1940, a capital amazonense contava com cerca de oito instituições voltadas para o atendimento da infância e adolescência<sup>229</sup>. Destas, cinco foram de iniciativa da administração pública enquanto as demais, de iniciativa de particulares. Entretanto, do total das instituições governamentais, apenas quatro foram construídas a partir de 1930, sendo que nenhuma delas se destinava à assistência médica de crianças ou adolescentes. São elas: Aprendizado Agrícola do Paredão (1934), Escola José do Patrocínio (1939), Secção Mello Mattos (1939), Escola Premunitória do Bom Pastor (1940). Destas, apenas

---

<sup>227</sup> Para estudos sobre a disputa entre médicos e parteiras ver: MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Parto, Parteiras e Parturientes*. Mme Durocher e sua Época. Tese de doutorado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 1998; SOUSA, Noélia Alves de. *Sábias Mulheres: uma investigação de gênero sobre parteiras no sertão do Ceará, 1960-2000*. Tese de doutorado, UFRJ, 2007.

<sup>228</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia á Assembleia Legislativa. Maio de 1937. Manaus: Imprensa Pública, 1937.p. 390.

<sup>229</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos em prol da infância desvalida (1935-1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940, p.59.

a Escola José do Patrocínio, mais conhecida como Casa do Gazeteiro, estava voltada para oferecer abrigo, vestimenta e algumas vezes alimentação aos menores. As demais atuaram como estabelecimentos de reeducação ou de reforma, funcionando em regime de reclusão, como veremos em capítulo posterior <sup>230</sup>.

Embora muito se falasse sobre proteção às crianças, no Amazonas, somente na década de 40 foi criada uma lei de assistência às famílias. Com o Decreto de 28 de outubro de 1941, Álvaro Maia em consonância com o decreto presidencial instituía a concessão de benefícios às famílias “reconhecidamente pobres”<sup>231</sup>. Ficava estabelecido que estariam isentas de quaisquer despesas para habilitação, celebração e certidão de nascimento, as famílias que comprovassem, por meio de documentação, viver em estado de pobreza; estariam isentos de taxas os registros de filhos, legítimos ou não. Aqueles que recorressem a esse benefício para se casar e adquirissem imóvel, a cobrança do imposto predial estaria suspensa até a quitação do empréstimo<sup>232</sup>. Ao noticiar sobre o assunto, o *boletim do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* manifesta todo o contentamento pois tal auxílio seria importante para fornecer a família a condição de exercer o papel que deveria desempenhar em uma sociedade, ou seja, o papel de “célula fundamental do organismo social” <sup>233</sup>.

As crianças e adolescentes com especificidades físicas, tais como cegueira e surdez, não ficaram à parte desse programa assistencial do estado. Percebidos como seres anormais e seres inferiores, não havia um estabelecimento específico para essas crianças, não recebendo assistência ou instrução por parte do estado. Entregues à caridade de alguma instituição particular ou família que os abrigassem, eram considerados pesos mortos para sociedade<sup>234</sup>. Diante disso se percebia a necessidade de tornar os códigos da sociedade capitalista acessíveis à essa parcela da população no sentido de incluí-los nas normas e valores vigentes.

---

<sup>230</sup> Das oito instituições voltadas para o atendimento a infância até o ano de 1940, eram instituições particulares: Casa Dr. Fajardo (1923), Abrigo Menino Jesus (fundada em 1928 com o nome de Creche Alice Salles), Patronato Santa Terezinha. Eram instituições governamentais: Instituto Benjamin Constant (1892), Aprendizado Agrícola do Parredão (1934), Seção Mello Mattos (1939), Escola José do Patrocínio (1939), Escola Premunitória do Bom Pastor (1940)

<sup>231</sup> Álvaro Maia seguia as determinações do Decreto-Lei Nº 3.200, de 28 de outubro de 1941, no qual Getúlio Vargas estabelecia a Lei de Organização e Proteção da Família para todo território brasileiro. Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 23 de agosto de 1941.p.1

<sup>232</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 126. Manaus, 14 de novembro de 1941

<sup>233</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 126. Manaus, 14 de novembro de 1941

<sup>234</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 146. Manaus, 1 de outubro de 1942.

Com essa preocupação, no ano de 1942 foi instalada a *Escola Montessoriana Álvaro Maia*, que tinha como finalidade atender crianças e adolescentes cegos, surdos-mudos e oligofrênicos. Funcionando inicialmente em regime de semi-internato, havia a intenção que mais tarde funcionasse em regime integral<sup>235</sup>. No ano de sua fundação contava com 25 alunos matriculados, sendo esperado um número maior vindo do interior do estado <sup>236</sup>.

A *Escola Montessoriana* estava sob direção da professora Regina Coeli Araújo. Em artigo publicado no *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*, Regina Araújo esclarecia que a surdez não seria exclusivamente resultado da mudez. Segundo o pensamento científico da época, a surdez em 25% dos casos seria resultado da “degenerescência” causada pela sífilis, alcoolismo, tuberculose, raquitismo, dentre outras “taras”<sup>237</sup>. De acordo com essa percepção, haveria dois tipos de surdez: a surdez congênita e a surdez acidental. O portador da Surdez congênito trazia como características a “face pálida, fisionomia sem vida, olhar fixo, caixa torácica deprimida, movimentos lentos, caminhar trôpego e oscilante, excessivamente tímido e terrivelmente desconfiado”. O portador da surdez acidental teria como característica a “face oscilando entre corada e pálida, olhos vivos, olhar rápido e inquieto, caráter suscetível e demasiado violento”<sup>238</sup>.

As características atribuídas aos portadores de surdez, evidenciavam a forte presença do pensamento *lombrosiano* nos anos 40. Eram associadas características físicas com as propriedades mentais, o que permitiria identificar, por meio das especificidades físicas, os portadores de “taras”.

A pedagogia a ser adotada na *Escola Montessoriana*, segundo Regina Araújo, teria por finalidade “suprir as falhas decorrentes da anormalidade buscando adaptar o educando ao nível social dos normais”. Nessa perspectiva, “pelo ensino da linguagem o surdo-mudo não será um empecilho à sociedade, mas um indivíduo útil a todos, pelo trabalho que dignifica e aperfeiçoa o homem”<sup>239</sup>. Regina Coeli Araújo aperfeiçoou-se no Instituto Nacional de Surdos-Mudos, no Instituto Benjamin Constant e no Instituto de Assistência a Menores, na cidade do Rio de Janeiro<sup>240</sup>. De acordo com o *Jornal do*

---

<sup>235</sup> *A Tarde*. Manaus, 20 de outubro de 1943.p.1

<sup>236</sup> Exposição apresentada ao presidente Getúlio Vargas por Álvaro Maia. (1943-1944). Manaus: D.E.I.P., 1944. p.103.

<sup>237</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 146. Manaus, 1 de outubro de 1942

<sup>238</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 146. Manaus, 1 de outubro de 1942

<sup>239</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 146. Manaus, 1 de outubro de 1942

<sup>240</sup> *A Tarde*, nº 2018 Manaus, 20 de outubro de 1943.p.1

*Comércio* de 1944, a Escola adotava o processo de madame Montessori e estava adequada com aparelhos elétricos para aprendizagem dos cegos”<sup>241</sup>.

A preocupação em tornar as crianças cegas e surdas-mudas em sujeitos úteis a sociedade parece ter norteado a Escola Montessoriana por muito tempo pois sete anos após sua inauguração o *Jornal do Comércio* anunciava a instalação da escola prática de sapataria, funilaria e marcenarias para os alunos da escola<sup>242</sup>.

O cuidado em transformar sujeitos considerados pesos-mortos ou, em outras palavras, párias da sociedade, tornando-os em sujeitos ativos e produtivos, não foi exclusiva para sociedade manauara, mas sim uma política do governo central do Brasil. Os programas educacionais estabelecidos pelo Governo Federal constavam de orientações específicas sobre crianças consideradas anormais. Segundo tais determinações,

é preciso que se organize, entre nós, o ensino para os anormais de todos os tipos, anormais do físico, do caráter e da inteligência. A este ensino deve ser dado o seu verdadeiro objetivo, que é transformar os anormais em elementos sociais produtivos que entrem a viver num relativo bem-estar e possam ser úteis a Nação<sup>243</sup>.

A criação do Serviço de Assistência Social no Amazonas, trouxe promessa de um programa de assistência mais concreto que não se materializasse apenas nos discursos e criações de instituições que não saiam do papel. O Decreto-Lei Nº 706, de 6 de novembro de 1941, criava o Serviço de Assistência Social, sob a superintendência do Juízo de Menores e com a colaboração do Conselho Técnico de Assistência e Serviço Social no Amazonas<sup>244</sup>. Seria atribuição do Serviço de Assistência Social: “assistir aos desajustados da saúde, desajustados do amparo, ao desajustado do sentido, ao desajustado do espírito, ao desajustado da condição e ao desajustado da conduta”<sup>245</sup>. O Serviço de Assistência Social no Amazonas estava baseado em projeto do próprio Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, a quem o Interventor Federal solicitou tal elaboração.

---

<sup>241</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13423 . Manaus, 2 de janeiro de 1944. p.31

<sup>242</sup> *Jornal do Comércio*, nº15241. Manaus, 27 de dezembro de 1949, p.6

<sup>243</sup> Panorama da Educação: Discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro. 1937.p.37.

<sup>244</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 135. Manaus, 9 de março de 1942.

<sup>245</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 135. Manaus, 9 de março de 1942.

Fundamentado nas bases da espiritualidade cristã, tal projeto delegava importante papel as instituições particulares.

A despeito de toda pompa atribuída as inúmeras instituições e programas criados para a assistência à infância no período por nós pesquisado, tudo indica que era um programa paliativo pois não procurava resolver os problemas das desigualdades sociais, mas sim apenas minorar as consequências de tais desigualdades para as crianças filhas das famílias empobrecidas. Sobre a ineficácia da tão prometida e decantada assistência à infância no Amazonas, Paulo Sarmiento, diretor da Escola de Aprendizes e Artífices do Amazonas, afirmava categoricamente que

em Manaus, podemos afirmar sem receio de contestação, que a infância e juventude vivem quase completamente abandonadas. O que há até agora são tentativas e ensaios, frutos de boa vontade e patriotismo, sem resultados positivos, pela falta absoluta de recursos financeiros<sup>246</sup>.

Compartilhamos parcialmente com a reflexão de Paulo Sarmiento. Entendemos que o que houve de fato, foram tentativas e ensaios de um programa de assistência à infância e juventude no Amazonas. Entendemos que não havia interesse político por parte das elites intelectual, econômica e política no sentido de transformar a realidade objetiva vivenciada pelas famílias empobrecidas da população. O projeto em si se voltava apenas para práticas paliativas que em nada iria reduzir os profundos contrastes sociais existentes no estado. Para além destas questões, os Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, demonstram que em muitas propostas que visavam minorar, ainda que de forma mínima, os problemas decorrentes da falta de assistência à saúde e educação para as famílias dos segmentos populares, foram preteridas em nome de outras propostas que visavam o embelezamento de escolas particulares e igrejas com subsídio público<sup>247</sup>.

Retomamos neste momento ao início deste capítulo, sobre a consagração do século XX como o *Século da Criança*, reportando à duas reportagens noticiadas na imprensa brasileira em meados dos anos 30 e 40, numa tentativa de percebermos, ainda que muito vagamente, como foi percebido o *Século da Criança*, para parte da imprensa brasileira. No ano de 1938, o articulista do *Diário da Tarde*, de Curitiba, anunciava que “embora lentamente”, no Brasil estava sendo irradiado a consagração do século XX como

---

<sup>246</sup> SARMENTO, Paulo. *Problemas do Ensino Profissional do Amazonas*. 1941, 1ª ed. P.113,114.

<sup>247</sup> Isso pode ser verificado nos Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas. Sessão Ordinária 1935. Manaus: Imprensa Pública. 1936.

o *Século da Criança*<sup>248</sup>. Como observamos no decorrer de nossa narrativa, a expressão *Século da Criança* foi utilizada por diversas autoridades públicas, no sentido de que estavam sendo observadas as prerrogativas exigidas pelas crianças no “seu século”. Todavia, a revista *O Malho*, publicada no Rio de Janeiro, em 1945 apresentava um olhar bastante pessimista sobre tal questão. O articulista da revista, ao escrever sobre o cinema infantil afirmou:

Continuam teimando em chamar o Século XX de Século da Criança. Podem continuar na teima porque é, na verdade, o século em que se matou mais criança e nunca se viu tanta miséria e desgraça infantil. Pode ser tudo, menos o Século da Criança. [...]pode ser o século da Bomba Atômica ou do soldado desconhecido, sendo eles tão bem fichados e catalogados, mas nunca o Século da Criança<sup>249</sup>.

Infelizmente somos obrigados a concordar com o articulista de *O Malho*, o século que deveria ser da criança a negligenciou. Como afirma Irene Rizzini, foi um século perdido “entre discursos e promessas que se esvaem em retóricas e não se afinam com as ações”<sup>250</sup>.

---

<sup>248</sup> *O Diário da Tarde*, nº 13.116. Curitiba, 11 de outubro de 1938, p.1.

<sup>249</sup> *O Malho*. Rio de Janeiro:1945, edição 071, p.42.

<sup>250</sup> RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 2ª ed. São Paulo Cortez, 2008. p.16.

## **Capítulo 2**

### **Disciplinarização da infância na cidade de Manaus: do público ao privado**

A criança esteve presente em diversos discursos pronunciados por Getúlio Vargas no decorrer de todo o seu primeiro governo, entre 1930 e 1945. Ao ser instalada a Assembleia Constituinte, em novembro de 1933, convocada para elaborar a Constituição do país, Getúlio Vargas na condição de Chefe do Governo Provisório compareceu na sessão solene para fazer a leitura de suas atividades, que foram iniciadas ao final do *Golpe de 1930*. Durante o pronunciamento, Getúlio Vargas destacou sua preocupação com duas áreas que ele considerava cruciais e estratégicas para o Brasil. Segundo sua fala, havia urgência em enfrentar problemáticas dos mundos do trabalho e da educação nacionais<sup>251</sup>. A educação para Getúlio Vargas não estava relacionada apenas à aprendizagem das letras e números. Esta englobava um campo mais complexo pois deveria abranger não somente o aspecto da instrução, mas também, uma educação “física e moral, eugênica e cívica, industrial e agrícola, tendo por base a instrução primária de letras e a técnica profissional”<sup>252</sup>.

Diante dessa perspectiva, o governo pretendia dar a máxima atenção à educação profissional e técnica, pois essa formação estaria mais afeita ao predomínio da máquina que há muito vinha se manifestando, afirmava Getúlio. Com essa ideia de que tudo ainda estava por fazer, Vargas se voltava para infância no sentido de “salvar” o Brasil por meio da criança. Com o discurso de construção de uma nova nação, acreditava ser possível moldar o espírito e a alma infantil, formando assim cidadãos comprometidos com o que seria a maior missão do homem: a pátria.

Assinalamos no capítulo anterior que a cidade de Manaus não se manteve distante das preocupações que se voltavam e avolumavam em relação à infância pobre nos anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Acompanhando as discussões nacionais e internacionais que se voltavam para essa questão, as elites intelectual, econômica e política viam na infância pobre um problema a ser combatido. Nesse sentido, o objetivo do presente capítulo é refletir sobre como se deu a tentativa de disciplinarização da infância na cidade de Manaus. Coadunando com Michel Foucault, para quem o poder não é estático e cujo exercício se espraia para além da legislação, vamos procurar pelo

---

<sup>251</sup>Anais da Assembleia nacional Constituinte (1933/1934). Volume I. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1935. p.105.

<sup>252</sup>Anais da Assembleia nacional Constituinte (1933/1934). Tais preocupações também podem ser observadas no discurso proferido por Getúlio Vargas na Bahia, em 18 de agosto de 1933. p.327. [www.biblioteca.presidencia.gov.br](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br)

poder na *norma*, pois esta pode ser aplicada “tanto ao corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”. Nessa linha de raciocínio, a tentativa de disciplinarização pode ser percebida na vida cotidiana de uma população, em pequenas ações diárias que fazem parte do seu dia-a-dia<sup>253</sup>. Será a partir desse prisma que tentaremos identificar como se deu a tentativa de disciplinarização da infância na cidade de Manaus. Entendendo que tal processo se deu por meio de ações voltadas para família, a educação e o trabalho, passaremos a tratar dessas questões no que se segue.

## **2.1 Família: a educação dos pais**

Destacamos anteriormente que no decorrer dos trabalhos da elaboração da Carta Magna brasileira, a família empobrecida foi percebida como incapaz de prover, educar e proteger seus filhos, futuros cidadãos. Essa percepção dos constituintes está retratada na Constituição do Brasil de 1934, ao estabelecer que de acordo com o “Art. 144 – A família, constituída pelo casamento indissolúvel, está sob a proteção especial do estado”<sup>254</sup>. Nesse sentido, considerada como espaço de modelagem, de posturas, de hábitos e costumes, a família passou a ser alvo da ação intervencionista governamental.

Ao colocar a família sob amparo do Estado, esta instituição estaria sujeita a maior intervenção por parte deste, pois somente seria merecedora de direitos àquela que se enquadrasse em determinadas condições. Desse modo, ao ressaltar que as famílias sob a proteção do Estado seriam as constituídas pelo casamento indissolúvel, a nova Constituição reconhecia como merecedora de tal benefício somente as famílias originadas do casamento civil, desconsiderando outras formas de arranjos familiares. Nessa perspectiva, a obrigatoriedade do casamento civil pode ser percebida como ferramenta de coerção no sentido de disciplinar a família<sup>255</sup>.

Nossa assertiva vai ao encontro das análises de Ana Maria Bandeira Magaldi e Cintia Vilhena sobre o papel destinado às famílias nos projetos civilizatórios. Magaldi

---

<sup>253</sup> FOUCAULT, Michel *Em defesa da sociedade*: Curso no Collège de France (1975-1976). Martins Fontes: São Paulo. 2005. p.302.

<sup>254</sup> Constituição do Brasil de 1934.

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.ht) . Acesso: 20 de fevereiro de 2018

<sup>255</sup> O casamento foi tema que suscitou acalorados debates entre os constituintes durante os trabalhos na Assembleia Nacional, motivo pelo qual acreditamos ser os Anais da Assembleia Nacional Constituinte, relevante acervo para os estudos da família brasileira. Dentre outros aspectos, questões envolvendo o divórcio foi motivo de longas explanações no plenário por aqueles que defendiam a importância dos preceitos católicos na constituição da família e por aqueles que advogavam o direito aos casais de desvencilharem-se de uniões infelizes.

atesta que a família foi a ferramenta de ação pedagógica que o Estado utilizou no sentido de organizar a sociedade transformando e criando cidadãos saudáveis e ordeiros<sup>256</sup>. De acordo com Vilhena, a família, considerada célula maior da sociedade, recebeu papel de destaque na missão salvacionista da infância. Tal proeminência pode ser percebida na Constituição de 1934, que atribuiu papel de destaque à família até então desconhecido na legislação brasileira<sup>257</sup>. Ao passo que a família foi erigida como base do edifício social, a educação passou a ocupar um lugar estratégico, representando um instrumento pelo qual se poderia formar o modelo de cidadão que exigia a nova ordem social almejada. Durante a década de 1930 e 1940, conclui Cynthia, a família, a mulher e a prole, passaram a ser o instrumento de edificação do Estado Nacional<sup>258</sup>.

Com efeito, a colaboração da família era imprescindível, no entanto, para que estas desempenhassem com êxito seu papel de cuidar, educar e encaminhar os filhos no modelo de futuro cidadão desejado, seria imperativo que os pais também fossem educados. Com essa preocupação mecanismos foram criados no sentido de ensinar aos pais as formas de cuidar/educar suas crianças. Na cidade de Manaus, dentre os mecanismos utilizados havia o *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*, citado no capítulo anterior, que teve papel de destaque na divulgação de hábitos modelares, costumes, condutas, como veremos a seguir.

As formas de casamento, e conseqüentemente o divórcio, por um longo período foi motivo de apreensão por parte das autoridades políticas, econômicas e religiosas no País. A Constituição de 1934 ao regular as formas de união entre os casais brasileiros considerando como família apenas a união regida pelo casamento civil, desconsiderava aquelas que não se enquadrassem nesse modelo. Sabemos que as formas de união entre os casais das famílias empobrecidas, na grande maioria não seguia os padrões estabelecidos pela ordem burguesa. Muitas famílias pobres eram compostas pela união de casais sem a legitimidade religiosa ou civil, como evidencia Rachel Soiet<sup>259</sup>. Dentre

---

<sup>256</sup>MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados a família no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007. p.20-21. O referido trabalho nos serviu de inspiração para o capítulo que ora desenvolvemos.

<sup>257</sup> VILHENA, C. P. A Família, na Doutrina Social da Igreja e na Política Social do Estado Novo. *Psicologia-USP*, São Paulo 3(1/2) p.45-57, 1992.

<sup>258</sup> VILHENA, C. P. A Família, na Doutrina Social da Igreja... op.cit.

<sup>259</sup> SOHIET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 362-400.

os motivos apontados pela autora para não realização de enlaces seguindo os padrões do Estado e da Igreja consta os elevados custos exigidos para efetivá-los.

A percepção de família como o suporte da sociedade implicava que o casamento era considerado indissolúvel sendo, portanto, impraticável o divórcio. Consoante Isabel Silva, a instauração do divórcio no Brasil ocorreu somente no ano de 1977 e anterior a esse período, as leis brasileiras consideravam o casamento indissolúvel. Nesse sentido, “apesar de prever o desquite, o casamento só chegaria ao fim, de fato, com a morte de um dos consortes, nesse caso, mesmo que houvesse a separação dos corpos e dos bens, perante a lei, eles continuariam casados, o que impedia um novo matrimônio”. Desse modo, as relações que se fizessem após o casamento civil eram consideradas concubinatos, estando fora da legalidade<sup>260</sup>.

Na cidade de Manaus esses temas se fizeram muito presentes nos *boletins* do *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* que propagava tais ideias publicando artigos reforçando a necessidade de legalizar os enlaces matrimoniais, bem como, combatendo a prática do Divórcio existente em outros países. Para o *Conselho*, o divórcio era um grande mal por trazer a infelicidade para os filhos, relegando-os a miséria moral e econômica. Em nome da família e dos filhos os pais tudo deveriam suportar<sup>261</sup>.

A publicação do *Conselho* se justificava pelo fato do divórcio ser motivo de longos debates entre os diversos setores da sociedade manauara, acompanhando tendência de várias outras urbes brasileiras. Nos espaços acadêmicos, nas esferas política, no âmbito jurídico e no cotidiano da cidade, opiniões divergiam entre aqueles que defendiam a importância da manutenção dos laços conjugais para preservação da família e aqueles que advogavam a liberdade dos cônjuges em reparar casamentos malsucedidos<sup>262</sup>.

A despeito do impedimento de uma separação definitiva entre os casais, ressalta Isabel Silva, mulheres e homens amazonenses insatisfeitos com seus casamentos, não hesitavam em recorrer à justiça solicitando anulação do enlace matrimonial ainda que sujeitos, no caso de mulheres, a sofrer uma carga de preconceitos de ordem moral<sup>263</sup>.

---

<sup>260</sup> SILVA, Isabel Saraiva. *Mulheres Impresas: amor, honra e violência no cotidiano das mulheres em Manaus, 1932-1962*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016. p.21.

<sup>261</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 16 de outubro de 1942. Nº 148.

<sup>262</sup> Nos arquivos de Manaus é farto o número de publicações em jornais, revistas, livros e outros impressos, advogando a favor ou contra o divórcio.

<sup>263</sup> SILVA, . *Mulheres Impresas...op.cit*

Dentre os diversos processos analisados pela autora, consta o pedido de anulação de casamento impetrado por Clara Batista, no ano de 1939. Clara, filha de família privilegiada economicamente, casara no decorrer de 1925, aos 13 anos de idade, por meio de arranjo da mãe que ficara viúva e percebia no casamento da filha a única forma de manter as condições financeiras da família. No período em que entrou com a ação, Clara se encontrava em outra relação matrimonial, esta considerada concubinato<sup>264</sup>.

Silva coloca em relevo o modelo de família pretendido, regido por interesses econômicos no sentido de salvaguardar a propriedade. Isto, para as famílias das elites, como evidencia o processo analisado pela autora. Quanto as famílias empobrecidas, visto não possuem bens a resguardar, conforme nosso caminho de análises percorrido até este momento, caberia o papel de provedora/formadora de futuros cidadãos, ordeiros e afeitos ao trabalho. Entretanto, a autora adverte que “o casamento formal, regido pelas regras do direito civil, atingia mais diretamente as mulheres das classes sociais mais abastadas”, o que não eximia muitas dessas famílias serem alcançadas pelos arranjos informais, como revelou o processo de Clara, que embora pertencendo “a uma família de classe média, e mesmo gozando de privilégios econômicos, vive em uma condição de concubinato”<sup>265</sup>.

Com efeito, por todo o período a que se dedica nossa pesquisa, na maior parte da população manauara a união entre casais se deu de modo informal, não seguindo os preceitos legais ou religiosos. As páginas dos processos judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas revelam histórias de homens e mulheres que por diversos motivos enfrentavam as instâncias da lei. Ao se referir ao estado civil desses sujeitos, a grande maioria aparece como amasiado<sup>266</sup>. Amasiar era um dos arranjos familiares que grande parcela das famílias empobrecidas criava para fugir dos elevados gastos com a realização do casamento formal.

Tais situações não foram exclusivas para Manaus. Na cidade de Belém, a Igreja desenvolveu estratégias no sentido de combater a união conjugal realizada sem os preceitos religiosos<sup>267</sup>. Ipojukan Campos elucida que embora em instâncias opostas na

---

<sup>264</sup> SILVA, *Mulheres Impressas...op.cit.* .p.38.

<sup>265</sup> SILVA, *Mulheres Impressas...op.cit.* p.23; Sobre casamento formal/informal sugerimos: MARQUES, Teresa de Novaes. A mulher casada no Código Civil de 1916. Ou, mais do mesmo. *Textos de História*, Brasília UnB, v.12, n.1/2, p.127-144. 2004.

<sup>266</sup> O rico acervo do Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Amazonas contempla o período do Amazonas Provincial até a atualidade.

<sup>267</sup> CAMPOS, Ipojukan Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916 / 1940)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2009. p.62.

disputa pela primazia dos enlaces matrimoniais, Igreja e Estado combatiam com veemência os arranjos familiares criados pela maior parcela da população belenense. Fazendo uso do discurso do medo, a Igreja Católica em suas preleções recorria a ameaças de que o inferno seria o destino daqueles que insistissem em se manter em casamentos considerados ilegais<sup>268</sup>. Na cidade do Rio de Janeiro, na primeira década do século XX, consoante Martha Abreu, “os amasiamentos eram não só aceitos, como representavam uma forma bastante comum de relacionamento entre homem e mulher”<sup>269</sup>. O amasiar-se, esclarece Martha, para além de ser uma decisão decorrente de questões econômicas, estava relacionado com o universo cultural no qual tais famílias estavam inseridas<sup>270</sup>.

Na cidade de Manaus o *Conselho* teve importante atuação na propagação do papel atribuído a mulher dentro da família. No ano de 1941, o *boletim* do *Conselho* destacava que na família à mulher foi delegada importante e insubstituível dever: a “sublime missão” da maternidade. Reproduzindo uma notícia publicada no jornal manauara, *A Reação*, o *boletim* reforçava a representação de um modelo de comportamento feminino desejado<sup>271</sup>. A matéria do referido jornal tratava sobre o evento ocorrido no *Parque Amazonense* onde

[...] um grupo de senhorinhas se degladiavam no campo disputando uma partida de futebol. As jogadoras, senhorinhas de nossa sociedade, estavam ávidas da vitória de suas cores e cheias de entusiasmo próprio da idade da fantasia<sup>272</sup>.

O articulista do jornal demonstrava surpresa ante o “grupo de senhorinhas”, advertindo aos pais que “o fim principal da mulher é a procriação”, não sendo adequado que elas praticassem todo tipo de esporte, principalmente os que poderiam trazer prejuízos morais e físicos. Nessa perspectiva, o prejuízo moral seria decorrente da exposição excessiva nas quais as mulheres se encontravam diante da plateia que assistia às partidas de futebol, sujeitas a comentários considerados inapropriados para moças que deveriam manter a pureza e o recato. Os prejuízos físicos seriam decorrentes dos esforços

---

<sup>268</sup> CAMPOS, . *Para além da tradição...op.cit.* p.129.

<sup>269</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p.185.

<sup>270</sup> ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.p. 185 e 190.

<sup>271</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 10 de fevereiro de 1941.nº104. Infelizmente ainda não conseguimos localizar o jornal *A Reação* referente a essa data.

<sup>272</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 10 de fevereiro de 1941.nº104.

excessivos cometidos em certos esportes, comprometendo a musculatura feminina, e quem sabe a sua capacidade de vir a tornar-se mãe. Diante disso, matéria do jornal *A Reação* concluiu que “a mulher, na idade propícia, deve receber lições adequadas ao seu sexo por pessoa conhecedora do assunto, para o proveito das mesmas e felicidade da Pátria que precisa da mocidade, forte e sadia”<sup>273</sup>.

O número seguinte do *boletim*, procurou reforçar a argumentação sobre o papel da mulher, discutido no número anterior por nós referenciado. Desta vez, o *boletim* reproduziu um artigo científico de uma publicação da *Revista de Educação Física* do Rio de Janeiro, cujo autor, o médico Humberto Ballariny, era presidente da Sociedade de Medicina da Educação Física do Rio de Janeiro<sup>274</sup>. De acordo com a publicação, a “sublime missão destinada a mulher é a maternidade e toda sua formação física, moral e intelectual, deve visar a esse nobre objetivo”. Nesse sentido, a mulher não deveria praticar esportes agressivos e violentos, como o futebol, pois essa modalidade é considerada “anti-higiênico e contrário a natural inclinação feminina”<sup>275</sup>.

Os dois documentos apresentados permitem algumas inferências sobre a representação que parte da elite intelectual tinha e reproduzia sobre a mulher e seu papel no processo de disciplinarização da família. Nessa ótica, a mulher ainda era percebida como ser emotivo, de compleições frágeis e tendência natural à maternidade. Deveria, portanto, ser educada para esses papéis, o de esposa, mãe e guardiã da família. Nesse sentido o esporte que viesse a praticar deveria realçar a graça, a feminilidade, a beleza e a harmonia dos traços físicos da mulher, afinal, os homens apreciavam essas qualidades consideradas da “natureza” feminina.

Os esportes que pudessem comprometer a saúde ou deformar o corpo feminino retirando os traços delicados e delgados deveriam ser evitados, sendo recomendados apenas aqueles que viessem a “fortalecer a musculatura da bacia”, o que poderia contribuir para uma gravidez tranquila. O argumento médico utilizado na publicação do *boletim* do *Conselho*, tinha como finalidade demonstrar para os leitores o respaldo científico que conferia autoridade para falar sobre o tema, devendo ser merecedor de respeito e credibilidade. Para além dessas questões, revela que embora nos anos 30 e 40 a mulher tivesse acesso a Curso Superior, anteriormente considerados exclusivamente

---

<sup>273</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 10 de fevereiro de 1941.nº104.

<sup>274</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 18 de fevereiro de 1941. Nº 105

<sup>275</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 18 de fevereiro de 1941. Nº 105.

masculinos, como exemplo os curso de Medicina e Direito, ainda era representada como possuidora de características que as encaminhavam para o espaço do lar, da família, do qual seria a guardião natural<sup>276</sup>.

À mulher manauara empobrecida também foi atribuído papel de destaque, embora não nas mesmas proporções que as mulheres das elites. Segundo publicação no boletim do Conselho,

[...] a mulher proletária, mãe da Pátria porque fornece homens para o Exército do Brasil, para o nosso comércio, lavoura e a nossa indústria. Poderá, entre nós, trabalhar ao lado do seu companheiro na rude faina de todos os dias, graças à assistência que lhe será dispensada pela Creche que funcionará em Manaus[...] a casa que protegerá o menino que não pode ter “ama” nem conforto em sua própria casa quando a mãe, premida pela necessidade, vê-se obrigada ela própria, ganhar o pão de cada dia <sup>277</sup>.

A documentação, além de evidenciar as condições de vida das mulheres das famílias pobres de Manaus, revela o espaço social por elas ocupado na cidade e quanto contraditava os papéis atribuídos a tais mulheres em relação àquelas pertencentes às famílias das elites. Como bem revela a publicação do *boletim do Conselho*, a mulher proletária merecia o papel de mãe da Pátria por ser ela quem abastecia o país com mão de obra, quer como trabalhadores, quer como soldados. A construção de uma creche se fazia necessário para que ela pudesse exercer seu papel junto a família. Se para mulheres das elites caberia o papel de mãe, esposa e dona de casa; à mulher das famílias empobrecidas caberia o papel de trabalhadora, o que devido as longas jornadas de trabalho lhes tirava o tempo para cuidar do filho e da família, e muitas vezes da própria saúde.

---

<sup>276</sup> Sobre acesso de mulheres aos cursos universitários na cidade de Manaus ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. Educar para Emancipar: a instrução feminina em Manaus. In: *Fronteiras do Tempo: revista de estudos amazônicos*. n.2, jan/dez 2011. A historiografia local vem produzindo importantes trabalhos sobre a presença feminina nos diversos espaços da cidade de Manaus. Dentre eles elencamos: PINHEIRO, M.L.U. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3.ed. Manaus, EDUA, 2015; MENEZES, Bianca Sotero de. *Imprensa e Gênero: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2014; CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado UFAM, 2010; SILVA, Isabel Saraiva. *Mulheres Impressas: amor, honra e violência no cotidiano das mulheres em Manaus, 1932-1962*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016; OLIVEIRA, Rafaela Bastos. *Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (Roadway) (1993-2015)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.

<sup>277</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 18 de março de 1944. nº192.

Para garantir o “pão de cada dia”, as mulheres manauaras estavam presentes nos mais diversificados espaços dos mundos do trabalho. Para além dos serviços de domésticas, costureiras, lavadeiras, camareiras, vendedoras de doces e outras mercadorias, de atendentes em botequins, dentre outros serviços, também poderiam ser encontradas dirigindo os bondes nas ruas da cidade. Assim evidencia o jornal *A Tarde*, ao noticiar que inúmeras mulheres compareceram para ocupar as vagas de motorneiras de bonde, sendo para elas encomendados macacões e bonés amarelos<sup>278</sup>.

A mão de obra feminina foi muito requisitada para os trabalhos nas fábricas de beneficiamento de castanha e de borracha. O *Jornal do Comércio* de 1943, registra que cerca de sessenta mulheres trabalhavam nas dependências da *Fábrica Hévea* operando máquinas de laminar e nos serviços de secagem e embalagem de borrachas<sup>279</sup>. As fábricas de beneficiamento de castanha também fizeram largo uso da mão de obra feminina, tanto criança quanto adulta. Trabalhando em ambiente nocivo e impróprio para a saúde, exerciam longas horas de trabalho, muitas vezes se prolongando pela noite adentro. As mulheres trabalhadoras das fábricas de beneficiamento de castanha, “alimentam-se muito mal, respiram mal, bebem da pior água, não tem direito de alimentar os filhos novinhos que deixam em casa também se acabando de fome”<sup>280</sup>.

De forma semelhante se fez uso da mão de obra feminina na capital paraense. Assim atesta José Rodrigues que ao analisar o cotidiano de trabalho das mulheres na cidade de Belém, identificou que embora exercendo variadas atividades laborais, a exploração dessa força de trabalho se mostrava mais intensiva nas fábricas<sup>281</sup>. Consoante Rodrigues, nas fábricas têxteis, fábricas de beneficiamento de couro, de castanhas e de tabaco, mulheres mal remuneradas passavam a maior parte do dia dentro de espaços

---

<sup>278</sup> *A Tarde*

<sup>279</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13326. Manaus, 07 de setembro de 1943.p.6; CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)* Dissertação de Mestrado UFAM, 2010.

<sup>280</sup> Organização de Assistência e Serviço Social no Amazonas. Manaus: Imprensa Pública, 1941. p.12 e 13. Sobre a presença de mulheres nos mundos do trabalho na cidade de Manaus indicamos: PESSOA, Alba Barbosa. *Meninas nos Mundos do Trabalho: um olhar através da imprensa manauara (1890-1920)*. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.) *Gênero & imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014. PRAIA, Benta Litaiff. *Dimensões do Trabalho Feminino: outras imagens da Manaus da Borracha (1890-1930)*. In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.) *Gênero & imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014; PORTO, Valdirene Aparecida Pires. *Imprensa, Trabalho e Sociabilidades femininas na Belle Époque Manauara (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.

<sup>281</sup> RODRIGUES, José I.L. *O Labor Feminino do Lar a Fábrica: lutas, práticas e representação social (Belém, 1930-1937)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2013.

insalubres, sujeitas a violência e frequentes acidentes de trabalho. Quem transitava pela cidade poderia observar

as altas horas da noite, grupos de infelizes operarias saírem das fábricas, depois de um serão exaustivo e regressarem a seus lares. Estes geralmente são no subúrbio da cidade e essas infelizes moças tem que fazer o percurso a pé. Porque se se transportarem à bonde, nada lhes fica do pouco que ganharam <sup>282</sup>.

Na cidade de Manaus orientações sobre as formas de educar os filhos foram frequentes nas páginas do *boletim* do *Conselho*. Em uma longa matéria cujo título em letras garrafais anunciava que a *missão dos pais é a maior missão do mundo*, o terceiro número do *boletim* do *Conselho* discorria sobre diversas orientações relacionadas ao tratamento a ser dispensados aos filhos, deixando muito claro o papel que se esperava dos pais<sup>283</sup>. O título já enunciava a dimensão da responsabilidade deles diante da prole pois para além da criação do filho, a formação da criança seria a missão maior. Nesse sentido, o excesso de proteção e a excessiva demonstração de carinho eram reprovados por contribuírem para tornar as crianças em adultos inseguros e incapazes de assumirem responsabilidades sobre si. O autoritarismo também não era recomendado, sendo aconselhada a parcimônia nas atitudes em relação aos pequenos<sup>284</sup>. Tais recomendações evidenciam a preocupação na formação dos futuros cidadãos, devendo estes ser seguros de si, resolutos e capazes de bastar-se a si próprios.

Sendo os pais a “força, a autoridade e o exemplo para a criança”, estariam, portanto, “sobrecarregados de responsabilidades, mandadas para instruir e formar, por sua vez, uma pessoa humana, fraca e ignorante”, a criança. Caberia aos pais plasmar nessas pequenas almas valores e sentimentos. Por ser a criança, “ignorante em todas as coisas” enquanto os pais “sabedores de mil coisas”, possuíam autoridade de fato. Pela força e pela experiência os pais se constituíam em autoridade<sup>285</sup>. Reconhecendo e submetendo-se desde cedo a autoridade paterna, seria possível mais tarde, esses pequenos curvarem-se à outra autoridade, a do conhecimento científico. Assim, nas escolas, as crianças deveriam ser submissas aos mestres. Tal submissão deveria advir não somente pelo reconhecimento da autoridade da força e do conhecimento dos mestres, mas

---

<sup>282</sup> APUD In: RODRIGUES, José I.L. *O Labor Feminino do Lar a Fábrica: lutas, práticas e representação social* (Belém, 1930-1937). Dissertação de Mestrado. UFPA, 2013. p. 47.

<sup>283</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 20 de junho de 1938. Nº 3.

<sup>284</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 20 de junho de 1938. Nº 3.

<sup>285</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 14 de dezembro de 1943. nº 182.

principalmente e preferivelmente, pelo reconhecimento da “devotação de seus mestres”<sup>286</sup>. Dentre outras funções, caberia a família inculcar nas crianças o respeito a hierarquia, despertar nesses pequenos a gratidão e a submissão, pois o reconhecimento de que era recebedor o tornava devedor. Era preferível que “a criança se incline perante a força da educação recebida e não somente pela autoridade dimanada dos seres maiores”<sup>287</sup>. Tornar-se e reconhecer-se submissa seria um dever da criança ante aquele que muito lhe ofereceu, no caso, o pai, o professor, aquele que demandasse autoridade. Nesse sentido, percebemos que a missão da família estava não apenas na garantia de formar cidadãos fortes e saudáveis fisicamente, mas principalmente, torná-los fortes de espíritos, porém dóceis e submissos.

A linguagem a ser usada com os filhos também era merecedora de atenção. As orientações do *boletim* do *Conselho* alertavam que não era recomendado usar fala muito doce, nem agressiva. Ao invés de se dirigir às crianças em tom de súplica, deveria sugerir ou ordenar pois o tom de súplica denotava fraqueza ante aos pequenos e isso não seria bom para a formação do caráter dos filhos. Indicava então, que ao se dirigir aos pequenos deveria ser utilizada a mesma tonalidade que se dirigia aos adultos. Sem excessos de mimos, porém sem rispidez<sup>288</sup>.

Ressaltamos em capítulo anterior que a mortalidade infantil na cidade de Manaus havia alcançado índices alarmantes, resultando na morte de 36.000 crianças em quarenta e cinco anos de República. Com essa preocupação, orientações sobre a higiene a serem dispensadas às crianças e aos pais também foram publicadas pelo *Conselho*. A ausência de exames pré-nupciais era considerada por alguns como causa de grande parte das moléstias que acometiam as crianças nos primeiros anos de vida. Acreditava-se que por serem portadores de doenças e contraírem casamento, os filhos gerados desses enlacs, inevitavelmente seriam seres fracos, doentes e débeis<sup>289</sup>.

A preocupação em disciplinar a procriação entre casais nas famílias brasileiras antecede o século XX. Médicos e outros homens da ciência acreditavam ser dever do

---

<sup>286</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 14 de dezembro de 1943. nº 182.

<sup>287</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 14 de dezembro de 1943. nº 182.

<sup>288</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 28 de setembro de 1942. Nº 145.

<sup>289</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 11 de janeiro de 1943. Nº 156. A tentativa de tornar obrigatório o exame pré-nupcial foi motivo de amplos debates entre os constituintes durante os trabalhos realizados na Assembleia Nacional para elaboração da Constituição de 1934.

Estado evitar uniões que pudessem gerar filhos não saudáveis. Com essa preocupação a lei que instituiu o casamento civil no Brasil em 1890, estabelecia que

os paes, tutores ou curadores dos menores ou interdictos poderão exigir do noivo ou da noiva de seu filho, pupilo ou curatelado, antes de consentir no casamento, certidão de vacina e exame médico, atestando que não tem lesão, que ponha em perigo próximo a sua vida, nem sofre moléstia incurável, ou transmissível por contágio ou herança <sup>290</sup>.

A documentação evidencia que não havia obrigatoriedade da realização de exames pré-nupciais, sendo facultativo aos responsáveis pelos noivos fazerem a exigência, ou não. Para o Professor Catedrático da Universidade do Rio de Janeiro e vice-presidente da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1933, Júlio P. Porto Carrero, isso deu margem para que a lei não fosse cumprida. De acordo com o Professor Júlio, “essa legislação optativa não me consta que haja sido posta em prática; completamente supérflua [...] se tornou letra morta”<sup>291</sup>.

Fábio Voitechén ressalta que embora o exame pré-nupcial possa ser encontrado no século XIX e que no decorrer das duas primeiras décadas do século XX fosse tema debatido no Brasil, foi somente a partir de 1920 que houve intensificação dessas ideias no sentido de tornar compulsório a todos os nubentes a apresentação de atestados médicos comprovando não serem portadores de nenhuma doença para ter direito ao casamento na forma da lei<sup>292</sup>. Para o autor, inicialmente o exame pré-nupcial foi pensado pelos sanitaristas brasileiros, sendo que a partir das décadas de 20 e 30 passou a ser amplamente defendido por aqueles que seguiam as ideias da eugenia<sup>293</sup>.

Para Renato Khel, considerado o maior propagador das ideias eugênicas, a Eugenia

é a higiene da raça [...] seu programa consta em favorecer a estabilização de qualidades hereditárias ótimas e impedir a aquisição de caracteres degenerativos e transmissíveis hereditariamente-

---

<sup>290</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.88. <http://www.ppi.uem.br/gephe> ; O casamento civil no Brasil foi instituído pelo Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890. Câmara de Deputados. Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-181-24-janeiro-1890-507282-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso: 02 de julho de 2018; citado anteriormente por: VOITECHEN, Fábio. *O Exame Pré-nupcial nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na Assembleia Nacional Constituinte (1926-1934)*. Dissertação de Mestrado. UFSC: 2015.p.28

<sup>291</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.88.

<sup>292</sup> VOITECHEN, Fábio. *O Exame Pré-nupcial nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na Assembleia Nacional Constituinte (1926-1934)*. Dissertação de Mestrado. UFSC: 2015.p.28

<sup>293</sup> VOITECHEN, Fábio. *O Exame Pré-nupcial nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na Assembleia Nacional Constituinte (1926-1934)*. Dissertação de Mestrado. UFSC: 2015.p.11.

elucidando e organizando a sociedade humana contra os factores de degeneração, controlando os casamentos, evitando o matrimonio entre os tarados e degenerados, vulgarizando e aplicando os conhecimentos necessários a proteção individual e racial <sup>294</sup>.

Nancy Stepan esclarece que a Eugenia foi percebida como um “movimento científico e social” voltado para o “aprimoramento da raça humana”, que

como ciência, a eugenia se baseou nos entendimentos supostamente novos das leis da hereditariedade humana. Como movimento social, envolveu propostas que permitiriam à sociedade assegurar a constante melhoria de sua composição hereditária encorajando indivíduos e grupos “adequados” a se reproduzirem e, talvez mais importante, desencorajando ou evitando que os inadequados transmitissem suas inadequações às gerações futuras<sup>295</sup>.

Foram essas ideias que fundamentaram a fervorosa defesa do exame pré-nupcial no Brasil, principalmente, mas não exclusivamente, entre o pensamento médico. No ano de 1927, o médico Amaury de Medeiros, deputado federal pelo estado de Pernambuco, apresentou na Comissão de Saúde Pública da Câmara dos Deputados um projeto instituindo a obrigatoriedade do exame pré-nupcial. De acordo com o projeto, além da documentação exigida pelo Código Civil de 1916,

“[...] para habilitação do casamento, deverá figurar um certificado médico datado de cinco dias, no máximo, antes do acto, sempre que o pae, tutor ou curador de um dos nubentes menores, ou um deles, diretamente, notificar ao juiz o desejo de um exame médico pré-nupcial, ou houver denúncia fundamentada por pessoa idônea de que um dos contraentes tem defeito fisico irremediável ou doença grave transmissível ao outro cônjuge ou a prole” <sup>296</sup>.

As doenças consideradas e transmissíveis, cujos portadores estavam passíveis de denúncias, segundo referido projeto, seriam: tuberculose, lepra, sífilis, blenorragia, cancro venéreo, epilepsia, imbecilidade e alienação mental<sup>297</sup>.

A documentação evidencia a preocupação existente em determinadas elites com o saneamento social no Brasil. Preocupação esta que se mostra presentes desde os finais do século XIX, como bem elucidou Sidney Chalhoub <sup>298</sup> e se mostra acentuado no

---

<sup>294</sup> KHEL, Renato. *Lições de Eugenia*. 1.ed.1929. p.6

<sup>295</sup> STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. p.9

<sup>296</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.88. <http://www.ppi.uem.br/gephe>

<sup>297</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.88. <http://www.ppi.uem.br/gephe>

<sup>298</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

governo de Getúlio Vargas. Conforme assinalamos no capítulo anterior, as condições de extrema pobreza vivenciada pela grande parcela da população brasileira, não era percebida pelas elites como fator responsável pelas doenças que acometiam regularmente essa população. Estes seriam os responsáveis por adquiri-las e propaga-las, devendo, portanto, o Estado evitar ou impedir que os mesmos se reproduzissem. A partir dessa perspectiva, os defensores das ideias eugênicas, mas não exclusivamente, entendiam que não sendo possível eliminar os portadores de tais “anomalias”, que se adotasse meios que impedissem a sua reprodução.

Ilustra nossa assertiva o artigo sobre exame pré-nupcial de autoria da médica Juana M. Lopes publicado no ano em 1933<sup>299</sup>. Neste artigo, resultado de conferências proferidas pela médica anteriormente, a autora disserta sobre o tema apontando os malefícios oriundos da não realização de exames médicos por parte daqueles que pretendiam contrair união conjugal. Extirpar tais sujeitos da sociedade não foi a solução indicada por Lopes, pois segundo suas palavras

não imagino a destruição dos anormais físicos e morais, mas desejo, é verdade, que eles não aumentem. A sociedade deve defender-se, afastando todo elemento nocivo à perfeição da raça; e se, por sentimentalidade, consideraríamos um horror a tal destruição, não o será impedir que eles se reproduzam. Chegaria a propor o que com naturalidade já se tem feito n'algum países, os Estados Unidos, especialmente: a esterilização dos grandes degenerados<sup>300</sup>.

No entanto, embora fosse tema há muito debatido, parece que tais soluções soavam como extremadas pois, continuando em sua argumentação, Lopes parece hesitar: “vejo que estou indo longe...Vou recuar um pouco. É suficiente, por enquanto, que a sociedade impeça o casamento dos anormais, pois legalmente hoje em dia eles poderão procriar”<sup>301</sup>.

O Amazonas não se manteve distante desses debates participando ativamente das discussões nacionais movidas pelos ideais eugênicos. Essa ativa participação fica evidenciada na fundação da Sociedade de Eugenia do Amazonas, no ano de 1919. Criada pelo médico João de Miranda Leão, tinha como finalidade propagandear as práticas de

---

<sup>299</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.105e106. <http://www.ppi.uem.br/gephe> ; citado anteriormente por: PEIXOTO, Priscila Bermudes. Até que a Eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936). Dissertação de Mestrado. Franca: Universidade Estadual Paulista. 2017.

<sup>300</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.105. <http://www.ppi.uem.br/gephe>

<sup>301</sup> Arquivos Brasileiros de Higiene Mental. Ano 6, n.2, ab/jun 1933. p.105. <http://www.ppi.uem.br/gephe>

Eugenia relacionadas à “educação social e higiene, tendo por fim collimado a hygida organização da família sob a base de princípios eugênicos”<sup>302</sup>. Consoante Paulo Marreiro, era proposta desta Sociedade,

realizar pesquisas genéticas de forma acadêmica e científica, discutir e promover projetos de rearranjos sociais, incentivando políticas e leis que proporcionassem a implantação das ideias eugênicas quanto à aplicação de métodos que poderiam proporcionar o aprimoramento da população amazonense <sup>303</sup>.

Dentre os associados da Sociedade de Eugenia do Amazonas, constava o renomado médico sanitarista Alfredo da Matta, mais tarde eleito deputado pelo estado do Amazonas, sendo membro da Assembleia Nacional de Constituinte de 1933/1934. Alfredo da Matta defendeu com veemência que as práticas eugênicas constassem na Carta Magna que estava em elaboração.

Para Alfredo da Matta, o Artigo 110 do anteprojeto da constituição, que tratava sobre família, ao estabelecer ser de competência do Estado “velar pela pureza, sanidade e melhoramento da família”, atribuía a este a responsabilidade pelas condições físicas e mentais das proles a serem geradas por tais famílias<sup>304</sup>. Nessa perspectiva, seria responsabilidade do Estado “salvaguardar os múltiplos e sagrados interesses da população e do país”. Diante disso, estabelecer a obrigatoriedade do exame pré-nupcial seria uma “medida social, patriótica e humanitária”. O ilustre deputado se reporta ao exemplo dos cuidados dispensados com as criações de animais, nas quais se procura selecionar os parceiros que vão se acasalar no sentido de obter o melhor resultado na procriação. Entretanto, ao tratar dos seres humanos, tais medidas não eram adotadas, lamentava o deputado. Como resultado desses descuidos o casamento entre portadores de “doenças morais e sociais”, inevitavelmente resultaria na reprodução de surdos-mudos, cegos, idiotas, epiléticos, débeis mentais e criminosos<sup>305</sup>.

---

<sup>302</sup> Ata da 1ª sessão da Sociedade de Eugenia do Amazonas realizada e, 4 de julho de 1919. Amazonas Médico: órgão oficial da Sociedade de Medicina e Cirurgia do Amazonas. v.II, n.8, 1919. p. 200.

<sup>303</sup> SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. *Cotidiano da Suspeita: etnia e criminalização na Belle Époque amazonense. Portugueses, índios, tapuios, cabocos e nordestinos (1890-1920)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC. 2011.p.208.

<sup>304</sup> Anais da Biblioteca Nacional Constituinte (1933/1934). v. IX, 1936. p. 179a190

<sup>305</sup> Anais da Biblioteca Nacional Constituinte (1933/1934). v. IX, 1936. p. 179a190. Para aprofundamento desse tema ver: STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005; PEIXOTO, Priscila Bermudes. *Até que a Eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)*. Dissertação de Mestrado. Franca: Universidade Estadual Paulista. 2017; VOITECHEN, Fábio. *O Exame Pré-nupcial nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na Assembleia Nacional Constituinte (1926-1934)*. Dissertação de Mestrado. UFSC: 2015

Os debates promovidos na Assembleia Nacional Constituinte para adoção da obrigatoriedade do exame pré-nupcial, revela a família desejada por parte dos constituintes: famílias compostas por sujeitos saudáveis, de hábitos higiênicos morais e físicos. Os argumentos apresentados por Alfredo da Matta nesses debates reforçam as evidências de que parte da elite amazonense compartilhava desse ideal de família, bem como, compartilhava com os meios a serem utilizadas no sentido alcança-la: o interdito à procriação àqueles que não se enquadrassem na representação de família almejada.

Nessa perspectiva, muitas das orientações de higiene infantil constante no *boletim* do *Conselho* tiveram por finalidade tentar remediar o “mal” causado por tais uniões. Os cuidados reiteradamente propagandeados, seriam “a melhor maneira de criar os filhos sadios e fortes, pois hoje, mais do que nunca, o mundo é dos fortes”<sup>306</sup>.

Todavia, reduzir o número de mortalidade infantil era tarefa hercúlea em uma cidade como Manaus, onde as crianças não recebiam alimentação adequada. Com essa preocupação as páginas do *Conselho* orientam sobre a importância de uma alimentação balanceada para constituição de organismos saudáveis. Artigos esclarecendo sobre os males causados pelo excesso de doces e guloseimas em detrimento de outros tipos de alimentos eram frequentes. Nessas publicações a importância do leite, considerado alimento quase insubstituível na alimentação, era ressaltada, destacando as propriedades e benefícios trazidos pelo produto. A carne bovina, de acordo com as orientações do *Conselho*, também deveria estar presente com mais frequência no cardápio dos pequenos propiciando uma alimentação balanceada com vitaminas, ferro e outros nutrientes. De acordo com o *Conselho*, “cuidar da alimentação infantil, é fazer uma obra de amparo às fontes mais vivas do progresso do país”<sup>307</sup>.

Ao propagandear os benefícios atribuídos ao leite e outros alimentos por conta dos nutrientes, as orientações do Conselho desmereciam os hábitos alimentares de certas

---

<sup>306</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 11 de janeiro de 1943. Nº 156

<sup>307</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 11 de outubro de 1939. nº56. Em pesquisa sobre o período varguista, Erico Muniz destaca o papel do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SEAPS) no sentido de difundir o que se considerava noções de boa alimentação. Nessa perspectiva, “campanhas publicitárias educativas a favor do consumo da soja, farinha de casca de ovo, banana, dentre outros alimentos, foram divulgados no sentido de alcançar o trabalhador e sua família”. MUNIZ, Erico Silva. Melhorar a alimentação do Trabalhador Nacional: o papel da assistência social e da educação no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), 1940-1967. Site: [http://www.academia.edu/1788488/Melhorar\\_a\\_alimenta%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_trabalhador\\_nacional\\_O\\_papel\\_da\\_assist%C3%Aancia\\_social\\_e\\_da\\_educac%C3%A7%C3%A3o\\_no\\_Servi%C3%A7o\\_de\\_A](http://www.academia.edu/1788488/Melhorar_a_alimenta%C3%A7%C3%A3o_do_trabalhador_nacional_O_papel_da_assist%C3%Aancia_social_e_da_educac%C3%A7%C3%A3o_no_Servi%C3%A7o_de_A) Acesso: 20 de março de 2016

regiões do País que priorizavam em suas cozinhas outras formas de alimentação, no nosso caso a Amazônia. Conforme foi evidenciado por Érico Muniz em pesquisa sobre a alimentação na agenda política brasileira, os alimentos tradicionais da região amazônica, como as diversas espécies de peixe e a mandioca, foram percebidos por profissionais da nutrição, como ordinários, deficientes em elementos nutritivos, que pouco ou em nada contribuíam para melhorar a constituição física de suas gentes<sup>308</sup>.

Procurando atuar em todas as esferas da vida das crianças, o *Conselho* não deixou de contemplar nem mesmo o recreio infantil. Professores e orientadores de educação física, recreação e jogos, percebiam nesses momentos de sociabilidade uma forma de instruir os pequenos na resolução de problemas que poderiam se deparar na vida real. Nesse sentido se recomendava posturas a serem adotadas durante a brincadeira de modo a estimular a autonomia da criança. Nessa perspectiva, seria importante que as crianças realizassem as atividades sozinhas, a fim de aprenderem a resolver obstáculos enquanto adulto. Nesse sentido, o brinquedo não seria apenas uma ferramenta de entretenimento, mas também e, principalmente, uma ferramenta pedagógica que poderia despertar habilidades e formas de convívio social, preparando-os para a vida adulta. Com essa compreensão, não se deveria cobrir a criança com excesso de atenção durante a hora de recreio, recomendava o *Conselho*. Deveriam ser facultadas aos pequenos formas de brincar independentes, exercitando a mesma tarefa quantas vezes fosse necessário para alcançar o resultado pretendido. Os pais deveriam evitar querer ajudá-las na concretização das brincadeiras, pois através dessas atividades elas desenvolviam “o sistema muscular, aprendiam a coordenar o movimento e também as emoções; assim ela vai ganhando independência, iniciativa e força de vontade”<sup>309</sup>.

Diante dessa lógica os especialistas recomendavam brinquedos que possibilitassem o desenvolvimento de técnicas e habilidades práticas. Os brinquedos desejáveis seriam aqueles que estimulassem a imaginação da criança, os brinquedos de madeira para construção, as peças para montagem, os artefatos que desenvolvessem o raciocínio<sup>310</sup>.

---

<sup>308</sup> MUNIZ, Érico Silva Alves. A Ciência e a Mandioca: os hábitos alimentares na Amazônia e a obra de Dante Costa. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. XI, n.2. 2015. pgs.56-80. <http://www.ufpa.br/historia/Estudos%20Amazonicos/2015/Erico%20Muniz.pdf> acesso:01 de outubro de 2018.

<sup>309</sup> Conselho de Assistência e Proteção ao Menor. Manaus, 18 de dezembro de 1939. Nº58.

<sup>310</sup> Conselho de Assistência e Proteção ao Menor. Manaus, 27 de dezembro de 1939. Nº59.

Os jogos, os passeios ao campo, as praias, as brincadeiras em grupos também deveriam ser estimuladas e praticadas com frequência, segundo o *Conselho*. Correr, pular, brincar de bola, de balanço seriam atividades saudáveis, quando realizadas nos espaços da casa, no espaço privado, e sempre acompanhadas pelo olhar de um adulto<sup>311</sup>. Tais brincadeiras seriam as desejadas para a infância. Entretanto, estas brincadeiras, como veremos em capítulo posterior, não serão exatamente aquelas vivenciadas pela maioria das crianças de Manaus.

Percebemos o *Conselho* atuando de forma incisiva e invasiva sobre as famílias, estabelecendo o que seria adequado para seus filhos. Atuando para formação de modelos de crianças almejadas, o *Conselho* interferia diretamente sobre essas famílias procurando gerir os procedimentos adotados pelos pais para criação dos filhos. Invasiva porque deixava de atuar apenas sobre a permanência de crianças nas ruas passando a interferir diretamente na vida privada dessa população. Ao indicar as formas adequadas que os pais deveriam se dirigir aos filhos, a alimentação e a higiene adequada, as formas de sociabilidades e brincadeiras que deveriam ser permitidas e estimuladas a tais crianças, o *Conselho* revela o quão longo era o alcance do braço do Estado, se espalhando por todos os espaços públicos e invadindo sem licença o espaço privado. Sem licença porque ao estabelecer o *desejado*, o *adequado*, o Estado colocava sob a roupagem de *inadequado* e *indesejável*, antigas formas de viver dessa população.

Assinalamos anteriormente que nem todas as ações voltadas para tentativa de educar a família por meio da propagação de novos hábitos e costumes considerados sadios e saudáveis foram de iniciativa governamental. Esse alerta, feito por Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi ao analisar os discursos pedagógicos dirigidos as famílias no Brasil, nos faz atentar para ações modeladoras que tiveram iniciativas partindo da sociedade civil<sup>312</sup>. Esse foi o caso da *Cartilha das Mães*, publicada pelo médico Martinho da Rocha, diretor da Creche dos Expostos do Rio de Janeiro<sup>313</sup>. Composta por cinquenta capítulos distribuído em 278 páginas, a *Cartilha* tratava sobre diversos temas relacionados a criança. O nascimento da criança, a amamentação, a educação, a disciplina alimentar, o

---

<sup>311</sup> Conselho de Assistência e Proteção ao Menor. Manaus, 18 de dezembro de 1939. Nº58.

<sup>312</sup>MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de Casas: discursos pedagógicos destinados às famílias no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007.p.24.

<sup>313</sup> *A Notícia*, nº 2748. Joinville, 1 de dezembro de 1937. p.7.

preparo do alimento, asseio, vestuário, doenças da infância, brinquedos, entre outras questões, eram repassadas às mães no sentido de educá-las a educar e cuidar dos filhos<sup>314</sup>.

A *Cartilha* inicia esclarecendo às mães que somente o médico de crianças, profissional treinado em sua especialidade, estaria apto para cuidar da saúde dos pequenos. Somente esse profissional teria competência para indicar os alimentos e as porções adequados para uma alimentação saudável<sup>315</sup>. Nesse sentido as “comadres” não teriam condições de identificar os sinais que indicavam irregularidades na saúde do bebê. A mãe, por sua vez, tinha a visão embaçada pelo envolvimento afetivo com a criança, o que não permitia um olhar mais aguçado em relação a saúde do filho. Portanto, o médico de crianças seria o único profissional a quem as mães deveriam recorrer.

Considerando a educação e a disciplina como valores indispensáveis ao ser humano, a *Cartilha das Mães* recomendava que a educação de uma criança deveria iniciar-se logo após o seu nascimento e ressaltava a dificuldade que havia em convencer as mães que “a educação deve começar no primeiro dia de vida”. Devendo ser percebida como princípio educativo, a regularidade da alimentação em horários fixos, além dos benefícios à saúde da criança, em muito concorreria para a disciplina dos pequenos. Seria uma forma de desde criança condicionar o organismo infantil a pedir alimentos em horários pré-estabelecidos, pois como afirmava o autor, “é de pequeno que se torce o pepino”<sup>316</sup>. Sendo muito comum o tratamento com chás e ervas, com veemência e repetidas vezes a *Cartilha* orientava que as crianças deveriam receber acompanhamento médico, devendo a mãe recusar os ensinamentos das vizinhas, as “crendices” das comadres e outras conhecidas. Muito provavelmente, as crendices as quais a *Cartilha* se referia fosse os antigos costumes de as famílias recorrerem a rezas, banhos e chás com plantas da região para tratamento dos males físicos, sendo que muitas vezes recorriam a rezadores e benzedeiros que, se utilizando de ervas tratavam de crianças e adultos. Rezadores e benzedeiros fazem parte da medicina local que é intrínseca a região amazônica. Heraldo Maués esclarece que a medicina local envolve crenças religiosas, conhecimento da natureza (sobretudo plantas e animais), relações sociais (família, vizinhança, povoação, outras localidades), bem como trocas econômicas, cerimoniais, participação em rituais diversos, etc. O que não impossibilitava a coexistência com a

---

<sup>314</sup> ROCHA, Martinho da. *Cartilha das Mães*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A. 1939.

<sup>315</sup> ROCHA, . *Cartilha...op.cit.* p.15

<sup>316</sup> ROCHA, . *Cartilha...op.cit.* p.34.

medicina ocidental<sup>317</sup>. Práticas de medicina local ainda são utilizadas por muitas famílias tanto no interior do estado quanto na capital amazonense<sup>318</sup>.

Eram significativos os cuidados indicados quanto ao costume de utilizar amas de leite para amamentação dos filhos. Informa a *Cartilha das Mães* que para além de ser saudável a mãe amamentar o filho, outras questões além dos problemas de saúde poderiam ser evitadas com essa prática pois

A ama entre nós é recrutada nas mais baixas camadas sociais. Em regra, não tem família constituída. Analfabeta, cheias de abusões e preconceitos, cedo revela profundo egoísmo [...] impossível subjugar-lá a hábitos de asseios<sup>319</sup>.

As restrições da *Cartilha* quanto aos serviços da ama de leite, evidencia a preocupação em propagar entre as famílias mais abastadas o hábito do aleitamento materno. Entretanto, essa preocupação não se manifestava apenas pelos inúmeros benefícios que o leite materno poderia oferecer à criança. Havia uma forte questão de fundo moral nessa restrição. A ama, oriunda das famílias empobrecidas, não seria possuidora de valores e caráter desejáveis. Logo, seriam portadoras de vícios e hábitos não desejáveis, que poderiam ser transmitidos para as crianças das famílias mais privilegiadas. Nesse sentido, esse contato não seria recomendado pois “felizmente a ama com seu leite não transmite à criança defeitos de caráter; mas em convivência com ela, o bebê a imita tão bem que acaba parecendo seu próprio filho”<sup>320</sup>.

Outros cuidados foram contemplados pela *Cartilha*: como identificar os problemas da criança pelo choro; a atenção na escolha do nome; formas corretas de higiene; o cuidado na escolha do vestuário, tratamentos caseiros para pequenas enfermidades, dentre outros mais. Tudo explicado de forma didática de modo a se tornar de fácil compreensão para as leitoras. Consoante Ana Laura Godinho Lima, as

---

<sup>317</sup> MAUÉS, Raymundo Heraldo. Medicinas populares e “pajelança cabocla” na Amazônia. In: ALVES, PC., MINAYO, MCS (orgs). *Saúde e doença: um olhar antropológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

<sup>318</sup> Em pesquisa sobre os rezadores em Manaus, Julio Schweickardt, identificou que a procura pela reza se dá quando “os recursos que se tem a mão para a proteção não foram suficientes, sendo necessário que um rezador elimine simbolicamente o mal”. Conforme o autor, “crianças são levadas semanalmente para serem rezadas, pois entende-se que essa é uma forma de mantê-las afastadas das palavras e olhares que produz a doença na criança”. SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Magia e Religião na Modernidade: os rezadores em Manaus*. Manaus: EDUA, 2002.p.221. Também trabalha com esse tema: TRINDADE, Deilson do Carmo. *As Benzedeiras de Parintins: práticas, rezas e simpatias*. Manaus: EDUA. 2013.

<sup>319</sup> ROCHA,. *Cartilha ...op.cit.* p.27

<sup>320</sup> ROCHA,. *Cartilha ...op.cit.* p.29.

publicações de cartilhas seriam meios de divulgação do conhecimento médico sobre a saúde da criança, modos de prevenir, de tratar e curar as enfermidades infantis. Tais livros seriam um dos recursos utilizados pelos pediatras higienistas para difundir os procedimentos da puericultura, adentrando o espaço privado e interferindo diretamente na rotina familiar<sup>321</sup>.

A importância da educação das mães foi reconhecida e destacada por parte da imprensa nacional para quem, pouco ou nenhum resultado se alcançaria com toda uma legislação voltada para infância se não houvesse a devida orientação sobre cuidados com os filhos. Isso é o que podemos depreender da notícia publicada na revista *Fon Fon*, do Rio de Janeiro, tratando sobre a publicação e conteúdo da *Cartilha das Mães*. Para o articulista da revista, o autor da *Cartilha* iria prestar ao povo brasileiro, através das mães brasileiras, um serviço inestimável, maior que dezenas de leis que ninguém cumpre”<sup>322</sup>. Semelhante observação encontramos no *Jornal do Brasil* publicado em 1931, na qual afirma que “num momento em que tanto se fala em eugenia, o livro do Dr. Martinho da Rocha, é um fator de aperfeiçoamento da geração que nasce, pela prática de sadios preceitos de boa medicina e higiene”<sup>323</sup>.

As cartilhas não foram exclusivas para o período de Getúlio Vargas. Em séculos anteriores já se tem notícias de manuais de comportamento. Erasmo de Roterdã em meados do século XVI escreveu *De Pueris*, considerado um manual de educação. Neste trabalho, em oito capítulos Erasmo versa sobre temas relacionados a educação de meninos<sup>324</sup>. *De Pueris* serviu de inspiração para muitos trabalhos posteriores, podendo seus ensinamentos ser encontrados inclusive na *Cartilha das Mães*, por nós referenciada anteriormente<sup>325</sup>. Como exemplo citamos o segundo tópico do capítulo I do livro *De Pueris*, no qual Erasmo afirma que a educação deve iniciar ainda na fase do aleitamento e que devemos fazer a criança “aprender as primeiras noções antes que a idade fique

---

<sup>321</sup>LIMA, A.L.G. Maternidade Higiénica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 47, Editora UFPR, 2007.

<sup>322</sup> *FON FON*: semanário alegre, político, crítico e esfuziante. Rio de Janeiro, nº 11. 1935, p.41. <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=259063&pesq=cartilha%20das%20m%C3%A3es> Último acesso:20.06.2018

<sup>323</sup> *Jornal do Brasil*, nº 154. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1931. P.15.

<sup>324</sup> ROTTERDAM, Erasmo de. *De Pueris ( Dos Meninos)* A Civilidade Pueril. Coleção grandes Obras do Pensamento Universal. Editora Escala: São Paulo, 2008.

<sup>325</sup> Jacques Revel esclarece que a obra de Erasmo, tratando de postura e dos comportamentos sociáveis, foram retomados por muito tempo. Embora com alguns acréscimos, sua essência permaneceu em diversos tratados escritos posteriormente. Tais manuais de civilidade, esclarece Revel, tem a finalidade pedagógica de expor, divulgar e ensinar as “maneiras consideradas legítimas”. REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. In: *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991. V.3.p.170.

menos dúctil e o ânimo mais propenso aos defeitos”<sup>326</sup>. Mais adiante Erasmo recomenda as mães “a amamentar filho com o próprio seio. Caso seja necessário, e oxalá isso ocorra raramente, que então selecionem uma nutriz sadia de corpo, com leite puro, de costumes ilibado e que não seja dada a bebidas”<sup>327</sup>. Tais recomendações também estão presentes na *Cartilha das Mães*. Tais similitudes mostram a permanência, ou a antiguidade, da preocupação com a disciplinarização da criança, e ao mesmo tempo, a preocupação em educar os pais a educarem as crianças.

Recomendações semelhantes podem ser encontradas nos anúncios de remédios publicados na imprensa manauara. A *Casa Bayer*, ao divulgar os comprimidos de *Eldoformio* como o medicamento mais eficaz e mais indicado pelos médicos no tratamento da diarreia, alertava que

As mães devem saber...

No dia em que a maioria das mães tiverem noções de hygiene e puericultura, a mortalidade infantil diminuirá de maneira notável, como se tem registrado em vários países. Um dos preceitos mais elementares, e que se deve tornar bem difundido, é o de que as crianças alimentadas ao seio raramente adoecem, são mais fortes e sadias<sup>328</sup>.

O anúncio, em perfeita consonância com os ensinamentos e costumes que se pretendia inculcar, prosseguia discorrendo sobre os males oriundos da alimentação artificial; sobre a necessidade de a criança se alimentar em horários e doses adequadas. Reforça a necessidade do acompanhamento de um especialista, dessa maneira “as mães que não tem conhecimentos destes assumptos, devem procurar um posto de hygiene infantil ou um médico especialista para receber as instruções necessárias” no sentido de evitar que as crianças fossem acometidas de diarreias, para as quais o melhor tratamento seria “os comprimidos de *Eldeformio*, da *Casa Bayer*, que fazem normalizar rapidamente, as defecções”<sup>329</sup>.

No mês seguinte o *Jornal do Comércio* publicou nota comercial propagandeando o referido produto da *Casa Bayer*, desta vez destacando o empenho das escolas consideradas modernas na propagação das normas higiênicas entres as alunas.

as meninas maiores aprendem, em cursos especiais, hygiene do lar e sobretudo puericultura, a fim de melhor se conduzirem quando mães.

---

<sup>326</sup> ROTTERDAM,. *De Pueris...*op.cit p.21

<sup>327</sup> ROTTERDAM,. *De Pueris...*op.cit, p.48.

<sup>328</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11086. Manaus, 3 de fevereiro de 1937.p.3

<sup>329</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11086. Manaus, 3 de fevereiro de 1937.p.3

Também entre nós esta educação vem sendo iniciada. Muitas mães guiam inteligentemente o trato dos filhos porque receberam estas importantíssimas instruções nas escolas que frequentaram <sup>330</sup>.

A nota prossegue enaltecendo o avanço de práticas higiênicas entre a população, que somente por meio dos conhecimentos da puericultura poderá ser reduzido o elevado número da mortalidade infantil. Entretanto, a propagação de tais conhecimentos ainda era insuficiente pois o anúncio alerta para o fato de “a educação sanitária das mães deve, entretanto, difundir-se nas classes menos favorecidas, por meio de publicações bem claras e compreensíveis, e de palestras feitas por enfermeiras visitadoras”. Alertava-se que as mães não deixassem de procurar o auxílio do médico especialista nos primeiros sintomas de diarreia, pois seria recomendada a medicação adequada, dentre elas o *Eldeformio* da *Casa Bayer*, que “combate a diarreia da criança e adultos, com a vantagem de auxiliar a rápida restauração da mucosa intestinal” <sup>331</sup>.

A documentação acima referenciada reforça e evidencia algumas questões muito significativas no processo de tentativa de educação dos pais de famílias empobrecidas da cidade de Manaus. À mãe era dedicada atenção especial pois por meio dela se pretendia modificar hábitos e inculcar novos costumes nos demais membros da família. Com essa finalidade, nas escolas tais ensinamentos eram ministrados para alunas maiores, futuras mães que teriam papel de disseminar seus conhecimentos. Entretanto, como evidencia a documentação, tais preceitos higiênicos não estavam alcançando o alvo principal desse processo civilizador: as famílias empobrecidas. Os ensinamentos não eram de linguagem acessível e não reverberavam entre as mães das camadas mais pobres. Os anúncios de remédios e informações sobre educação sanitária desvelavam-se em textos longos, sem imagens ou outros recursos didáticos, o que dificultava a compreensão das leitoras.

A grande parcela destas famílias não sabia ler pois não tinha acesso às escolas, visto a maior parte de seu tempo ser dedicado para atividades que lhes garantissem o sustento diário. Em outras palavras, embora houvesse a preocupação com a educação dos pais, esta não era realizada de modo a alcançar o público alvo preferencial desse projeto. Outra questão que pode ser apontada pela documentação é a preocupação com a especialização do conhecimento médico, no caso a puericultura. Somente àqueles

---

<sup>330</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11133. Manaus, 30 de março de 1937.p.3

<sup>331</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11133. Manaus, 30 de março de 1937.p.3

especializados nessa ciência caberia a competência para tratar dos males que afligiam a população infantil. No caso, o médico pediatra.

Os anúncios de remédios da *Casa Bayer* procuravam propagandear não apenas os ensinamentos de higiene que poderiam reduzir a mortalidade infantil, mas também difundir os preceitos eugenistas entre as mães. Nesse sentido, que as mães procurassem ler os manuais com ensinamentos de uma alimentação racionalizada para as crianças e outros ensinamentos indispensáveis para a “criação de filhos fortes e belos”<sup>332</sup>. A educação, a partir dessa perspectiva, teria alcance muito maior que o ensinamento da leitura e da escrita. Deveria abarcar “questões condizentes com a moral, a civilidade e a higiene”<sup>333</sup>.

A exposição dos diversos discursos voltados para a educação dos pais nos encaminha para algumas reflexões. Embora todo um aparato burocrático e institucional tenha sido utilizado com a finalidade de ensinar os pais a educarem seus filhos, principalmente os pais de famílias empobrecidas, os meios utilizados muito provavelmente não lograram êxito em alcançar o objetivo almejado, visto não levar em consideração as formas de viver e as condições materiais desse grupo social.

No que se refere as formas de união conjugal, a imposição do casamento civil, como observamos anteriormente, esbarrava nos arranjos familiares promovidos por essas famílias. Já sobre a saúde, os discursos que para elas se voltaram, seja por meio dos boletins do *Conselho*, seja por meio de Cartilhas ou anúncios de remédios, na maioria das vezes, pareciam destinados as famílias mais privilegiadas economicamente. A forma de divulgação dessas informações, a linguagem culta e os exemplos utilizados, restringiam o acesso a grande maioria das famílias manauaras, dificultando a vulgarização de práticas preventivas. Em todos os números do *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* por nós trabalhados, as matérias e artigos não aparentam ser endereçadas a um público com pouco conhecimento das letras. Nas diversas orientações sobre como educar as crianças, identificamos práticas comuns às famílias mais abastadas. Ou seja, o

---

<sup>332</sup> Respectivamente: *Jornal do Comércio*, nº 11176. Manaus, 19 de maio de 1937.p.3; *Jornal do Comércio*, nº 11452. Manaus, 6 de abril de 1938.p. 3

<sup>333</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11801. Manaus, 25 de maio de 1939. p.3. Para estudos sobre a infância nas propagandas de jornais e revistas para outras cidades do Brasil ver: BRITES, Olga. Infância, Higiene e Saúde na Propaganda (usos e abusos nos anos 30 a 50). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 20, nº 39, p. 249-278. 2000.

direcionamento que se pretendia dar aos pais no encaminhamento dos seus filhos, esbarrava no fato de tais discursos contraditarem com a realidade material dessas famílias.

Ao almejar que a mulher pudesse atender todas as necessidades dos filhos auxiliando e acompanhando o seu desenvolvimento, ignorava-se que a maior parcela das mães manauaras passava a maior parte do seu dia no trabalho, exercendo jornadas excessivas, dispondo de pouco tempo para os filhos. Conforme assinalado anteriormente, a mulher ocupava ativamente os espaços dos mundos do trabalho, muitas vezes exercendo as mesmas atividades e jornadas de trabalho dos homens<sup>334</sup>.

De forma semelhante percebemos contradição no que se refere ao conteúdo propriamente dito das orientações sobre alimentação e higiene para as crianças. Ora, vimos anteriormente que as condições de vida das famílias empobrecidas manauaras eram de extrema precariedade. O elevado preço dos alimentos de primeira necessidade impedia que tais famílias tivessem em seus cardápios diários os nutrientes necessários. Como sugerir que os pais adotassem uma alimentação mais saudável para as crianças, composta com leite, carne e vitaminas, se questões socioeconômicas, como a carestia, cotidianamente precarizavam a alimentação das famílias trabalhadoras? Diariamente o jornal *A Tarde* denunciava o elevado preço dos gêneros alimentícios na cidade de Manaus, o que impedia o acesso da população carente aos produtos de primeira necessidade. Frutas, carne e até mesmo o peixe, considerado alimento básico no estado do Amazonas, vinham alcançando preços exorbitantes<sup>335</sup>.

A denúncia por parte da imprensa desnudava as contradições existentes entre o que se recomendava para a população e as condições objetivas as quais as famílias pobres estavam submetidas. Para além de evidenciar a disparidade existente entre o enunciado disciplinador e a objetivação do discurso, a materialização dessas ideias demonstra que tais discursos eram passíveis de críticas. Longe de figurar como consenso, eram denunciados pela imprensa como falaciosos. Reforça nossa assertiva a publicação do jornal *A Tarde* sobre o problema de moradia na cidade de Manaus. Destacamos

---

<sup>334</sup> Sobre o trabalho feminino na cidade de Manaus, ver: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1890-1920)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC. 2001. MENEZES, Bianca Sotero de. *Imprensa e Gênero: A condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2014. CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

<sup>335</sup> Respectivamente: *A Tarde*. Manaus, 23 de julho de 1937. Nº132 p.03; *A Tarde* nº1882, Manaus, 30 de abril de 1943. p.1.

anteriormente que o problema de moradia afetava diretamente grande parte da população empobrecida. Sem domicílio próprio, morar em casa alugada era a única alternativa para milhares de famílias, o que comprometia ainda mais o orçamento doméstico. A crescente especulação em torno dos aluguéis foi motivo de denúncia por parte do periódico *A Tarde*. Assim, afirmava-se que a população pobre diante dos elevados preços dos alimentos e do preço do aluguel se via diante de um dilema: ou se alimentava ou pagava o aluguel. Nas palavras do jornal, “ou paga a casa e não come ou come e não paga a casa”<sup>336</sup>. Quanto ao leite, tão recomendado para as crianças, era comercializado a valores inacessíveis que tornava impossível incluir na dieta alimentar dessas famílias. Na primeira página de *A Tarde*, do ano de 1943, o periódico questiona: “Beba mais leite. Mas como”<sup>337</sup>?

Outras formas de periódicos permitem dar vazão a vozes destoantes nesse processo de disciplinarização. Esse é o caso da *Revista de Educação*, da Sociedade Amazonense de Professores, publicada em dezembro de 1938, na qual está registrado o apelo feito pela professora Lucilla de Freitas, ao prefeito da cidade de Manaus. Lucilla de Freitas, ao enaltecer a distribuição de leite às crianças manauaras em decorrência da Semana da Criança ocorrido no mês de outubro do mesmo ano, o fez com severas críticas as condições de vida desses pequenos. Segundo Lucilla,

Bendita a ideia de quem, na Semana da Criança, lembrou a distribuição do “copo de leite” aos pequenos escolares da capital.

Está provado que a palavra cheia de ensinamentos, a palavra confortadora e amiga muito contribue para plasmar o caracter do homem de amanhã!

Que resultado advirá, no entanto, se esta palavra for propagada no ambiente da criança miserável desnutrida pela insuficiência de alimentação, pela criança mirrada pela doença

Uma negativa bem dolorosa!

A Revista de Educação, confiada na boa vontade do Prefeito Dr. Antonio Maia, faz-lhe, respeitosamente daqui um apelo em nome da criança pobre que mora nos subúrbios da cidade:

-Mandae fornecer, Dr. Antonio Maia, diariamente um copinho de leite à criança desprotegida da sorte que reside em Flores ou em São Raymundo, em Constantinópolis ou na Colônia Oliveira Machado, em todos os recantos, enfim da pobreza esquecida! E essa gotazinha de leite, Sr. Prefeito, realizará o milagre do *surge et ambula* e, teremos então, em dias porvindouros, a criança amazonense forte e robusta, a

---

<sup>336</sup> *A Tarde*. Manaus, 14 de janeiro de 1938.nº276. p.1..

<sup>337</sup> *A Tarde*. Manaus, 05 de abril de 1943.nº 1862 p.1.

proclamar por sua boca rosada a grandeza de sua terra, a cooperar, portanto, nesta ou naquela profissão, por um Brasil melhor e sempre livre <sup>338!</sup>

O apelo da professora em auxílio das crianças pobres, para além de reforçar nossa reflexão anterior sobre o quão era infactível a materialização da proposta de disciplinarização voltadas para as famílias economicamente desfavorecidas, demonstra a insatisfação de setores sociais frente as condições vivenciadas por essas famílias. Para a professora Lucilla, um copo de leite por ano não transformaria crianças miseráveis, raquíticas e desnutridas em cidadão robustos, belos e trabalhadores, dispostos ao sacrifício pela Pátria. Muito pelo contrário. Para Lucilla, a tentativa de plasmar na alma das crianças valores como amor ao trabalho e a Pátria seria tarefa fadada ao insucesso se a estes pequenos não fossem oferecidas melhores condições de vida.

Por fim, ilustra a condição de miséria na qual vivia a maior parte da população, a festa ocorrida em 1943, pela passagem natalícia do Círculo Operário de Manaus. Durante o festejo, no qual compareceram mais dois mil operários, “foram distribuídos dois mil pratos de sopa, tendo o Interventor, com altas autoridades, tomado o seu prato de sopa, confraternizando-se com a pobreza operária” <sup>339</sup>.

## **2.2 Educação: a criança pensada como massa de moldar**

Desde os primeiros anos de governo, Getúlio Vargas se mostrou preocupado com a educação vigente no País. Isso pode ser percebido nos preparativos da IV Conferência Nacional de Educação, realizada no ano de 1931 no Rio de Janeiro, e na sessão solene de abertura da Assembleia Nacional Constituinte realizada em 1933<sup>340</sup>. Com o tema, *Grandes Diretrizes Para Educação Popular*, a IV Conferência contou com o apoio do Ministério da Educação e de Getúlio Vargas, que para além de enviar comunicado aos interventores federais manifestando seu interesse pela participação de representantes de todos os estados da Federação, se fez presente na sessão inaugural do evento<sup>341</sup>.

---

<sup>338</sup> *Revista de Educação*, nº 92. Manaus: dezembro de 1938. p.19.

<sup>339</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 07 de junho de 1943. P.3.

<sup>340</sup> A Conferência Nacional de Educação era evento promovido pela Associação Brasileira de Educação (ABE), sociedade civil que congregava professores e demais profissionais preocupados com o tema. Sobre as Conferências Nacionais de Educação realizadas pela ABE, sugerimos: VIEIRA, Carlos Eduardo. *Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967)*. Educar em Revista. n. 65, Curitiba: jul./set. 2017.p.19-34.

<sup>341</sup> Respectivamente: *Diário de Notícias*, nº 517. Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1931.p.5; *O Jornal*, nº 4022. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1931.p.3. A educação popular era a educação voltada para as

O estado do Amazonas esteve presente na IV Conferência sendo representado pelo professor Agnello Bittencourt, membro das elites intelectual e política da sociedade amazonense<sup>342</sup>. Ao apresentar suas proposições para a educação popular no País, Bittencourt aponta a criança como centro das medidas a serem adotados por uma política educacional. De acordo com a tese por ele apresentada

a melhor diretriz da educação popular, sob o ponto de vista do novo rumo que o Brasil deve ter, nesse particular, está em formar dentro das escolas, que se espalham por todos os recantos do País, a mentalidade das gerações infantis, dizendo-lhes sempre e sempre dos seus compromissos para com a Pátria<sup>343</sup>.

Bittencourt destacava a necessidade de uma educação popular voltada para o ensino elementar com ênfase na educação cívica, de modo a inculcar nas crianças os seus compromissos com a pátria; que a educação profissional também fosse ministrada concomitante a educação elementar, com oficina próxima a escola afim de desde cedo “habituar os alunos ao apego de um ofício, de uma atividade honesta e lucrativa”<sup>344</sup>. Nessa proposta seria fundamental a colaboração da família dos alunos, tornando a casa um prolongamento da escola. Tal cooperação, com o auxílio dos professores, poderia trazer resultados mais satisfatórios na aprendizagem da criança. Assim, a criação de associações de pais e professores em cada escola poderia tornar exitosa tal iniciativa<sup>345</sup>. Por fim, Bittencourt considerava que um projeto voltado para a educação popular só poderia ser exitoso com o trabalho em conjunto da União, dos estados e dos municípios, cada um com atribuições específicas nessa empreitada.

A IV Conferência foi palco de intenso debate entre os defensores de uma nova forma de educação por meio das diretrizes da *Escola Nova* e os encaminhamentos

---

grandes massas da população brasileira. O elevado índice de analfabetos, ainda na década de 1930, mostrava o quão deficiente se mostrava o ensino educacional que não alcançava parcela expressiva da população. Imbuídos da ideologia liberal, alguns setores da sociedade acreditavam que por meio da difusão em larga escala de uma educação popular, seria possível reverter esse atraso educacional. Nesse sentido, sugerimos que ao traçar as diretrizes para uma educação popular se pretendia aparelhar a parcela mais marginalizada da população oferecendo-lhes, preferencialmente, uma educação de acordo com o meio em que viviam. Sobre a IV Conferência Nacional de Educação e os embates travados entre seus participantes, ver: FERREIRA JR, Amarílio. *História da educação Brasileira: da Colônia ao século XX*. São Carlos: EDUFSCar, 2010. p.51 - 81

<sup>342</sup> Agnelo Bittencourt, geógrafo e historiador, exerceu diversos cargos públicos dentre eles o de Diretor da Instrução Pública do Estado do Amazonas e de prefeito da cidade de Manaus. Foi membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

<sup>343</sup> *Victória Régia*. Manaus, fevereiro/1932.nº3.p.5.

<sup>344</sup> *Victória Régia*.nº3. Manaus, fevereiro/1932. p.5.

<sup>345</sup> *Victória Régia*.nº3. Manaus, fevereiro/1932. p.6.

sugeridos pelo grupo conservador<sup>346</sup>. As diretrizes da educação apontadas pelo evento estiveram presentes nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, que elaborou a Constituição de 1934.

Foi durante a sessão de abertura da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, ao prestar contas de seus atos enquanto Chefe do Governo Provisório, que Getúlio Vargas expôs sua percepção de educação e como pretendia encaminhá-la. Para Vargas, a educação oferecida anterior aos anos 30, não havia cumprido seu objetivo maior: preparar o homem para vida, desenvolvendo “a instrução primária e profissional”. Nessa perspectiva, Vargas propõe uma educação “com o caráter prático e educativo, dotando cada cidadão de um ofício”. Esse ofício deveria habilitar o trabalhador “a ganhar, com independência, a vida ou transformando-o em um produtor inteligente de riqueza, com hábitos de higiene e de trabalho”<sup>347</sup>. Foi esta percepção de educação que permeou sua administração no sentido de formar novos cidadãos.

A bancada da representação amazonense na Assembleia Nacional Constituinte estava composta por Leopoldo Tavares da Cunha Melo, Álvaro Botelho Maia e Alfredo Augusto da Matta, representantes da bancada socialista amazonense, e Luis Tirelli, do Partido Trabalhista Amazonense<sup>348</sup>. Em pronunciamentos dos constituintes do Amazonas foram defendidos temas relacionados a indenização pela perda do Acre, a questão do magistério, proteção e assistência à população do interior, a questão das fronteiras, a posse de terra aos índios, o ensino rural considerado inadequado, a assistência sanitária para população com destaque para a necessidade do exame pré-nupcial, navegação, dentre outros<sup>349</sup>.

As sessões da Assembleia Nacional Constituinte foram palcos de acirradas discussões envolvendo os mais variados temas, dentre eles o modelo educacional mais adequado para o país, nas quais destacaram-se questões referentes ao papel da União na educação, o direito à Educação Cívica, o Ensino Religioso, o Ensino Rural, a Educação

---

<sup>346</sup> Sobre Escola Nova ver: CUNHA, Fátima. *Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: EDUFF/ PROED. 1986.

<sup>347</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933/1934) Volume I. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1935.p.105

<sup>348</sup> COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito a Educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. UFMG: 2001.p.17.

<sup>349</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933/1934). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

Eugênica<sup>350</sup>. O resultado desses embates foi expresso no capítulo II da Constituição do Brasil de 1934, que trata *Da Educação e da Cultura*, no qual fica estabelecido ser a educação um direito de todos, devendo ser ministrada pela família e pelos poderes públicos de modo a possibilitar “eficientes factores da vida moral e econômica da Nação”, desenvolvendo “num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana”<sup>351</sup>. Em pesquisa sobre o direito à educação nas constituintes do Brasil, Graça Costa assevera que embora a Constituição de 1934 estabelecesse o direito à educação para todos, em seus dispositivos estariam contemplados somente a educação primária, sendo esta gratuita e obrigatória. Sobre essa questão a autora esclarece que “o princípio da obrigatoriedade firmado para o Ensino Primário público, incluía a população escolar adulta, entretanto, não assegurava o dever do Estado e a obrigação do indivíduo para com os demais níveis de ensino”<sup>352</sup>.

Após a promulgação da Carta Magna de 1934, os Estados Federativos tiveram o prazo de quatro meses para instalarem suas Assembleias Constituintes no sentido de iniciarem os trabalhos que iria adequar as Constituições Estaduais à nova Constituição Federal. Cumprindo essa determinação, em 1935 o Amazonas convocou sua Assembleia Constituinte.

Enquanto na Assembleia Nacional Constituinte debates acalorados foram travados acerca da educação que se pretendia para o país, o mesmo não ocorreu na cidade de Manaus durante os trabalhos da Assembleia Constituinte que elaborou a Constituição do Amazonas. Ao que tudo indica, esse tema não parece ter despertado maior entusiasmo por parte de seus constituintes. Com efeito, os Anais da Assembleia do Amazonas registram que os debates promovidos por esses parlamentares deram ênfase em temas relacionados a políticas de migração; a autonomia dos estados; aos direitos políticos; a valorização de uma identidade regional, etc<sup>353</sup>.

Essa demonstração de pouco interesse também foi observada por Graça Costa, para quem

---

<sup>350</sup> Sobre a educação na Constituinte de 1933 ver: ROCHA, Marlos Bessa da. *Educação Conformada: a política da educação (1930-1945)*. UNICAMP: 1990.

<sup>351</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm) último acesso: 07 de setembro de 2016

<sup>352</sup> COSTA, O. *O Direito a Educação no Amazonas (1933-1935)...op.cit.* p. 287.

<sup>353</sup> Anais da Assembleia da Constituição do Amazonas. Imprensa Pública: Manaus. 1935.

As questões relacionadas à educação foram tratadas em pronunciamentos que traziam as peculiaridades da região, sem merecer discursos isolados ou específicos dos temas abordados. Nas ligeiras intervenções os temas mais enfatizados foram os referentes ao analfabetismo, à educação rural e a atuação das missões religiosas na educação<sup>354</sup>.

Essa postura dos parlamentares frente à educação, inicialmente nos causou impacto. Todavia, essa falta de interesse maior pela questão da educação também pode ser percebida na atuação dos representantes amazonenses na Assembleia Nacional Constituinte. Embora subscrevendo emendas relacionadas a essa questão e demonstrado vigor na defesa de alguns temas, como exemplo a situação de extrema pobreza vivenciada pela população do interior do estado; a indenização pela redução de territórios; a necessidade da educação sanitária por meio da eugenia, no que se refere ao direito a educação os constituintes amazonenses não demonstraram maior empenho.

O modelo educacional adotado no estado do Amazonas durante os anos iniciais da década de 1930 estava embasado nas teorias pedagógicas oriundas da Europa e dos Estados Unidos. Se proclamando signatários da *Escola Ativa*, os Programas do Ensino Primário desse período eram verdadeiros manuais de como deveria ser pensada a educação, a escola, os professores e os alunos. Contemplando todas as disciplinas a serem ministradas, linguagem, leitura e escrita, história pátria, desenho, educação moral e cívica, trabalhos manuais, dentre outras, discorria de forma minuciosa como as mesmas deveriam ser lecionadas, os objetivos que delas se esperava e as ferramentas pedagógicas a serem utilizadas<sup>355</sup>.

De acordo com tais programas a escola deveria ter uma finalidade utilitária. A esta caberia o preparo das crianças no sentido de torná-las aptas para, futuramente, servir a sociedade. Deveria então, desenvolver a aptidão que a criança manifestasse para determinados ofícios, procurando incentivar tal pendor através de atividades pedagógicas. Atividades estas que despertassem a curiosidade, o interesse, a dinamicidade<sup>356</sup>. O professor deveria estimular o aluno para descobertas, encaminhando-o questões práticas. Embora nesse modelo educacional o professor deixasse de ter centralidade no processo de aprendizagem, o Plano de Ensino ainda o considerava “lapidadário de espíritos e

---

<sup>354</sup> COSTA, . *O Direito a Educação no Amazonas (1933-1935)...op.cit.* p.214.

<sup>355</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930; Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1932. O Programa de 1932 seguiu as mesmas diretrizes apontadas pelo Programa de 1931

<sup>356</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.5.

corações”. Ao professor caberia a mais sublime das missões, a mais delicada tarefa: “o preparo completo do indivíduo para ser um valor, de capacidade e de trabalho, no meio a que se destina”<sup>357</sup>. Por tais perspectivas, o aluno deveria ser o centro do processo. Com a curiosidade aguçada pelas atividades escolares, deveria ser o agente do conhecimento que, por meio da observação e da experiência, seria capaz de refletir e executar. Nesse sentido seria despertado no aluno o espírito de cooperação e responsabilidade com os trabalhos coletivos pois, nesse modelo pedagógico, “quer-se, no aluno, o hábito do trabalho, a iniciativa, o interesse pela realização”<sup>358</sup>. As disciplinas deveriam ser ministradas de modo a possibilitar ao aluno observar, refletir, realizar. Os assuntos deveriam ser tirados do meio em que as crianças estavam inseridas, com exemplos do dia-a-dia que facilitassem a associação de ideias. Disciplinas como a Geografia, as Ciências naturais possuíam um rico manancial na natureza para despertar no aluno a reflexão sobre o meio em que viviam: os rios, a vegetação, a rica fauna, etc.

Embora proclamasse o papel de destaque da criança no processo de aprendizagem e o interesse que o professor deveria ter em despertar a iniciativa dos alunos, as orientações dirigidas para disciplina de linguagem contida no Programa do Ensino Primário contradiziam tal proposição pois procuravam inibir/evitar/corrigir determinadas manifestações espontâneas do aluno, consideradas inadequadas. Isto é o que depreendemos das propostas que orientavam o professor a encaminhar o aluno a uma pronúncia correta e dicção clara dos vocábulos, pois deveria “a criança ser encaminhada a achar a forma de que precisa para expressar-se e aprender as regras sociais de conversação, principalmente quanto a gesticulação exagerada ou imprópria”<sup>359</sup>. Seria então dever do professor moldar a forma de comunicação da criança, refinando a entonação da voz, corrigindo as gesticulações consideradas excessivas<sup>360</sup>. A caligrafia também seria direcionada. O professor deveria encaminhar o aluno para uma forma de escrita vertical. Caso não obtivesse sucesso, que aceitasse a forma oblíqua, desde que “se conservem a uniformidade do tamanho das letras e o paralelismo das hastes daquelas que ultrapassam, para baixo ou para cima, a pauta em que se escreve”. Para adquirir bom resultado na forma da caligrafia, caberia então ao professor direcionar o aluno na postura ao sentar-se, indicando a posição em que deveria ficar a coluna vertebral, os ombros, as

---

<sup>357</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.4.

<sup>358</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p. 4,5.

<sup>359</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.8/9.

<sup>360</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930.

pernas e a cabeça, que deveria ficar “bem direita, distante do papel trinta e cinco centímetros”<sup>361</sup>. A habilidade de escrever com ambas as mãos, a ambidestria, também deveria ser incentivada, afinal, estava em voga na Alemanha<sup>362</sup>.

À disciplina História do Brasil, ou História da Pátria, era considerada imprescindível no Ensino Primário. Partindo de fatos locais, deveria o professor abordar as transformações pelas quais passam o ser humano. Monumentos, datas nacionais, biografias deveriam ser utilizadas de forma a despertar no aluno a admiração pela pátria. Histórias dos “vultos nacionais” deveriam ser mostrados como exemplo de civismo a ser seguido pelas crianças. Enaltecendo as virtudes, a abnegação e os atos de coragem dessas personagens, seriam modelos de condutas desejáveis <sup>363</sup>.

Alguns educadores da região, desde os primeiros anos da República teceram rigorosas críticas a forma como eram ministradas as disciplinas Geografia Pátria e História Pátria. Esse foi o caso de José Veríssimo, educador paraense. Consoante a Maria do Perpétuo Socorro França, Veríssimo percebia tais disciplinas como “fundamental na formação do sentimento nacional”. A partir desse prisma, erigia vigorosas críticas a forma como eram ministradas nas escolas brasileiras. Para o autor, destaca França, o ensino dessas disciplinas estava destituído de conteúdos que ressaltasse os valores nacionais de modo a despertar o sentimento cívico do aluno. Ora se utilizando de nomenclatura estrangeira, ora privilegiando apenas a memorização do aluno, tais disciplinas se tornavam estéreis por não promover nos alunos os interesses pela história dos grandes nomes que se destacaram na Pátria. A literatura, para Veríssimo, seria instrumento de propagação patriótica, esclarece França <sup>364</sup>.

Todavia, para além da educação intelectual, outra preocupação deveria pautar as disciplinas do Ensino Primário. Seria fundamental a educação dos sentimentos dos alunos no sentido de formar o caráter e incentivar o amor à pátria. Por meio de historietas, de contos de fundo moral, deveria ser repassado o sentido de responsabilidade, com suas obrigações e com as demais pessoas, estranhas ou familiares. Nesse sentido, valores como o respeito a verdade, a piedade, a consideração pelos mais velhos deveriam ser

---

<sup>361</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.14/15.

<sup>362</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.14.

<sup>363</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.20/21.

<sup>364</sup> FRANÇA, Maria do perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino. José Veríssimo (1857-1916) e a Educação Brasileira Republicana: raízes da Renovação Escolar Conservadora. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas: 2004

incentivados pela disciplina de Educação Moral e Cívica<sup>365</sup>. Tal disciplina, segundo o Programa de Ensino Primário, “faz extinguir em nós, os instintos da animalidade, tornando-nos brandos, dóceis, atenciosos, magnânimos, caritativos, resignados e sinceros”. Faz a criança compreender, que acima da família e da sociedade há uma entidade que exige dedicação. Existe um símbolo sagrado a quem, todo cidadão deve reverenciar. A Pátria seria, portanto, motivo de exaltação dos alunos, que deveriam ter sua formação voltada para a maneira de melhor engrandecê-la<sup>366</sup>.

O desenvolvimento gradual e harmônico da criança deveria ser conseguido através da Educação Física. Por meio dessa disciplina se poderia transformar os alunos em homens fortes, vigorosos e dispostos. Aptos ao trabalho e as exigências que a vida moderna impõe. Ao lado da “profilaxia e da higiene, a Educação Física seria o fator mais poderoso da eugenia, do apuramento da nossa raça”. Com essa preocupação, se recomendava a prática de exercícios mais afeitos a região amazônica, a natação por exemplo. O futebol deveria ser evitado por ser uma atividade “de movimentos excessivos e de efeitos intensos”<sup>367</sup>.

Percebendo que cidadão sadio era sinônimo de cidadão apto ao trabalho, a Educação Higiênica deveria garantir que as crianças crescessem com hábitos que lhes preservasse a saúde. Pois, sendo “a saúde condição indispensável para o trabalho e para a felicidade humana”, deveria ser preservada afim de que o “progresso não deixasse de existir e o indivíduo não fosse visto como enfermo e unidade morta, desvalorizado na marcha da civilização”<sup>368</sup>. Assim, deveria ser exigido aos alunos o asseio diário, mãos sempre limpas, unhas cortadas, higiene dos dentes, ouvidos, etc. Incentivar o cultivo de

---

<sup>365</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.32/33. O empenho em despertar e fortalecer sentimentos patrióticos pode ser percebido nos livros escolares para o Ensino Primário desde os anos finais do século XIX e primeiras décadas do século XX. Patrícia Hansen, ao analisar a literatura infantil publicada no Brasil na passagem do século, esclarece que “os meios pelos quais os livros procuravam ensinar o amor à pátria eram muitos. Pelo conhecimento de seus recursos, pela fruição estética de suas paisagens, pelos exemplos de sua história, pela descrição dos costumes de brasileiros das diversas regiões e, finalmente, por inculcar certas atitudes estereotipadas E noções morais vistas como fundamentais na conformação da comunidade imaginada, como: a coragem, a solidariedade, a honestidade, a ordem, a generosidade, a dignidade do trabalho, o valor do estudo, etc”. HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil um país novo: literatura cívico pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007. p.43.

<sup>366</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930 p.33/34. Em análise sobre os Programas do Ensino Primário para o Pará, Maricilde Coelho chegou à conclusão que o ensino de Moral e Cívica procurava “moldar o cidadão exemplar que a escola primária pretendia formar para uma sociedade republicana já consolidada”. COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Pará (1920-1940)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP. 2008. p.55

<sup>367</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.35 e 37.

<sup>368</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930, p.43.

hábitos saudáveis procurando evitar que o corpo se mantivesse propício a doenças era objetivo da Educação Higiênica.

As habilidades manuais também deveriam ser instruídas e incentivadas. Embora no Programa constasse que a finalidade dos trabalhos manuais não seria a de preparar mão de obra, as atividades desenvolvidas indicam justamente o contrário. De acordo com o Programa, os trabalhos manuais teriam como finalidade “**educar** todas as energias infantis, criar o hábito de **fazer**, pela habilidade de transformar o ato mental em acção concreta, objetivada”<sup>369</sup>. Para as crianças com idade entre 6 a 8 anos, eram recomendados para ambos os sexos, modelagem em barro e cera; alinhavo em cartão; recorte de gravura; recortes de papel em cores; tecelagem de serpentina. Para as meninas acrescia o ensino de crochê de malha com agulhas de madeira ou osso<sup>370</sup>. Aos alunos na faixa etária entre 7 e 9 anos, seriam destinadas as atividades de confecção de caixinhas e figuras geométricas em papel-cartão; tecelagem em palha e serpentina, etc. Às meninas acrescia-se o aprendizado de diversos tipos de pontos de costuras; tapeçaria; franzir; aplicação em roupas<sup>371</sup>. Aos alunos com idade entre os 9 e 11 anos de idade, as atividades se tornavam mais complexas tais como confecção de porta-cartão; confecção de portas-jornal; confecção de cestas e cadeirinhas em cipó; modelagem e confecção em miniatura de chapéus e vasos; trabalho em arame e barbante; recorte em folhas de chumbo, flandres e papelão; trabalhos em madeiras. Para as meninas estava incluída as costuras, bordados e remendos<sup>372</sup>. Também fazia parte da aprendizagem a confecção de trabalhos em madeira: escadas, banquinhos; jardinagem; confecção de roupas brancas, tricô; aplicação de arame em gaiolas e cestas, e outras mais<sup>373</sup>.

As vantagens dos trabalhos manuais para crianças no processo educativo eram propagadas pelo *Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*. De acordo com o *Conselho*, a finalidades dessas atividades visava “despertar gosto e amor pelo trabalho em geral; inspirar respeito pelo trabalho corporal honrado por mais grosseiro que seja; desenvolver a independência e confiança da criança em si mesma; acostumar à ordem, à exatidão, ao asseio e correção, etc<sup>374</sup>.”

---

<sup>369</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.46. Grifos constantes na referida documentação.

<sup>370</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.74.

<sup>371</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.82.

<sup>372</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p.99.

<sup>373</sup> Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública, 1930. p. 109.

<sup>374</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 3 de abril de 1943.nº165.

A análise do Programa do Ensino Primário para além de apontar o poder de intervenção que a escola possuía junto às famílias manauaras, demonstra que a educação, por essa perspectiva, não deveria se limitar à instrução intelectual do aluno, mas também e, principalmente, forjar novos valores físicos e morais. Evidencia uma educação utilitária, voltada para o preparo da criança para o trabalho, não mais apenas no sentido de ensinar-lhes um ofício, mas na tentativa de preparar o físico e a mente para esse fim. As orientações contidas no Programa, sugerem uma forma de disciplinarização da infância por meio da escola, no sentido de transformar crianças em adultos comedidos e passivos. A preocupação em inibir a gesticulação exagerada, a entonação da voz pode indicar uma forma sutil de moldagem de sujeitos. Para além das formas de expressão, sentimentos e desejos, foram plasmados, retraídos, contidos, para dar lugar à novas formas de exaltação e de posturas a serem seguidas<sup>375</sup>.

Com a instalação do chamado *Estado Novo*, implementado por meio de um golpe de Estado no ano de 1937, Getúlio Vargas se manteve como presidente do Brasil e a educação passou a receber maior atenção por parte do Estado<sup>376</sup>. Em dezembro do mesmo ano, durante as comemorações do centenário da fundação do Colégio Pedro II, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, Vargas apresentou como o Governo Federal percebia o “problema da educação nacional”<sup>377</sup>. Afirmava o Presidente que o período conturbado pelo qual passava as grandes potências do ocidente teria origem não apenas na questão econômica, mas também no fator espiritual. Nesse sentido, o presidente acreditava ter “o dever de prevenir maiores e mais profundos males cuidando de organizar e disciplinar as nossas energias espirituais e materiais”. Nessa perspectiva, tal tarefa somente seria possível se a educação nacional fosse organizada, criando diretrizes educacionais para que os estados atuassem de forma homogênea capitaneada pela União. Acreditando no potencial que a educação oferecia no sentido de alcançar o mais íntimo do indivíduo,

---

<sup>375</sup> Para o ano de 1934, a Instrução Pública do Estado do Amazonas utilizou os Planos-Programas e Indicações do Ensino Pré-Primário e Primário. Nesses programas há maior ênfase nas disciplinas de História da Pátria e Educação Moral e Cívica, devendo as mesmas ser estimuladas com festas cívicas, cantos patrióticos, etc. Tudo com a finalidade de formar novos hábitos, novas formas de condutas. Planos-Programas e Indicações do Ensino Pré-Primário e Primário. Imprensa Pública. Manaus, 1934.

<sup>376</sup> O Estado Novo teve início com o golpe de estado deflagrado por Getúlio Vargas, em novembro de 1937. Baseado em uma política intervencionista e centralizadora, o Estado Novo vigorou até outubro de 1945. OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982

<sup>377</sup> Discurso proferido por Getúlio Vargas, no dia 02 de dezembro de 1937, no teatro Municipal do Rio de Janeiro, durante celebração do centenário do Colégio Pedro II. Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1937. P.8-12.

atuando pelas sugestões emotivas, formando cidadãos afeitos à pátria, “disciplinando as energias espirituais e materiais”, Vargas conclamava os professores a colaborarem com o processo de transformar cada brasileiro em partícipe ativo do “engrandecimento” do país. Consentia a cada professor utilizar sua capacidade de influência sobre as almas jovens, no sentido de “infundir o amor à terra, o respeito às tradições e a crença inabalável nos grandes destinos do Brasil”<sup>378</sup>.

A Constituição de 1937, outorgada durante a instalação do novo regime, já anunciava essa intensificação do uso da educação com sentido disciplinador. O Art. 131 do capítulo que tratava *Da Educação e da Cultura*, estabelecia a obrigatoriedade da Educação Física, do Ensino Cívico e dos Trabalhos Manuais em todas as escolas primárias, normais e secundárias. O não cumprimento de tal exigência implicaria no não reconhecimento do estabelecimento de ensino e a consequente interdição de funcionamento<sup>379</sup>. De forma semelhante o Art. 132 determinava que o Estado deveria fundar ou subsidiar, instituições voltadas para juventude no sentido de “promover-lhes a disciplina moral e o adestramento físico, de maneira a prepará-la ao cumprimento, dos seus deveres para com a economia e a defesa da Nação”<sup>380</sup>.

Os parágrafos acima evidenciam que após a implantação do *Estado Novo* há uma tentativa mais rigorosa de disciplinarização por meio da educação. Embora os Planos de Ensino analisados anteriormente tenham indicado que a educação estivesse sendo utilizada como ferramenta de normatização, a Constituição de 1937 deixava nítido que a partir do *Estado Novo* ela passou a ser política de governo.

Ilustra nossa reflexão o discurso do Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, proferido no mesmo evento referenciado anteriormente, no qual traçava o

---

<sup>378</sup> Discurso proferido por Getúlio Vargas, no dia 02 de dezembro de 1937, no teatro Municipal do Rio de Janeiro, durante celebração do centenário do Colégio Pedro II. Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1937. P.8-12.

<sup>379</sup> Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Acesso em: 26 de fevereiro de 2016. Site: [bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao\\_1937\\_texto.pdf?](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao_1937_texto.pdf?) p.32. A preocupação em estabelecer na Carta Magna do país a obrigatoriedade de uma educação voltada para o trabalho pode ser percebida em período anterior ao Estado Novo. Durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte de 1933, significativa parcela dos parlamentares fundamentados nas ideias do argentino José Ingenieros, para quem “educar é desenvolver a capacidade para trabalhar” haja vista “o direito a vida pressupõe o dever do trabalho”, defendiam a ampla criação de escolas para o trabalho agrícola e manuais no intuito de formar não apenas braços produtivos, mas mentalidades voltadas para o trabalho, ávidas pelo engrandecimento da pátria. Anais da Assembleia Nacional Constituinte (1933/1934) Volume IV. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. 1935.p.282- 283

<sup>380</sup>Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. Site: [bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao\\_1937\\_texto.pdf?](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../constituicao_1937_texto.pdf?).p.32. Acesso em: 26/02/2016.

panorama da educação do período, indicando as medidas já efetivadas e propostas a serem aplicadas. Para o Ministro, a educação até o início da década de 1930 não havia recebido a atenção necessária. A autoridade alertava que o próprio conceito de educação estava sendo utilizado de forma equivocada, reduzindo a sua atuação a mera transmissão de conhecimentos entre as gerações. Conforme Capanema, até a *Escola Nova*, que postulava a centralidade do aluno no processo de aprendizagem e a sua formação para viver em sociedade, ainda não havia saído do plano teórico<sup>381</sup>. Nesse sentido, prosseguia o Ministro, a educação, da forma que vinha sendo aplicada até então, tornara-se “uma concepção pedagógica impiedosa e improdutiva, destinada em regra a servir simplesmente à ilusão e a vaidade do espírito”<sup>382</sup>. Nesse contexto, “a educação no Brasil tem que colocar-se agora decisivamente a serviço da Nação”<sup>383</sup>.

Diante disso, o Ensino Primário no *Estado Novo*, para além de possibilitar a alfabetização das massas, deveria ser considerado “sobretudo como o verdadeiro instrumento de modelagem do ser humano” o que tornaria possível, por esse instrumento, inculcar nas crianças todos os hábitos e atitudes consideradas desejáveis. Nessa linha de raciocínio, a finalidade do Ensino Primário seria,

[...]despertar e acentuar na criança as qualidades e aptidões de ordem física, intelectual e moral, que a tornem rica de personalidade e ao mesmo tempo dotada de disciplina e eficiência, estes dois atributos essenciais do cidadão e trabalhador.<sup>384</sup>

Entendemos que a declaração do Ministro Capanema traduz de maneira clara o papel que o Estado estaria atribuindo à educação enquanto instrumento de ordenação e controle. A criança, considerada de fácil moldagem, poderia ser “aperfeiçoada”, passando a incorporar atributos vistos como essenciais ao futuro cidadão: a disciplina e o amor pelo trabalho. Pretendendo formar cidadãos com essas feições, seria necessário que se voltassem para eles enquanto ainda crianças, momento que seria possível tentar modificar-lhe a essência, afeita ao vício, dotando de atributos e qualidades morais e espirituais. Ao fazermos tal inferência não estamos afirmando que pensar a criança como

---

<sup>381</sup> Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1937. P.17-18.

<sup>382</sup> Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1937. P.19.

<sup>383</sup> Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1937. p.21

<sup>384</sup> Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1937. p.27.

massa de modelagem se deu a partir do *Estado Novo*<sup>385</sup>. Queremos apenas apontar para o fato que, durante o *Estado Novo* essa tentativa se fez de forma mais incisiva<sup>386</sup>.

A percepção da educação como instrumento de moldagem, bem como, a do professor como agente desse processo, reverberava na capital amazonense. Foi a partir dessa perspectiva que a professora Lasthenia de Vasconcellos Peres, em artigo publicado na Revista de Educação, de 1938, ao tratar sobre a importância do Jardim da Infância na educação, comparou essa modalidade de ensino e escola com “canteiros de almas”<sup>387</sup>. A autora associava os *Jardins da Infância* a verdadeiros canteiros nos quais, se semeado de forma correta, germinariam e floresceriam árvores de “bons frutos”. Na analogia de Lasthenia, os canteiros semeados e cultivados pelas professoras, “as jardineiras”, não seriam canteiros de plantas, mas canteiros de almas, no caso, os alunos. Caberia então ao professor possuir conhecimentos de anatomia, de fisiologia e de sociologia infantil, dentre outros, a fim de poder realizar sua missão maior: a modelagem interior da criança. Para Lasthenia, a conduta que o adulto assumia seria reflexo das “impressões que se fixaram na cera plástica da sensibilidade da criança”<sup>388</sup>.

Nos anos finais do Estado Novo a população manauara foi conclamada a maior participação nesse intuito de modelagem de corpos e mentes infantis. Durante o período das festividades cívicas do mês de setembro de 1943, a primeira página do jornal *A Tarde* estampava com destaque uma frase tantas vezes pronunciada por Getúlio Vargas: “É preciso plasmar na cera virgem que é a alma da criança, a alma da própria pátria”<sup>389</sup>. Meses depois, no Distrito Federal, então Rio de Janeiro, durante a formatura de uma turma de professoras, Getúlio Vargas destacava às recém professoras as tarefas imediatas que elas deveriam desempenhar na sala de aula e a relevância de tal missão. Desse modo, afirmava Getúlio Vargas que, “alguns milhões de crianças – argila plástica nas mãos

---

<sup>385</sup> Pensar a criança como ser fácil de inculcar ideias e valores, remonta ao Período Colonial. Mary Del Priore assinala que os Jesuítas percebiam a criança como uma folha de papel em branco na qual poderiam ser incrustadas a religião cristã e os hábitos europeus. Nesse sentido, a criança teria papel de destaque no processo de catequização da população indígena. PRIORE, Mary Del. O Papel Branco, A Infância e os Jesuítas na Colônia. In: *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p.10-27.

<sup>386</sup> Em pesquisa para o Rio de Janeiro, a conclusão semelhante chegou Irene Bulcão, para quem a criança, durante o Estado Novo, passou a receber ações sistemáticas no sentido de torna-las futuros cidadãos úteis a pátria. BULCÃO, Irene. *Investigando as Políticas de Proteção e Assistência à Infância*: psicologia e ações do Estado. Tese de Doutorado. UERJ, 2006

<sup>387</sup> *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores*. Manaus: dezembro/1938. p.6e7

<sup>388</sup> *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores*. Manaus: dezembro/1938. p.6e7.

<sup>389</sup> *A Tarde*, nº 1980. Manaus, 04 de setembro de 1943. P.1. A reportagem sob este título tratava sobre a Parada da Juventude realizada por conta dos festejos da Semana da Pátria. O articulista do jornal exalta a presença e missão da juventude que desfilava demonstrando todo o ardor cívico pelo Brasil, “faz com que os moços de hoje se revelem desde cedo os verdadeiros soldados de amanhã”.

hábeis dos educadores – irão dar outro tantos milhões de soldados, trabalhadores, donas de casa, mestres, funcionários, técnicos – aquilo que a nação carece para desenvolver-se e progredir”<sup>390</sup>.

As datas comemorativas exerceram importante papel nessa tentativa de construção de sentidos. É a partir desse prisma que incluímos a chamada *Semana da Criança* como ferramenta pedagógica voltadas para as crianças e suas famílias. Embora as Comemorações pela passagem da *Semana da Criança* possam ser observadas em período bastante anterior ao *Estado Novo*, no entanto, foi somente a partir da instalação do novo regime que ela passou a ganhar proporções cada vez maiores. As recomendações e diretrizes dos festejos eram encaminhadas aos estados brasileiros pelo Ministério da Educação e Cultura, sendo a programação organizada pelo Juízo de Menores das capitais.

Os jornais do período davam amplo destaque ao evento. Palestras, filmes, passeios e outras atividades constavam na programação destinada aos pequenos na cidade de Manaus. Tais atividades tornavam essas comemorações em momentos de aprendizagem sobre temas relacionados às crianças. Temas como *Dia da Amizade*; *Dia do Lar*; *O Lar Grande Escola da Vida*, dentre outros foram amplamente explorados nesses festejos por meio de palestras nas escolas, na rádio, nas igrejas, nos cinemas e praças da cidade<sup>391</sup>. Figuras de destaque na sociedade amazonense ministravam as preleções, comparecendo grande afluxo de convidados. A programação era diversificada: a árvore que era plantada por crianças de determinada escola; a visita às crianças carentes; a distribuição de bombons entre os alunos das escolas; os passeios de bondes, etc.

A *Semana da Criança* de 1938 teve em sua programação palestras sobre diversas questões que fortaleciam a ideia de respeito à hierarquia, aos superiores e o amor ao trabalho. Nessa perspectiva, preleções intituladas *O Culto ao Mestre*; *O Culto aos Chefes e Superiores*, teriam como objetivo despertar “na alma da criança o sentimento de respeito pela tradição e cousas antigas, venerando-se o passado”<sup>392</sup>. Tal programação era complementada com visita dos pequenos às igrejas da cidade, aos monumentos e ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

---

<sup>390</sup> Discurso pronunciado no Instituto de Educação por ocasião da formatura das novas professoras do Distrito Federal, a 18 de dezembro de 1943. [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1943/19.pdf/at\\_download/file](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/getulio-vargas/discursos-1/1943/19.pdf/at_download/file). acesso em: 08 de março de 2016.

<sup>391</sup> *A Tarde*, nº 502. Manaus, 08 de outubro de 1938. P.1.

<sup>392</sup> *A Tarde*, nº 503. Manaus, 10 de outubro de 1938. p.1.

Tratando-se de um período onde as liberdades estavam cerceadas pela ditadura do *Estado Novo* era fundamental a utilização dessas datas festivas no intuito de suscitar nas crianças o respeito à ordem vigente, à autoridade<sup>393</sup>. As visitas aos monumentos da cidade relacionavam-se a ideia de reverência aos grandes vultos e grandes momentos históricos. Ou seja, a ideia de que a História se dedicava a preservar aqueles que se destacaram no passado, servindo de modelo aos do presente.

O tema *trabalho* recebeu destaque nessas comemorações. Assim, concurso de redação com o tema *Como pretende você servir ao Brasil*, foi promovido para alunos das escolas públicas, na faixa etária entre nove e treze anos<sup>394</sup>. A leitura pública do trabalho considerado vencedor tinha como finalidade divulgar o quanto as crianças estavam aprendendo de que forma poderiam servir a pátria. A ênfase dada ao tema *trabalho* tinha como objetivo “mostrar as crianças o grande bem que o trabalho produz ao homem, à família e à pátria”<sup>395</sup>. Palestras sobre o *trabalho* enquanto dignificador do cidadão e as obrigações do homem foram proferidas em diversos estabelecimentos por professores, e por figuras de destaque na política amazonense, dentre elas o interventor Álvaro Maia, deputados e o Juiz de Menores. A participação de pessoas de destaque, médicos, jornalistas, políticos, dentre outros, conferia autoridade e credibilidade aos discursos proferidos. Os alunos realizaram visitas as fábricas e oficinas da cidade; realizaram passeios de bondes, visitaram instituições de caridade e participaram de torneio de futebol. O ápice dessa festividade foi marcado pela distribuição de dois mil copos de leite à criançada, e pela fundação da primeira escola de educação física feminina de Manaus<sup>396</sup>.

Devemos ressaltar que nos festejos da “Semana da criança” embora houvesse a participação de diferentes setores da sociedade, era uma festividade voltada para crianças e suas famílias. Para criança por ser realizada no âmbito escolar e com a participação das mesmas através de brincadeiras, torneios, passeios, palestras, etc. Voltadas para os pais quando tais palestras, além de serem realizadas nas escolas, eram pronunciadas nos altofalantes das praças, das igrejas, dos cinemas. Ou seja, procurava atingir um público maior e distinto. O que não significa que muitas palestras realizadas nas escolas não contassem com a participação dos responsáveis pelas crianças.

---

<sup>393</sup> Sobre Censura e Estado Novo em Manaus ver: ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-945)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2009

<sup>394</sup> *A Tarde*, nº505. Manaus, 12 de outubro de 1938. p.1

<sup>395</sup> *A Tarde*, nº505. Manaus, 12 de outubro de 1938. p.1

<sup>396</sup> *A Tarde*, nº 510. Manaus, 18 de outubro de 1938. p.1.

A *Semana da Criança* do ano de 1943 foi voltada para a necessidade de amparar a infância abandonada. A programação incluía passeios para as crianças, inauguração de postos assistenciais e palestras sobre *a necessidade de amparar a criança abandonada; a criança desvalida e seu amparo na legislação brasileira*. Cinemas para crianças pobres com filmes exaltando a nacionalidade e motivos do Discurso do Rio Amazonas, também fizeram parte da atração<sup>397</sup>. O ponto alto dessa programação ficou por conta da inauguração dos novos postos de assistências e da *Escola Montessoriana, Álvaro Maia*. Conforme apontamos em capítulo anterior, a Escola Montessoriana estava voltada para crianças cegas, surdas-mudas e com deficiência mental. Estabelecimento de ensino particular, foi reconhecida como de utilidade pública.

A permanência de temas relacionados a assistência às crianças consideradas abandonadas ainda nos anos finais do Governo de Getúlio Vargas pode ser muito significativa pois, para além de pretender mostrar para a população os cuidados dispensados às crianças por parte da administração pública, pode indicar que o esforço de inspirar na população certos ideais de infância não estava sendo exitoso. Em outras palavras, a necessidade de manter esses temas nas pautas dos discursos transmitidos a população pode sugerir que os mesmos não estavam sendo recebidos da forma esperada, daí a necessidade reiterá-los frequentemente.

A literatura infantil<sup>398</sup>, também utilizada como ferramenta pedagógica, sofreu forte vigilância por parte do Estado, que percebia nas páginas dos livros infantis o germe do “desvio moral”. Em nível nacional, intelectuais, professores e juristas se manifestavam contra uma determinada literatura infantil, por eles considerada nociva e prejudicial à

---

<sup>397</sup> A *Tarde*, nº 2009. Manaus, 9 de Outubro de 1943. p.1. Importa destacar que as festividades da Semana da Criança se distinguem das chamadas festas cívicas. As festas cívicas, através de desfiles e aparato semelhante ao militar, procuravam enaltecer a figura dos governantes de Estado tornando-os modelos de conduta desejados para a infância e juventude. Como exemplo pode ser citado os festejos realizados durante a chamada Semana da Pátria. Sobre esse tema ver: VAZ, Aline Choucair. *A Escola em Tempos de Festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFMG: 2006. Quanto as festividades cívicas para Manaus indicamos: ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2009; MENDONÇA, Reginaldo Simões. *Revista Sintonia: imprensa e poder político no Amazonas (1939-1943)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2015.

<sup>398</sup> No Brasil o surgimento de uma literatura voltada especialmente para crianças, surgiu nos anos finais do século XIX, “assumidamente como resposta à necessidade de leituras em linguagem acessível ao público infantil brasileiro”. Inicialmente, as edições eram traduções de clássico europeus para o português falado, aqui apresentada como reação às traduções portuguesas que impunham verdadeiros obstáculos à compreensão dos textos pelos seus leitores-alvo”. HANSEN, Patrícia Santos. Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles? *História (São Paulo)* v.30, n.2, p. 51-80, ago/dez 2011. Site <http://www.scielo.br/pdf/his/v30n2/a04v30n2.pdf> acesso: 04 de maio de 2018.

moral e ao intelecto das crianças. No ano de 1936, atesta Ângela de Castro Gomes, Gustavo Capanema, então ministro da Educação e Saúde, criou no Rio de Janeiro, a Comissão Nacional de Literatura Infantil<sup>399</sup>. Dentre as atribuições dessa comissão, constava: realizar levantamento sobre a produção literária desse gênero; classificar por idade as obras existentes e censurar as consideradas inadequadas, organizar bibliotecas infantis, etc.<sup>400</sup>. Gomes destaca a preocupação da Comissão Nacional de Literatura Infantil em definir o que poderia ser definido como literatura infantil, que após muitos debates,

A Comissão definiria (desejava e projetava) como literatura infantil aquela que, por excelência, investia na imaginação infanto-juvenil e, nesses termos, contribuía para educar. A “fantasia”, como se dizia, deveria presidir o texto, que deveria ser “recreativo”, para dessa maneira ser “instrutivo”<sup>401</sup>.

Foi nesse contexto que o Juiz de Menores da Cidade de Manaus, André Araújo, no ano de 1941 criou o Serviço de Literatura Infantil com atribuição de catalogar os livros de contos e de histórias existentes nas livrarias; de registrar o serviço de revisão dos livros de literatura infantil; de organizar bibliotecas infantis; de controlar a publicação de jornais e revistas infantis<sup>402</sup>. Essa medida foi merecedora de felicitações por parte do jornal *A Manhã*, no Rio de Janeiro, ao noticiar que “Com finalidade tão meritória, convenhamos que as medidas em apreço bem merecem o clima de simpatia que já se observa em torno dela”<sup>403</sup>.

Em Manaus, o *boletim do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores* publicava artigos escritos em nível nacional ou local, dissertando sobre os males da literatura inadequada para crianças. No ano de 1943, o *boletim do Conselho* publica estudos realizados sobre os possíveis fatores que ocasionavam o aumento da criminalidade no Rio de Janeiro e em São Paulo. Os resultados apresentavam a literatura como uma das causas dos elevadíssimos índices de criminalidade. De acordo com a pesquisa, a criança teria tendência natural à imitação, e os supostos modelos maus, que despertavam paixões no ser humano, seriam mais rapidamente assimiláveis pelas crianças que os modelos bons. Estes precisariam de maiores estímulos para que ficassem

---

<sup>399</sup> GOMES, Angela de Castro. As Aventuras de Tibicuera: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas. *Revista USP*. São Paulo, nº 59.p.116-133, set/nov.2003.

<sup>400</sup> GOMES, . As Aventuras de Tibicuera...op.cit. p.117.

<sup>401</sup> GOMES, . As Aventuras de Tibicuera...op.cit. p. 118.

<sup>402</sup> *A Manhã*, nº 099. Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1941. p.4

<sup>403</sup> *A Manhã*, nº 099. Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 1941. p.4

registrados nos caracteres dos pequenos<sup>404</sup>. Os jornais destinados às crianças, bem como outros tipos de publicação, retratando personagens “estranhos, bizarros e grotescos”, excitavam a sensibilidades dos pequenos despertando neles o desejo de bravatas, “valentia e expressões mórbidas”. Nesse sentido, prossegue a publicação, a imprensa poderia exercer dois papéis ante a criança: o de cooperador da formação da nacionalidade, concorrendo para elevação moral do jovem, ou o papel desagregador, aquele que encaminha a criança e a juventude para a violência, para a delinquência. Desse modo, a imprensa deveria iniciar uma campanha moralizadora contra a literatura “dissolvente” que se multiplicava pelas cidades brasileiras<sup>405</sup>.

A literatura voltada aos adolescentes poderia despertar maior apreensão pois poderia se tornar séria ameaça quando discorria sobre temas contra as forças militares. Temas que iam de encontro às ideias que procuravam despertar e reforçar sentimentos de amor a nação, ou seja, quando versava sobre temas considerados antinacionalistas, deveriam ser impedidos de chegarem aos leitores infanto-juvenis. Imbuído dessas apreensões, Azevedo de Amaral, renomado jornalista e escritor carioca, sugeriu a organização de uma literatura infanto-juvenil sob “o controle imediato do Estado”. Essas publicações deveriam “ter por finalidade única, formar o espírito dos futuros cidadãos, em harmonia com as linhas mestras da Ideologia do Estado Nacional”<sup>406</sup>.

Essa publicação, datada do ano de 1942, nos surpreende, pois, conforme assinalamos anteriormente, há mais de cinco anos havia uma comissão criada com a finalidade de controlar a literatura que chegava às mãos de crianças e jovens. O que nos leva a inferir que se tratava de artigo publicado anteriormente, ou, que a Comissão Nacional de Literatura Infantil não estava conseguindo o resultado almejado, ou seja, o de impedir o acesso a uma literatura considerada pernicioso por instigar a sedição.

Dentro do debate estabelecido por conta das supostas consequências da chamada má literatura para crianças, na capital manauara incomodava os estilos literários que atraíam os pequenos. As aventuras extraordinárias, os livros de mistério e detetives, bem como, os romances de amor, poderiam trazer prejuízos à formação de meninos e meninas. Assim sugeria a professora amazonense Regina Coeli de Araújo, do Serviço de Literatura Infantil da cidade de Manaus. A autora, a partir de estudos realizados em outra cidade,

---

<sup>404</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 20 de novembro de 1943. nº 180.

<sup>405</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 20 de novembro de 1943. nº 180.

<sup>406</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 05 de dezembro de 1942. nº 153.

recomendava que os romances onde “o mocinho aparece para resgatar a pobre mocinha, empregada doméstica ou de algum escritório”, não deveriam ser permitidos às meninas. De acordo com os temores da professora, quando estas pequenas se tornassem adultas, não aceitariam casar com rapazes pobres pois permaneceriam na ilusão de esperar o mocinho bonito e milionário dos livros<sup>407</sup>. Seguindo essa lógica, Regina Coeli Araújo recomendava que a literatura para meninas e adolescentes deveria ser menos fantasiosa no sentido de preparar a mocidade para a realidade que a cercava. Alertava sobre a necessidade da vigilância por parte dos responsáveis no sentido de que às mãos das crianças chegassem apenas os livros de acordo com a idade e o temperamento dos pequenos. A partir desse prisma, às crianças tímidas deveriam ser evitados os livros repletos de “doçuras e pieguismos”, o que iria concorrer para aumentar a timidez. Os livros indicados seriam os de aventuras, de movimentos, atos heroicos, onde “a ousadia e afoiteza dos personagens possam concorrer para avivar-lhe o ânimo”<sup>408</sup>. Às crianças emotivas recomendava privá-las da leitura de histórias de assombração, de terror, dos maus espíritos ou coisas do gênero. Quanto às crianças que vivem na pobreza, estas deveriam ser estimuladas com livros que lhes despertassem o “desejo de ser útil, dedicar-se ao trabalho e beneficiar o meio em que vivem”<sup>409</sup>.

Diante de tais recomendações apresentadas pela professora Regina Coeli, percebemos o uso da literatura infantil como ferramenta pedagógica no sentido de conter ou exacerbar emoções, reforçando ou moldando aspectos do temperamento de crianças e adolescentes de acordo com o seu lugar social. Às crianças filhas da pobreza foi dedicada atenção especial sendo indicado livros que reforçassem o sentimento de conformismo ante as adversidades do meio em que viviam, num claro intuito de neutralizar aspirações de mudanças que tal segmento viesse a manifestar.

Dentre os livros considerados nefastos para a criançada, Regina Coeli apontava o *Globo Juvenil*, *Mirim*, *Guri*, e *Suplemento Juvenil*<sup>410</sup>. Tais publicações eram semanários cariocas que traziam histórias em quadrinhos norte-americanas, recheadas de muita ação com aventuras nas selvas, nas galáxias, nos mares, transformando em heróis personagens considerados maus exemplos para as crianças, como os piratas, cowboys, dentre outros. Por não ser produzido na capital manauara, a espera por novos exemplares gerava

---

<sup>407</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, Manaus, 27 de março de 1943. nº164.

<sup>408</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, Manaus, 27 de março de 1943. nº164.

<sup>409</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, Manaus, 27 de março de 1943. nº164.

<sup>410</sup> *Boletim de Educação*. nº38, jan/dez 1942.p. 13.

expectativa entre seus leitores. A *Livraria Colegial* ao anunciar na imprensa manauara a chegada de novos números de *Mirim* e outras revistas, destacava tratar-se de “semanários que fazem a delícia da pirralhada pelas ótimas histórias ilustradas que publicam, além de concursos, passatempo, páginas de armas e outras diversões”<sup>411</sup>.

Se por um lado a professora Regina Coeli colocava no “limbo” esse tipo de literatura infantil, por outro lado enaltecia as obras que colocavam em relevo histórias da pátria, contadas em linguagem fácil, acessível e atrativas, de modo a despertar o interesse dos pequenos, como exemplo, *História do Brasil para Crianças* e *Meu Torrão*. Ambas de Viriato Corrêa. De forma semelhante recomendava *História do Mundo para Crianças*, *Geografia de Dona Benta*, de Monteiro Lobato, por considerá-los livros bons e “verdadeiramente útil a formação da cultura das crianças”<sup>412</sup>.

*História do Brasil para crianças*, como o título indica, tem como objetivo dar a conhecer as crianças fatos da história do Brasil<sup>413</sup>. Contada a criançada em breves capítulos, por meio da personagem vovô, suas páginas são recheadas de gravuras e expressões tais como *descobrimento*, *selvagens*, *civilização*, etc. As gravuras demonstram a preocupação existente em tornar o Ensino de História mais atrativo às crianças, despertando-lhes os interesses por meio de imagens que possibilitavam maior associação das informações contidas no texto do livro<sup>414</sup>. Quanto às expressões citadas, são frutos da historiografia eurocêntrica vigente, que privilegiava “grandes nomes” e “grandes feitos”. Estes, invariavelmente realizados por homens de sentimentos “nobres” afeitos ao trabalho e de amor extremado a pátria. Ao encerrar as 246 páginas na qual narra a História do Brasil a partir da chegada dos europeus à Proclamação da República, a personagem vovô conclui destacando que

[...] o que engrandece os povos é o trabalho, a intelligencia, o estudo.  
[...].

---

<sup>411</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11235. Manaus, 27 de julho de 1937. p.1. Destacamos que revistas infantis nacionais também fizeram sucesso entre a criançada, dentre elas a revista O Tico-Tico. Revista produzida no Rio de Janeiro, com histórias nacionais, sendo muito apreciada por crianças e adultos. A revista O Tico-Tico teve longa duração alcançando mais de meio século de existência. Para análise sobre a revista o Tico-Tico ver: ALENCAR, Patrícia Maria Garcia. *A Revista O Tico-Tico e a escrita infantil em circulação no encarte Meu Jornal: seus autores e leitores (1935-1940)*. Dissertação de Mestrado. Maringá: 2015.

<sup>412</sup> Boletim de Educação. nº38, jan/dez 1942.p. 13.

<sup>413</sup> CORRÊA, Viriato. *História do Brasil para Crianças*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934.

<sup>414</sup> A preocupação em tornar o conteúdo de história mais “palatável” para crianças é explicitada pelo autor ao início da obra, para quem “Neste livro procura-se dar às crianças apenas a superfície vistosa da história brasileira. Nada de filosofia. Nada de profundos aspectos históricos que lhes possam causar bocejos”.

A grandeza do Brasil depende de vocês, meus meninos. As crianças é que são o futuro de um paiz. Se vocês seguirem o exemplo dos grandes nomes que eu acabei de nomear, se trabalharem, se estudarem, se cultivarem a inteligência, o Brasil amanhã poderá ser a mais bela, a mais rica, a primeira nação do mundo <sup>415</sup>.

O livro *Meu Torrão*, também utilizando dos recursos das imagens, consta de quase duas dezenas de historietas cujo cenário é o Brasil<sup>416</sup>. A narrativa, na maioria das vezes, se faz em forma de diálogo, o que aparenta dar “mais vida” aos fatos narrados. As personagens são exemplos de condutas a serem seguidas: a bravura do soldado anônimo que se recusa a recuar ante a superioridade do exército inimigo; a abnegação da mãe que não hesita em enviar os filhos às fileiras do exército em defesa da pátria; o desprendimento da Imperatriz ao entregar as fitas de cambraias do próprio travesseiro para alegoria em comemoração a Independência; a altivez das mulheres de S. Paulo exigindo a volta dos maridos aos campos de batalha para vingar os companheiros mortos em combate; a intrepidez do Alferes ao ser encaminhado à forca, dentre outros exemplos<sup>417</sup>.

*História do Mundo para Crianças* é um livro com quase trezentas páginas a discorrer sobre a chamada *História da Humanidade* <sup>418</sup>. O cenário do livro é a fazenda de *Dona Benta*, que mora com os dois netos, *Narizinho* e *Pedrinho*, e *Tia Anastácia*, a negra serviçal da casa. Também fazem parte da trama outras personagens de Lobato, que também vivem na fazenda: *Emília* (a boneca de pano); o *Visconde de Sabugosa* (a espiga de milho), *Rabicó* (o porco de estimação) e *Quindim* (o rinoceronte). Todas as noites, *Dona Benta* reúne os moradores da fazenda e conta como se deu a *História do Homem*, a partir do *Big Bang* até a Primeira Guerra Mundial. A narrativa era frequentemente interrompida por complementos ou questionamentos dos ouvintes, principalmente da espevitada boneca de pano, a *História do Mundo* contada por *Dona Benta*, se torna de alegre e de fácil compreensão, despertando o interesse de seus leitores, as crianças.

As mesmas personagens estão presentes em *Geografia de Dona Benta*, que em trinta capítulos divididos em 240 páginas, em viagem fantasiosa percorre os diversos

---

<sup>415</sup> CORRÊA., *História do Brasil para Crianças...* op.cit. p. 246. Para aprofundamentos sobre a obra de Viriato Corrêa e o Ensino de História ver: FERNANDES, José Ricardo Oriá. *O Brasil Contado às Crianças: Viriato Corrêa e a literatura escolar para o Ensino de História (1934-1961)*. Tese de Doutorado. USP: 2009.

<sup>416</sup> CORRÊA, Viriato. *Meu Torrão: contos da História Pátria*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1945.

<sup>417</sup>CORRÊA, Viriato. *Meu Torrão: contos da História Pátria*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1945. Respectivamente p. 16 - 21; 34 - 38; 53 - 58; 59 - 65; 66 - 70.

<sup>418</sup>LOBATO, Monteiro. *História do Mundo para Crianças*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1933.

continentes do planeta<sup>419</sup>. No decorrer da viagem, em linguagem simples e direta, são apresentados os climas, espaços e alguns povos que caracterizam determinadas regiões, dentre elas a Amazônia. *Dona Benta*, assim como as demais personagens da *Geografia*, se mostra encantada pela exuberância de suas florestas e rios.

A imagem retratada da Amazônia por *Dona Benta* é a representação eurocêntrica da região. Representação construída e alimentada pelos europeus e parte da elite nacional. Segundo tal representação, a riqueza da fauna e da flora da região, inexistente em outros cantos do mundo, tornava a Amazônia em lugar inóspito para o homem. Destes, somente os primeiros habitantes da região, os “selvagens índios”, seriam capazes de sobreviver as agruras do clima e da floresta do *Inferno Verde*. Representada como um espaço vazio, cujos habitantes originários da terra ainda estariam em etapa evolucionista, inacabados, os animais e insetos reinavam nesse ambiente cuja natureza era implacável com aqueles que se arriscavam a desafiá-la. Ao homem branco, o europeu, portador da civilização, caberia a redenção da região. Conforme explanação de *Dona Benta*

O clima do Amazonas é quente e húmido, o que torna a vida do homem ali uma luta constante contra as doenças e os bichinhos. [...]

Os sábios consideram a Amazônia uma terra ainda em formação. Acham que ainda é cedo para entrada ali do homem. Dia virá, porém, em que o homem há de conquistar aquela bacia para transformá-la na mais maravilhosa das fazendas. Um dia...hoje a Amazônia ainda assusta a gente da raça branca. Só o índio nativo lhe suporta o regime de vida

<sup>420</sup>.

*Dona Benta* prossegue sua explanação aos interessados ouvintes e parceiros de viagem, discorrendo sobre o período em que a região se destacou no comércio internacional por conta do seu principal produto, a borracha. Importa destacar, que a Amazônia retratada nas páginas da *Geografia*, representava a percepção de mundo do seu autor, Monteiro Lobato sobre a região. Percepção perpassada por valores etnocêntricos, que contribuíam para propagar e cristalizar uma imagem da região relacionada ao atraso e a barbárie.

Sabemos que desde os escritos dos primeiros cronistas coloniais europeus tais imagens da Amazônia foram sendo forjadas, ora paradisíaca, ora infernal. Representações

---

<sup>419</sup> LOBATO, Monteiro. *Geografia de Dona Benta*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2ª ed. 1939.

<sup>420</sup> LOBATO, . *Geografia de Dona Benta...op.cit.* p.82

que serão reforçadas no pensamento social brasileiro a partir das obras de Euclides da Cunha, Alberto Rangel, Oliveira Vianna, dentre outros<sup>421</sup>.

Nesse sentido chama a atenção o fato de Regina Coeli recomendar a leitura de *Geografia de Dona Benta*, obra permeada de preconceitos sobre a região e seus habitantes. Preconceitos estes repelidos e combatidos por parte das elites locais que se manifestavam por diversas formas contra essa visão pejorativa sobre a Amazônia, dentre eles Álvaro Maia e Araújo Lima. Este último, autor da obra *Amazônia: a terra e o homem*, publicada em 1933, na qual visava “desconstruir” as representações depreciativas vigentes sobre a região <sup>422</sup>. Sobre o livro de Araújo Lima, o sociólogo Odenei Ribeiro considera que representou “um duro golpe nas teses que apontavam o clima e o meio físico como fator que impediria o desenvolvimento da civilização moderna na Amazônia”<sup>423</sup>.

Enquanto algumas obras de Monteiro Lobato foram recomendadas com louvor pela professora Regina Coeli, outros foram desmerecidos por serem considerados nefastos ao público infanto-juvenil, como exemplo o livro *Peter Pan*. Ao contrário dos demais livros que contribuía com o crescimento intelectual dos leitores, bem como fortaleciam sentimentos de amor à pátria, *Peter Pan* incentivava ao descontentamento, fomentando a insatisfação do cidadão em relação aos governantes. Nas palavras de Regina Coeli, “vemos um livro perigoso, insinuando as crianças afim de torna-las verdadeiras inimigas do governo” <sup>424</sup>. A professora se referia a determinada passagem do livro na qual *Dona Benta* explica os motivos dos elevados preços dos brinquedos no Brasil. De acordo com a personagem, os impostos elevados encareciam os brinquedos pois, “há no Brasil uma peste chamada governo que vai botando impostos e selos sobre

---

<sup>421</sup> CUNHA, Euclides da. *Amazônia: Paraíso perdido*. Reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.; RANGEL, Alberto. *Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas*. 5ª ed. Manaus: Valer. 2001. A primeira edição de *Inferno Verde* data de 1908; VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938. Sobre esse tema ver: GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco zero. 1994; PINTO, Renan Freitas. *Viagem das ideias*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008. UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Editora Valer, 2009; CARDOSO, Antônio Alexandre Isídio. *Nem Sina, Nem Acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico (1847-1877)*. Dissertação de Mestrado. UFC: 2011.

<sup>422</sup> LIMA, Araújo. *Amazônia: a terra e o homem*. 3ª ed. Companhia Editora Nacional. 1945.

<sup>423</sup> RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição e Modernidade no Pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2015. p. 61

<sup>424</sup> *Boletim de Educação*. nº38, jan/dez 1942.p. 14.

todas as cousas que veem de fora, a torto e a direito, só pela ganância de arrancar dinheiro do povo para encher a barriga dos parasitas”<sup>425</sup>.

Diante disso percebemos que à literatura infanto-juvenil foi atribuído papel de ferramenta pedagógica no sentido de moldar mentes e corações dos futuros cidadãos. A literatura considerada adequada seria as que exaltassem as belezas do País, as que despertassem o orgulho da nação, despertando no jovem leitor o sentimento de gratidão e dívida para com a pátria. Quanto aquelas que instigassem a reflexão e a crítica, promovendo a inquietação e desejos mudanças, estas deveriam ser evitadas a todo o custo o acesso a crianças e jovens.

Todavia, a despeito de todas as ações no sentido de coibir a leitura de determinadas obras, o resultado parece não ter sido exitoso. Isso é o que depreendemos da estratégia comercial utilizada pelo Cine Guarany no sentido de atrair maior público para suas projeções cinematográficas de início de ano. De acordo com o anúncio publicado no *Jornal do Comércio* de 1947, o Cine Guarany iria realizar uma programação especial para as crianças na Sessão Matinal do dia 1º de janeiro, com farta distribuição de prêmios entre todos os telespectadores. Dentre os brindes constavam brinquedos, bombons, balões de borracha, além de quinhentos exemplares do *Globo Juvenil* e quinhentos exemplares do *Guri*<sup>426</sup>. Tal anúncio para além de evidenciar que tais publicações se mantiveram em circulação entre crianças e adolescentes, indica a recusa de parte de estabelecimentos comerciais em seguir as restrições determinadas pela campanha moralizante contra a considerada má literatura infantil, bem como, a das crianças que recebiam as revistas como brindes.

Em outros estados brasileiros o combate a esse tipo de literatura recebeu medidas mais enérgicas. Este foi o caso do Ceará, que no ano de 1941 o Departamento de Educação e Cultura proibiu “a entrada nos grupos escolares das revistas infantis *Gibi*, *Detetive*, *Globinho*, *Guri*, *Mirim*, *Suplemento Juvenil* e outros, por considera-los perniciosos à formação da mentalidade da juventude”<sup>427</sup>.

Publicações portadoras de um modelo desejado de criança e adolescente foram recursos muito utilizados no sentido de propagar determinados modelos de condutas.

---

<sup>425</sup> *Ibidem*. p.14.

<sup>426</sup> *Jornal do Comércio*, nº 14.634. Manaus, 30 de dezembro de 1947. p.3.

<sup>427</sup> *Jornal do Comércio*, nº 12540. Manaus, 5 de outubro de 1941. p.5.

Endereçados ao público infantil e adolescente, em formato de livros, cartilhas e outras publicações, circulavam nas cidades brasileiras em períodos muito anteriores ao que se destina a nossa pesquisa. Entretanto, durante o governo varguista, com maior ênfase durante o *Estado Novo*, esse tipo de publicações passou a propagar, também, a ideologia estadonovista. Foi nesse contexto que as cartilhas *Getúlio Vargas, o amigo das Crianças*; *Getúlio Vargas para Crianças*; *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, dentre outros impressos, foram amplamente divulgadas pelo Brasil afora<sup>428</sup>.

Em interessante trabalho sobre a propagação do culto a Getúlio Vargas por meio de cartilhas escolares, Patrícia Moreira analisa duas obras publicadas no Rio de Janeiro durante o Estado Novo: *Getúlio Vargas, o amigo das Crianças*; *Getúlio Vargas para Crianças*<sup>429</sup>. A primeira foi publicada em 1940 e, de acordo com Moreira, procurava transmitir aos leitores a ideia de que Getúlio Vargas dedicava sentimento especial as crianças. Propalava-se a existência de uma identificação “natural” do presidente com a população do país, receptora da amorosa “abnegação” de seu governante. Moreira destaca que a Cartilha atribuía as crianças um dever de gratidão em relação a Vargas, cabendo a eles, portanto, “cultivar o sentimento de nacionalismo” e reverenciar Getúlio Vargas, o amigo da infância brasileira<sup>430</sup>. A segunda foi publicada em 1942, cujas páginas procuravam traçar como se deu a chegada de Getúlio ao cargo de presidente do Brasil, especificando os detalhes dessa trajetória desde a infância de Vargas ao *Estado Novo*<sup>431</sup>. Mais que uma biografia, a *Cartilha* se mostrava como um livro de História do Brasil, que por meio da vida de Getúlio Vargas pretendia contar a História do País. Para Patrícia Moreira, “as cartilhas eram obras apologéticas destinadas a formar a opinião das crianças que teriam contato com esse material”, podendo ser percebido como “um sutil e sofisticado exercício de doutrinação”<sup>432</sup>.

---

<sup>428</sup> Getúlio Vargas: *o amigo das crianças*. D.I.P. Rio de Janeiro, 1940; BARROSO, Alfredo. *Getúlio Vargas para crianças*. Rio de Janeiro: Empresa Publicações Infantis Ltda, 1942.

<sup>429</sup> MOREIRA, Patrícia Cristina Fincatti. *Getúlio Vargas na Escola Brasileira: materiais didáticos e culto à personalidade no Estado Novo (1937-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Campinas, São Paulo: 2002.

<sup>430</sup> MOREIRA,. *Getúlio Vargas na Escola Brasileira...op.cit.*

<sup>431</sup> MOREIRA,. *Getúlio Vargas na Escola Brasileira...op.cit*

<sup>432</sup> MOREIRA,. *Getúlio Vargas na Escola Brasileira...op.cit.* Também trabalham com esse tema: CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino Primário Franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.29, nº57, p.117-143.2009; SCHMITZ, Zenaide Inês. *É preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria pátria: cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto da Era Vargas (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. UNOCHAPECÓ: 2015; VIRTUOSO, Giane e Tatiane do Santos. Cartilha Getúlio Vargas para Crianças: produzindo efeito sobre a infância. Disponível em: [http://www.gedest.unesc.net/seilacs/cartilhagetuliovargas\\_giani.pdf](http://www.gedest.unesc.net/seilacs/cartilhagetuliovargas_giani.pdf)

Cartilhas para fins de doutrinação de crianças e adolescentes também circularam em Manaus, sendo motivo de regozijo quando da sua chegada às livrarias local. Esse foi o caso do pequeno livro intitulado *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, publicado no ano de 1943. Dividido em oito tópicos, o *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* é um livro com 14cm de largura e 19cm de altura, contendo com 58 páginas<sup>433</sup>. Trata-se de parte de uma biografia de Vargas escrita anteriormente pelo mesmo autor, André Carrazzoni. Jornalista e político de destaque na grande imprensa de São Paulo e Rio de Janeiro. André Carrazzoni foi autor de várias obras, assumindo anos mais tarde cargos na administração pública<sup>434</sup>.

Em linguagem não muito acessível e sem conter nenhuma gravura, *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* traçava breves passagens da infância, adolescência e juventude do presidente. De acordo com a obra, ainda na infância o interesse pela vida militar foi despertado pelas histórias de guerras que seu pai, Coronel da Guerra do Paraguai, contava à noite, antes de dormir. Mais tarde, desejando seguir carreira militar se inscreve na Escola Preparatória de Tática de Rio Pardo, sendo depois excluído por medida disciplinar. Getúlio Vargas, mesmo contra a vontade de sua família, se alistou nas fileiras do exército brasileiro, atendendo ao “chamado” da pátria. Da sua passagem pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, fatos que poderiam ser considerados um “sinal” da grande liderança política que iriam surgir foram destacados<sup>435</sup>.

O *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*, trata-se de uma obra laudatória da vida do presidente, transformada em modelo de infância e juventude a ser seguido. Getúlio Vargas, o estudante amigo, leal, que se submetia à injustiça em nome da solidariedade<sup>436</sup>. O adolescente abnegado que era capaz de renunciar interesses individuais em nome dos interesses da pátria<sup>437</sup>. O bacharelado amável, carismático e bom orador. Estudioso, metódico e inteligente, Vargas reunia todas as virtudes que se esperava do estudante brasileiro<sup>438</sup>. Comparado a Alexandre, Joana D’ Arc, Lincoln e Tiradentes, de acordo com

---

<sup>433</sup> CARRAZONI, André. *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*. 2ª edição. Editora A Noite: Rio de Janeiro, 1943.

<sup>434</sup> Também é de sua autoria: *Horas Perdidas* (1918), *Depoimentos* (1932), *Getúlio Vargas* (1939). CPEDOC: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/carrazzoni> acesso em: 12/01/17.

<sup>435</sup> CARRAZONI, André. *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*. 2ª edição. Editora A Noite: Rio de Janeiro, 1943.

<sup>436</sup> CARRAZONI, . *Perfil do Estudante Getúlio Vargas...*op.cit. p.13.

<sup>437</sup> CARRAZONI, . *Perfil do Estudante Getúlio Vargas...*op.cit. p.21.

<sup>438</sup> CARRAZONI, . *Perfil do Estudante Getúlio Vargas...*op.cit. p.29.

Gustavo Capanema, a vida de Getúlio Vargas seria a “lição da mocidade reta, rude e sóbria” a ser seguida<sup>439</sup>.

Podemos perceber a preocupação em construir uma determinada imagem de Getúlio enquanto criança e adolescente. Uma imagem que deveria servir de modelo para a infância e juventude do país. Para tal construção, virtudes são realçadas ou inventadas; o que poderia ser considerado falha de caráter deveria atenuados ou suprimido. Neste momento nos utilizamos do escultor italiano Lorenzo Berbini, para quem “o segredo nos retratos é aumentar a beleza e emprestar grandiosidade, diminuir o que é feio ou mesquinho ou até suprimi-lo, quando é possível fazê-lo sem incorrer em servilismo”<sup>440</sup>.

Não obstante a documentação por nós trabalhada não possibilitar identificar como essa produção foi recebida, percebida e manipulada pelos manauaras, recorreremos as análises de Roger Chartier para refletir sobre tais questões<sup>441</sup>. Para o autor, embora sabedores que nenhuma obra é inocente, despida de intencionalidades, seja livros, cartilhas, cordel, etc, pois os autores e editores se utilizam de estratégias de escritas no sentido de encaminhar as interpretações sobre os textos, não devemos imaginar que os leitores a quem se destinam essas leituras as recebam de forma passiva, inerte. As interpretações de livros, cartilhas e outros escritos em geral, esclarece Chartier, estão sujeitas ao universo cultural e social daquele que o apreende, interferindo diretamente na interpretação que ele irá fazer da obra<sup>442</sup>.

A publicação do *Perfil do Estudante Getúlio Vargas* foi noticiada e alardeada por parte da imprensa local. Este foi o caso de *Sintonia*, a *Revista dos Telegrafistas do Amazonas*. Embora criada com a finalidade de propagar temas de interesse da classe dos telegrafistas, as páginas de *Sintonia* também versavam sobre cinema, moda feminina, temas esportivos, política nacional e local, etc<sup>443</sup>.

---

<sup>439</sup> CARRAZONI, *Perfil do Estudante Getúlio Vargas...*op.cit. p.6-7.

<sup>440</sup> Recomendação sugerida por Gian Lorenzo Bernini, escultor italiano, enquanto moldava o busto de Luis XIV, durante o século XVII. Apud: BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p.36

<sup>441</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras. In: Hunt, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p.211 - 238

<sup>442</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressão, leituras...op.cit. p.211 - 238

<sup>443</sup> Sobre trajetória da revista *Sintonia* ver: ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda Varguista na Imprensa amazonense (1937 a 1945)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2009; MENDONÇA, Reginaldo Simões. *Revista Sintonia: imprensa e poder político no Amazonas (1939-1943)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2015.

Foi nesse contexto que a revista *Sintonia* em edição comemorativa ao Sete de Setembro de 1943, noticiou em grande estilo as qualidades do livro *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*<sup>444</sup>. Em reportagem com quase cinco páginas, a matéria enaltecia a sensibilidade do autor da obra que conseguiu condensar em poucas páginas todas os atributos do Presidente, que desde criança já revelava seus pendores para o comando por meio de sua firmeza tanto moral quanto psicológica. Ilustrada com imagens de crianças e jovens amazonenses marchando enfileirados, com postura ereta e bandeiras aos ombros, demonstravam a disciplina adquirida<sup>445</sup>. A matéria jornalística tanto enaltecia a figura de Vargas, quanto era um persuasivo convite às crianças e juventude a seguirem os exemplos contidos no livro. Segundo a reportagem, nenhuma obra escrita até aquele momento poderia desempenhar o papel didático e pedagógico que se esperava da publicação.

De mister é, porém, que essas gerações, - as que se estão formando e as que vierem surgindo no dia de amanhã, não se afastem dos roteiros balizados pelo homem excelso que nelas deposita o melhor da sua esperança e do seu fervoroso amor à Pátria comum. De mister é, que estas e aquelas gerações não deixem que de sua memória apaguem os traços impressivos e os influxos fecundos do homem e do chefe que se tornou o animador supremo dos anseios, do entusiasmo e do idealismo da gente moça. De mister é, afinal, que estas e essas gerações meditem e não esqueçam as lições que André Carrazzoni lhes transmite, com o espelho de uma vida generosa e heroica, nesse livro que, reduzido agora a um manual da infância brasileira, deverá transformar-se num breviário da juventude, no catecismo cívico do novo Brasil <sup>446</sup>.

As páginas de *Sintonia* reforçam de forma significativa a quão incisiva foi a atuação do Estado junto a infância, podendo ser considerada muito emblemática a revista de dezembro de 1943<sup>447</sup>. Na capa, o mapa do Brasil. Ao lado direito do mapa, ocupando quase todo o plano, a face de uma mulher com olhar sério denotando preocupação: Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas. Ao lado esquerdo do mapa, um pouco mais ao fundo, um anjo por trás de uma criança, com a mão sobre o ombro do pequeno. Este, com o olhar um pouco elevado, tem as feições demonstrando tranquilidade e satisfação. Abaixo da imagem, os dizeres:

Deixai que venham a mim as criancinhas” – “Cristo assim dizia - É o que faz a primeira dama do paiz, com a magnanimidade de seu coração

---

<sup>444</sup> *Sintonia*, nº39. Manaus, setembro/1943.p. 9 - 13.

<sup>445</sup> *Sintonia*, nº39. Manaus, setembro/1943.p. 9.

<sup>446</sup> *Sintonia*, nº39. Manaus, setembro/1943.p.13.

<sup>447</sup> *Sintonia*, nº 41. Manaus, dezembro de 1943.

amantíssimo, distribuindo pelo Natal, um pouquinho de felicidade às crianças pobres e aos deserdados da sorte. Aqui a nossa homenagem a Exma. Sra. D<sup>a</sup> Darcy Vargas, esposa do Presidente da República e anjo tutelar das crianças do Brasil<sup>448</sup>.

Podemos sugerir que a capa de *Sintonia* procurava representar a preocupação do Estado frente à infância. Esta, protegida pelas políticas sociais de Vargas, no caso o anjo, embora tranquila e satisfeita, continuava a ser objeto de permanente vigília. O semblante sério e preocupado de Darcy Vargas pretendia sugerir o desvelo de Getúlio com as crianças do País <sup>449</sup>.



Imagem 2 - Revista Sintonia - 1943

Fonte: Laboratório de História da Imprensa do Amazonas - LHIA

Evidenciamos anteriormente que nem todas as ações voltadas para tentativa de normatização e propagação de novos hábitos e costumes considerados sadios e saudáveis foram de iniciativa governamental. Esse foi o caso dos almanaques e revistas que introduziam em seus anúncios comerciais lições de educação higiênica. Os almanaques de farmácias eram pequenas publicações que tratavam de assuntos diversos. Com textos curtos suas páginas eram recheadas de comerciais de remédios. Contendo poesias, previsão meteorológica, as fases da lua, guia do zodíaco, contos de amor, curtas biografias

<sup>448</sup> *Sintonia*, nº 41. Manaus, dezembro de 1943.

<sup>449</sup> Ao tentarmos analisar tal imagem nos inspiramos no trabalho de Maria Helena Capelato, que faz uma análise comparativa dos usos da imagem nas cartilhas e livros nas ditaduras de Getúlio Vargas e Peron. CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e Peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

dos heróis nacionais, adivinhações, historietas com fundo moral, feriados nacionais e outros atrativos, faziam muito sucesso entre a população. Yasmin Nadaf esclarece que os almanaques de farmácias surgiram no Brasil por volta do século XIX, alcançando o seu auge por volta de 1930 a 1950. Percebendo que esses livretos poderiam trazer excelente retorno financeiro, laboratórios e industriais investiram maciçamente nessa forma de divulgação de seus produtos, afinal o almanaque era “porta-voz calorosamente colhido tanto pelos letrados quanto pelos analfabetos. Tanto pelos ricos, quanto pelos pobres”. Para Yasmin, esses periódicos atuaram como importante veículo ideológico na “cruzada civilizatória” que teve origem no século XIX e ganhou força no século XX<sup>450</sup>.

Foi nessa perspectiva que o *Almanak Cabeção do Leão*, no ano de 1937, publicou em suas páginas dez preceitos higiênicos, que consideramos muito significativos para ilustrar as iniciativas de base não governamental com a finalidade de educar a população, e conseqüentemente a criança. Vejamos:

#### **Os Dez Mandamentos da Lei da deusa da Hygiene.**

- 1- Amarás a Hygiene sobre todas as cousas.
- 2- Não jurarás por qualquer contratempo sem importância. O bom humor te ajudará muito a gosar a saúde, ser feliz e fazer-te agradável ao próximo.
- 3- Descançarás e te divertirás nos dias feriados; mas trabalharás com afinco nos dias úteis. Trabalhando, o descanso torna-se mais aprazível e saudável, e vice-versa.
- 4- Guardarás as leis da Hygiene e te banharás com freqüência. Assim te sentirás mais disposto e raramente adoecerás se te banhares diariamente.
- 5- Não passarás o tempo sem nada fazeres. O exercício physico e mental no trabalho e no prazer te conservarão sadio e vigoroso de corpo e alma.
- 6- Não abusarás dos baixos prazeres. Os excessos na comida, na bebida, no desvelo, etc, contaminam a vitalidade e nos expõem ás enfermidades.
- 7- Não furtarás a teu corpo o exercício e cuidados higienicos que necessita. Mantem limpo o teu estomago, respira o ar livre, dorme 8 horas, trabalha 8 horas e diverte-se 8 horas diárias.

---

<sup>450</sup> NADAF, Yasmin Jamil. Essas Revistinhas que se chamavam Almanagues. In: *Revista Ecos*. Vol.10, nº 1. 2011. P.134-135. Os almanaques utilizados para nossa análise, embora não produzidos na cidade de Manaus, eram encontrados nas farmácias da capital amazonense, assim como nas demais cidades brasileiras.

8– Não levantarás a mão a teus filhos. Se não sabes criar-os sem tocá-los não és bom pae. Os castigos corporaes são quasi sempre a causa de rachitismo, imbecilidade e serias enfermidades que se podem desenvolver mais cedo ou mais tarde.

9– Não cobiçarás o passeio e o divertimento todo o tempo. De ambos te aborrecerás se os não alternares com muito trabalho e estudo.

10– Não ambicionarás estar isento de dores quando tenhas trabalhado ou exercitado muito, ou tenhas te exposto a ataques reumáticos; mas sempre procurarás remediar estes males tão prompto quanto se manifestem”<sup>451</sup>.

Percebemos que subjaz ao texto uma profunda preocupação em garantir cidadãos sadios, fortes e vigorosos para exercer a obrigação maior de todo indivíduo: o trabalho. A permanente precaução com a saúde trazia no seu bojo a preocupação em garantir braços saudáveis e duráveis, nessa perspectiva as regras de higiene deixavam de ser formas de prevenção da saúde se transformando em dever do “cidadão de bem”. O divertimento e o descanso poderiam ser aceitos, desde que com moderação. Estes até seriam bem-vindos, desde que de forma regrada, de modo a contribuir para revigorar as energias. Assim, as horas dedicadas aos prazeres jamais deveriam ser superior as horas dedicadas ao labor.

Sobre as medidas voltadas para o trabalho da criança e as condições em que elas estavam submetidas passaremos a tratar agora.

### **2.3 Trabalho: protegendo a mão de obra do futuro**

Na segunda metade do século XIX e nas duas primeiras décadas do século XX, o trabalho da criança foi intensamente utilizado na cidade de Manaus. Semelhante ao que ocorrera nas demais cidades brasileiras, os pequenos trabalhadores manauaras exerciam praticamente as mesmas atividades laborais e condições de trabalho vivenciadas pelos trabalhadores adultos<sup>452</sup>. Com presença expressiva no comércio da capital amazonense, meninos e meninas estavam presentes na maioria das casas comerciais. Crianças trabalhavam nos botequins, cafés, lojas de ferragens, livrarias, mercearias, papelarias, tabacarias, ateliês de costura, alfaiatarias, dentre outros estabelecimentos, realizavam tarefas diversas, tais como, atendente de balcão, auxiliar de sapateiro, auxiliar de

---

<sup>451</sup> *Almanak Cabeça do Leão* (antigo Manual de Saúde). Rio de Janeiro: Warner International Corporation. 1937.p.28

<sup>452</sup> PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

fotógrafo, copeiro, costureiras, serviços de limpeza, dentre outras funções. Também eram encontrados nas oficinas de sapatos, de tipografia, de fogos de artifício, de marcenaria; nas fábricas de cigarros, de beneficiamento de castanha, etc. Jornais e álbuns de fotografias da época revelam a presença desses trabalhadores nas ruas vendendo doces, jornais e outras mercadorias; engraxando sapatos, carregando compras em mercados, fazendo entrega de encomendas<sup>453</sup>. Embora expressiva a presença de crianças trabalhando nessas atividades, o uso de sua força de trabalho se fez mais intensiva nos serviços domésticos. Meninas e meninos eram muito requisitados para cuidar de outras crianças, para serviços de arrumação de casa, dentre outros <sup>454</sup>.

A imprensa local anunciava vagas para meninos e meninas com menos de 10 anos de idade para o trabalho em botequins e tavernas. Alguns desses estabelecimentos davam preferência àqueles que possuíssem experiência, o que pode indicar que seus serviços eram utilizados com muito menor idade. Sujeitos a frequentes acidentes e exercendo longas jornadas de trabalho, na maioria das vezes trabalhavam em troca de comida e abrigo. As condições de pobreza vivenciadas por grande parte da população somada com a ideia de trabalho como valor positivo para a formação do caráter da criança, concorria para que os pais encaminhassem seus filhos para contribuir com o sustento da família. Na maioria das vezes, o fato de a criança ser uma boca a menos para alimentar, em muito contribuía para o exíguo orçamento doméstico. Quanto a legislação voltada para o trabalho desses pequenos, eram quase nulas, e as poucas leis existentes não eram cumpridas<sup>455</sup>.

Podemos afirmar que em nível nacional as décadas de 1930 e 1940 não trouxeram mudanças significativas no uso da força de trabalho da criança, não obstante se encontrasse em vigência o Código de Menores de 1927, que regulava o trabalho e proibia “em todo o território da República o trabalho nos menores de 12 anos”<sup>456</sup>. Entretanto, o fato de leis se voltarem para a proteção do trabalho de crianças e adolescentes, não foi garantia de que estas viessem a ser cumpridas. Em diversas cidades brasileiras tais leis se mostravam ineficazes sendo ignoradas ou infringidas.

---

<sup>453</sup> PESSOA,. *Infância e Trabalho...op.cit.*

<sup>454</sup> PESSOA,. *Infância e Trabalho...op.cit.* Também trabalha com essa questão, a partir de outra perspectiva: REZENDE, Ivana Otto. *Os órfãos da cidade do Látex (1897-1923)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2012.

<sup>455</sup> PESSOA,. *Infância e Trabalho...op.cit.*

<sup>456</sup> Código de Menores de 1927. Site: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm) acesso: 01 de janeiro de 2016.

Irma Rizzini, ao analisar uma fábrica têxtil com vila operária em Pernambuco, apontou as estratégias utilizadas por empregadores e trabalhadores no sentido de burlar o Código de Menores durante as décadas de 1930 a 1950<sup>457</sup>. Como condição para trabalhar na referida fábrica, as famílias deveriam ter crianças e jovens entre seus membros, assevera a autora. Ante tal exigência, essas famílias recrutadas no sertão, com muita frequência completavam a sua “cota” com crianças agregadas, na esperança de uma casa melhor na vila. A preferência era pela mão de obra de crianças e jovens que depois de treinamentos passavam a exercer atividades definitivas. Quanto aos pais, na maioria camponeses, eram empregados nos serviços de roça próximo às fábricas. Caso um membro da família adoecesse, era imediatamente substituído por parente ou vizinho, para não perderem a casa. O pagamento de salários reduzidos implicava na premência dos pais empregarem seus filhos. Era comum, conclui Rizzini, o patrão induzir ou simplesmente consentir na falsificação de documentos que comprovassem a idade da criança, como forma de fugir a possível fiscalização<sup>458</sup>.

No ano de 1932, Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório, estabelecia as condições de trabalho das crianças nas indústrias. Por meio do Decreto nº 22.042, de 3 de novembro de 1932, passou a ser “vedado na indústria, em geral, o trabalho de menores que não hajam completado a idade de 14 anos”<sup>459</sup>. Estariam isentos dessa proibição as crianças entre doze e catorze anos de idade que trabalhassem em estabelecimentos cujo corpo de funcionários fosse de uma mesma família e que estivessem sob a responsabilidade de pais, avós, ou dos irmãos. E aqueles empregados nos estabelecimentos de ensino profissional ou que possuíssem caráter beneficente<sup>460</sup>.

Acreditamos que a ampliação da idade para que crianças pudessem adentrar nos mundos do trabalho nas indústrias se deveu a três fatores. Primeiramente as ações do movimento operário que desde o século anterior questionavam as condições de trabalho a que estava submetido o operariado brasileiro, destacando a exploração sofrida pelos

---

<sup>457</sup> RIZZINI, Irene. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

<sup>458</sup> RIZZINI, Irene. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. P.377-378.

<sup>459</sup> Decreto Nº22.042, de 3 de novembro de 1932. <http://www.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html> acesso em: 01 de outubro de 2016.

<sup>460</sup> Decreto Nº22.042, de 3 de novembro de 1932

pequenos trabalhadores<sup>461</sup>; concomitante a isto havia a preocupação em disciplinar o uso indiscriminado que estava sendo dado a essa mão de obra. A historiografia aponta o elevado número de crianças nos quadros das indústrias nas diversas partes do Brasil, submetidos a longas jornadas de trabalho e sujeitos a constantes acidentes de trabalho. Como exemplo podemos citar o Rio Grande do Sul, que durante o ano de 1923 registrou expressivo número de crianças ocupando os teares da fábrica de Fiação Pelotense; a cidade de São Paulo que no decorrer de 1920, cerca de 65% da mão de obra das indústrias têxteis era composta por menores. A indústria do fumo concentrava maciçamente mão de obra feminina, sendo a grande maioria composta por meninas. De forma semelhante ocorria na cidade de Manaus, onde as fábricas de cigarro davam preferência para meninas entre nove e dez anos de idade. Meninas e meninos também poderiam ser encontrados exercendo atividades laborais nos bares, manuseando armas nas lojas de ferragens e trabalhando nos serviços das obras públicas<sup>462</sup>. Ou seja, havia o uso intensivo e indiscriminado da força de trabalho da criança, sendo necessário a disciplinarização de seu uso no sentido de torná-la mais durável. Por fim, a adesão do Brasil ao Tratado de Versalhes no que se refere à organização do trabalho. O Brasil era signatário do Tratado de Versalhes e havia assumido o compromisso de regulamentar as condições de trabalho de acordo com o que determinava o Tratado, no qual estava prevista a necessidade de regulamentar a jornada de trabalho; salário mais adequado as necessidades do trabalhador; proteção à infância, ao adolescente e a mulher, dentre outros pontos<sup>463</sup>.

Quanto ao não cumprimento das leis voltadas para o trabalho das crianças, sugerimos que a própria legislação abria “brechas” para que tal determinação não fosse cumprida. As medidas do Decreto nº 22.042 viabilizavam a exploração da mão de obra das crianças pelos próprios familiares, no caso, as que trabalhavam nas oficinas das famílias, bem como àquelas crianças internas das instituições de caráter beneficentes.

---

<sup>461</sup> É rica a historiografia voltada para a História do Trabalho no Brasil, tratando sobre o movimento operário nesse período. Sobre a organização e ações do movimento operário, destacamos: BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000; PINHEIRO, Luis Balkar Peixoto; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiá: Paco Editorial. 2017.

<sup>462</sup> Respectivamente: PESAVENTO, Sandra Jatáhy. Os Trabalhadores do Futuro: o emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da República Velha. In: *Revista História*. São Paulo. V.14. UNESP: 1995. P.194; MOURA, Esmeralda Blanco B. de. *Meninas no Mundo do Trabalho: uma discussão necessária*. In: Cursos e Eventos (Nova Série, 1) Trabalho Feminino e Cidadania, 2000. P.78-80; PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

<sup>463</sup> Anais da Assembleia Nacional Constituinte. Volume I. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro. p. 112 a 117.

Sabemos que a grande maioria dessas instituições com caráter assistencial, voltadas para infância, concomitante à assistência prestada a esses pequenos faziam uso de suas forças de trabalho dentro dos próprios estabelecimentos. A historiografia local aponta que concomitante a assistência recebida nos educandários, as crianças realizavam diversas atividades laborais dentro dos estabelecimentos. Os educandos, além de serem os responsáveis pelo serviço de limpeza da instituição, confeccionavam suas próprias roupas e sapatos. Para além disso, confeccionavam roupas, bordados, lençóis e estandartes, dentre outros objetos, para particulares. Muitas repartições públicas da cidade de Manaus possuíam mobílias produzidas por alunos recolhidos em instituições assistenciais<sup>464</sup>.

Com a promulgação da Constituição do Brasil de 1934, foi mantida a proibição do trabalho para aqueles que ainda não haviam completado 14 anos, entretanto ampliou a idade para aqueles que não deveriam exercer atividades noturnas. Se anteriormente não era permitido o trabalho noturno para os menores abaixo da faixa etária de 14 anos, de acordo com a referida constituição tais atividades somente seriam permitidas a partir dos 16 anos de idade. Configurava trabalho noturno as atividades laborais realizadas entre 22h à 5h. Estabelecia também que o trabalho nas indústrias insalubres estaria proibido às mulheres e aos menores de 18 anos de idade<sup>465</sup>.

Embora leis fossem criadas em nível nacional no sentido de disciplinar e proteger a mão de obra da criança, as condições de trabalho oferecidas a esses pequenos na capital amazonense não sofreram mudanças significativas durante as décadas de 1930 e 1940. Na cidade de Manaus, crianças trabalhavam em fábrica de beneficiamento de castanhas, serrarias, matadouros e rampas de praia; atendendo em cafés, botequins, ou ainda como vendedores ambulantes de jornais, guloseimas, sorvetes, refrescos, bilhetes de loterias, brinquedos e miudezas, além de realizarem muitos outros serviços<sup>466</sup>. Enquanto nas décadas anteriores os jornais de Manaus estampavam em suas primeiras páginas inúmeras vagas de trabalho para crianças, nas quais estipulavam a idade, sexo e origem para os

---

<sup>464</sup> PESSOA, Alba Barbosa. Manaus e a educação para o trabalho: Instituto Afonso Pena. In: SILVA, Francisco Bento; NASCIMENTO, Luciana Marino do. (org) *Cartografias Urbanas: olhares, narrativas e representações*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013; PESSOA, Alba Barbosa. A educação de meninas para o trabalho na cidade de Manaus: Instituto Benjamin Constant (1890-1920). *La Razón Histórica: Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas*. nº30, 2015.

<sup>465</sup> Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934. Site: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso: 01 de outubro de 2016

<sup>466</sup> Respectivamente: *A Tarde*, nº63. Manaus, 04 de maio de 1937.p3; Nova Organização da Justiça de Menores. Imprensa Pública, Manaus. 1938, p.4.

pretendentes as vagas, no período ora estudado elas sumiram da imprensa local. Entretanto, se a presença desses trabalhadores desapareceu das primeiras páginas dos jornais, seus vestígios permanecem registrados em outras fontes, como nos livros de memórias, nos relatórios de polícias e nos relatórios do Juizado de Menores, por exemplo. Atribuímos esse “sumiço” das chamadas de vagas para trabalho de crianças nos jornais a proibição do uso dessa mão de obra pela legislação vigente. O que não quer dizer que ela não permanecesse sendo amplamente explorada, como revela a documentação.

Diante disso, no decorrer dos anos 30 e 40 a presença de pequenos trabalhadores poderia ser percebida na paisagem da capital manauara, em todos os horários e praticamente em todos os lugares: no comércio, nas fábricas, no porto, nas ruas, nas praças, etc. No Matadouro Municipal crianças exerciam importantes atividades na distribuição de alimentos para a cidade. Localizado no Bairro de São Raimundo, era o local de abate de animais para o consumo da população. Conhecido popularmente como Curro, dali saía a carne de boi, de porco e carneiro. As atividades exercidas por esses pequenos trabalhadores foram retratadas pelo jornalista e escritor Áureo Nonato, no seu célebre *Memorial da Infância*, no qual discorre sobre o cotidiano desses meninos, conhecidas como *vira-tripas*, grupo do qual fez parte enquanto criança<sup>467</sup>.

O movimento no Matadouro Municipal era intenso, atesta Áureo Nonato. Os adultos realizavam todo o processo de abates dos animais, depois caberia às crianças o trabalho de “virar tripas”. Essa atividade exigia certa habilidade pois tratava-se de separar e limpar as vísceras do gado. Para tirar o limo se esfregava as vísceras com os pés na serragem. Em seguida as enchiam de ar soprando com a boca, colocavam-nas para secar e somente depois seria vendida para os fazedores de linguiça<sup>468</sup>.

Embora nossa pesquisa não tenha revelado nenhuma documentação que nos permitisse visualizar maiores nuances sobre as condições de trabalho dos pequenos *vira-tripas*, entendemos ser possível fazer algumas inferências a partir de duas imagens registradas em período posterior. Trata-se de duas imagens internas do Matadouro Municipal, de 1953, que acreditamos permitir vislumbrar uma realidade não muito distante a que nos propomos discutir.

---

<sup>467</sup> Neste livro o autor recupera fragmentos de sua infância nas décadas de 1920 e 1930 na cidade de Manaus, apresentando importantes aspectos do cotidiano da cidade. NONATO, Áureo. *Os Bucheiros: um memorial da infância*. 2ªed.SECOM, 1986.

<sup>468</sup> NONATO,. *Os Bucheiros...*op.cit. p.141.



Imagem 3: Matadouro Municipal de Manaus - 1953  
Fonte: [manaosvintage.blogspot.com](http://manaosvintage.blogspot.com)

A fotografia acima indica a presença de crianças e adultos trabalhando em condições insalubres. Enquanto os adultos trabalham no serviço de desmembramento e lavagem da carne dos animais abatidos, as crianças observam aguardando as vísceras para realizarem suas atividades de *virar tripas*. Adultos e crianças, a grande maioria sem camisa, passavam parte do dia na umidade, com pés e mãos em contato direto com a água suja e resíduos de animais. A ausência de luvas, calçados e roupas adequadas tornava esses pequenos trabalhadores em corpos propensos à doenças.

Em outra fotografia, três crianças muito pequenas, aparentando pouca idade, no interior do Matadouro Público, acoradas<sup>469</sup>. Com as roupas rasgadas e descalças, separam as tripas de gado espalhadas pelo chão. As aparências dessas crianças apontam o grau de pobreza em que viviam e que, muito possivelmente, eram braços para o trabalho dos quais suas famílias não poderiam prescindir. Seria difícil imaginar esses pequenos transformados em futuros operários, fortes e saudáveis.

---

<sup>469</sup> Menores trabalhando no Matadouro Municipal. Acervo Fotográfico André Araújo. Apud: FERREIRA, Lucia Marina Puga. *André Vidal de Araújo: pensamento social e sociologia*. (Dissertação de Mestrado). Manaus: Universidade do Amazonas, 2002.



Imagem 4: Crianças trabalhando no Matadouro Municipal  
Fonte: Acervo André Vidal de Araújo

O trabalho das crianças não encerrava dentro do Matadouro. Em suas memórias, Áureo Nonato relembra que

[...] eu e meus irmãos Chico Branquinho e Aurélio fazendo o transporte das vísceras, entre as cinco e seis horas da manhã, em canoas, do matadouro para o Mercado, onde papai já nos esperava para dispô-las nas bancas de mármore branco e começar a vendê-las com a nossa ajuda. Lembro-me, ainda hoje sua inquietação aumentando ao passar das horas. O aproximar das onze lhe perturbava e deixava-o aflito. Era chegada a hora dos guardas da Saúde Pública, antecedendo o fechar do Mercado.

Tínhamos que recolher o que não fora vendido antes. O que nem sempre conseguíamos. As vendas, na maioria das vezes, não cobriam as despesas <sup>470</sup>.

A fala do autor deixa explícita a importância do trabalho das crianças para a subsistência das famílias empobrecidas. Trabalhando junto aos familiares, vizinhos ou conhecidos, suas jornadas de trabalho, quase invariavelmente, iniciavam antes do amanhecer. As vísceras transportadas sobre a cabeça ou ombros, muitas vezes excediam no peso para a compleição física de uma criança. Após arrumada as mercadorias, ajudavam “a vender bucho, fígado, coração, bofe, rins, marícas, carne-de-cabeça, sebo,

---

<sup>470</sup> NONATO,. *Os Bucheiros...op.cit.* p.41

miolos e mocotós, a uma freguesia faminta e sem dinheiro para comprar o que comer”<sup>471</sup>. A aflição do pai, citado pelo autor, se dava pelo receio da chegada da Guarda Municipal que, as onze horas, iniciava a jogar *creolina* sobre as bancas de mercadorias, inutilizando para o consumo as que ainda não haviam sido guardadas pelos vendedores.

Foi sobre essas e outras atividades exercidas por crianças que o Juízo de Menores da Cidade de Manaus, exerceu emblemático papel no intuito de disciplinar o uso da força de trabalho desses pequenos. Criado no ano de 1935, dentre as competências desse Juizado constava a de “fiscalizar o trabalho dos menores tomando as providências necessárias a proteção deles”<sup>472</sup>.

Foi com essa preocupação que o Juizado de Menores já no ano de sua instalação alertou o prefeito no sentido impedir o trabalho dos pequenos no Matadouro Público<sup>473</sup>. Tudo indica que tais medidas visando a disciplinarização dessa mão de obra não encontrava eco entre a população. No mês seguinte, o próprio Juiz vai ao *Curro* tentar resolver sobre a permanência de menores naquele estabelecimento<sup>474</sup>. Embora a documentação não informe as providências tomadas nem o resultado dessas medidas, as fotografias por nós analisadas anteriormente sugerem que as crianças continuaram a exercer a tarefa de *vira tripas* por longo tempo.

A jornada de trabalho para grande parcela da população infantil manauara iniciava antes de alvorecer o dia. Diariamente, ainda de madrugada, dezenas de meninos saíam às ruas em direção as portas das redações de jornais da cidade. Eram os vendedores de jornais, popularmente conhecidos como pequenos gazeteiros ou pequenos jornaleiros. Por morarem em bairros distantes, muitos dormiam nas praças próximas as oficinas dos jornais. Com os jornais sobre a cabeça saíam oferecendo as notícias em papel tentando conseguir o dinheiro que lhes poderia garantir a refeição para si e para família. No entanto, não era difícil encontrá-los “com fome, esmolando nos hotéis restos de comidas para pais e mães doentes”<sup>475</sup>. Nos bondes, ou caminhando, percorriam os bairros mais distantes noticiando as manchetes do dia. As condições de vida desses pequenos trabalhadores não parecem muito distantes daquelas retratadas nos álbuns de fotografias da cidade em seu

---

<sup>471</sup> NONATO, . *Os Bucheiros...op.cit.* p.141

<sup>472</sup> Leis, Decretos e Regulamentos de 1935. Imprensa Pública: Manaus: 1940

<sup>473</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 07 de dezembro de 1935.p.4.

<sup>474</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 06 de janeiro de 1936. P.15

<sup>475</sup> *A Tarde*, nº 63. Manaus, 04 de maio de 1937. P.3.

apogeu gumífero, as quais evidenciam a presença de meninos maltrapilhos, de feições raquíticas, com jornais embaixo dos braços a caminharem nas ruas da cidade.

Na Manaus dos anos 30, crianças trabalhadoras eram presença frequentes frente aos cinemas, clubes, nos mercados, nas feiras, nas praças, nos cafés, nos botequins e na Casa de Detenção. A tentativa de cercear a entrada desses pequenos em alguns desses espaços poderia ser motivo de indignação. Dessa forma se expressaram os aprisionados na Casa de Detenção, no Bairro da Cachoeirinha, quando a direção da cadeia proibiu a entrada dos pequenos gazeteiros às dependências do cárcere para venda de jornais. Em carta encaminhada ao jornal *A Tarde*, os detentos pediram providências contra essa atitude, recebendo apoio do referido periódico, que considerou um abuso tal proibição<sup>476</sup>. No ano seguinte o Juizado de Menores assinou portaria proibindo a entrada de menores na Casa de detenção da cidade<sup>477</sup>. A postura dos detentos e do jornal ao considerarem um ato abusivo tal interdição, sugere ter sido prática comum a presença dos pequenos vendedores nesse ambiente, evidenciando a resistência de parte da população à normatização do trabalho da criança. Resistentes não somente a disciplinarização do trabalho, mas também a normatização dos espaços sociais por elas ocupados.

O trabalho desses pequenos jornaleiros, cuja atividade diária possibilitava a circulação dos periódicos aos bairros mais distantes da cidade, foi motivo de premiação por parte do Rotary Clube<sup>478</sup>. Visando “não apenas premiar a boa conducta e operosidade desses humildes”, mas pretendendo também, estimular o espírito da poupança e do trabalho nesses pequenos, o Rotary Clube, no Natal de 1937 distribuiu doze carteiras do Banco Popular aos pequenos jornaleiros considerados mais “morigerados, os mais probos e melhores companheiros”<sup>479</sup>. Seria uma forma de estímulo àquele que trabalha, àquele que segue as normas estabelecidas, àquele que poupa. Valores considerados indispensáveis ao futuro dos “bons cidadãos”.

As condições de vida e de trabalho das crianças vendedoras de jornais na cidade de Manaus não deveriam ser muito distantes dos pequenos gazeteiros de outras cidades

---

<sup>476</sup> *A Tarde*, nº75. Manaus, 18 de maio de 1937, p.2.

<sup>477</sup> Portaria nº 192, de 08 de janeiro de 1938. ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas de Hoje*. Manaus: Imprensa Pública.1940. p.85

<sup>478</sup> O Rotary Clube é uma entidade filantrópica criada no início do século XX nos Estados Unidos, se espalhando para outros países. Sobre o Rotary Club ver: UHLE, Águeda Bernadete. *Comunhão Leiga: o Rotary Clube no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: 1991.

<sup>479</sup> Respectivamente: *A Tarde*, nº234. Manaus, 04 de dezembro de 1937.p.1; *A Tarde*, nº259. Manaus, 23 de dezembro de 1937. p.1.

brasileiras. Para cidade de Recife, consoante Humberto Miranda, os gazeteiros eram, “analfabetos, pretos ou pardos, naturais de Pernambuco, moradores dos morros ou alagados. Muitos possuíam famílias, outros viviam no estado de abandono”. Para além das dificuldades em garantir a alimentação diária, o autor destaca a rivalidade que poderia haver entre os gazeteiros por disputa de espaço de venda, que, invariavelmente, terminava em agressões físicas<sup>480</sup>. Em Porto Alegre, o jornal *Diário de Notícias* anunciava uma campanha junto ao comércio para arrecadar contribuições no sentido de oferecer “um dia de criança a esses meninos-homens, que não tem infância porque não lhes sobra hora para os brinquedos de sua idade e porque todas são pouca para fazerem a sua “féria” e levar para casa o sustento de suas mães e irmãzinhas”<sup>481</sup>.

Foi procurando atender a esses trabalhadores que na cidade de Manaus o Juizado de Menores fundou a *Escola José do Patrocínio*, também conhecida como *Casa do Pequeno Gazeteiro*. Esse estabelecimento teria como finalidade prestar assistência a essas crianças mal alimentadas, expostas aos constantes perigos das ruas e dos veículos <sup>482</sup>. Uma professora estava encarregada da instrução dos pequenos. Ao fazer uma visita às dependências do estabelecimento, o interventor Álvaro Maia registrou suas impressões sobre a *Escola José do Patrocínio*, deixando lavrado seu contentamento diante do desempenho dos pequenos vendedores de jornais que confeccionavam seu próprio informativo estudantil, reconhecendo a *Casa do Pequeno Gazeteiro* como “verdadeiramente um lar severo e puro, que os obriga para uma vida melhor, influxo da instrução e da bondade”<sup>483</sup>.

Em Exposição dirigida a Getúlio Vargas, Álvaro Maia informava que os pequenos gazeteiros recebiam na *Casa* assistência médica, remédios, alimentação e assistência odontológica. Que todos os pequenos vendedores de jornais eram cadastrados, sabiam

---

<sup>480</sup> MIRANDA, Humberto da Silva. *Meninos, Moleques, Menores: faces da infância no Recife (1927-1937)*. Dissertação de Mestrado. UFRPE: 2008.p.94 e 95.

<sup>481</sup> *Diário de Notícias*, nº 271. Porto Alegre, 12 de dezembro de 1940. p.12. Anos mais tarde, o Conselho de Assistência e proteção aos Menores, na cidade de Manaus, narra a situação de um pai desesperado na cidade de Porto Alegre, por conta da fuga de seus dois filhos, um com sete e outro com onze anos de idade, ambos vendedores de jornais, e responsáveis pelo sustento dos pais e dos irmãos menores. Esses pequenos diariamente “dormiam ao relento, afrontando o frio dos passeios públicos e as agruras da sub-alimentação”. Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 09 de outubro de 1943.nº177.

<sup>482</sup> A documentação por nós compulsada sobre a *Casa do Pequeno Gazeteiro* não especifica a data de criação deste estabelecimento. O único registro por nós encontrado que aponta para o possível ano de sua criação trata de uma reportagem para o ano de 1939 noticiando a criação do estabelecimento. *A Tarde*. Nº 576. Manaus, 06 de janeiro de 1939. P.1.

<sup>483</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 07 de outubro de 1939.nº55. Infelizmente até o presente momento ainda não conseguimos encontrar o informativo produzido por esses trabalhadores.

ler, escrever e recebiam uniformes de trabalho. Que eles possivelmente “seriam os jornalistas de amanhã” e com suas experiências levariam para a redação dos jornais “a observação, o contato com as massas nos tumultos da rua”<sup>484</sup>.

Entretanto, ao confrontarmos a fala de Álvaro Maia com outras fontes, uma outra realidade se apresenta. O relatório apresentado pelo Juiz de Menores ao referido interventor, Álvaro Maia, referente ao exercício de 1944/1945 apresenta outras tonalidades ao papel exercido pela *Casa dos Gazeteiros*. De acordo com o juiz, a *Casa* havia fracassado em suas funções pois havia apenas 22 jornaleiros matriculados, sendo fraco o aproveitamento escolar desses pequenos. Como forma de solucionar essa situação, o referido Juiz recomendava que fosse interrompido o fornecimento de uniforme e calçados aos gazeteiros que não apresentassem frequência e desempenho satisfatórios nas aulas propiciadas pela *Casa*. Sugere ainda, que se entre em contato com as redações de jornais no sentido de recusarem a entrega de jornais àqueles vendedores que não comprovarem um bom desempenho nos estudos. Dentre os projetos futuros desse Juiz estava o estabelecimento de um albergue nos quais esses pequenos trabalhadores poderiam dormir e fazer a refeição matinal<sup>485</sup>.

Não obstante a documentação não permitir verificar com maior precisão o quão eficiente foi a atuação da *Casa do Pequeno Gazeteiro* junto aos vendedores de jornais, os dados apresentados nos possibilitam algumas inferências. Ações assistenciais foram direcionadas aos pequenos jornaleiros no sentido de minorar as adversidades vivenciadas por esses trabalhadores. Tal preocupação vinha acompanhada do interesse de proteger e disciplinar essa mão de obra. A proteção se fazia necessária visto a exposição diária as quais estavam submetidos esses organismos atacados pela subnutrição, sujeitos a doenças e aos perigos constantes das ruas, como o risco de acidentes de trânsito, por exemplo. A disciplina visava frear a liberdade de ação propiciada pela própria atividade de vender jornais. O dormir nas praças, nas ruas a espera que a redação lhes entregasse o jornal para venda, obrigava esses pequenos criarem seus próprios códigos de condutas, suas regras de sobrevivência entre os grupos de gazeteiros. Provavelmente as brincadeiras e o vocabulário das ruas utilizados por essas crianças não deveriam ser considerados os mais

---

<sup>484</sup> Exposição. Interventoria Federal no Estado do Amazonas. Maio de 1943 a julho de 1944.p.102,122,123. No referido período havia assumido o cargo de Juiz de Menores, Arnaldo Carpinteiro Peres, em substituição a André Vidal de Araújo, que havia se tornado desembargador.

<sup>485</sup> Relatório da Justiça de Menores de Manaus apresentado ao Interventor Federal do Amazonas, referente ao período de 19 de fevereiro de 1944 a 31 de março de 1945.

adequados. Assim, a *Casa* procurava impor regras, normas e o aprendizado de novos códigos por meio da instrução escolar. Ao condicionar a entrega de jornais para a venda mediante bom desempenho escolar, foram impostos requisitos considerados adequados ao trabalhador em formação, futuro operário do amanhã.

A referida documentação, para além de evidenciar o possível insucesso da *Casa de Gazeteiros*, aponta que a tentativa de “plasmarmos” esses pequenos trabalhadores não foi tarefa das mais simples.

Reforça essa reflexão a portaria de 1948 que trata da reinstalação do Albergue de Gazeteiros. Tal portaria, baixada em regime de urgência devido a “inexistência de regulamento” para o Albergue, estabelece as normas de condutas a serem adotadas pelos jornaleiros que viessem a se instalar no alojamento<sup>486</sup>. De acordo com esse “código de postura” os albergados, dentre outras exigências, não poderiam fazer algazarra dentro ou fora do alojamento; teriam horário para se recolher pois o portão principal do edifício seria trancado em hora pré-estabelecida; zelar pela higiene do estabelecimento, entre outras mais. Aqueles que não cumprissem tais normas inicialmente receberiam advertência verbal, depois seria anotado numa caderneta assinada pelo próprio Juiz de Menores, que recebiam quando se instalavam no Albergue, e publicado na imprensa local e, por fim, a exclusão do estabelecimento, por “incapacidade moral ou a bem da disciplina”<sup>487</sup>.

A despeito de todas as sanções para aqueles que insistiam em não se enquadrar em tal projeto o êxito parece não ter sido alcançado. Na Mensagem de Governo de 1948 na qual o governador Leopoldo Neves, prestando contas de seus atos, informa que no ano anterior a *Escola de Gazeteiros* teve frequência quase nula, sendo necessário que o Juizado de Menores recebesse poderes para impedir que as redações de jornais trabalhassem com os alunos faltosos. Embora funcionando em condições precárias no porão do Juizado de Menores e oferecendo apenas uma refeição, composta de café, pão e manteiga, o governador destacava a importância da *Escola* para os gazeteiros que moravam nos bairros afastados e não precisavam mais dormir nas praças e portas das redações dos jornais<sup>488</sup>.

---

<sup>486</sup> *Jornal do Commercio*, nº 14941. Manaus, 30 de dezembro de 1948. p.4

<sup>487</sup> *Jornal do Commercio*, nº 14941. Manaus, 30 de dezembro de 1948. p.4.

<sup>488</sup> Mensagem de Governo. 1948, p.99.

As ruas da cidade de Manaus contavam com a presença de outros pequenos vendedores, dentre eles os vendedores de doces, de balões e de cascalhos. As crianças vendedoras de guloseimas se espalhavam por toda a cidade vendendo doces diversos transportados em tabuleiros de madeira, em bacias ou caixas de papelão. Muito apreciado pela garotada, o biscoito puxa-puxa era encontrado nos sabores da região como o maracujá, jenipapo, mangarataia, leite e muitos outros. O artista plástico Moacir de Andrade, em suas memórias se refere a esses pequenos como

garotos heróis que se postavam pacientemente nos portões dos estádios do parque Amazonense e no campo do Luso, à espera dos fregueses certos, ou nos portões dos colégios públicos, principalmente no Ginásio Amazonense Pedro II, nas ruas, praças, becos e vielas da cidade <sup>489</sup>.

Destaca o autor que não apenas a criançada tinha apreço pelos doces, os adultos também se deliciavam com esses quitutes. Embrulhados em papéis coloridos, cada cor correspondendo a um sabor, era muito disputado pelos fregueses. De formas semelhantes os vendedores de balões e cascalhos também se faziam presentes nas ruas e avenidas, em frente aos cinemas ou nas praças. Os vendedores de cascalhos anunciavam seus produtos utilizando um pequeno triângulo de metal e saíam às ruas atraindo as crianças que faziam a festa juntos aos vendedores de cata-ventos e outras mercadorias <sup>490</sup>.

Sendo elevado o número desses pequenos vendedores nas ruas, se fazia necessário localizá-los, identificá-los, classificá-los a fim de que se pudesse ter maior controle sobre eles. Com essa apreensão, em 1939 o Juizado de Menores da capital amazonense, assinou uma portaria criando a seção de fiscalização de trabalho de menores cuja finalidade seria a de “prestar assistência médica ou social e investigar o estado dos referidos menores em relação à lei”<sup>491</sup>. Infelizmente até o presente momento da pesquisa não conseguimos encontrar a documentação com os registros desses ambulantes.

A instalação do *Estado Novo* no Brasil trouxe no seu bojo maior preocupação com o trabalho, como evidencia a Carta Magna brasileira de 1937, outorgada por Getúlio Vargas, na qual instituía ser o trabalho um dever social <sup>492</sup>. Tal artigo deixa claro o papel

---

<sup>489</sup> ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Gráfica Santa Luzia, 2007.p.80/81.

<sup>490</sup> ANDRADE, Moacir. *Manaus...* op.cit. p.84.

<sup>491</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas de Hoje*. Manaus: Imprensa Pública.1940. p.44.

<sup>492</sup> Art. 136 da Constituição dos Estado Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937.

central atribuído ao trabalho pelo projeto getulista de criar uma nação, pois sendo o trabalho um dever, àquele que não trabalhasse, por não cumprir sua obrigação não seria merecedor de direitos<sup>493</sup>. Quanto ao trabalho da criança, o *Estado Novo* manteve a proibição de trabalho àqueles com idade abaixo de 14 anos e do trabalho noturno aos menores de 16 anos. O trabalho nas indústrias insalubres permanecia proibido aos menores de 18 anos e às mulheres<sup>494</sup>.

Embora a legislação do governo getulista indique uma preocupação em evitar o uso indiscriminado do trabalho da criança, na prática ela não era cumprida. Na cidade de Manaus a documentação põe em relevo sinais de continuidade, de permanência na exploração intensiva dessa mão de obra. Conforme visto em pesquisa anterior, em finais do século XIX e início do século XX, em Manaus era frequente a presença de meninos e meninas transportando peso excessivo no Mercados Públicos, no porto da cidade e nas obras públicas. Meninas e meninos exerciam atividades de carregadores nos mercados, e como auxiliares de carpintaria e serventes nas construções<sup>495</sup>. Não obstante o *Código de Menores* de 1927 proibir que crianças e jovens exercessem trabalhos pesados, o mesmo não era cumprido.

Diante disso, nas décadas de 1930 e 1940, meninos e meninas eram encontrados nas ruas, nas praças e no mercado público, exercendo o trabalho de carregadores<sup>496</sup>. Diariamente ajudavam a transportar a mercadoria que chegava para venda no Mercado Público. Em jornada superior a doze horas diárias, carregando sacolas com compras dos fregueses, caixas com verduras ou outra mercadoria que se fizesse necessário, eram parte integrante do cotidiano da cidade. Na tentativa de coibir que a força de trabalho desses pequenos fosse utilizada em atividades prejudiciais à saúde, o Juiz de Menores recomendou aos responsáveis para que não permitissem que suas crianças carregassem peso excessivo, sob a ameaça de que as mesmas fossem apreendidas e encaminhadas à outras famílias<sup>497</sup>. Todavia, tal medida parecer não ter surtido efeito. Anos depois o Juiz

---

<sup>493</sup> Para Angela de Castro Gomes, essa relação dever/direito estava presente desde meados de 1933 e 1934, quando o Estado “atrelou incondicionalmente o gozo dos benefícios sociais à condição de trabalhador sindicalizado. Só quem tem ofício – quem é trabalhador com carteira assinada e membro de um sindicato legal – tem benefício”. GOMES, Angela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2005. P.179.

<sup>494</sup> Art. 137 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937

<sup>495</sup> PESSOA, Alba Barbosa Pessoa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, 1890-1920*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

<sup>496</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 04 de novembro de 1935. P.4.

<sup>497</sup> Diário Oficial do estado do Amazonas. Manaus, 09 de novembro de 1935.p.3

de Menores fez publicar uma nota na qual afirma que “qualquer pessoa do povo pode aliviar menores quando carregam pesos excessivos. A assistência e proteção aos menores deve ser encargo de todos os cidadãos que se interessam pela grandeza da raça”<sup>498</sup>.

A observação do juiz, apresentada acima, nos remete a algumas inferências. Havia preocupação em disciplinar o uso do trabalho da criança, coibindo o emprego dessa força de trabalho em certas atividades consideradas não adequadas. Somente a preservação dessa mão de obra poderia viabilizar a formação de trabalhadores robustos e sadios. Contudo, havia uma resistência muito significativa por parte daqueles que faziam uso desses serviços, contrariando medidas de proteção a esse tipo de trabalho. Fato esse que ocorria não apenas em relação ao trabalho das crianças, mas aos trabalhadores de forma geral. O juiz falava em “dividir” com a sociedade a responsabilidade de fiscalizar excessos contra pequenos trabalhadores, pois dessa forma estaria protegendo não somente a criança, mas o futuro da “raça”.

Tudo indica que o uso do trabalho das crianças nesses serviços ainda se deu por muito tempo, pois por diversas vezes o Juiz de Menores se dirigia ao mercado no sentido de evitar que os menores de 18 anos continuassem a exercer esse tipo de atividade <sup>499</sup>. No ano de 1942 o referido juiz tentou sensibilizar a sociedade para as condições de trabalho a que esses pequenos estavam submetidos, conclamando a população a se levantar contra a exploração abusiva dessa mão-de-obra pois,

[...] sobrecarregando-os de trabalhos exaustivos, pesados, porque esses menores não descansam, não repousam, não tem tréguas, não tem férias, não tem tratamento [...]

[...] são anônimos, ocultos, gales perpétuos, sem origem, ignorados, humildes como cogumelos, pacientes como Job, sofredores como ninguém supõe. Evitai essa escravidão <sup>500</sup>.

Devemos destacar que a preocupação em preservar o trabalhador e sua força de trabalho foi tema de intensa campanha por conta do Ministério do Trabalho, no Brasil dos anos 40<sup>501</sup>. Anna Beatriz de Sá Almeida esclarece que médicos criaram revistas especializadas sobre medicina do trabalho no qual discutiam sobre a necessidade de

---

<sup>498</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 04 de julho de 1938. nº5.

<sup>499</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 18 de janeiro de 1936.

<sup>500</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 08 de outubro de 1942. nº147.

<sup>501</sup> SÁ ALMEIDA, Ana Beatriz. A Associação Brasileira de Medicina do Trabalho: locus do processo de constituição da especialidade medicina do trabalho no Brasil na década de 1940. *Ciênc. saúde coletiva* vol.13 nº.3. Rio de Janeiro May/June 2008.

proteger as forças do trabalhador como forma de proteger a riqueza da nação<sup>502</sup>. Era necessário reduzir os acidentes de trabalho garantindo-lhes condições que o deixasse menos expostos aos perigos de muitas das funções exercidas e a lugares menos insalubres. Foi nesse sentido que em Manaus, o *boletim do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores*, reproduziu um artigo do médico sanitarista do Ministério do Trabalho, cujo objetivo principal era alertar para os males causados pelo excesso de peso nos trabalhos dos menores. Enfatizando sobre as consequências desse tipo de atividade, das doenças dele advindo para o pequeno trabalhador, alertava que “o menor passa, nesse caso, à fase adulta já como um semi-invalido, incapaz de dar ao trabalho normal o esforço necessário e se transforma num ser de pouca utilidade para nação”<sup>503</sup>.

A matéria divulgada pelo *Conselho* reforça nossa tese de que no período ora abordado a atenção dispensada à infância na cidade de Manaus visava disciplinar o uso da mão de obra desses pequenos no sentido de lhes garantir maior durabilidade. Em nossa percepção isso fica explícito ao ser considerado de pouco valor aquele que tivesse perdido parte de sua capacidade de trabalho enquanto criança, embora essa perda tenha sido consequência do excesso do uso de sua força de trabalho. A “fala competente” publicada no *boletim do Conselho* procurava conscientizar sobre os prejuízos advindos do uso indevido do trabalho da criança, o que poderia resultar na redução do seu tempo de vida produtiva. Procurava chamar a atenção para os prejuízos causados aos pequenos trabalhadores, mas, principalmente, para o prejuízo causado ao país.

As medidas de disciplinarização e proteção aos pequenos trabalhadores também se estenderam para meninas. Na década de 1930, contrariando o que estabelecia a legislação, na capital amazonense mulheres com idade abaixo dos 18 anos trabalhavam em casa de jogos noturnos, nos bares, cafés; exerciam atividades insalubres e em horários impróprios, nas fábricas e em diversos outros estabelecimentos<sup>504</sup>. Contra essa situação, o *Jornal do Comércio* se posicionou denunciando e cobrando providências das autoridades locais, que deveriam se voltar para o

[...] aproveitamento do trabalho feminino [que] vai, dia a dia, crescendo, de modo que, devido a natural delicadeza própria ao sexo e

---

<sup>502</sup> SÁ ALMEIDA,. A Associação Brasileira de Medicina do Trabalho...op.cit.

<sup>503</sup> Conselho de Proteção e Assistência aos Menores. Manaus, 08 de abril de 1944.nº193.

<sup>504</sup> Respectivamente: *Jornal do Comercio*, nº 10.692. Manaus, 18 de outubro de 1935.p.1; Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 04 de novembro de 1935. P.4; *A Tarde*, nº63. Manaus, 04 de maio de 1937. p.3.

as suas condições específicas, não hesitam os exploradores do jogo a tomar em seus serviços as menores de dezoito anos <sup>505</sup>.

No mesmo mês o juizado faz publicar no Diário Oficial um *Provimento Sobre o Trabalho dos Menores*, no qual, baseado no *Código*, elenca uma série de itens referentes ao trabalho de crianças e adolescentes que deveriam ser observados e não estavam sendo seguidos. Dentre eles a proibição do trabalho noturno para menores de 18 anos <sup>506</sup>.

Consciente de que não bastava a existência de leis para que as mesmas fossem cumpridas, a partir de então o Juiz passa a convocar os proprietários de leitarias, cafés e casas de diversão noturna para reunirem junto ao juizado no sentido de resolverem a questão do trabalho das menores nesses ambientes. Todavia, parece que não houve acordo nessa reunião, pois dias depois as trabalhadoras desses estabelecimentos, menores de 18 anos, foram convocadas a comparecerem diante do Juiz para tratarem sobre sua situação frente ao *Código de Menores*<sup>507</sup>. Ao que tudo indica as reuniões com empregadores e trabalhadoras não foram exitosas, pois pouco depois o *Diário Oficial* publicou o nome de oito menores, afastadas de uma casa de diversão noturna por determinação do Juizado de Menores <sup>508</sup>.

A documentação referenciada nos permite algumas reflexões. O uso da força de trabalho das mulheres continuava a ser utilizado de forma indiscriminada, semelhante ao que ocorria no início do século XX na chamada *Belle Époque* manauara, onde essa mão de obra poderia ser encontrada nos ateliês de costuras, nas lojas comerciais, nos botequins, nos serviços domésticos, nas fábricas de beneficiamento de castanhas, nas fábricas de cigarros, etc <sup>509</sup>. Havia clara preferência pela mão de obra feminina em estabelecimentos comerciais de diversão, tais como casa de jogos, bares, botequins, etc. Isto não somente pelo valor irrisório pago pelos serviços dessas trabalhadoras, mas também por se converterem num atrativo para uma clientela, sobremaneira masculina, ciosa pelo atendimento de mulheres jovens. Os proprietários buscavam mão de obra barata, diligente e atraente. Para muitas moças esse era o único meio que poderiam utilizar para sua sobrevivência, não podendo as mesmas abandonar a única fonte da minguada

---

<sup>505</sup> *Jornal do Commercio*. Nº10692. Manaus, 18 de outubro de 1935. p.1

<sup>506</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 31 de outubro de 1935. p. 5.

<sup>507</sup> Diário Oficial do estado do Amazonas. Manaus, 11 de novembro de 1935. P.2

<sup>508</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 19 de novembro de 1935. p.4.

<sup>509</sup> PESSOA, Alba Barbosa. Meninas nos Mundos do Trabalho: um olhar através da imprensa manauara (1890-1920) In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.) *Gênero e Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA. 2014.

renda, conseguida através de um serviço menos desgastante em relação a outras atividades, como as realizadas em casas de família, por exemplo.

A utilização do trabalho de meninas nos serviços domésticos era prática muito frequente sendo motivo de apreensão por parte do Juízo de Menores, devido as condições nas quais ele se realizava. Crianças e adolescentes, eram trazidas do interior do Amazonas para a capital sob a promessa de receberem educação e cuidados. Entretanto, ao chegarem em Manaus, a realidade que as esperavam era muito distante da que havia sido prometido para seus pais. Passando a maior parte do dia nos afazeres domésticos, não recebiam a educação prometida<sup>510</sup>.

A prática de trazer crianças do interior do estado não foi prática exclusiva para as décadas em que se debruça nossa pesquisa. Nas últimas décadas do século XIX muitas meninas, na grande maioria indígenas, chegavam à cidade pelas mãos dos missionários ou dos regatões, que sob encomenda dos moradores locais, convenciam os pais dos “benefícios” que as crianças teriam morando na capital. Devemos destacar que muitas eram raptadas, e que os raptos não foram raros para o início do século seguinte<sup>511</sup>. Parcela significativa das crianças empregadas nos serviços domésticos era oriunda do Ceará e outros estados do nordeste brasileiro. Intermediários, conhecidos ou parentes, traziam as crianças sob a garantia que em Manaus, além do acesso à escola, seriam bem alimentadas e bem cuidadas<sup>512</sup>. Todavia, a realidade que as esperava era um cotidiano de extenuante jornada de trabalho e constantes castigos. Castigos motivados por diversos fatores, dentre eles a demora na realização de uma tarefa, um mandado mal feito, a demora na rua para realizar uma compra ou mesmo a recusa em fazê-los. Tais ações, que não devem ser percebidas apenas como negligência ou inaptidão dessas crianças para tais atividades, podem, também, ser percebidas como pequenas ações e reações cotidianas contra as condições em que se encontravam<sup>513</sup>.

As condições de trabalho das meninas empregadas nos serviços domésticos, ao que tudo indica, não apresentaram mudanças significativas na década de 1930 e 1940. Diariamente a imprensa manauara denunciava a fuga de meninas e adolescentes que

---

<sup>510</sup> PESSOA., *Infância e Trabalho...op.cit* .

<sup>511</sup> COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As Mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005. P.313-316.

<sup>512</sup> PESSOA., *Infância e Trabalho...op.cit*.

<sup>513</sup> PESSOA., *Infância e Trabalho...op.cit*.

abandonavam as casas de famílias, na maioria das vezes apenas com a roupa em uso<sup>514</sup>. Ao serem resgatadas pela polícia se averiguava os castigos corporais por elas sofridos. Diante dessa situação, com menos de dois meses da criação o Juízo de Menores conclama a população a denunciar os maus tratos contra essas crianças pois

[...] no Amazonas ainda existe uma espécie de escravidão cabocla de pobres creadinhas e menores que além de servirem aos patrões em troca de tecto máo, comida pessima e roupa velha, são os escravos de taes pessoas.

Não conhecem essas creanças senão o trabalho excessivo. Analfabetas, sem a menor liberdade, criam-se dolorosamente, miseravelmente ao cantar da chibata, da palmatória usual e, quiça, sob martyrio que talvez não possamos imaginar <sup>515</sup>.

O serviço desempenhado por essas meninas poderia não se restringia ao espaço doméstico. Diariamente poderiam ser encontradas nos mercados públicos ou em outros lugares de compras carregando peso excessivo para suas idades. Contra esses desmandos o Juiz promete o rigor da lei e para isso insiste no apoio que a população pode dar através de denúncias dos maus tratos <sup>516</sup>.

As memórias de Jefferson Peres, por nós citada anteriormente, evidenciam que a despeito de todo empenho do Juiz de Menores no sentido de disciplinar o uso do trabalho de meninas e adolescentes nos serviços doméstico, a empreitada não foi exitosa. Assevera o autor que as serviçais da casa “viviam um regime de semi-escravidão”, pois

[...] na quase totalidade das famílias de classe média, o comum eram as crias da casa que trabalhavam sem remuneração, em troca de teto, roupa e comida. Raras as casas que não possuíam dois ou até três empregados desse tipo, incluindo uma cozinheira, uma babá e um menino de recado. Quase todos oriundos de municípios do interior, eram encaminhados por juízes, prefeitos ou pelos próprios pais.

[...] durante a menoridade eram praticamente prisioneiros, sendo caçados pelos vigilantes de menores, em caso de fugas [...].

[...] a jornada de trabalho começava ao amanhecer e se estendia pela noite até a hora de dormir, sem direito ao repouso nos finais de semana.

[...] a indisciplina e a negligencia eram punidas severamente, com bolos de palmatória ou surras de cinturão<sup>517</sup>.

---

<sup>514</sup> Jornal do Comércio, nº 10.584. Manaus, 09 de junho de 1935.p.1

<sup>515</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 04 de novembro de 1935.p. 4.

<sup>516</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 04 de novembro de 1935.p. 4.

<sup>517</sup> PERES, Jefferson Peres. *Evocação de Manaus: como a vi ou sonhei*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2002.p.206/207.

A fala do memorialista para além de demonstrar o uso excessivo que se fazia do trabalho das pequenas empregadas domésticas, bem como os frequentes maus tratos, evidencia a permanência do envio de crianças do interior do estado para capital. Demonstra que as altas autoridades locais, juízes e prefeitos, contribuíam para que o interior do estado do Amazonas se mantivesse, guardadas as devidas proporções, como celeiro de abastecimento de mão de obra infantil da capital. Diante disso, sugerimos que a grande maioria das pequenas criadas das casas de famílias da cidade de Manaus eram indígenas ou suas descendentes, embora a documentação silencie sobre a presença dos índios na cidade, como veremos no capítulo seguinte<sup>518</sup>.

As fábricas de castanhas também demonstravam preferência pela mão de obra feminina. Meninas com 14 anos de idade, juntamente com outras mulheres ainda muito jovens, saíam todas as madrugadas de suas residências em direção às fábricas. Ali permaneciam até o final do dia, quando encerrava o expediente, que muitas vezes se prolongava até tarde da noite. As feições dessas pequenas indicavam a presença da anemia, do impaludismo e da verminose<sup>519</sup>. O assédio sexual contra as operárias era frequente, o que encetava frequentes denúncias do Juiz de Menores contra os abusos sofridos nas fábricas<sup>520</sup>.

As doenças causadas pelas condições insalubres dentro das fábricas também era uma triste realidade em outros países americanos nas primeiras décadas do século XX. Diego Armus destaca que, em Buenos Aires, o número de mulheres, adultas e crianças, acometidas pela tuberculose era atribuído ao ambiente fabril cujas condições as tornavam suscetível ao bacilo. As fábricas de confecção apresentavam uma elevada taxa de mortalidade de suas funcionárias. O autor aponta uma pesquisa sobre as condições de saúde decorrente das fábricas, na qual uma menina deu como resposta que “yo soy muy fuerte. Hace un año que trabajo y aún no me enfermado, pero hay otras que no pueden seguir. Dicen que se vuelven tísicas”<sup>521</sup>.

---

<sup>518</sup> A presença de índio trabalhando em serviço doméstico na década de 1930 na cidade de Manaus, também está presente na literatura amazonense. Como exemplo citamos *Dois irmãos*, obra de Milton Hatoum. Nessa obra, Domingas é a empregada doméstica que, ainda criança, foi retirada de sua tribo indo posteriormente trabalhar na capital nos serviços domésticos em casa de família. HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

<sup>519</sup> Projeto de Organização de Assistência e Serviço Social do Estado do Amazonas, apresentado ao Interventor federal Álvaro Maia em 19 de agosto de 1941.

<sup>520</sup> Conselho de assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 08 de outubro de 1942. Nº147.

<sup>521</sup> ARMUS, Diego. Excesos, fatiga laboral y enfermedad. Buenos Aires, 1880-1950). In: *Revista mundos do Trabalho*. Vol.7. nº13. Jan/jun de 2015. P18 e 19.

A despeito de todas as medidas voltadas para a infância nas décadas de 1930 e 1940, a documentação aponta que a tentativa de disciplinar o uso dessa força de trabalho na cidade de Manaus muitas vezes “colidia” com os interesses dos que utilizavam essa mão de obra e com as condições materiais das famílias dessas crianças e jovens. O Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, em 1941 afirmava que por conta do estado de pauperização, mulheres e crianças eram arrastadas para os “ambientes nocivos, impróprios e ali, se encaminham para a morte ou prostituição<sup>522</sup>”.

Se na capital do Amazonas o uso do trabalho das crianças se fazia de forma extenuante, a exploração do trabalho desses pequenos no interior do estado se fazia ainda mais acentuada. Os relatórios do Ministério do Trabalho para os três últimos anos da década de 1930, informam que nos municípios mais afastados, mulheres e crianças realizavam trabalhos exaustivos, dentre eles o carregamento de embarcações. Diariamente poderiam ser observadas transportando lenhas para os barcos, se equilibrando sobre estreitas pranchas, com os ombros carregados de madeiras num incessante ir e vir. Por diversas horas do dia ou da noite, sob o sol ou chuva, realizavam essa tarefa em troca de mísera remuneração<sup>523</sup>.

Creemos que diversos fatores contribuíram para que a tentativa de disciplinarização do uso do trabalho da criança não obtivesse o êxito desejado. Dentre eles destacamos a necessidade de as famílias fazerem uso do trabalho de seus filhos e a recusa dos empregadores em abdicar ou reduzir a jornada de trabalho desses pequenos.

Assinalamos anteriormente que as condições de vida e de moradia da maior parte da população da cidade de Manaus eram de extrema pobreza o que tornava a força de trabalho de adultos e crianças imprescindíveis para sua manutenção. Suas moradias eram humildes barracas de madeira cobertas com palhas, onde muitas vezes abrigava mais de

---

<sup>522</sup> Projeto de Organização de Assistência e Serviço Social do Estado do Amazonas, apresentado ao Interventor federal Álvaro Maia em 19 de agosto de 1941.p.12/13.

<sup>523</sup> Ministério do Trabalho no Estado Novo. Relatórios das atividades, serviços e institutos dos anos 1938,1939.1940. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1941. p.120,121. A exploração do trabalho de crianças e mulheres adultas não era exclusiva para esse período e menos ainda para o interior do Amazonas. Por toda a Amazônia o trabalho de meninos e meninas indígenas, magros e desnutridos, era utilizado de forma compulsória. Nos serviços domésticos, na roça, nos seringais, carregando e descarregando sofriam os desmandos do dito “homem civilizado”. Roger Casement, irlandês que em 1910 esteve na região de Putumayo, na Amazônia Peruana, denunciou a escravização da população indígena e outros moradores da região, onde mulheres e crianças diariamente eram submetidas a trabalhos excessivos, a torturas e estupros por parte das companhias que exploravam os seringais da região. BOLFARINE, Mariana; IZARRA, Laura P.Z (orgs). trad. BOLFARINE, Mariana; VIANA, Maria Rita Drumond; AZEVEDO, Mail Marques de. *Diário da Amazônia de Roger Casement*/edição de Angus Mitchell. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2016.

uma família. Os gêneros de primeira necessidade alcançavam preços elevadíssimos impedindo que pudessem garantir alimentação a todos os seus membros. E, conforme os registros da imprensa, não raras vezes os moradores reclamavam contra a carestia dos alimentos em geral, em especial do elevado preço da principal alimentação da população pobre, o peixe, considerado nessa conjuntura como “comida de luxo”<sup>524</sup>. Nesse sentido, embora reconhecendo a forma abusiva que estava se fazendo uso do trabalho da criança, suas famílias não poderiam deixar de utilizar do parco ganho advindo do trabalho de seus filhos. Ainda que muitos trabalhassem apenas em troca de alimentação e abrigo, o fato de ter uma boca a menos para alimentar já era considerado uma grande contribuição para o reduzido ganho familiar. Acresce a esse fator a forma como parte da população percebia o valor trabalho. Considerado como fator positivo para formação do caráter, da boa conduta, do bom cidadão, era desejado e bem-vindo por essas famílias<sup>525</sup>.

Quanto aos empregadores, desde meados do século XIX o trabalho da criança era utilizado como forma de aumentar os ganhos de quem a empregava. Realizavam as mesmas tarefas executadas pelos trabalhadores adultos, porém, quando remunerados o valor era muito inferior. Talvez, devido a pouca compleição física dos pequenos, se tornasse mais fácil impor condições de trabalho que muitos dos adultos se recusariam a realizar. Para o período em estudo, 1930 a 1945, a legislação criada na tentativa de disciplinar e proteger o uso dessa mão-de-obra era burlada de forma contumaz. O salário pago às crianças, quando recebiam remuneração, permanecia inferior ao salário do trabalhador adulto. Em outras palavras, a força de trabalho da criança continuava a propiciar aos empregadores lucros elevados e estes se recusavam a seguir a nova legislação que paulatinamente foi sendo criada.

---

<sup>524</sup> *A Tarde*. Nº 106. Manaus, 25 de junho de 1937. P.2.

<sup>525</sup> Sobre a forma como as famílias da cidade de Manaus percebiam o trabalho em fins do século XIX e início do XX e como se deu tal construção, consultar: PESSOA,. *Infância e Trabalho...op.cit.*

### **Capítulo 3**

## **A institucionalização da criança: estabelecimentos disciplinares**

Assinalamos no capítulo anterior que o Juízo de Menores exerceu importante papel na criação e fiscalização das medidas voltadas para infância na cidade de Manaus. Com atuação emblemática junto as famílias empobrecidas, entrou em confronto direto com as antigas práticas seguidas pela população, que recusava a imposição de uma nova forma de se pensar a infância. Problematizar o papel do Juízo de Menores e demais estabelecimentos disciplinares, bem como, seus procedimentos formativos no sentido de normatização da criança na cidade de Manaus, é a proposta deste capítulo.

Nessa perspectiva, tomaremos como alicerce Michel Foucault, para quem a lei pela lei não garante o governo de uma população, no nosso caso o governo da infância, e que para tornar esse governo eficaz de modo a estabelecer formas de dominação, todo um aparato jurídico foi montado. Dentre eles os regulamentos e instituições<sup>526</sup>. Consoante Luís Ferla, as instituições voltadas para os menores teriam quatro atribuições fundamentais: sequestração; tratamento e regeneração; estudo sistemático sobre o menor; melhor conhecimento das causas da criminalidade no país<sup>527</sup>. A sequestração seria a retirada da sociedade dos menores considerados delinquentes ou potencialmente delinquentes; o estudo sistemático desses menores definiria o seu tratamento no sentido de regenerá-lo. Tal estudo possibilitaria maior conhecimento sobre a criminalidade viabilizando a criação de formas mais adequadas de combatê-la<sup>528</sup>. Importa destacar que tais estabelecimentos foram pensados e criados visando atuar sobre um segmento social específico, no caso, as crianças e jovens empobrecidos.

É a partir desse prisma que percebemos a preocupação do *Código de Menores* de 1927, em determinar a criação do Juízo de Menores no País. Sob esta jurisdição estariam os menores abandonados e delinquentes na faixa etária de até dezoito anos <sup>529</sup>. Entendemos que o termo “menor abandonado” referenciado pelo Código, pode ser sintetizado pela definição utilizada pelo governador do Amazonas, Álvaro Maia, em Mensagem enviada para a Assembleia Legislativa no ano de 1936. Para o referido governador “como abandonados devem ser tidos os filhos de paes pobres, que lhes não

---

<sup>526</sup> FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no College de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins fontes, 1999. p.31/32.

<sup>527</sup> FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*, São Paulo (1920-1945). São Paulo: alameda, 2009. P.270,271.

<sup>528</sup> FERLA., *sujos e malvados sob medida...* op.cit. P.270,271.

<sup>529</sup> [DECRETO Nº 17.943-A DE 12 DE OUTUBRO DE 1927](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm). Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm). Último acesso em: 25 de julho de 2017.

podem proporcionar o ensino necessário a tornal-os cidadãos uteis a sociedade”<sup>530</sup>. É a partir dessa perspectiva que propomos uma reflexão sobre a atuação de uma rede de instituições disciplinares que se voltaram para a infância manauara no período de 1930 a 1945. Serão objeto de nossa análise o Juízo de Menores, o Aprendizado Agrícola do Paredão, o Instituto Mello Mattos e a Escola Premunitória do Bom Pastor.

### 3.1 Juízo de Menores

Embora o *Código de Menores* de 1927 determinasse a criação de Juízo específico para crianças e jovens nas capitais brasileiras, até meados dos anos 30 apenas Sergipe, Distrito Federal, São Paulo, Belo horizonte, Curitiba, Pará e Porto Alegre, haviam instituído o Juizado de Menores cujo objetivo seria garantir assistência e proteção aos menores vistos como abandonados e delinquentes<sup>531</sup>. A cidade de Manaus somente em 1935 veio a receber a instalação de seu Juízo de Menores, por meio de projeto apresentado pelo deputado estadual João Paula Gonçalves<sup>532</sup>. Ainda que visto com simpatia pelo parlamento, o projeto não foi aprovado sem muita resistência. O deputado Aristide Rocha via como inconstitucional e desnecessária uma legislação específica para a infância e juventude. Sob a alegação de que o *Código de Menores* em vigor no país contemplava as necessidades dessa parcela da população, tal criação apenas contribuiria para onerar os gastos públicos. De forma distinta foi recebido o projeto pelo deputado Armando Madeira, para quem a proposta deveria ser apreciada com apreço pois o seu principal objetivo seria “proteger” crianças e jovens, mais precisamente “aquelles que poderão se constituir em esteio da nacionalidade, vindo a ser, no futuro, cidadãos prestimosos e úteis, desde que se possa impedir que sejam arrastados no turbilhão dos vícios e dos crimes”. Todavia, afirmava o deputado, o projeto apresentava falhas graves, o que implicava a inviabilidade de sua aprovação. O deputado Vivaldo Lima acreditava na importância da criação de um Juizado para Menores visando “amparar grande número de creanças, as

---

<sup>530</sup> Mensagem do governador Álvaro Maia, dirigida a Assembleia Legislativa em maio de 1936. Manaus: Imprensa Pública. 1936.p.15.

<sup>531</sup> Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia, enviada à Assembleia legislativa em maio de 1936. Manaus: Imprensa Pública. 1936. p116.

<sup>532</sup> Mensagem do Governador Álvaro Botelho Maia, enviada à Assembleia legislativa em maio de 1936. Manaus: Imprensa Pública. 1936. p116.

quaes, em estado lamentável, vivem pelas ruas da cidade implorando a caridade pública”<sup>533</sup>.

Criado sob a Lei nº 18, de 21 de setembro de 1935, o Juízo de Menores da capital amazonense tinha como finalidade prestar “assistência, proteção, defesa, processo e julgamento dos menores abandonados e delinquentes, que tenham menos de 18 anos”<sup>534</sup>. Inicialmente estava constituído por um juiz, um curador, um escrivão, dois oficiais de justiça, seis comissários de vigilância, um servente, um escrevente e um médico psiquiatra. Era atribuição do Juiz de Menores, dentre outras incumbências, a competência para processar e julgar o abandono de menores de 18 anos, bem como os crimes ou contravenções cometidas por menores considerados abandonados, vadios, mendigos ou libertinos<sup>535</sup>; investigar e analisar o estado físico mental e moral dos menores sujeitos a processos, assim como a situação social, mental e econômica de seus responsáveis; decretar a suspensão ou perda do pátrio poder; fiscalizar suas formas de trabalho e sociabilidade; processar e julgar ações de acidentes de trabalho<sup>536</sup>. O Curador iria desempenhar duas funções: a de curador de órfãos e promotor público. A primeira, nos “processos de abandono e de suspensão ou perda do pátrio poder ou destituição de tutela”, enquanto a segunda, “nos processos de menores delinquentes e nos de infracções penaes as leis de assistência e proteção aos menores”. Aos Comissários de Vigilância caberia a

---

<sup>533</sup> Dentre os pontos do projeto que apresentaram maior discordância entre os parlamentares suscitando acalorados debates, destacaram-se os artigos que tratavam sobre a forma de indicação ao cargo de juiz de Menores, bem como, sobre a criação de um abrigo para menores do sexo feminino. Sobre o debate que antecedeu a aprovação do projeto de criação do Juízo de Menores na cidade de Manaus, ver: Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas – 1935. Imprensa Pública: Manaus, 1936. P.54 a 193. IGHA.

<sup>534</sup> Leis, Decretos e Regulamentos - 1935. Imprensa Pública: Manaus, 1940. P.11. APEA. Em 1938, a Justiça de Menores recebeu nova organização. Leis, Decretos e Regulamentos – 1938. Volume II. Manaus: serviços gráficos do D.E.I.P. 1943.

<sup>535</sup> De acordo com o Código, eram considerados vadios aqueles que: “a) vivem em casa dos paes ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractarios a receber instrucción ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos; b) tendo deixado sem causa legitima o domicilio do pae, mãe ou tutor ou guarda, ou os logares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida”. Os menores considerados mendigos seriam aqueles que “habitualmente pedem esmola para si ou para outrem, ainda que este seja seu pae ou sua mãe, ou pedem donativo sob pretexto de venda ou offerecimento de objetos”. Quanto aos libertinos seriam os menores que “habitualmente: a) na via pública perseguem ou convidam companheiros ou transeuntes para a prática de actos obscenos; b) se entregam á prostituição em seu próprio domicilio, ou vivem em casa de prostituta, ou frequentam casa de tolerância, para praticar actos obscenos; c) forem encontrados em qualquer casa, ou logar não destinado à prostituição, praticando actos obscenos com outrem; d) vivem da prostituição de outrem”. Respectivamente Arts.28, 29, 30 do Código de Menores de 1927.

<sup>536</sup> Leis, Decretos e Regulamentos - 1935. Imprensa Pública: Manaus, 1940. p.11,12,14 APEA. Aos nos referirmos a menores estaremos nos referenciando a todos aqueles na faixa etária de até 18 anos. Ao nos referirmos a crianças estaremos abrangendo especificamente todos aqueles com idade até 14 anos.

responsabilidade de efetuar as investigações relacionadas aos menores, aos seus pais ou quem por eles fossem responsáveis; poderiam deter ou apreender os menores considerados abandonados ou delinquentes e apresentá-los ante ao Juiz; fazer a vigilância de menores. Poderiam ser admitidas no cargo de Comissário, na condição de “voluntário, secreto e sem remuneração”, pessoas idôneas e de plena confiança do Juiz<sup>537</sup>. Quanto ao médico psiquiatra, deveria submeter os menores levados a júzios aos exames médicos, observar sobre seu estado de saúde, bem como, os membros das famílias desses menores no sentido de investigar seus antecedentes hereditários e pessoais<sup>538</sup>. O escrivão, o escrevente e o oficial de justiça teriam as obrigações relativas ao cargo<sup>539</sup>.

A composição do quadro de funcionários do Juizado de Menores desvelava o grau de intervenção pretendido junto as crianças, jovens e suas famílias. O Juiz seria a engrenagem mestra que colocaria em funcionamento todas as demais peças no sentido de que o Juizado funcionasse de forma regular para o que fora criado. A ele caberia garantir a realização de todas as etapas de esquadramento das crianças e jovens que passavam pelas suas dependências, sendo o maestro e árbitro desse processo pois a ele caberia decidir pelo veredito final sobre o destino destes sujeitos. Um aparato de vigilância que se pretendia em permanente funcionamento onde cada um dos seus agentes representaria uma peça do mecanismo. Talvez não seja equivocado comparar o Juízo de Menores com uma *pirâmide de poder*, na qual na extremidade estaria o Juiz de Menores e sob o gerenciamento deste, os demais agentes irradiadores desse poder<sup>540</sup>. Assim comparamos a designação de atuação dos comissários de vigilância nos espaços da cidade que, semanalmente, eram destinados a fiscalizar a presença indevida de crianças e jovens nos lugares a eles interditados.

O Jornal do Comércio, semanalmente ou quinzenalmente, publicava em primeira página uma coluna intitulada *Juízo de Menores*, na qual constava as ações realizadas pelo Juizado e a relação dos nomes dos vigilantes que deveriam atuar na fiscalização dos

---

<sup>537</sup> Leis, Decretos e Regulamentos - 1935. Imprensa Pública: Manaus, 1940. p.11,12,14. APEA.

<sup>538</sup> Código de Menores de 1927. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm) acesso em: 04 de junho de 2017

<sup>539</sup> Na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, de 1937, Álvaro Maia informava que, instalado nas dependências do Palácio da Justiça, o Juízo de Menores funcionava em uma única sala não comportando de modo adequado o gabinete médico, os complexos aparelhos de medições e as várias secções necessários para o desempenho de suas funções. Mensagem de Governo (3 de maio de 1937). Manaus: Imprensa Pública, 1937. P. 20,21. Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA).

<sup>540</sup> Nos serve de inspiração: FOUCAULT, Michel. *Os anormais*: curso no Collège de France (1974-1975); tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010. p.39.

diversos espaços de sociabilidade, como exemplo os Cinemas Avenida, Polytheama, Odeon, Alcazar, Popular, Manãos, Glória; o Parque Amazonense, o Campo do Luso, o Mercado Público, a fiscalização de hotéis, cabarés, casas de Bilhares e banhos públicos<sup>541</sup>.

O Juizado de Menores foi dirigido por André Vidal de Araújo, primeiro Juiz de Menores da capital amazonense, que se manteve à frente da instituição por nove anos, período que abrange desde sua fundação até 1944<sup>542</sup>. Os nove primeiros anos de atuação do Juizado de Menores da cidade de Manaus foram de intensas atividades junto as crianças e jovens empobrecidos. Fato que pode ser observado de forma minuciosa nos diversos mapas estatísticos produzidos por André Vidal de Araújo, que de forma detalhada registrava e publicava em jornais e revistas manauaras. A documentação nos permite afirmar que atuação desse magistrado foi tão emblemática que muitas vezes sua figura se confundiu com o próprio Juizado.

Diversas seriam as causas que poderiam encaminhar crianças e adolescentes ao Juizado de Menores: vadiagem, abandono por parte dos pais, maus tratos, solicitação de trabalho, furto, defloramento, pobreza dos pais, moradia em pensões “duvidosas”, carregamento de peso excessivo, excesso de trabalho, mendicância, desordem, doenças, temperamento rebelde, solicitação para frequentar escola noturna, licença para vender nas ruas, licença para estudar em escola noturna, concurso de robustez, etc<sup>543</sup>. Nesse sentido, podemos afirmar que a atuação do Juizado se destacava no caráter de prevenção, proteção e repressão da infância.

Ao passar pelas dependências do Juizado o menor ficava registrado em um complexo sistema de inquéritos compostos por fichas, livros, cadernos, etc, resultando no seu “retrato” moral, espiritual e físico<sup>544</sup>. A utilização de inquéritos visava maior conhecimento sobre os menores. Tentando abarcá-lo como um todo desde sua forma de alimentação, desejos, sonhos, medos, ideais, virtudes e vícios, com um amplo e profundo conhecimento desses sujeitos poder-se-ia traçar seu mapa psicossocial, planejar e criar formas de atuação para tentar transformá-lo. Sobre essa organização André Vidal falava

---

<sup>541</sup> Para o presente trabalho compulsamos os dados publicados no *Jornal do Comércio* e no Diário Oficial referentes ao período por nós pesquisado.

<sup>542</sup> Nomeado pelo interventor do Amazonas Álvaro Maia, André Araújo recebeu apoio governamental, sendo recomendado para as demais autoridades que prestassem o auxílio necessário. Mensagem de Governo. Imprensa Pública: Manaus, 1936. p.115.

<sup>543</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (5/10/1935 a 1/10/1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940.

<sup>544</sup> ARAÚJO, . *Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas...*op.cit. p.7.

com orgulho pois era complementada por fichas de exames médicos e psicológicos, declarações e autos de perguntas, comparáveis apenas, segundo ele, a do Juízo de Menores do Distrito Federal <sup>545</sup>. Entendemos que a utilização de diversas ciências nessa “devassa” sobre as formas de vida dessas crianças e jovens, pode indicar a preocupação no esquadramento de modos de viver, de comportamentos e personalidades, no sentido de produzir saberes que viessem a possibilitar e legitimar um maior controle sobre essas pessoas. Por meio desses novos saberes, novos discursos poderiam vir a ser construídos na tentativa de formação de novos sujeitos. Sujeitos úteis. O classificar, investigar, medir, examinar, perscrutar, trariam todo um arcabouço de informações sobre as crianças e jovens que passassem pelo Juizado de Menores. Tais informações poderiam ser transformadas em conhecimento científico, logo, em verdade. Um conhecimento produzido pela ciência, através das disciplinas e dos aparatos de medições e exames, ao ser utilizado pelo juiz o tornava detentor oficial de saberes sobre essas crianças e adolescentes. Em outras palavras, André Vidal de Araújo, na condição de Juiz, detinha a legitimidade e o conhecimento científico sobre os menores, o que o autorizava a falar sobre eles e, quem sabe, falar por eles. Ao publicar seus escritos por meio da imprensa, jornais e revistas, divulgava o fato de ser não apenas um detentor de conhecimentos sobre o tema, mas também de ter autoridade sobre o mesmo<sup>546</sup>.

Nesse momento faz-se necessário um esclarecimento sobre essa documentação. Os diversos dados estatísticos produzidos pelo Juízo de Menores são divergentes entre si. Os números apresentados por esse órgão nas Mensagens de Governo do Amazonas não coincidem com os dados apresentados no Mapa Geral sobre a atuação desta instituição dentro dos seus dezesseis anos de funcionamento. Tal mapa foi elaborado anos mais tarde,

---

<sup>545</sup> Respectivamente: Mensagem de Governo. Imprensa Pública: Manaus, 1936.p.120; ARAÚJO, André Vidal. *Serviço Social: Problemas sobre a maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra e todos os desajustamentos sociais*. Manaus: Imprensa Pública. 1940. p.3,4; Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 3 de maio de 1936, p.34. Infelizmente até o presente momento não conseguimos encontrar nos arquivos os livros, fichas e inquéritos produzidos pelo Juizado de Menores. Todavia, acreditamos que as estatísticas publicadas por André Vidal em jornais, livros e outros impressos, nos possibilitarão responder as questões da presente pesquisa.

<sup>546</sup> Aqui nos inspiramos nas análises de Foucault sobre o hospital psiquiátrico. FOUCAULT, Michel. *A sociedade Punitiva*. Curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2015. p.5,6. Em análise sobre o Juízo de Menores em algumas capitais brasileiras, Irma Rizzini atesta que “trata-se de um enorme esforço de construção de saberes que tentam dar conta das causas da delinquência e do abandono de crianças, dos comportamentos dos menores e das famílias, além de dar publicidade às ações institucionais e justificar ideologicamente a necessidade da intervenção junto a este grupo especial” RIZZINI, Irma; RIZZINI, Irene. *A Institucionalização de Crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed, PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004. p.30,31.

e seus números não coadunam com os raros ofícios do Juizado por nós encontrados durante a pesquisa<sup>547</sup>. Enquanto as Mensagens de Governo apresentam números elevados da presença de menores no Juizado, acrescidos dos motivos que os levaram à instituição, no Mapa Geral esses números decrescem vertiginosamente. Embora não sendo possível precisar o motivo dessa discrepância numérica, vamos seguir a advertência feita por Oscar Handlin, para quem “nem todos os arranjos de número são uma pista ou uma memória de transições reais”. Nesse sentido, cabe ao historiador “compreender os propósitos que lhes deram existências e afetaram o caráter”<sup>548</sup>.

Nessa perspectiva, arriscamos algumas inferências sobre essa divergência numérica: realçar as cores dos números crescentes da vadiagem nas ruas da cidade ou outro motivo que fosse causa de encaminhamento de menores ao Juízo, talvez tivesse a intencionalidade de mostrar que, embora o Juízo de Menores dedicasse todo rigor em combatê-la, seria necessária uma permanente atuação desse órgão junto a essa parcela da população. Nesse sentido, justificar-se-ia não apenas os recursos dispendidos como também a importância e proeminência do Juizado. Por outro lado, sugerimos que a documentação na qual os dados sobre a vadiagem (ou outra causa) se mostravam decrescente ano após ano, talvez, procurasse destacar o êxito alcançado pelo Juízo de menores no desempenho de suas funções junto aos menores. Não estamos querendo afirmar que tais estatísticas foram forjadas. Queremos apenas destacar que elas poderiam justificar a necessidade de manutenção e maior investimento nessa instituição pois, ainda seguindo Handlin,

Os números apropriados, todos esperavam, indicariam as políticas apropriadas. Muitas vezes, é claro, o número julgado apropriado, no momento e depois, eram tais que justificavam políticas advogadas por outras razões. E algumas vezes, de fato, o historiador prudente descobre que foram as considerações políticas que modelaram o próprio modo de organizar e tabular os dados<sup>549</sup>.

Reforça nossa inferência o fato de em todo o período pesquisado, os relatórios de Polícia ressaltarem a dificuldade da infecunda tarefa no combate a vadiagem. Importante

---

<sup>547</sup> Para melhor compreensão denominamos de Mapa Geral o quadro estatístico produzido por André Vidal de Araújo e publicado em 1965, com dados da atuação do Juízo de Menores na cidade de Manaus, referente ao período de 1936 a 1951. ARAÚJO, André Vidal. *Predelinquência infantil em Manaus*. Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus: Editora Sérgio Cardoso. 1965, p.87.

<sup>548</sup> HANDLIN, Oscar. *A Verdade na História*. São Paulo: Martins Fontes. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982. P. 183.

<sup>549</sup> HANDLIN, . *A Verdade na História...op.cit.*

destacar que tais discrepâncias se mostram em relação a outros aspectos e não apenas a vadiagem.

No seu primeiro mês de atuação o Juízo de Menores iniciou a árdua tarefa no sentido de tentar retirar das vias públicas crianças e jovens que, dentre outras coisas, se divertiam jogando futebol nas ruas e praças, empinando papagaio de papel, morcegando nos bondes ou reunidos em grupos<sup>550</sup>. Para tanto se fazia necessário o uso de um carro usado na ação conjunta que unia corpo de bombeiros, polícia, fiscais do município e vigilantes do mercado público. A necessidade de um carro foi logo resolvida junto ao prefeito da cidade. Realizados os ajustes necessários, o automóvel teria como finalidade recolher aqueles com idade abaixo de dezoito anos encontrados sem ocupação nas ruas.

O relatório do primeiro semestre do ano de 1936 apresentado ao governador do estado do Amazonas, Álvaro Maia, registrou que “em quatro mezes de funcionamento, passaram pelo Juizado trezentas e oitenta crianças, rigorosamente classificadas pelas diversas secções”<sup>551</sup>. Após seis meses de funcionamento, o Juizado havia recebido um total de 646 menores. Destes, a grande maioria era do sexo masculino, enquanto 202 menores eram mulheres. Desse total, 467 eram crianças com idades variadas abaixo dos 14 anos <sup>552</sup>. Essa documentação nos apresenta dados relevantes para compreensão do papel dessa instituição no projeto de disciplinarização da infância na cidade de Manaus. Papel este que se espalhava para além dessa fase da vida do sujeito, posto que embora a lei de criação do Juízo de Menores estabelecesse que a ele estariam submetidos os menores de 18 anos abandonados e delinquentes, nos primeiros semestres após a sua criação passaram por suas dependências 39 pessoas com idade acima dos 18 anos. Destes, mais da metade possuíam 20 anos de idade<sup>553</sup>. Os dados apresentados nos parecem muito revelador pois demonstram que mesmo aqueles com idade acima do estabelecido pela lei, estavam ao alcance deste Juizado.

O referido documento apresenta outras informações que para além de possibilitar traçar um perfil aproximado desses sujeitos, nos remetem a outras inquietações. No que se refere a alfabetização desses 646 menores registrados, consta que 369 seriam

---

<sup>550</sup> *Jornal do Comércio*, nº 10688. Manaus, 13 de outubro de 1935. p.1.

<sup>551</sup> Mensagem de Governo apresentada a Assembleia Legislativa. Manaus: Imprensa Pública, 1936. p.121

<sup>552</sup> Mensagem de Governo apresentada a Assembleia Legislativa. Manaus: Imprensa Pública, 1936.p.123-124.

<sup>553</sup> Mensagem de Governo apresentada a Assembleia Legislativa. Manaus: Imprensa Pública, 1936.p.123-124.

analfabetos. Ainda que analisados sobre uma amostra muito reduzida, esses dados indicam o elevado índice de analfabetismo da população manauara, pois mais da metade desses menores não tinham conhecimento da leitura nem da escrita. Outra questão novamente se refere ao alcance das ações do Juizado de Menores. Se essa instituição estava voltada para atender aos menores abandonados, nos surpreende que um elevado número soubesse ler. Diante dessa questão, devemos atentar para a percepção de *abandonado* para os orquestradores desse projeto disciplinar. Conforme assinalamos anteriormente, para Álvaro Maia, governador do estado do Amazonas, “como abandonados devem ser tidos os filhos de paes pobres, que lhes não podem proporcionar o ensino necessário a tornal-os cidadãos uteis a sociedade”<sup>554</sup>. Acreditamos que essa definição de Maia deixa claro que o Estado se voltava para aqueles que por algum motivo não estavam contribuindo de forma produtiva com a sociedade. Aos pais caberia a incumbência de assegurar o preparo da mão de obra das crianças e, caso aqueles não cumprissem com os seus deveres, o Estado assumiria esse papel.

Dando prosseguimento a tentativa de visualizar o perfil de crianças que passavam pelo Juízo de Menores, identificamos que rostos múltiplos compunham essa estatística. Embora os amazonenses fossem em número muito mais elevado, era significativo a presença das acreanas, paraenses, maranhenses, cearenses, paraibanos, pernambucanos, baianas, paulistas e mato-grossenses. Entre as estrangeiras, em número muito reduzido, peruanas e portuguesas. Quanto a etnicidade, os dados podem ser considerados reveladores. Na categoria de mestiços constam 448 menores; brancos 171 e 26 menores considerados pretos<sup>555</sup>.

Essa diversidade de etnicidades e nacionalidades refletia o elevado número de migrantes na cidade de Manaus, bem como, a presença de grupos diversificados no espaço urbano. Diversidade que se ampliou com o passar dos anos. Para os anos 40 a documentação registrava a presença de menores peruanos, bolivianos, colombianos, venezuelanos, portugueses, belgas, italianos e japoneses. O que pode sugerir um elevado processo migratório existente na região não apenas em nível nacional, como também em nível internacional.

---

<sup>554</sup> Mensagem de Governador Álvaro Maia a Assembleia Legislativa (maio de 1936). Manaus: Imprensa Pública. 1936.p15.

<sup>555</sup>Mensagem do Governador Álvaro Maia a Assembleia Legislativa (maio de 1936). Manaus: Imprensa Pública, 1936, p.121-122-123.

Dentre os diferentes motivos que encaminhavam os menores ao Juizado destacamos a vadiagem, fator que mais contribuiu para o elevado número de crianças e adolescentes conduzidos a presença do Juízo de Menores. No Brasil, a vadiagem foi motivo de intensa preocupação por parte do Estado nos anos finais do século XIX e início do século XX. Na cidade de Manaus, a imprensa e a polícia envidaram esforços no sentido de combater essa prática por eles considerada não condizente com a condição de centro exportador do látex. Como esclarece Leno José Barata, as práticas dos considerados vadios em tudo se chocavam com a conduta do “bom cidadão” construída pela sociedade burguesa. Enquanto o vadio gastava os seus dias nas práticas ilícitas que garantiriam o sustento e a diversão desmedida, o homem honesto e laborioso dedicava-se à faina diária, garantindo o sustento graças ao suor do próprio rosto e, ao final do dia, o descanso merecido que iria repor as forças necessárias para a labuta do dia seguinte<sup>556</sup>. A parcela de contribuição para o engrandecimento social deveria ser dada por todos os cidadãos: homens e mulheres, adultos e crianças. Seguindo essa perspectiva o *Jornal do Comércio* noticiava que “era uma pena ver-se algumas pobres crianças que andam por ahi pelas ruas vagabundeando, habituando-se ao vício, esquecidas do trabalho, sem ofício, sem um meio certo de subsistência”<sup>557</sup>.

A despeito da intensa campanha desencadeada no sentido de sanear as ruas da cidade de Manaus da presença de grupos sociais considerados indesejáveis, a década de 1930 apresentava quadro semelhante aos vivenciados nos decênios anteriores. A presença de crianças e jovens nas ruas era elevada, praticando atos considerados não condizentes com as normas de conduta da “civilização”, dando outras funções aos espaços públicos que não os esperados pelos administradores públicos, sendo motivo de denúncia por parte da imprensa manauara que exigia medidas que viessem a coibir essa prática pois

Continua o molecório a fazer das ruas e praças da cidade o campo de sua vadiagem. Nesses logradouros públicos jogam *foot-ball*, fazem exercício de tiro aos pássaros, apedrejam as mangueiras, empinam papagaios, travam luta de boxe, proferem nomes imorais, borram as paredes das casas, quebram os bancos dos jardins, sem que ninguém lhes vá as mãos

---

<sup>556</sup> SOUZA, Leno José Barata. Evas, Vadios e Moleques: outras histórias da Belle Époque Baré. In: *Canoa do Tempo*. Revista do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, v.1, n.1-jan/dez. 2007 p. 33-52.

<sup>557</sup> *Comércio do Amazonas*, nº 404. Manaus, 24 de fevereiro de 1899 p.1. Sobre esse tema ver: Pessoa, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Manaus: EDUA. 2015.

[...] o que é admirável numa cidade como a nossa, iluminada e com foros de civilizada<sup>558</sup>.

Nesse sentido, retirar esses grupos sem ocupação das ruas foi uma das mais árduas e infrutíferas tarefas do Juizado de Menores, que via no vadio um criminoso em potencial<sup>559</sup>. Com um pouco mais de um ano de criação, passaram pelo Juízo cerca de 1.796 menores, sendo que desse total, 399 teve como causa a vadiagem<sup>560</sup>. Nessa campanha de repressão se entendia “não ser possível a repressão à vadiagem, à mendicância, à libertinagem, à delinquência infantil, sem a colaboração da Polícia”. Desse modo, determinava-se que os menores encontrados sem ocupação nas ruas de Manaus deveriam ser apreendidos por policiais à paisana, registrados na delegacia e encaminhados ao Juizado de Menores<sup>561</sup>. Percebemos instituições que tinham por finalidade a repressão atuando em conjunto no sentido de formar uma intensa rede de combate a vadiagem. Para além do aparato policial requisitado para esse fim, havia tentativas de convencimento por meio do discurso religioso, visto também como estratégia eficaz.

Creemos que foi nesse sentido que em 1935 o Juízo de Menores se dirigiu ao Bispo da Diocese de Manaus, solicitando-lhe que orientasse padres e vigários a professarem sermões que contemplassem a problemática do combate a vadiagem<sup>562</sup>. Assim, com a utilização de discursos e ferramentas diversas pretendia-se que juizado, polícia e igreja, envolvessem adultos e crianças num processo disciplinador, seja por meio de preleções,

---

<sup>558</sup> *Jornal do Comércio*, nº 10.685. Manaus, 10 de outubro de 1935.p.1.

<sup>559</sup> De acordo com o Artigo 28 do Código de Menores de 1927, “são vadios os menores que: a) vivem em casa dos pais ou tutor ou guarda, porém, se mostram refractários a receber instrução ou entregar-se a trabalho sério e útil, vagando habitualmente pelas ruas e logradouros públicos; b) tendo deixado sem causa legítima o domicílio do pai, mãe ou tutor ou guarda, ou os lugares onde se achavam collocados por aquelle a cuja autoridade estavam submettidos ou confiados, ou não tendo domicilio nem alguém por si, são encontrados habitualmente a vagar pelas ruas ou logradouros públicos, sem que tenham meio de vida regular, ou tirando seus recursos de occupação immoral ou prohibida”.

<sup>560</sup> Mensagem de Governador Álvaro Maia à Assembleia Legislativa (maio de 1937). Manaus: Imprensa Pública. 1937, p.46.

<sup>561</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia a Assembleia Legislativa (maio de 1937). Manaus: Imprensa Pública. 1937. p.180-181. Analisando o processo de emergência da vadiagem enquanto crime na França do século XVII, Foucault adverte que os vagabundos não eram aqueles que não exerciam atividade devido à escassez de trabalho, aqueles que foram para o caminho do ócio por não encontrar trabalho. Os vagabundos seriam aqueles que se recusavam a exercer atividade laboral, aqueles que deliberadamente se recusavam a fazer parte da sociedade produtiva. Então, esse vagabundo seria considerado inimigo da sociedade, um inimigo social, pois sua recusa ao trabalho seria uma forma de enfrentamento, um ataque a essa sociedade que impunha o trabalho como valor moral. Nessa linha de raciocínio, ao vagabundo deveriam ser aplicadas penas severas pois ao se recusar ao trabalho eles se voltavam contra a sociedade haja vista tal recusa gerar a delinquência, pois para conseguir meios de sobrevivência o vagabundo poderia usar da violência. FOUCAULT, Michel. *A sociedade Punitiva*. Curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault) p.45,46,47.

<sup>562</sup> Diário Oficial do Amazonas. Manaus, 22 de outubro de 1935. p. 2.

repressão ou da tentativa de persuasão através de discursos religiosos. Enquanto a polícia e o juizado atuavam na apreensão de menores, a igreja utilizava o discurso religioso como fator formador da moral. Por meio da igreja se pretendia inculcar nos pais e responsáveis pelos menores a necessidade de evitarem espaços e práticas consideradas nocivas<sup>563</sup>. As ruas, vistas como perigosas quando utilizadas como espaço do ócio, seriam o local onde se propagavam os vícios e paixões desenfreadas. Nelas, braços se afastavam da virtuosa atividade laboral, valores morais de amor à pátria e família poderiam ser desfeitos ou enfraquecidos. Nas ruas o sentimento de hierarquia não se manteria alimentado, pois tão nobre virtude tendia a desvanecer diante das tentações do álcool, do jogo e da malandragem. Para Esmeralda de Moura, durante a chamada República Velha, as ruas eram percebidas como ameaçadoras por serem vista como:

o espaço do ócio, do comportamento visto como imoral, o espaço do crime, onde se reproduzem formas de sobrevivências tidas como verdadeiramente marginais, onde as misérias sociais estão em permanente e contundente exposição<sup>564</sup>.

As ruas da cidade de Manaus, até então arborizadas, eram convidativas ao passeio cotidiano, ao jogo de futebol nas praças, aos banhos nos igarapés, bem como, ao jogo de cartas na esquina, às “morcegadas” nos bondes, a atirar pedras nas árvores frutíferas, etc. Procurando afastar crianças e jovens dessas práticas, o Juizado de Menores alertava aos pais sobre a responsabilidade deles no encaminhamento da educação de seus filhos e que tal instituição iria agir com todo rigor. Para tanto, seriam recolhidos ao *Aprendizado Agrícola do Paredão* os menores encontrados em vadiagem, seja na área central da cidade ou nos subúrbios, sendo permitida a sua saída somente depois de comprovada que não houve negligência por parte dos seus responsáveis<sup>565</sup>.

Crianças e adolescentes recolhidos ao Juízo de Menores estavam sujeitos a diferentes tipos de testes, medições e inquéritos, que resultariam no seu retrato psicossocial. Nesse sentido, ao tentar identificar o que motivava o furto, a mentira e outras formas de condutas consideradas vícios, o Juízo de Menores submeteu meninos e meninas, moças e rapazes considerados abandonados e delinquentes a testes de medição

---

<sup>563</sup> Neste momento nos remetemos a Foucault, para quem a criança é armadilha de pegar adulto pois por meio da disciplinarização da infância, se disciplina o adulto.

<sup>564</sup> MOURA, Esmeralda B. B. de. Meninos e meninas nas ruas: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol.19, nº37, 1999. P.85-102.

<sup>565</sup> Diário Oficial, nº 12.110. Manaus, 19 de outubro de 1935. p.3. O Aprendizado Agrícola do Paredão era uma escola correcional para meninos, sobre a qual trataremos mais adiante.

da capacidade cognitiva, no intuito de detectar se a causa da delinquência seria deficiência intelectual ou falha de caráter. A delinquência, de acordo com os postulados da Escola Positivista, teria suas raízes na constituição biológica, física e social do indivíduo, sendo necessário identificar essa causa, tratá-la e preveni-la <sup>566</sup>. A partir desses pressupostos crianças e jovens foram submetidos a testes e medições diversas como forma de identificar criminosos em potencial, na tentativa de tentar “curar” ou “tratar” o mal antes que viesse a manifestar-se.

Com essa preocupação, em nove anos de atuação na cidade de Manaus, cerca de 2.394 menores, de ambos os sexos, na faixa etária entre os 3 e 18 anos, foram submetidos ao teste individual Binet/Simon<sup>567</sup>. O teste Binet/Simon foi criado pelo psicólogo Alfred Binet e posteriormente aperfeiçoado por Theodore Simon, ambos franceses. Tratava-se de teste de nível mental com a finalidade de auferir a capacidade intelectual das crianças. Ao aplicá-lo de forma sistemática pela primeira vez em 1905, Alfred Binet pretendia detectar os fatores que causavam o atraso dos alunos das escolas francesas<sup>568</sup>. Muito utilizado no Brasil, o uso desses testes não deve ser percebido como ideia fora do lugar ou simples cópia de outros países. Assim adverte Cesar Rota Junior, para quem os testes psicológicos utilizados no Brasil não se trataram de simples cópia dos testes estrangeiros. Estes, foram tomados como referências e adaptados à realidade do país e as necessidades locais<sup>569</sup>.

De forma semelhante ocorreu na cidade de Manaus que, dentro das limitações de recursos financeiros e de profissionais na área, fez largo uso dos testes no Juízo de Menores. De acordo com os resultados alcançados na aplicação dos testes quase 100% dos menores seriam considerados “deficientes mentais”. Isso significava que a capacidade intelectual não correspondia a idade mental dos indivíduos testados, o que

---

<sup>566</sup> A Escola Positiva de direito penal, surgiu a partir das pesquisas realizadas por C. Lombroso, em fins do século XIX. Sua principal característica foi o discurso médico-científico que patologizava o anti-social. Nesse sentido “o delinquente seria um doente; o crime um sintoma; a pena ideal, um tratamento”. FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*, São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009. p.23.

<sup>567</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Predelinquência infantil em Manaus*. Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus: Editora Sérgio Cardosos. 1965. P.47,48.

<sup>568</sup> ROTA JUNIOR, Cesar. *Recepção e circulação de testes de inteligência na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte (1929-1946)*. Tese de Doutorado. UFMG: 2016.

<sup>569</sup> ROTA JUNIOR., *Recepção e circulação de testes de inteligência...op.cit.*

poderia ser definido como retardo mental, justificando assim a delinquência entre esses sujeitos<sup>570</sup>.

Esses dados evidenciam o quão arbitrário se fazia o uso de testes psicológicos no sentido de classificar determinada parcela da população, estabelecendo estreita associação entre pobreza, capacidade mental e deficiência moral, no caso a delinquência. Tal resultado poderia ser utilizado para legitimar a tutela do Estado sobre esse segmento social.

Do mesmo modo, as medições antropométricas foram usuais no Juízo de Menores em Manaus. De acordo com as teorias biodeterministas, as medidas poderiam indicar por meio das características externas do sujeito, se este teria tendências criminosas. Nessa perspectiva, crianças e adolescentes estavam submetidos a diversas aferições, dentre elas a medição do diâmetro do tronco, do cumprimento dos membros, da largura da fronte, do crânio, dentre outras. A mensuração do crânio, também chamada de craniometria, surgiu no século XIX, assevera Schwarcz, sendo amplamente defendida por estudiosos da época com destaque para Cesare Lombroso que, em *L'uomo delinquente*, asseverava que o criminoso poderia ser identificado por meio de sua aparência física e hereditária<sup>571</sup>. Na mesma linha de raciocínio seguia Paul Broca, árduo defensor da craniometria, acreditava que por esse meio ser possível a identificação de raças superiores e inferiores havendo relação direta entre inferioridade física e mental<sup>572</sup>.

Nas imagens abaixo podemos visualizar crianças com pouca idade, com os traços físicos característicos dos habitantes da região, submetidas as medições craniométricas no Juizado de Menores em Manaus.

---

<sup>570</sup> ARAÚJO,. *Predelinquência infantil em Manaus...*op.cit. p.48.

<sup>571</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.p.65.

<sup>572</sup> SCHWARCZ,. *O Espetáculo das Raças...*op.cit. p.67.



**Imagem 5: Mensuração do crânio no Juizado de Menores**

**Fonte: Flumilândia (1935-1940) Acervo: IGHA**



**Imagem 6 : Demonstração cranométrica no Juizado de Menores**

**Fonte: Flumilândia (1935-1940) Acervo: IGHA**

Inquéritos foram realizados junto aos menores recolhidos por furto no Juízo de Menores, com a finalidade de identificar com mais precisão as condições determinantes dessa prática, bem como traçar as características sociais de quem as praticava. Nesse sentido, os inquéritos realizados entre 118 menores, sendo 105 homens e 13 mulheres, demonstrou que dentre estes, 98 eram mestiços, 6 brancos e 14 negros. De acordo com os resultados, a maior incidência estava entre aqueles na faixa etária entre os 14 e 17 anos<sup>573</sup>.

Esses dados reforçam nossa reflexão anterior sobre o quanto se fazia uso de classificações para criar estigmas e estereótipos sobre determinados segmentos sociais.

---

<sup>573</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Predelinquência infantil em Manaus*. Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus: editora Sergio Cardosos. 1965. p.82,83.

Este seria o caso dos *mestiços*, no qual estariam incluídos todos aqueles resultantes do cruzamento de raças, no caso de nossa pesquisa, aqueles descendentes da mistura entre o índio, o negro e o branco. As ideias científicas predominantes no período não percebiam de forma positiva para formação e manutenção da sociedade brasileira, a mistura entre raças, ou seja, a mestiçagem. Dentre tais ideias destacou-se o médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues, para quem a mestiçagem seria fator da degenerescência de uma sociedade. A mistura, o cruzamento entre raças, poderia gerar degeneração física, mental e hereditária. Diversas seriam suas formas de manifestação, destacava Nina Rodrigues: nervosismo, dificuldade de aprendizagem, medo, melancolia, alucinação, apreço pelo álcool, desarranjo mental, sífilis, demência, tendência a engordar, face assimétrica, epilepsia, tiques nervosos, assimetria de algum membro do corpo, preguiça, etc<sup>574</sup>. Alguns sinais de degenerescência poderiam ser observáveis mesmo por pessoas leigas, como exemplo o lábio leporino e a surdo-mudez. Para Nina Rodrigues,

o cruzamento de raças tão diferentes antropologicamente, como são as raças branca, negra e vermelha, resultou num produto desequilibrado e de frágil resistência física e moral, não podendo se adaptar ao clima do Brasil nem as condições da luta social das raças superiores <sup>575</sup>.

Uma degenerescência hereditária poderia se mostrar de forma acentuada nas gerações futuras de uma família mestiça. Nesse sentido, o crime poderia ser uma tendência dos mestiços, podendo variar de pessoa para pessoa de uma mesma família. A tendência criminosa, não necessariamente viria acompanhada de uma deformidade física e o temperamento violento poderia se manifestar em sujeitos que não apresentassem características físicas dos dados ao crime, esclarece Rodrigues <sup>576</sup>.

Portanto, a estatística produzida pelo Juizado de Menores de Manaus que apontava a incidência da prática do furto entre os mestiços viria a ser justificada pelas teorias científicas que atribuíam a essa categoria a tendência ao furto, visto como fruto da degenerescência, característica nata dessa mistura entre grupos raciais predominantes na

---

<sup>574</sup> RODRIGUES, Raimundo Nina. *Métissage, dégénérescence et crime*, publicado nos Archives d'Anthropologie Criminelle, v.14, n.83, 1899. Tradução de Mariza Corrêa Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol.15 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2008.

<sup>575</sup> RODRIGUES,. *Métissage, dégénérescence et crime...op.cit.*

<sup>576</sup>RODRIGUES,. *Métissage, dégénérescence et crime...op.cit.* Teorias sobre a mestiçagens, divergentes entre si, se acomodavam. Para alguns estudos, tomando como exemplo a mula, o cruzamento entre raças resultaria em seres incapazes de reprodução. Para outros estudiosos, por serem os mestiços portadores de fertilidade em abundância, as características negativas desse grupo iriam prevalecer em caso de mestiçagem, devendo a mesma ser evitada. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras. p.74.

região, com predominância para o índio e branco. Para além do estigma criado sobre essa parcela da população, a classificação desses menores como *mestiços* pode trazer subjacente a tentativa de homogeneizar os grupos sociais que compunham a sociedade manauara. Poderia ser uma forma de invisibilizar os descendentes da população indígena, obliterando traços de uma descendência considerada indesejada.

Com efeito, em todas as estatísticas do Juizado de Menores por nós compulsadas, não encontramos nenhuma referência a menores índios ou descendentes de indígenas. A única referência é de um jovem índio Maué, “que o juizado amparou trazendo a civilização”<sup>577</sup>, e que se encontra em um documento não produzido por essa instituição. Trata-se de uma espécie de revista comemorativa aos cinco anos de governo de Álvaro Maia. Acreditamos que a despeito dos diversos processos migratórios ocorridos para a região que resultou na elevada presença de migrantes nacionais e estrangeiros na capital amazonense, a presença de índios ou descendentes de indígenas entre 1930 a 1945, período do presente estudo, ainda poderia ser percebida na cidade de Manaus. Não na mesma proporção que nos anos finais do século XIX, mas certamente ainda eram encontrados índios nos arredores da cidade, em lugares mais afastados do perímetro urbano, adotando muitos dos aspectos culturais da cidade. O ocultamento desse grupo social da documentação do Juizado, assim como em outras fontes, deixa entrever a intenção de “apagar” uma origem indesejada, portanto, relegada ao silêncio. Ao atribuir a maior parte da população a categoria de *mestiços*, colocava-se uma “camada” sobre o elemento indesejado de nossa formação social. Ao nominá-los de mestiços, para além de deixar opaco o auto reconhecimento que os grupos sociais poderiam fazer de si, seria uma forma de anular as individualidades desses menores, tornando-os menos resistentes ao processo de discipliná-los de acordo com uma forma pré-estabelecida. Se as tentativas de embranquecer a população não haviam vingado, procurava-se formas de ocultar essa mistura “impura”<sup>578</sup>.

---

<sup>577</sup> Flumilandia: documentário oficioso de um lustro de governo, 1935-1940. Manaus: Tipografia Fênix. 1941. p.21.

<sup>578</sup> Cremos não ser infundada atribuir um ocultamento deliberado da presença da população indígena na Manaus dos anos 1930, por parte das elites local. Graça Costa, ao tratar sobre a Assembleia Constituinte de 1935 no Amazonas, identificou a omissão da presença indígena nos trabalhos dos constituintes. Nos Anais da Assembleia Constituinte a autora identificou a única referência aos índios, feita em discurso pela deputada Maria de Miranda Leão, que assim afirmava: [...] pelo sangue selvagem que me corre nas veias, dos índios que passaram aqui em Manaus[...]. Percebemos que ainda que faça uma referência a população indígena, a deputada o faz de forma genérica como se a presença deles houvesse sido transitória, efêmera, que eles aqui estiveram apenas de passagem. Consoante Graça Costa, os deputados da Assembleia Constituinte do Amazonas, “ao situarem o estilo de vida na Amazônia, silenciaram em relação aos índios,

As teorias científicas deterministas presentes até as duas primeiras décadas do século XX no Brasil, embasadas na biologia e no evolucionismo orgânico, defendiam e legitimavam a necessidade do embranquecimento da sociedade brasileira<sup>579</sup>, muito conhecida em outras plagas por sua diversidade de matizes que a tornava exótica e “atrasada”. Com a entrada dos anos trinta, sob o discurso da unidade étnica no País, paulatinamente esse aparato teórico vai sendo substituído pelo da necessidade de integração do índio, do negro e do mestiço, “antes considerados excluídos da civilização (porque estavam à margem do mercado de trabalho) e responsabilizados pelo atraso do país, passaram a ser enaltecidos como elementos do progresso”, atesta Capelato<sup>580</sup>. Para a autora, a necessidade de maior aproveitamento dessa mão de obra, seria a justificativa para essa mudança.

Importante alerta é feito por Schwarcz, para quem o fato de nos anos 30 o mestiço ser considerado, por alguns, como o produto final de uma raça em formação, não significava dizer que este passou a ser considerado com atributos morais e físicos iguais aos do homem branco<sup>581</sup>. Embora transformado em ícone nacional, “a redenção verbal não se concretizou no cotidiano: a valorização do nacional era acima de tudo uma retórica que não encontrava contrapartida fácil na valorização das populações mestiças e negras”<sup>582</sup>.

Podemos afirmar que a cidade de Manaus não fugiu desse contexto. A ideia fixa de aprimoramento da raça via na ascendência europeia, no caso o português, a possibilidade de suplantar os caracteres do índio e do negro, sobressaindo as características consideradas ideais: pele alva, cabelos claros, estatura elevada, rosto afunilado<sup>583</sup>. Essa reflexão pode ser ilustrada no discurso proferido no dia 21 de abril de

---

numa população com expressiva população indígena”. E que “não se justifica a ausência de pronunciamentos a respeito da problemática indígena e do desinteresse político no tratamento de suas questões”. COSTA, Maria das Graças Pinheiro. *O direito a Educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. UFMG: 2001.p. 204.

<sup>579</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. São Paulo: editora UNESP, 2009. p. 244.

<sup>580</sup> CAPELATO, . *Multidões em Cena...op.cit.* p.244.

<sup>581</sup> SCHWARCZ, . *O Espetáculo das Raças...op.cit.*p.202,203.

<sup>582</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem Preto Nem Branco, Muito pelo Contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma: 2012. p.28.

<sup>583</sup> O olhar depreciativo sobre a população local não foi exclusivo para o período por nós pesquisado. Podemos afirmar tratar-se de um prolongamento das ideias eugênicas do século XIX que lançavam uma carga de preconceitos sobre a população local, devendo esta ser depurada por meio do cruzamento com o europeu. Nessa perspectiva os processos migratórios deveriam ser encaminhados no sentido de incentivar que povos considerados “avançados” ocupassem a região contribuindo não apenas com sua força de trabalho, mas principalmente com uma nova geração. Esses foram os argumentos utilizados por Augusto

1937, durante as comemorações em homenagem ao “herói” da Inconfidência Mineira, Tiradentes. Durante a parada cívico-desportiva, que contava com a presença de banda de música, cavalaria, diversas escolas públicas e particulares, da imprensa, sociedades civil e militar, além do alto escalão da administração estadual e municipal, o Juiz Substituto Federal, Sadi Tapajós de Alencar, se pronunciou destacando que:

[...] “para nos mantermos integral e inviolável todo o patrimônio de nossa nacionalidade, somente o poderemos conseguir aperfeiçoando a nossa raça pelo cultivo inteligente do esporte. Educando o corpo, disciplinamos o espírito, condições indispensáveis para alegria de viver e assim atingirmos a um typo racial são e perfeito, o que poderemos conseguir, sabido que é o typo nórdico” [...] <sup>584</sup>

Por essa perspectiva do Juiz, fica evidente a crença de que a prática de atividades físicas poderia dar melhor feições estéticas a população amazonense, alongando seu porte físico, moldando o corpo e a mente, corrigindo imperfeições e dando-lhes um aspecto mais saudável. O esporte seria a ferramenta utilizada para disciplinar o corpo e o espírito, afastando o desânimo e a indolência tão creditados aos indígenas. Em outras palavras, por meio do esporte se pretendia engendrar um novo cidadão considerado mais apto ao trabalho, de talhe delgado, musculatura firme, corpo flexível, destemido e intrépido. Como discursou o palestrante, “é pelo esporte, a grande escola de patriotismo, que se consegue melhorar e fortalecer o typo ethico, para a nação ir colher as suas reservas de homens sadios e validos para a defesa de sua soberania” <sup>585</sup>.

No sentido de tornar mais eficiente a atuação do Juízo de Menores, em 1940 foi publicada uma portaria que organizava os seus serviços administrativos. Tais serviços já eram realizados desde sua fundação, no entanto o objetivo dessa nova organização seria

---

Ximeno Villeroy, que governou o Amazonas por volta de 1890, ao propor incentivo da colonização europeia para região. Para Augusto Villeroy, a colonização deveria ser limitada aos “povos ocidentais, especialmente aos ibéricos”, pois “esta raça preenche todas as condições para viver, crescer e progredir no meio amazonense”. VILLEROY, Augusto Ximeno. *Como se deve povoar o solo amazônico*. In: MIRANDA, Bertino. (org.). *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22 a 27 de fevereiro de 1910). Manaus: Palais Royal, 1911. Apud: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, Nº 54, set/dez 2014, pp. 807-826. Pinheiro identificou que na cidade de Manaus essa clara preferência pelo europeu em detrimento do trabalhador local se mostrava de forma incisiva nos mundos do trabalho, principalmente no Porto de Manaus, onde a mão de obra local era preterida em função da força de trabalho estrangeira, especificamente, portuguesa. Tal preferência justificava-se pela crença de que os trabalhadores estrangeiros fossem portadores de atributos ausentes no trabalhador nacional: robustez, aptidão e disciplina, própria da formação europeia. Conferir, PINHEIRO, *Migração, trabalho e etnicidade...op.cit.* p.812 a 815. <sup>584</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11153. Manaus, 22 de abril de 1937. p.1.

<sup>585</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11153. Manaus, 22 de abril de 1937. p.1; Para estudos sobre esporte no Rio de Janeiro nas três primeiras décadas do século XX ver: PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

uma forma de garantir maior eficiência do corpo de funcionários, voluntários ou não, na realização de suas funções bem como o maior controle por parte do Juiz sobre as atividades realizadas. Com essa preocupação a Portaria de Nº 291, de 27 de fevereiro de 1940, dentre outros itens, estabelecia que:

1º - A vigilância sobre menores deverá constar diariamente de um boletim organizado, todas as manhãs, no qual constem as ocorrências do dia anterior. Esse boletim será apresentado ao Juiz no início do expediente, logo após a assinatura do ponto. O referido boletim será organizado pelo Comissário de Vigilância, a quem competirá a fiscalização da vadiagem, distribuição de pessoal para o combate a essa infração, comunicação das ocorrências dos cinemas, fiscalização de bares e botequins e registro de fichas de observações de menores.

2º - O serviço de medidas antropométricas, expirometria, testes, questionários sobre interesses e alimentação, registro de menores oligofrênicos, inquéritos sobre consciência jurídica dos menores, etc., fica a cargo das auxiliares Cândida A., Francisca O. e Neuza C.

3º - O serviço de controle dos cinemas, distribuição dos guardas para os mesmos, controle de bailes públicos, serviço de intimações, comunicado diário das ocorrências nos cinemas, fica a cargo do Oficial de Justiça Antonio Carlos.

[...]

6º - O serviço de visitas domiciliares, bem como o dos livros Destino de Menores, o de Pessoas que desejam se encarregar da educação de crianças, Registro de Candidatos ao Paredão, Instituto Benjamin Constant, escola de aprendizes Artífices e internamento em Hospitais fica a cargo da visitadora Heloíza Ribeiro.

8º - O serviço de repressão à vadiagem, de fiscalização nas entradas de cinema, mercado público, matadouro, botequins, bailes públicos, banhos públicos, parques, bilhares, cabarés, casas de jogos, arraiais, tem como responsável o Comissário João Batista, que terá à sua disposição, para o controle absoluto desse serviço, os guardas e soldados deste juiizado, bem como os vigilantes que esse serventuário solicitar para o referido serviço

<sup>586</sup>.

Podemos perceber o quão complexo era a atividade realizada pelo Juizado de menores, envolvendo um elevado número de funcionários num emaranhado de ações que visava abarcar a infância e juventude não apenas em seus corpos físicos, mas também e, principalmente em todos os seus espaços geográficos. Uma estrutura de poder que procurava garantir meios de controlar, demarcar os espaços citadinos possíveis de acesso

---

<sup>586</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 66. Anexo do Diário Oficial do Estado do Amazonas datado de 4 de março de 1940. Infelizmente até este momento não conseguimos localizar os livros citados acima, o que poderia possibilitar uma análise minuciosa sobre essas questões.

aos menores. Todavia, não devemos pensar que tal processo “despencou” de cima para baixo sobre a população. Essa preocupação com a infância existia desde o século anterior. No entanto, nas décadas de 1930 e 1940 a administração pública se voltou de forma sistematizada para o problema que entendia ser a infância, havendo, em decorrência disso a implantação de um projeto nacional que visava discipliná-la. Na cidade de Manaus, tal projeto foi marcado por ações que aos poucos foram se multiplicando por meio da construção de discursos científicos que lentamente foram sendo traduzidos em coerção moral sobre parte da população. Creio que podemos nos aproximar daquilo que Foucault chamou de *normalização*<sup>587</sup>. Ou seja, não seria apenas pela repressão que se procuraria extirpar certos costumes e formas de vida. Toda uma série de discursos, com o foro de discurso científico, iria contribuir para que aos poucos antigas práticas fossem abandonadas pela população. Abandonadas não pela força física, mas pelas novas verdades que parte dessa população poderia vir a inculcar. Nesse sentido, não apenas pela força da lei, proibição ou sanção, se pretendia formar novas formas de vida. Mas sim pela norma. A norma seria o elemento a partir do qual certo exercício de poder seria fundado e legitimado<sup>588</sup>.

Com cinco anos de atuação o Juizado de Menores contava com mais de cem funcionários, entre efetivos e voluntários. Sendo os primeiros em número muito reduzido em relação aos outros. Desse total, 82 eram vigilantes e 9 Comissários<sup>589</sup>. Os números revelam todo empenho da instituição na tentativa de materializar o projeto disciplinar. No entanto, o inverso também pode ser verdadeiro. O elevado número de vigilantes atuando na fiscalização nos diversos espaços da cidade pode indicar o quanto tal projeto estava encontrando resistência, o quanto tais discursos não reverberavam positivamente junto a grande parte da população. Essa possível recusa não deve nos surpreender, afinal, seguindo a reflexão de Foucault,

[...] o poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão<sup>590</sup>.

---

<sup>587</sup> FOUCAULT, Michel. *Os Anormais*: curso no Collège de France (1974-1975). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: editora WMF Martins Fontes. 2010. p.43

<sup>588</sup> FOUCAULT, . *Os Anormais...*op.cit. p.43

<sup>589</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje*. Manaus: Imprensa Pública. 1940. p.16,17,18,19.

<sup>590</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições graal, 1979.p. 183.

A despeito de todo empenho movido pelo Juízo de Menores, afastar ou reduzir a presença de crianças nas ruas de Manaus não era tarefa fácil. Após dez anos de criação do Juizado, a vadiagem permanecia como maior desafio a ser vencido pelo Juízo de Menores pois, “cada vez mais as ruas da cidade enchem-se de pequenos desocupados”<sup>591</sup>. De fato, os dados estatísticos do período apontam um crescente número de menores apreendidos por vadiagem. Nos três primeiros anos da década de 1940, cerca de 1.069 enquadravam-se nesse tipo de “delito”<sup>592</sup>. No ano de 1945, o Juiz de Menores considerava que o apreço pelo ócio estava assumindo proporções muito elevadas, podendo “vir a se tornar catastrófica a vadiagem praticada nas ruas por meninos e rapazes”<sup>593</sup>. Justificava o Juiz ser insuficiente o número de funcionário a disposição da instituição, que trabalhavam na fiscalização de menores nas vias públicas. Com uma população de aproximadamente cem mil habitantes, era praticamente impossível a fiscalização das diversas ruas a procura de menores considerados vadios. Por outro lado, considerava o magistrado, os pais não dispensavam a atenção necessária aos filhos. Estes, sem espaços adequados para brincadeiras, como os parques infantis, passavam parte do dia a perambular pelas ruas jogando pedras nas árvores, brincando de bola ou com papagaio de papel, entre outras formas de diversão<sup>594</sup>.

Desde a instalação do juizado de Menores em Manaus, pais, responsáveis, crianças e adolescentes, demonstraram forte resistência as medidas impositivas. Fazendo uso das ruas como espaços de sociabilidade e de brincadeiras, não conseguiam aceitar a tentativa de normatizar práticas costumeiras do seu cotidiano. Com um pouco mais de dois anos de atuação, o Juizado, conforme registro do Diário Oficial do Amazonas, havia recolhido junto aos menores mais de mil e trezentas bolinhas de gude, cento e dez bolas de jogar futebol, cento e oitenta e sete baladeiras, mais de mil papagaios de papel, etc<sup>595</sup>. O número de objetos recolhidos nesse período indica essa recusa, não somente dos menores, como também de seus responsáveis que por diversas vezes questionavam tais proibições. Em relatório enviado ao Governador do Amazonas, Álvaro Maia, o Juiz de Menores reconhecia que a população,

---

<sup>591</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 159. Manaus, 9 de fevereiro de 1943.

<sup>592</sup> Exposição apresentada ao presidente Getúlio Vargas pelo Interventor Álvaro Maia (1943-1944). Manaus: D.E.I.P. 1944. p.104.

<sup>593</sup> Justiça de Menores – Relatório. 1944/1945. Manaus: Liv. Normalista. 1944. p.18-19.

<sup>594</sup> Justiça de Menores – Relatório. 1944/1945. Manaus: Liv. Normalista. 1944. p.18-19. Sobre as diversas formas de brincadeiras infantis trataremos em capítulo posterior.

<sup>595</sup> Diário Oficial. Manaus, 25 de janeiro de 1938.p.7.

a princípio, desconhecendo o Código de Menores, oferecia uma oposição enorme através de protestos feitos em casas de jogos, em bailes públicos, nas portas dos cinematógrafos, em cabarés, etc <sup>596</sup>.

No entanto, não apenas crianças e jovens sem ocupação eram percebidos como os *indesejáveis da rua*. “As pessoas que implorando a caridade pública, forem encontradas pelas ruas e praças desta capital e estejam, pela velhice ou defeito physico, carecidas de assistência”, seriam recolhidas ao *Asylo de Mendicidade* pela polícia, que estava orientada para aplicar o maior rigor na repressão à mendicância. De forma semelhante deveria a polícia agir contra aqueles que, mesmo gozando de saúde e com idade produtiva, estivesse a mendigar. Tais medidas, publicadas no Diário Oficial do Amazonas em 1936, tinham como preocupação, “regenerar os transviados do convívio social, reabilitando espíritos productivos que a miséria paralyzara” <sup>597</sup>.

A preocupação em retirar crianças das ruas das cidades e dar-lhes uma ocupação que as encaminhassem para uma vida considerada mais produtiva não foi exclusiva para a cidade de Manaus. No estado do Pará, um educandário foi criado na Ilha de Cotijuba, distante três horas da capital, voltado para o recebimento de crianças recolhidas por vadiagem<sup>598</sup>. Na cidade de João Pessoa, o Chefe de Polícia, por meio da criação de bibliotecas itinerantes nos bairros da Capital, procurou incentivar a leitura entre as crianças no sentido de tentar afastá-las da vadiagem<sup>599</sup>. No Rio de Janeiro, o Juiz de Menores se mostrava muito preocupado com as mais de cinco mil crianças, na faixa etária entre 12 e 13 anos, que por serem órfãos ou abandonados, perambulavam pelas ruas da cidade. Acreditava o magistrado que a proibição do trabalho de crianças menores de 14 anos, em muito contribuía para o aumento da vadiagem. O problema era visto como delicado pois “o menor viciado na vadiagem das ruas dificilmente será, de futuro, um bom operário ou um cidadão útil a coletividade <sup>600</sup>.

Os maus tratos também foram motivo do encaminhamento de crianças ao juizado de Menores. Vimos em pesquisa anterior, que nos anos finais do século XIX e início do século XX, os abusos visando a disciplina contra pequenos trabalhadores era prática antiga, sendo o castigo corporal adotado como “instrumento de correção” e largamente

---

<sup>596</sup> Exposição feita pelo Governador do Amazonas ao presidente Getúlio Vargas (1938),p.14. Sobre a presença de menores nesses espaços trataremos mais adiante.

<sup>597</sup> Diário Oficial do Amazonas. Manaus, 3 de maio de 1936.p. 35,36.

<sup>598</sup> *O Liberal*, nº 152. Belém, 19 de maio de 1947. p.1.

<sup>599</sup> *A Notícia*, nº 3.728. Joinville, 24 de março de 1944. p.1

<sup>600</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 159. Manaus, 9 de fevereiro de 1943.

utilizado contra crianças no local de trabalho<sup>601</sup>. A documentação revela que as décadas de 1930 e 1940 não foram diferentes para meninos e meninas que viviam em Manaus. Assim retrata o *Jornal do Comércio* ao denunciar a dura vida de uma menina de dez anos de idade, que fugiu de casa por conta de constantes surras. Levada à Delegacia de Polícia pela família que lhe oferecera abrigo depois da fuga, foi constatado os diversos hematomas que a pequena apresentava no corpo, resultantes dos castigos. Sobre os motivos dessas agressões, foi revelado que a última surra se deu pelo fato da pequena não ter forças suficientes para carregar as duas crianças que ficavam sob seus cuidados<sup>602</sup>. A nota do referido jornal é muito significativa. Para além de indicar os frequentes castigos físicos a que estavam submetidas as crianças, evidencia também a permanência desses pequenos submetidos as duras condições de trabalho, exercendo atividades acima de sua compleição física, o que contrariava terminantemente o Código de Menores. Contra esses excessos se voltou a atenção do Juiz de Menores no sentido de proteger os pequenos trabalhadores dos desmandos de patrões ou responsáveis. Desde a sua implantação, crianças foram retiradas de residências onde trabalhavam ou das casas de suas famílias por conta das denúncias de maus tratos que lhes eram dispensados. Com quatro meses de atuação, 59 crianças passaram por essa instituição por conta de sevícias<sup>603</sup>. Contra esses excessos o Juiz de Menores por diversas vezes se manifestou considerando “criminosos” esses tratamentos dispensados aos pequenos, solicitando que a população participasse da fiscalização contra os maus-tratos infantis, denunciando o que se passava no interior das casas<sup>604</sup>. Acreditamos que algumas autoridades públicas se sensibilizavam de fato com a situação vivenciada por esses pequenos pois um serviço mal feito ou uma conduta considerada inadequada poderia vir a ser motivo de repreensões, castigos ou verdadeiros espancamentos, não raramente terminando em suplício. Como preservar a saúde e a força de trabalho dessas crianças se os castigos em excesso poderiam inutilizá-las definitivamente, inviabilizando seu desenvolvimento como pequenos construtores da nação?

A preocupação do Juiz de Menores em resguardar esses pequenos não era infundada. No primeiro dia do mês de janeiro de 1936, o Vigilante de Menores, Antonio C., que estava a serviço do Juizado em um baile, por volta de 1h recebeu a notícia que

---

<sup>601</sup> PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

<sup>602</sup> *Jornal do comércio*, nº 10584. Manaus, 09 de junho de 1935. p.1.

<sup>603</sup> Mensagem de Governo. Imprensa Pública: Manaus, 1936.p123.

<sup>604</sup> Diário Oficial. Manaus, 19 de fevereiro de 1935. P.4.

uma menina de seis anos de idade havia sido castigada pelo seu responsável recebendo queimaduras nas mãos <sup>605</sup>. Ao amanhecer o dia, ao se dirigir à casa onde a pequena morava, a mãe do acusado o recebeu de forma desagradável dizendo-lhe que o vigilante “nada tinha a ver com o caso, nem tinha que dar satisfação à justiça”. Somente após muita insistência foi permitido que a criança castigada, C.S., fosse levada até a presença do Vigilante que verificou haver queimadura em forma de um círculo na mão da menina. Embora tenha sido impedido de levar imediatamente a criança à presença do Juiz, conseguiu averiguar que, na semana anterior, o responsável por C.S., como forma de castigo, havia colocado uma moeda incandescente em ambas as mãos da criança, produzindo queimaduras. A menina, era natural da cidade de Belém e morava desde pequenina com a madrinha que a trouxe para Manaus. Por se encontrar doente, foi passar uns dias na casa da mãe e do padrasto, autor do castigo<sup>606</sup>. Denunciado ao Juízo de Menores, este encaminhou ao Chefe de Polícia pedido de abertura de inquérito contra o acusado <sup>607</sup>.

A documentação acima referenciada além de reforçar nossa reflexão anterior nos possibilita algumas inferências. Embora os castigos físicos infligidos às crianças despertassem sentimentos de compaixão em alguns administradores públicos, a preocupação em garantir mão de obra para o futuro, também movia suas ações no que se refere as políticas voltadas para esses pequenos. As queimaduras produzidas nas mãos da menina C.S., poderiam deixar sequelas que comprometeriam sua capacidade de produzir com as mãos, o que em outras palavras poderia significar a redução definitiva de seu potencial enquanto força de trabalho. Tal preocupação fica evidenciada no exame de corpo delito realizado na menor. Dos oitos questionamentos respondidos pelos legistas, dois estavam relacionados a capacidade para o trabalho. Destes destacamos o sétimo questionamento por indagar se o ferimento “resultou ou pode resultar enfermidade incurável que prive a ofendida de poder exercer o seu trabalho?” <sup>608</sup>. Sugerimos que foi

---

<sup>605</sup> Autos de Apelação Criminal. Manaus, seis de julho de 1936. Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Amazonas (AHJEA)

<sup>606</sup> A documentação acima referenciada nos permite vislumbrar a circulação de crianças na nossa região. Como esclarece Cláudia Fonseca, era comum entre as famílias populares, que as crianças morassem com famílias que nem sempre eram seus parentes. Por questões econômicas, por questão de afinidade com as crianças, dentre outros motivos, era comum o envio de crianças para serem criados por outros que não os pais. Para esse tema ver: FONSECA, Cláudia. *Caminhos da Adoção*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

<sup>607</sup> Autos de Apelação Criminal. Manaus, seis de julho de 1936. Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Amazonas (AHJEA). p.28.

<sup>608</sup> Autos de Apelação Criminal. Manaus, seis de julho de 1936. Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Amazonas - AHJEA p.7.

na tentativa de não permitir a inutilização precoce da mão de obra das crianças, que o Juízo de Menores usou do rigor da lei para aqueles que se excediam no castigo enquanto ferramenta pedagógica. Poderemos ser criticados por utilizarmos o exame de corpo delito para fundamentar nossa tese pelo fato dos questionamentos serem respondidos pelos próprios médicos legistas, quer a vítima fosse adulta, quer fosse criança. Em resposta a tais possíveis críticas responderíamos que o fato de não haver distinção nos exames de corpo delito se dava justamente em decorrência de adultos e crianças serem vistos como ferramentas de trabalho, devendo estes, futuramente, substituir àqueles.

A utilização de castigos físicos para corrigir condutas consideradas inadequadas era permitida por lei. De acordo com a legislação vigente,

o castigo infligido ao menor pelo tutor ou protetor, não constitui infração da lei penal desde que reúna as seguintes condições: ser imposto com o propósito de corrigir; de ser aplicada sem abuso ou excesso; quando se oferece motivo justo <sup>609</sup>.

Considerava-se castigo imoderado, ou seja, excesso dos meios de correção, quando o castigo resultava em “dano ou perigo à saúde da pessoa que o recebeu ou quando as lesões corporais produzidas pelos castigos são graves”. Ou seja, de acordo com a legislação, o castigo físico contra um menor seria permitido desde que aplicado por motivo justo, sem excesso e com a intensão de corrigir. Pautados nesses preceitos, o autor das queimaduras nas mãos da menina C. S. foi considerado culpado e condenado a 1 ano e dois meses de prisão simples. Posteriormente, devido aos bons antecedentes do agressor, a pena foi suspensa <sup>610</sup>.

O fato do acusado ter sido condenado devido ao excesso na aplicação do castigo e não pelo fato do uso da violência, nos revela a longa permanência do uso do castigo físico como ferramenta pedagógica para formação/reparação de conduta. Essa questão nos remete a Foucault, que em suas análises sobre a sociedade punitiva, identificou que o ato de marcar o corpo com uma cicatriz como forma de castigo, de punição, seria uma forma de deixar o “infrator marcado por um elemento de memória e reconhecimento”. A cicatriz seria uma forma de exposição permanente do infrator pois a marca permitiria

---

<sup>609</sup> Autos de Apelação Criminal. Manaus, seis de julho de 1936. Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Amazonas - AHJEA. p. 53/54.

<sup>610</sup> Autos de Apelação Criminal. Manaus, seis de julho de 1936. Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Amazonas - AHJEA. p.69.

frente aos outros a identificação, deixando visível a infração cometida<sup>611</sup>. Sugerimos que, no caso dos castigos em crianças, marcar com metal em brasa seria uma forma de marcar na memória, no corpo e na alma, a falta cometida. Caso o tempo trouxesse o esquecimento, a cicatriz seria uma forma de lembrança permanente da dor causada pela infração. Nossa reflexão se inspira em Nietzsche, para quem os castigos tinham como finalidade submeter, tornar passivo. Seria uma forma de enquadramento social. Nesse sentido, a fim de que o sujeito não mais burlasse as regras sociais, deveria ser castigado de forma que ficasse marcado na carne e na memória as consequências de sua infração. Para Nietzsche, somente aquilo que ferisse a ferro e fogo poderia ficar marcado na memória<sup>612</sup>.

Semelhante a outras fontes analisadas anteriormente, os Autos da menor C.S. nos permitem, novamente, vislumbrar a percepção da população manauara em relação ao Juizado de Menores. Conforme a declaração de Antonio C., vigilante dessa instituição, estava a trabalho quando foi informado que uma criança havia sofrido queimaduras nas mãos em decorrência de castigo recebido. Ora, o fato de alguém procurar um funcionário para comunicar-lhe sobre castigos excessivos infligidos contra crianças muito provavelmente o fazia por reconhecer nesse órgão sua competência de atuação. Em outras palavras, a denúncia foi feita ao vigilante por um cidadão que reconhecia no Juizado de Menores a instituição responsável para gerir os assuntos relacionados a crianças. Continuando sua declaração, o vigilante afirma que ao se dirigir ao endereço onde ocorreu o delito, foi recebido pela mãe do acusado de forma muito desrespeitosa. Ao desafiar o vigilante afirmando que ele “não tinha nada a ver com o caso” e que por conta disso “poderia denunciar a justiça”, a dita senhora deixava claro não reconhecer o poder de atuação atribuído ao Juizado. Esta reflexão pode ser reforçada pelo fato de somente depois de muita insistência ter permitido que o vigilante averiguasse as condições que a C.S. se encontrava, bem como, pela terminante recusa em permitir que ele levasse a menina até a presença do Juiz<sup>613</sup>. Provavelmente essa postura ante as ações do Juizado de Menores não era caso isolado, podendo ser indícios de recusa, ação e reação da população contra medidas disciplinares.

---

<sup>611</sup> FOUCAULT, Michel. *A sociedade Punitiva*. Curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2015. (Coleção obras de Michel Foucault) p.8

<sup>612</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2007. p.59,60.

<sup>613</sup> Autos de Apelação Criminal. Manaus, seis de julho de 1936. Arquivo Histórico do Judiciário do Estado do Amazonas – AHJEA. p.28.

Nesse sentido, embora houvesse todo empenho por conta do Juízo de impor suas diretrizes no que se refere ao projeto de disciplinarizar a infância pobre, esta instituição não era reconhecida de forma homogênea. Se parte da população via no Juizado a instituição que respondia pelas questões voltadas as crianças pobres, por outro lado, ao serem admoestados pelos Comissários de Menores, Vigilantes ou Auxiliares do Juízo de Menores, muitos responsáveis pelas crianças os tratavam mal, não reconhecendo neles autoridade para interferir na forma de educar seus filhos. Palavras grosseiras e, não raro ofensivas, eram dirigidas a esses agentes do Juizado no cumprimento de suas funções.

Acreditamos que essa recusa em aceitar as imposições do Juizado tenha possibilitado que muitos dos seus discursos caíssem no vazio, não reverberando entre as famílias empobrecidas. Os apelos do Juiz de Menores na tentativa de cessar os excessos nos castigos não eram atendidos, como evidencia o *Jornal do Comércio* de 1937. De acordo com o jornal, “em virtude das constantes denúncias que tem chegado ao seu conhecimento, o Juiz vai exercer uma acção mais enérgica a respeito de menores que são maltratados pelos seus responsáveis”. Com efeito, passados alguns meses o referido jornal informava que “em virtude de maus-tratos foram retirados, da casa de algumas famílias, diversas menores que ali estariam sendo seviciadas” <sup>614</sup>. No entanto, tais medidas não tiveram o efeito esperado pois nos três primeiros anos da década de 40, passaram pelo juizado cerca de 504 menores por causa de maus-tratos <sup>615</sup>.

O uso de crianças e jovens no trabalho doméstico se fazia sob diversas formas. Por conta disso, muitas famílias recorreram ao Juízo de Menores no sentido de adquirir mão de obra para os serviços domésticos. A grande maioria desses menores vinha do interior do estado ou de outras cidades brasileiras, passando a prestar serviços nas casas de famílias em troca de alimentação e vestimenta. Outros, por serem de famílias sem condições financeiras de criá-los, eram entregues pelos pais a parentes ou a famílias conhecidas, sem, contudo, perderem o vínculo definitivamente. Outra forma de aquisição se fazia por solicitação ao Juízo de Menores, que encaminhava crianças e jovens para as

---

<sup>614</sup> Respectivamente: *Jornal do Comércio*, nº 11.126. Manaus, 21 de março de 1937. p.1; *Jornal do Comércio*, nº 11.163. Manaus, 4 de maio de 1937. p.1

<sup>615</sup> Exposição feita por Álvaro Maia ao Presidente Getúlio Vargas (1943-1944). Manaus: D.E.I.P. 1944, p. 104. Arquivo Público do Estado do Amazonas - APEA. A literatura amazonense revela que o ato de queimar as mãos de crianças que praticavam furto como forma de castigo persistiu por muito tempo. Assim aconteceu com um pequeno vendedor de balas de cupuaçu, cujo pai colocou uma moeda incandescente em sua pequenina mão, para que este não viesse mais a furtar dinheiro dos fregueses. GOMES, Carlos. Rosa da Carne. In: *Mundo, Mundo, Vasto Mundo*. Manaus: Editora Valer. 3ªed. 2005.p.47-52.

casas de famílias previamente inscritas. No ano de 1940, havia o “registro de mais de 800 famílias que desejavam se encarregar da educação de menores, desde que eles prestem algum serviço à família”<sup>616</sup>. Esses dados evidenciam a permanências dos usos do trabalho de crianças e jovens intermediado por instituição governamental, no caso o Juizado de Menores. Sabemos do uso dessa prática para o final do século XIX e a documentação demonstra que não havia uma configuração muito distinta na forma de aquisição do trabalho dos pequenos em meados do século XX<sup>617</sup>. O Juiz de Menores tinha conhecimento que muitas famílias “pretendiam apenas aproveitar e explorar o trabalho da criança transformando o ser humano em um escravo sem proteção”. Por conta disso, procurava investigar detalhadamente as formas de vida das famílias inscritas, no sentido de averiguar seus hábitos espirituais e morais, bem como as condições econômicas<sup>618</sup>. No entanto, a despeito de toda essa precaução, tudo indica que nem sempre as condições oferecidas aos menores foram adequadas, ou, que nem sempre estes aceitavam tais enquadramentos. Conforme a fala do Juiz de Menores, essa resistência era muito frequente pois alegava ter “colocadas muitas dessas menores, que pela sua educação e vícios adquiridos, não param em casa alguma até que venham a cair na prostituição, um dia, nem sempre muito longe”<sup>619</sup>. Em dois anos, de janeiro de 1938 a setembro de 1940, cerca de 1.188 menores foram colocados em casas de famílias<sup>620</sup>.

Desde a data de criação até o mês de setembro de 1940, cerca de 7.232 menores haviam sido registrados no Juizado de Menores. Segundo o Juiz de menores, desse total apenas quarenta eram filhos de pais remediados, sendo os demais filhos de famílias empobrecidas que viviam na miséria<sup>621</sup>. Ou seja, praticamente cem por cento das crianças e jovens que foram recolhidas ao Juizado de Menores, eram filhos das camadas empobrecidas da população manauara. Do total de menores recolhidos, 3.058 eram do sexo feminino e 3.636 possuíam idade igual ou abaixo de 14 anos<sup>622</sup>.

No ano de 1941, procurando propagandear as ações do Governador Álvaro Maia em cinco anos de administração, foi publicado um documentário impresso intitulado

---

<sup>616</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (5/10/1935 a 1/10/1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940. p. 12.

<sup>617</sup> Sobre esse tema ver: PESSOA, Alba Barbosa. O Juízo dos Órfãos e o Trabalho Infantil na Cidade de Manaus (1890-1920). In: *Fronteiras do Tempo – Revista de Estudos Amazônicos*. V.1, nº2, 2011.

<sup>618</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13326. Manaus, 7 de setembro de 1943. P.3.

<sup>619</sup> ARAÚJO, . *Proteção à infância e à juventude...op.cit.* p.12-13.

<sup>620</sup> ARAÚJO, . *Proteção à infância e à juventude...op.cit.* p. 29.

<sup>621</sup> ARAÚJO, . *Proteção à infância e à juventude...op.cit.* p. 22.

<sup>622</sup> ARAÚJO, . *Proteção à infância e à juventude...op.cit.* p. 35,36,37

*Flumilândia*, sob a direção de Ramayana de Chevalier<sup>623</sup>. As cem páginas dessa publicação revelam imagens da cidade de Manaus, com belas paisagens, ruas arborizadas com novos calçamentos, casas e prédios com arquitetura consideradas modernas; escolas, hospitais e espaços de lazer, bem como novas estradas e pessoas de destaque da política nacional e local. As largas avenidas construídas sob aterros de igarapés e/ou a canalização desses braços de rios demonstravam que nessas paragens a natureza também havia sido domada. A fauna e a flora da região também receberam destaque, afinal, o maior estado do Brasil “necessitava de uma propaganda moderna e honesta”, que fizesse jus ao “povo culto e a sociedade moderna” que nele habitava<sup>624</sup>. Dentre as alegadas grandes realizações de Álvaro Maia, constava a criação do Juízo de Menores. Acreditamos que através das páginas dedicadas a enaltecer a atuação desse Juizado pode-se vislumbrar a representação que alguns intelectuais manauaras faziam dessa instituição, assim como do segmento social alvo da mesma.

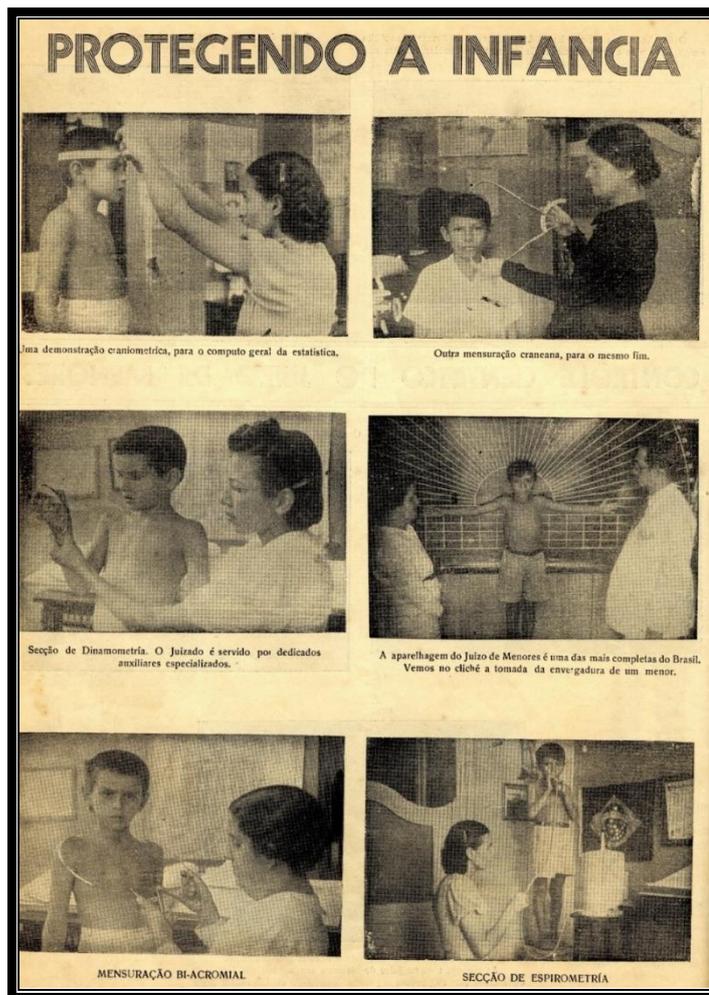
Nessa perspectiva, pelo título em destaque dado para cada umas das páginas e ilustrações da publicação, é possível inferir que o Juízo de Menores era percebido como protetor da infância pobre e considerada abandonada. Sob o título de *Controle Científico do Juízo de Menores e Protegendo a Infância*, foram elaboradas duas páginas repletas de imagens de crianças recebendo atendimento no interior do juizado. O “controle científico” aplicado a crianças e jovens que passavam pelas dependências do juizado demonstraria o que há de mais moderno no atendimento aos menores. Por meio de medições, pesagens e exames, se pretendia um estudo minuciosos sobre essa parcela da população. As diversas formas de medições da estatura, do crânio, da envergadura, da resistência pulmonar, como forma de avaliar as dimensões e proporções externas dos pequenos, bem como seu estado de nutrição, dentre outros cuidados, seria uma maneira de tentar conhecer as condições físicas desses pequenos bem como suas tendências hereditárias no sentido de proteger e preservar suas forças<sup>625</sup>.

---

<sup>623</sup> Nascido no Amazonas, Ramayana Chevalier, médico, jornalista e literato, foi membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas. Autor de diversas obras, versavam sobre temas diversificados. Foi redator de jornais e revistas no Amazonas e em outras capitais brasileiras. BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973. p. 416,417,418.

<sup>624</sup> Flumilândia: documentário oficioso de um lustro de governo, 1935-1940. Manaus: Tipografia Fênix. 1941.

<sup>625</sup> Flumilândia: documentário oficioso de um lustro de governo, 1935-1940. Manaus: Tipografia Fênix. 1941. p.17-18.



**Imagem 7: Medições antropométricas de crianças no Juízo de Menores**

**Fonte: Flumilândia (1935-1940) Acervo: IGHA**

Quanto ao amparo da infância, se fazia por meio de instituições mantidas pelo Juizado, cuja finalidade seria oferecer abrigo aos pequenos considerados infratores ou ameaçados de seguirem os caminhos da delinquência. Isso é o que podemos empreender da página sob o título *Amparando Futuros Cidadãos*, com imagens de crianças recolhidas aos abrigos de menores<sup>626</sup>. Como podemos observar, crianças com roupas esportivas indicam a contribuição da Educação Física na reeducação do físico e do espírito. A disciplina adquirida na instituição representada nos internos enfileirados sob os olhares dos visitantes. Estas imagens em um plano mais elevado da revista, acima de fotografias de crianças internas recém-chegadas vestindo o uniforme da instituição. Nesse sentido, o amparo se fazia em duas instâncias: uma, a do presente vivenciado por aquelas crianças.

<sup>626</sup> Flumilândia...op.cit. p.20.

A outra, o amparo e garantia de que viriam a tornar-se úteis no futuro, o que permitiria elevá-los à condição de cidadão.

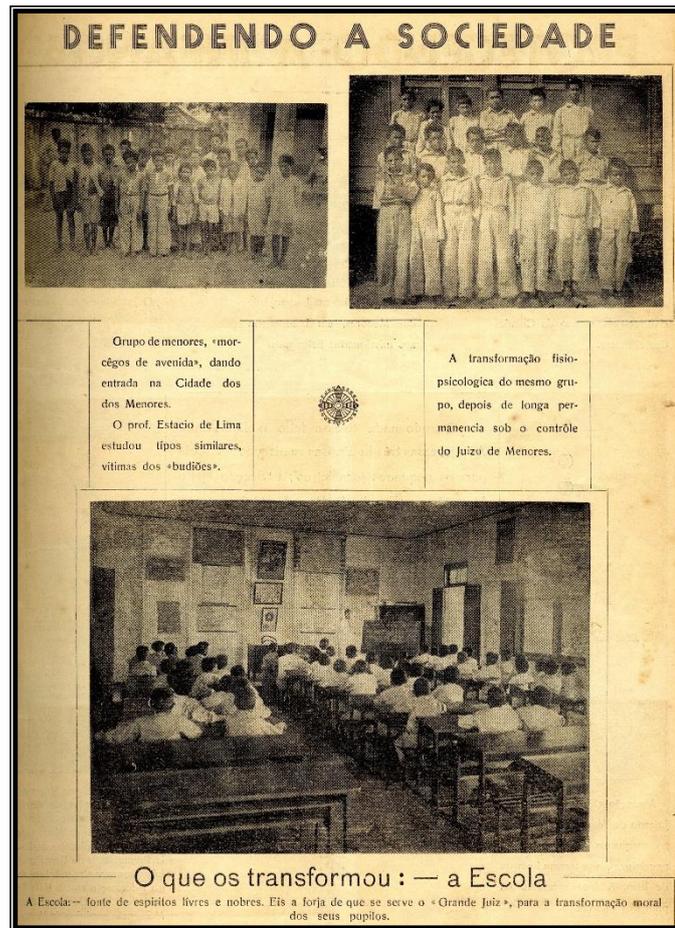


**Imagem 8: Crianças recolhidas nas instituições disciplinares**

**Fonte: Flumilândia (1935-1940) Acervo: IGHA**

Por outro lado, se o Juízo de Menores protegia e amparava a infância considerada abandonada, concomitante a isso garantia a “defesa” dos “cidadãos de bem”. A isso nos remete a página sob o título *defendendo a sociedade*. As imagens dessa página retratam dois grupos com crianças recolhidas aos Juízo de Menores, por morcegarem nos bondes da cidade. A primeira ilustração mostra esses pequenos descalços, logo após serem recolhido ao Juizado. Ao lado, uniformizados, depois de “longa permanência” nas instituições para menores <sup>627</sup>.

<sup>627</sup> Flumilândia...op.cit. p.19



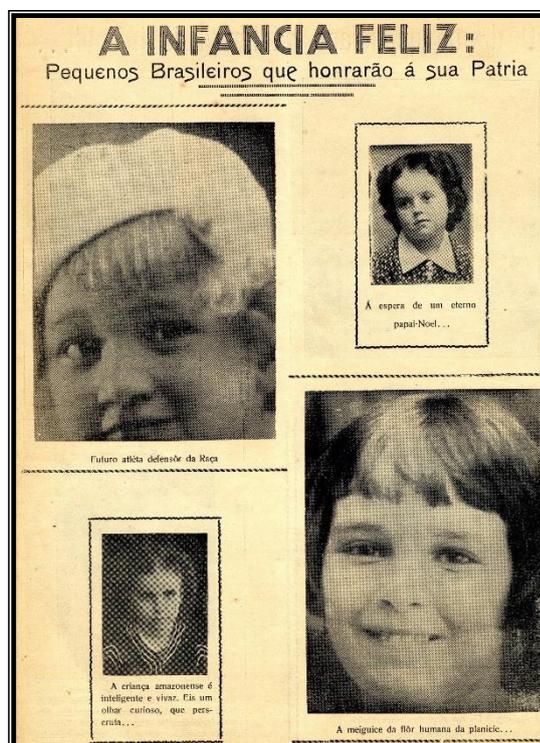
**Imagem 9: Sala de aula**

**Fonte: Flumilândia (1935-1940) Acervo: IGHA**

Seguindo essa reflexão, o Juizado de Menores cumpria o seu papel de retirar os pequenos ociosos das ruas, apresentando-os depois, “redimidos”, “regenerados”. Nessa perspectiva, defendia o Juizado a sociedade de futuros delinquentes, oferecendo-lhes, por meio de suas instituições, o acesso à escola, sendo ela o dispositivo de regeneração. A escola, em um plano bem maior que as outras imagens representaria a disciplina e a ordem e o respeito a hierarquia, na disposição das cadeiras enfileiradas com os menores atentos a fala de quem está a frente a palestrar.

Todavia, se as páginas de Flumilândia revelam a intensa atuação do Juizado de Menores na tentativa de disciplinarização de crianças, recolhendo-as em instituições disciplinares no sentido de incutir novos valores, na tentativa de fazê-las abandonar antigas formas de brincadeiras e sociabilidade, também revelam a infância disciplinada que se almejava. Esta seria composta por pequenos seres que, sob a “proteção” da família, saberiam honrar a sua pátria, seguindo o caminho das normas instituídas. Tal reflexão se

fundamenta nas quatro imagens de crianças apresentadas sob o título de *A Infância Feliz: pequenos brasileiros que honrarão a sua Pátria*. Tais crianças apresentam aspectos saudáveis de quem recebe cuidados e atenção.



**Imagem 10: A infância almejada**

**Fonte: Flumilândia (1935-1940) Acervo: IGHA**

Em duas imagens menores da mesma página, os rostos de duas meninas, ambas de cabelos negros. A legenda de uma dessas fotos anuncia: “a criança amazonense é inteligente e vivaz. Eis um olhar curioso que perscruta...”<sup>628</sup>. As duas crianças retratadas nessas imagens certamente não seriam crianças pobres ou abandonadas. Pelas suas aparências, de rostos saudáveis e bem cuidadas, seriam as crianças enquadradas dentro do modelo de infância que se esperava: a infância disciplinada. No entanto, as outras duas imagens são bem mais significativas. Em fotografias bem maiores duas meninas com fisionomias que nos levam a arriscar que seriam filhas de migrantes. Com cabelos mais claros e peles alvas, são destaque na página, tanto pelo tamanho das fotografias quanto pelas suas aparências. A legenda abaixo de uma dessas crianças nos parece muito revelador: “futuro atleta defensor da raça”<sup>629</sup>. Tais crianças seriam os futuros cidadãos

<sup>628</sup> Flumilândia...op.cit. p.21.

<sup>629</sup> Flumilândia...op.cit.

aptos a defenderem e representarem a pátria. As crianças com feições locais, estão representadas em tamanho menor, talvez representando a importância que se dava aos nativos da região, denominados arbitrariamente de *mestiços*, enquanto aquelas, representantes da “raça superior”, recebem destaques atribuídos àqueles portadores de tais características e bem-nascidos na sociedade manauara. Seria esta, provavelmente, a percepção sobre o papel do Juizado de Menores, o de transformar menores vadios e improdutivos em mão de obra útil.

O Juiz André Vidal de Araújo, ao fazer um balanço dos cinco anos de atuação da instituição, lamentava que “a maioria dos pais não compreendem a nossa ação”<sup>630</sup>. Com efeito, a atuação do Juizado de Menores na cidade de Manaus foi recebida com forte resistência pelas famílias sobre as quais deveria atuar. Os vigilantes percorriam as ruas das cidades fiscalizando a presença de crianças e jovens nas ruas e recintos considerados inadequados para essa idade. O próprio Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, diversas vezes saía “em pessoa a correr os arraiais, as casas suspeitas, os cubículos onde se exploram o dinheiro, a saúde e dignidade dos incautos, arrancando-os dali os menores que encontra, livrando-os assim das garras dos vícios”<sup>631</sup>. Essa postura desagradava a muitos pais que não viam sentido na retirada dos pequenos desses espaços. Muitas crianças foram retiradas de seus lares de forma arbitrária e entregue para outras famílias consideradas moralmente mais aptas para educá-las. Por esse motivo, M. T. se dirigiu à residência onde havia sido entregue seu filho pelo Juiz de Menores, na tentativa de agredir a família para a qual o garoto havia sido entregue. A mãe do pequeno teve que ser contida pelo comissário a fim de que não realizasse seu intento<sup>632</sup>.

Essa recusa em aceitar as imposições ditadas pelo Juizado se estendia a outros segmentos sociais e setores da administração pública. Embora houvesse recomendação do Governador no sentido de outras repartições públicas auxiliarem as ações do Juízo de Menores, estas se recusavam a atender de imediato as solicitações enviadas. Embora o Chefe de Polícia colocasse os policiais a disposição para as diligências necessárias, eles não davam atenção as recomendações feitas pelo Juiz de Menores. Este afirmava que “muitos colegas ridicularizam as nossas medidas, que tem o caráter essencialmente social, e não atendem as nossas solicitações; deixam esses colegas as vezes até de responder a

---

<sup>630</sup>ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e à Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (5/10/1935 a 1/10/1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940. p.9.

<sup>631</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 27 de janeiro de 1941.

<sup>632</sup> Jornal do Comércio, nº 11359. Manaus, 18 de dezembro de 1937. p.1.

ofícios [...] <sup>633</sup>. Essa rejeição era reconhecida pela imprensa manauara, que em 1940 reconhecia que “nos primeiros anos de atuação do Juizado de Menores, ninguém o via com bons olhos. Ninguém compreendia suas finalidades”<sup>634</sup>. André Vidal reconhecia que “sem o apoio moral do Egrégio Tribunal de Apelação, dos meus colegas da capital e do interior, dos poderes constituídos, da imprensa, da população, falhará a justiça de menores” <sup>635</sup>. Esse lamento do Juiz de Menores evidencia o quanto a atuação do juizado esbarrava não apenas na resistência das famílias afetadas por essas medidas, mas também, na falta de disposição de outros órgãos da administração pública em colaborar com esse projeto disciplinador.

Depois de nove anos à frente do Juizado de Menores, André Vidal de Araújo, em agosto de 1944, deixou a administração da instituição para assumir o cargo de desembargador do estado. Durante o período no qual André Vidal de Araújo dirigiu o Juízo de menores, essa instituição teve larga atuação na tentativa de disciplinarização da infância manauara. Com ações preventivas/repressivas/assistenciais; criando ou ampliando instituições voltadas para a infância e juventude, teve atuação emblemática junto as famílias empobrecidas. Não raras vezes, suas ações foram destacadas pela imprensa nacional. Este foi o caso do jornal *A Manhã*, do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, ao noticiar a portaria baixada pelo Juizado de Menores da cidade de Manaus, que criava um serviço de literatura infantil cujo objetivo seria controlar o tipo de literatura destinada a essa faixa etária, por meio de censura prévia às obras destinadas às crianças e adolescentes. Tal medida visava evitar que chegasse às mãos desses menores, o que o Juizado considerava “má literatura infantil”<sup>636</sup>.

Com a saída de André Vidal de Araújo, no ano de 1944, o cargo de Juiz de menores foi assumido por Arnaldo Carpinteiro Peres. Sob a nova direção, reduziu substancialmente os informes sobre a atuação do Juizado de Menores na imprensa manauara. As frequentes publicações divulgando as ações e dados estatísticos dessa instituição passaram a figurar de forma rarefeita nas páginas dos jornais. No entanto, o que mais nos chama atenção é o relatório apresentado ao Interventor Federal dando conta do movimento do Juizado de menores para o período entre fevereiro de 1944 à março de

---

<sup>633</sup> ARAUJO, André Vidal. *Proteção à infância e à juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (5/10/1935 a 1/10/1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940. p. 9.

<sup>634</sup> *Jornal do Comércio*, nº12.219. Manaus, 01 de outubro de 1940. p.1.

<sup>635</sup> ARAUJO, André Vidal. *Proteção à infância e à juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (5/10/1935 a 1/10/1940)*. Manaus: Imprensa Pública. 1940. p.10.

<sup>636</sup> *A Manhã*, nº 96. Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1941. p.1.

1945. Os dados apresentados nessa documentação demonstram uma realidade bem distinta da imagem retratada pela imprensa na administração anterior.

De acordo com os dados apresentados no referido relatório, no período de um ano compareceram as dependências do Juízo de Menores 2.891 menores, sendo quase cinquenta por cento do sexo feminino. Cerca de 1.373 possuíam idade igual ou inferior a 14 anos de idade. Esses dados apontam para a elevada e crescente número de meninas comparecendo ao Juizado. Muito significativo pode ser o fato de terem sido registrados apenas 21 casos de vadiagem e de 35 casos de sevícia<sup>637</sup>. O número de menores recolhidos por vadiagem contradiz a fala do próprio Juiz, Arnaldo Carpinteiro Peres, para quem a vadiagem praticada por meninos e rapazes nas ruas de Manaus estava assumindo proporções sérias podendo chegar a ser catastróficas<sup>638</sup>. Essa aparente contradição pode indicar que a repressão nas ruas com o recolhimento de menores não estava recebendo a mesma atenção exercida pelo Juizado em administração anterior. Isso justificaria que embora o Juiz de Menores considerasse que a vadiagem estava alcançando patamares considerados muito elevados, o número de menores recolhidos não correspondia a essa proporção, daí sugerirmos que houve um “afrouxamento” na atuação do juizado no que diz respeito a disciplinar os espaços ocupados pelos menores. Para o juiz, a instituição não possuía o número de funcionários necessários para garantir a “repressão ao molecório desenfreado e atrevido que goza as delicias da rua jogando futebol, soltando papagaio, atirando pedras nas residências e nos edifícios públicos, na arborização, etc”<sup>639</sup>. Como solução, o magistrado apontava a criação de espaços de diversão para os filhos das famílias populares. Não havendo espaços adequados para o recreio desses pequenos, como os parques infantis, onde poderiam gastar energia nos aparelhos recreativos, estes passavam o dia procurando formas de entretenimento não adequadas, declarava o Juiz<sup>640</sup>.

Sugerimos que a partir da saída de André Vidal de Araújo do cargo de Juiz de Menores, que coincide com a proximidade do fim do governo de Getúlio Vargas, o projeto de disciplinarização da infância perdeu sua força. Com a saída deste juiz frente a

---

<sup>637</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal do Amazonas (1944/1945). Manaus: Tipografia da Livraria Normalista. 1945. p.33,34,35.

<sup>638</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal do Amazonas (1944/1945). Manaus: Tipografia da Livraria Normalista. 1945. p.18.

<sup>639</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal do Amazonas (1944/1945). Manaus: Tipografia da Livraria Normalista. 1945. p.18,19.

<sup>640</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal do Amazonas (1944/1945). Manaus: Tipografia da Livraria Normalista. 1945. p.19,20.

instituição, o Juizado de Menores passou a exercer suas funções de forma menos rigorosa. Acreditamos que isso pode ser percebido na documentação dos anos seguintes ao nosso período de pesquisa. O número de crianças nas ruas da cidade continuava crescendo por volta de 1947. A imprensa promovia intensa campanha contra a presença desses pequenos pela cidade, sem ocupação, fazendo das ruas seus espaços de brincadeiras, cometendo furto ou mendigando<sup>641</sup>. De forma semelhante eram frequentes as denúncias contra os espancamentos e intensa exploração de crianças que trabalhavam em casas de famílias. Em 1949, o *Jornal do Comércio* noticiava a presença de crianças trabalhando nas pedreiras de Manaus como forma de contribuir para o sustento da família. De acordo com a notícia, “humildes trabalhadores, homens e mulheres, velhos e crianças, arriscam a vida a todos os momentos para arrancar das pedras o pão de cada dia”<sup>642</sup>.

Observamos que as propostas governamentais não reverberavam entre as camadas populares, para quem se destinava tal projeto, talvez por ir de encontro aos costumes dessa população, ser contrário aos seus hábitos e contra as formas de sociabilidade. Podemos somar a essas questões o fato de o estado pensar em reeducação como sinônimo de reclusão, o que na prática significava o enclausuramento de crianças e jovens em instituições que funcionaram como dispositivos de disciplinarização. Dentre os estabelecimentos criados ou ampliados pelo Juizado de Menores nesse período, no sentido de amparar, proteger e reeducar crianças e adolescentes por meio da reclusão, destacaram-se a Escola Agrícola do Paredão, o Instituto Melo Matos e a Escola Premunitória Bom Pastor. Sobre estas instituições trataremos a seguir.

### **3.2 Aprendizado Agrícola do Paredão**

Com a finalidade de ministrar ensinamentos práticos de agricultura moderna aos filhos de agricultores do interior do estado do Amazonas, em 1934 foi criado o

---

<sup>641</sup> *Jornal do Comércio*, nº 14419. Manaus, 20 de abril de 1947. p.10. Tal situação era semelhante em outras cidades brasileiras. Em 1946, o *Jornal do Comércio* denunciava o descaso com o elevado número de crianças abandonadas no Rio de Janeiro. O periódico questionava a disparidade entre o valor dispendido com instituições voltadas para infância e o exorbitante valor gasto com construções de prédios para administração pública. Dentre outras contradições, o articulista apontava o fato de o Ministério da Educação haver proibido a presença de crianças assistindo a determinados filmes por considerar impróprios, no entanto, no ano de 1943 ter concedido licença para que crianças trabalhassem nos cinemas da cidade. *Jornal do Comércio*, nº14193. Manaus, 25 de julho de 1946. p.3.

<sup>642</sup> *Jornal do Comércio*, nº 14951. Manaus, 12 de janeiro de 1949. p.6.

Aprendizado Agrícola do Paredão<sup>643</sup>. Construído inicialmente para a instalação de um leprosário, funcionava em extensa área verde à margem do Rio Negro, no qual esperava-se que o conhecimento sobre agricultura ministrados no estabelecimento viesse a se espalhar para os interiores mais afastados, local de origem dos alunos. Durante o período de 1935 a dezembro de 1940, o Aprendizado esteve sob a administração do Governo do Estado do Amazonas, sendo posteriormente entregue ao Governo Federal para o estabelecimento do Aprendizado Agrícola Rio Branco<sup>644</sup>.

A criação de um estabelecimento agrícola, viria atender os anseios daqueles que acreditavam ser o Brasil um país de tradição rural, devendo, portanto, investir no desenvolvimento da agricultura da região<sup>645</sup>. No Amazonas, em grande crise financeira por mais de 20 anos, havia a crença por parte das elites políticas e econômicas, que as atenções deveriam se voltar para o aprimoramento de técnicas agrícolas e braços que pudessem resgatar o papel de destaque que a região outrora sustentou no mercado mundial<sup>646</sup>.

Com essa preocupação os trabalhos do Aprendizado dividiam-se em três etapas: desbravamento do solo; mobilização do solo; plantação e colheita. Para o desbravamento do solo realizavam-se as tarefas de broca, derruba, rebaixe, queima, encoivramento, destocamento, nivelamento e extinção de saúva; na mobilização do solo se cuidava dos serviços de roçagem, capina, aração, gradagem, rolagem, escarificação, adubação, drenagem e irrigação; quanto a plantação e colheita, se trabalhava com as inúmeras espécies existentes na região<sup>647</sup>. Quanto a alimentação servida aos educandos era

---

<sup>643</sup> Relatório apresentado a Getúlio Vargas pelo Interventor Federal Nelson de Mello (1933-1934). Manaus: Imprensa Pública, 1935. P.52.

<sup>644</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão e do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944. p.1.

<sup>645</sup> Essa concepção foi compartilhada pelo governador do Amazonas, Pedro Bacelar, que no ano de 1917, defendia o desenvolvimento da agricultura no estado por meio de práticas agrícolas consideradas modernas. Entretanto, para Bacelar, pouco resultado seria obtido se o investimento se fizesse apenas na compra de máquinas agrícolas. Seria indispensável um ensino que suplantasse as antigas práticas de agricultura consideradas infrutíferas e ultrapassadas, o que somente seria possível por meio do ensino agrícola. Mensagem do Governador Pedro de Alcântara Bacellar, enviada à Assembleia Legislativa em julho de 1917. Manaus: Seção de Obras da Imprensa Pública. p.111.

<sup>646</sup> Em pesquisa para o estado do Pará, Lacerda e Vieira ressaltam que essa preocupação não foi exclusiva para o século XX pois desde o século anterior as camadas dirigentes viam no trabalho agrícola o meio de civilizar e fixar as populações amazônicas ao solo. Preocupação esta que se estendeu as crianças e jovens, “buscando incutir nestes o amor ao trabalho agrícola, para que, quando adultos, estivessem aptos a contribuir para o desenvolvimento do Pará”. LACERDA, Franciane Gama; VIEIRA, Elis Regina C. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi* (Online): revista de história, v. 16, p. 157-181, 2015.

<sup>647</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão e do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944. p.1. p. 5

constituída de carne, peixe e de variados tipos de verduras e legumes. Estes últimos, assim como a farinha, eram produzidos pelos próprios alunos no estabelecimento<sup>648</sup>. Constando de apenas três refeições diárias, café da manhã, almoço e jantar, diferenciava de outras instituições similares que forneciam merendas aos internos<sup>649</sup>.

Embora não sendo criado com essa finalidade, o Aprendizado Agrícola do Paredão assumiu as funções de escola correcional a partir de outubro de 1935, quando, após entendimentos com o Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, passou a receber os meninos considerados vadios recolhidos pelo Juizado<sup>650</sup>. Por meio de uma nota oficial o Juiz comunicou aos pais e responsáveis que com o objetivo de conter o elevado número de crianças e jovens nas ruas da cidade, a partir daquela data iria recolher os menores do sexo masculino encaminhando-os ao Aprendizado, de onde só poderiam sair mediante processo, ficando os responsáveis isentos de culpa<sup>651</sup>. O fato de o Juiz recorrer ao estabelecimento agrícola para “depósito” de meninos, indica que até então não havia lugar específico para recolhimento de meninos considerados infratores e que, muito provavelmente, eram recolhidos a Casas de Detenção junto aos presos adultos.

Assim, o Aprendizado do Paredão passou a funcionar com duas escolas: a Escola Rural, na qual se matricularam os filhos de funcionários e trabalhadores; e a Escola de Emergência, destinada a receber os menores enviados pelo Juizado. Exclusivamente sobre esta última trataremos a partir de agora.

A faixa etária dos menores recolhidos ao Paredão variava entre os sete a dezenove anos. No entanto, o elevado número de meninos com idade abaixo de quinze anos sugere que o público alvo das medidas repressivas à chamada vadiagem era a criança. Essa reflexão se fundamenta nos dados apresentados para os anos de 1937, 1938 e 1940<sup>652</sup>. A tabulação dessas fontes revela que a maior incidência de menores recolhidos estava na faixa etária entre dez e quatorze anos de idade, contabilizando um total de 115 crianças recolhidas. A somatória de menores capturados com idade entre quinze e dezenove anos

---

<sup>648</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão e do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944. p. 4.

<sup>649</sup> Relatório apresentado ao Interventor Federal Álvaro Maia (fevereiro de 1941). p.2.

<sup>650</sup> Relatório apresentado ao interventor Federal do Amazonas, Álvaro Maia, pelo diretor do Aprendizado Agrícola do paredão. Março de 1939. p.1.

<sup>651</sup> Diário Oficial. Manaus, 19 de outubro de 1935. p.3.

<sup>652</sup> Neste momento utilizamos os Relatórios do Aprendizado Agrícola do Paredão, dos anos de 1938, 1939, 1941 apresentados ao Interventor Federal Álvaro Maia. Respectivamente páginas: 7, 1, 2.

resulta em 62 apreensões<sup>653</sup>. Quanto às crianças de sete, oito e nove anos de idade, respectivamente houve apenas 1, 6 e 7 apreensões. Abaixo apresentamos uma tabela por nós elaborada com os dados referentes a faixa etária dos menores internados no Aprendizado Agrícola do Paredão para os anos de 1937, 1938 e 1940.

Tabela 1 – Número de matriculados (por idade) no Aprendizado Agrícola do Paredão

IDADE	MATRICULADOS		
	1937	1938	1940
7 anos	1	0	0
8 anos	1	3	2
9 anos	6	1	0
10 anos	21	1	6
11 anos	8	8	7
12 anos	15	10	6
13 anos	19	7	10
14 anos	20	12	5
15 anos	16	4	7
16 anos	6	9	4
17 anos	3	6	1
18 anos	0	2	0
19 anos	3	1	0

\* Elaborada pela autora

Embora seja uma amostra pequena, insistimos em afirmar que durante o período em que o Aprendizado Agrícola permaneceu como escola correcional, o número maior de recolhimentos efetuados pelo Juízo de Menores foi de crianças. Estas chegavam à

<sup>653</sup> Neste momento utilizamos os Relatórios do Aprendizado Agrícola do Paredão, dos anos de 1938, 1939, 1941 apresentados ao Interventor Federal Álvaro Maia. Respectivamente páginas: 7, 1, 2.

instituição descalças e com “a roupa do corpo que, na maioria das vezes, é mais um andrajo que vestuário”<sup>654</sup>.

Durante os quase seis anos de atuação do Aprendizado Agrícola enquanto escola correccional, foram recolhidos 410 menores<sup>655</sup>. Os dados apontam um número crescente de recolhimento tendo seu ápice em 1937, ano da instalação do Estado Novo. Após esse período houve um decréscimo com variação do número de menores apreendidos. Esse declínio de menores recolhidos nos surpreendeu pois acreditávamos que o recrudescimento do Novo Regime resultaria em maior número de apreensões, o que parece não ter ocorrido. Os dados apontam que com exceção para o ano de 1937, o ano onde ocorreu maior número de encaminhamento de menores ao Aprendizado, foi o ano de 1936, ou seja, período anterior a implantação do Estado Novo e que, nos anos subsequentes a sua implantação houve um decréscimo com reduzida variação da apreensão de menores ao Aprendizado. Não queremos afirmar que durante a ditadura varguista o projeto de disciplinarização da infância se fez de forma mais amena ou suave em relação a esses sujeitos sociais. Queremos sim, destacar que, provavelmente, o Estado Novo não trouxe maior rigor nas medidas voltadas para as crianças no sentido de discipliná-las pela repressão. Essa reflexão pode ser reforçada pelo fato de o menor número de desligamentos do estabelecimento disciplinar ter ocorrido no ano de 1936, enquanto nos anos subsequentes, incluindo o ano de instalação do Estado Novo, o desligamento de menores ter sido muito mais significativo. Não cremos que isso se deva a uma redução do que era percebido como vadiagem pois, como vimos anteriormente, o relatório do Juizado e do Delegado Geral de Polícia acusava a dificuldade em coibir essa prática. Abaixo apresentamos uma tabela com os dados sobre entrada e saída dos menores recolhidos ao Aprendizado no período em que funcionou como escola correccional.

---

<sup>654</sup> Relatório apresentado ao interventor Federal do Amazonas, Álvaro Maia, pelo diretor do Aprendizado Agrícola do paredão. Fevereiro de 1941. p.3. Nos dois primeiros anos de atuação, o Juiz de Menores solicitou vestimentas e calçados para os internados no Paredão. A partir de 1937, a instituição passou a fornecer roupas e calçados aos alunos.

<sup>655</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão e do Serviço de Fomento Agrícola. 1935-1944. p.4

**Tabela 2** – Matrículas e desligamentos do Aprendizado Agrícola do Paredão

<b>Anos</b>	<b>Matrículas</b>	<b>Desligamentos</b>	<b>Existentes</b>
<b>1935</b>	19	0	19
<b>1936</b>	85	28	57
<b>1937</b>	120	94	26
<b>1938</b>	64	104	- 40
<b>1939</b>	74	65	9
<b>1940</b>	48	75	- 27
<b>Total</b>	410	366	44

Fonte: Relatório Retrospectivo do Aprendizado Agrícola do Paredão (1935-1944)

Devemos destacar que os desligamentos de alunos também eram elevados. Por exemplo, no ano de 1937 foram recolhidos 120 menores sendo que no mesmo ano 104 foram desligados do estabelecimento, o que aponta a variação no período de permanência dos menores na instituição<sup>656</sup>. Não conseguimos identificar porque determinados internos permaneciam apenas uma semana ou meses internados, enquanto outros poderiam passar anos nessa condição. Todavia, a documentação aponta alguns pontos que merecem atenção ainda que para apenas vislumbrar possibilidades. Em relatório anual do diretor do Aprendizado Agrícola, o engenheiro agrônomo Ademar Thury, apresentado ao Interventor Federal, tentava justificar o insatisfatório aproveitamento dos alunos na instituição, creditando essa atuação ao “modo de matrícula e desligamento dos menores, que entram e saem durante o ano letivo, conforme a **necessidade** ou a **conveniência** do Juizado competente<sup>657</sup>. Dois anos mais tarde, o governador do Amazonas ao prestar contas de sua atuação ao presidente Getúlio Vargas, informou que o Aprendizado contava

<sup>656</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão (1935-1944). p.26.

<sup>657</sup> Relatório apresentado ao interventor Álvaro Maia. Março de 1938, p.2. Grifo nosso.

apenas com 44 internos, “em virtude dos sucessivos desligamentos para o exercício de outras atividades”<sup>658</sup>. Embora a documentação não apresente maiores pistas sobre quais outras atividades os menores passavam a exercer, acreditamos que estes eram encaminhados ao trabalho em oficinas ou casas familiares. De acordo com a exposição apresentada por Álvaro Maia ao presidente Getúlio Vargas, o Juiz de Menores dispunha de uma *Agência de colocação de menores*<sup>659</sup>. Ao considerar que pelo trabalho poder-se-ia formar/reformar futuros cidadãos, tal Agência teria como finalidade encaminhar para oficinas ou serviços domésticos crianças e jovens considerados em fase de reeducação. A chamada *colocação familiar*, reiteradamente utilizada pelo Juízo de Menores, se tratava do envio de menores considerados abandonados ou delinquentes às casas de famílias que, em troca de sua força de trabalho, lhes forneceria abrigo, moradia, alimentação e vestuário<sup>660</sup>. Nesse sentido, o envio dos menores às casas de famílias seria a última etapa do processo de reeducação. Processo este que se iniciava com a reclusão do menor em estabelecimento correcional por um curto e determinado espaço de tempo<sup>661</sup>. Nesse sentido, sugerimos ser essa uma das possibilidades para os sucessivos desligamentos de menores do Aprendizado.

Embora não sendo possível até o momento identificar os critérios que determinavam o prazo de permanência desses menores na instituição, podemos afirmar que em determinadas situações o desligamento desses internos era realizado com a presença dos pais e do próprio Juiz de Menores. Esse foi o caso de quatro menores que, “considerados corrigidos dos erros que cometeram, depois de exortados, no Juizado de Menores, em presença dos respectivos pais, foram colocados em quatro oficinas, onde estão dando exemplo pelo comportamento que apresentam”<sup>662</sup>. No mês seguinte do mesmo ano, foram desligados sessenta e cinco menores “por haverem cumprido o tempo estabelecido para a permanência nesse estabelecimento correcional”<sup>663</sup>. Cremos que nas ocasiões em que o desligamento dos internos do Aprendizado Agrícola foi transformado em ritual, com a presença dos pais e do Juiz de Menores enaltecendo o comportamento

---

<sup>658</sup> Exposição apresentada ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Álvaro Maia (maio de 1940 a maio de 1941). Manaus: Imprensa Pública. 1941.p.36.

<sup>659</sup> Exposição apresentada ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Álvaro Maia (maio de 1943 a maio de 1944). Manaus: D.E.I.P. 1944, p. 101.

<sup>660</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13.326. Manaus, 7 de setembro de 1943. p.3-4.

<sup>661</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13.326. Manaus, 7 de setembro de 1943. p.3-4. Sobre esse tema retornaremos mais adiante.

<sup>662</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11757. Manaus, 2 de abril de 1939. p. 2

<sup>663</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11807. Manaus, 31 de maio de 1939. p. 1

dos internos, a finalidade seria de transformar esse desligamento em um rito de passagem no qual ficaria marcado o momento em que o interno ao deixar o estabelecimento correcional estaria abandonando definitivamente toda uma trajetória de vida considerada desregrada e infrutífera<sup>664</sup>. Esse desligamento seria o símbolo do rompimento com o passado e a entrada em uma “nova vida”, a vida em sociedade. Não mais à margem como estiveram inseridos até então, mas sim como cidadãos, inseridos nos mundos do trabalho.

Embora não tenhamos localizado o regulamento desse estabelecimento agrícola, os relatórios indicam que o cotidiano dos internos dessa escola correcional estava voltado para atividades laborais, como sugere a nota publicada no Diário Oficial informando que os menores enviados ao Aprendizado no período entre outubro de 1935 e fevereiro do ano seguinte, “plantaram cerca de dez mil pés de mandioca”<sup>665</sup>. Tal divulgação parece não ter inibido a permanência de crianças e jovens nas ruas da cidade pois, no ano de 1936, cerca de 85 menores foram encaminhados ao Aprendizado e 120 no ano posterior<sup>666</sup>. O fato de divulgar o número de menores apreendidos pelo juizado para além de querer servir de advertência para outros meninos, pode demonstrar que, finalmente, eles estavam cumprindo o papel que deles se esperava, ser produtivo.

Os menores participavam de todas as atividades laborais dentro do Aprendizado. Embora seu trabalho fosse considerado pouco produtivo na agricultura, devido a inabilidade para lidar com certos cultivos de plantas, realizavam os mais variados serviços<sup>667</sup>. Os frequentes problemas com a bomba de água geravam a escassez do precioso líquido, bem como da energia que abastecia o reformatório. Nesse caso, os menores eram encarregados de encher com a água do rio o carro tanque que, depois de

---

<sup>664</sup> Sobre rito de passagem ver o clássico: GENNEP, Arnold Van. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis: Vozes, 1978.

<sup>665</sup> Diário Oficial. Manaus, 21 de fevereiro de 1936. p.11

<sup>666</sup> Respectivamente: Mensagem de Governo à Assembleia Legislativa (maio de 1937). Manaus: Imprensa Pública. 1937, p.284; Relatório apresentado ao interventor Federal do Amazonas, Álvaro Maia, pelo diretor do Aprendizado Agrícola do Paredão. Março de 1938. p.1.

<sup>667</sup> Relatório apresentado ao Interventor Federal (março de 1938) p. 5. Não descartamos que tal inabilidade para o serviço se tratasse de negligência deliberada dos internos na realização de tarefas que eram obrigados a realizar. Em documentos sobre instituição de acolhimento de mendigos e desamparados no Rio de Janeiro, o relatório do presidente do abrigo ressentia da falta de interesse dos internos pelos serviços agrícolas, que preferiam a realização de outros ofícios. Segundo o presidente, na instituição o ensino agrícola era obrigatório pois “em mais de 350 adolescentes já recolhidos, só 4 alunos se dispuseram espontaneamente a enfrentar a vida no campo. [...] ao meu ver, isso exige enérgico corretivo do governo”. Apud: CAMINHA, Mônica Cruz. *A serviço de Deus, dos pobres e da pátria: o Abrigo do Cristo Redentor (1936-45)*. Fundação Oswaldo Cruz - Casa de Oswaldo Cruz.

[https://www.academia.edu/9133051/\\_A\\_servi%C3%A7o\\_de\\_Deus\\_dos\\_pobres\\_e\\_da\\_p%C3%A1tria\\_o\\_Abrigo\\_do\\_Cristo\\_Redentor\\_1936-45\\_?auto=download](https://www.academia.edu/9133051/_A_servi%C3%A7o_de_Deus_dos_pobres_e_da_p%C3%A1tria_o_Abrigo_do_Cristo_Redentor_1936-45_?auto=download)

abastecido, era puxado por boi para os reservatórios no sentido de abastecer a cozinha, o refeitório, a horta e a residência dos funcionários<sup>668</sup>. As duas oficinas existentes no aprendizado, uma de madeira e outra de metal, garantia, graças aos trabalhos dos internos orientados por um carpinteiro e eletricista, a realização de todos os serviços de manutenção das casas, cercas e máquinas da instituição. Diante disso, “só os grandes reparos são feitos fora do Paredão”<sup>669</sup>. Outros trabalhos eram realizados pelos menores, tais como a confecção de tamancos para uso próprio e para encomenda externa, bem como a confecção de mesas, cadeiras, tamboretas e brinquedos de madeira e metal. Dessa produção, cinquenta pares de calçados foram enviados como doação ao Juízo de Menores para a realização da festa natalina das crianças carentes; oitenta brinquedos fizeram parte da exposição da Semana da Criança de 1939 e as mesas, cadeiras e tamboretas eram parte da mobília do clube esportivo do Aprendizado<sup>670</sup>.

Muito provavelmente esses menores tenham tido dificuldade de adaptação as regras estabelecidas pela instituição, como horários pré-estabelecidos, serviços demandados, formas de portar-se, etc. Assim sugere uma portaria publicada no Diário Oficial “tornando obrigatório o uso de tamancos pelos menores do Aprendizado, quer em serviço, quer em aula ou recreio, ficando por isso proibido andarem descalços”<sup>671</sup>. O andar descalço era muito comum em parte das camadas populares que no interior de suas residências sentiam-se mais à vontade para a realização das tarefas diárias. No entanto, não devemos descartar a extrema pobreza vivida por parte dessa população que os privava de calçados para o dia-a-dia, sendo estes de uso exclusivo para ida ao trabalho ou a igreja aos domingos.

A participação de menores internados nas festas cívicas era vista com muita satisfação por grande parte da sociedade amazonense que se aglomerava na Avenida Eduardo Ribeiro, principal logradouro da cidade, para assistir aos desfiles das escolas e instituições militares. As festividades da Semana da Pátria, os festejos de Tiradentes, dentre outras festas cívicas, eram momentos de externar e exaltar o sentimento patriótico. Nesse sentido, os internos do Paredão se apresentavam nos desfiles, trajando roupas estilo militar. Enfileirados, marchavam em coluna demonstrando toda a disciplina adquirida. Se

---

<sup>668</sup> Relatório apresentado ao Interventor Federal (março de 1938) p. 7,8.

<sup>669</sup> Relatório apresentado ao Interventor Federal (março de 1941) p. 9. No Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão (1935-1944) podemos encontrar imagens de crianças trabalhando no carregamento de areia, preparando argamassa para construção interna do Aprendizado.

<sup>670</sup> Relatório apresentado ao Interventor Federal (março de 1941) p. 9.

<sup>671</sup> Diário Oficial. Manaus, 11 de fevereiro de 1939. p.5.

nas exposições os internos apresentavam a habilidade com trabalhos em madeira e metal, frutos de suas atividades nas oficinas; por meio dos desfiles os internos demonstravam ter adquirido a disciplina e ordem necessárias para conviver em sociedade. Dessa forma, se manifestaram Carlos Mesquita e Leopoldo Peres, ao descreverem suas impressões sobre a participação dos alunos do Aprendizado Agrícola do Paredão na parada cívica realizada em Manaus, em abril de 1937, por conta das homenagens a Tiradentes. Para o primeiro, os alunos do Paredão haviam oferecido a melhor parte do espetáculo, pois “sahidos das sarjetas das ruas e encaminhados na estrada luminosa do dever, deram um magnífico atestado do que vale a tarefa benemérita do Juiz de Menores no aproveitamento dos nossos valores humanos”. Na mesma linha discursiva seguiu o segundo, Leopoldo Peres, para quem a “prophylaxia social e de construção educativa” realizada pelo Juízo de Menores era merecedora dos mais sinceros aplausos visto apresentarem aqueles que um dia não passavam de “rebotalhos sociais, de resíduos inúteis, de épaves que se perdiam no torvelino da miséria e delinquência”, transformados então em sujeitos “úteis e operosos”, prontos a colaborar na obra magna de engrandecimento da Pátria<sup>672</sup>.

A visita de pessoas ilustres ao Aprendizado Agrícola do Paredão não era incomum. Os relatórios destacam com orgulho as assinaturas de personalidades de destaque internacional, nos livros de visitantes, dentre elas a Princesa Eugênia, da Grécia e Dinamarca<sup>673</sup>. No entanto, a observação deixada em 1938 no livro de visitas por Gilberto Ozório de Andrade, redator-secretário do *Diário da Manhã* e do *Diário da Tarde*, de Recife, a nós parece explicitar que as medidas voltadas para a infância na cidade de Manaus coadunavam com as políticas sociais voltadas para a infância, esperadas pelos setores privilegiados economicamente. De acordo com o redator:

“O ABC não deve ser considerado um fim, e sim um meio, apenas um elemento de formação. A faculdade de ler sugere no espírito novas ambições e gera insatisfações perniciosas quando falha ou inexistente a capacidade técnica e a aptidão de realiza-las. Dess’arte será com o ensino tecnico-profissional, através dos aprendizados agrícolas, principalmente, que se fará possível estratificar sólidos embasamentos para a evolução e o aperfeiçoamento constante do trabalhador brasileiro”<sup>674</sup>.

Entendemos, por meio do registro do redator, que as políticas sociais esperadas para a infância pobre seriam aquelas que encaminhassem por meio da disciplina as

---

<sup>672</sup> A *Tarde*, nº 57. Manaus, 27 de abril de 1937.p.1.

<sup>673</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão (1935-1944). p.6

<sup>674</sup> Relatório Retrospectivo das Atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão (1935-1944). p.7

crianças para o trabalho. O ensino das primeiras letras deveria ser ministrado apenas de forma superficial aos filhos das famílias pobres, que deveriam ser estimulados sobremaneira para o trabalho braçal. O jornalista concluía que aguçar o intelecto de crianças desvalidas poderia despertar reflexões e desejos impossíveis para sua classe. Nesse sentido, caberia ao Estado preparar e qualificar os pequenos braços no sentido de deles poder fazer uso por mais tempo, de forma submissa, pacífica e ordeira.

Funcionando em condições precárias, com gastos considerados elevados pelo Estado que reconhecia que a instituição exigia alto investimento devido ao custo com transporte, alimentação dos alunos e funcionários, roupas e calçados para os internos, além dos valores gastos com a manutenção do estabelecimento, a frequente escassez de água e luz dificultava o desenvolvimento do trabalho agrícola no Aprendizado. Em 1941, foram encerradas as atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão, que no período contava com 44 internos<sup>675</sup>.

### **3.3 Secção de Menores Melo Matos**

No mês de maio de 1939, o Interventor Federal do Estado do Amazonas, Álvaro Maia, criou a Secção de Menores Melo Matos, destinada a menores delinquentes. Instalada nas dependências da Cadeia Pública da cidade de Manaus, a Secção de Menores teria entrada exclusiva pela parte lateral no sentido de tentar manter essa Secção completamente separada da ala dos criminosos comuns<sup>676</sup>. Ao Juiz de Menores caberia a administração, bem como, a elaboração do regulamento do referido estabelecimento. O Interventor reconhecia que as instalações não seriam adequadas para o fim a que se destinavam, no entanto, “a situação do Estado presentemente, não permite, a criação de um reformatório para a readaptação social dos menores delinquentes”<sup>677</sup>. O jornal *A Tarde* recebeu com júbilo o decreto interventorial. Enaltecendo a criação da Secção de Menores, louvava o fato de vir a “preencher uma indiscutível lacuna em nossa organização judiciária e penal, evitando os embaraços decorrentes para a justiça de menores da

---

<sup>675</sup> Mensagem de Governo - 1936. Manaus: Seção de Obras da imprensa Pública, p.108,109.

<sup>676</sup>Diário Oficial. Manaus, 16 de maio de 1939. p.23. A criação de uma secção de menores estava prevista no Decreto-Lei de criação do Juízo de Menores, que seguindo as determinações do Código de 1927, estabelecia que os menores abandonados e delinquentes poderiam ser recolhidos ao Patronato Agrícola do Estado (Paredão) ou a uma secção de menores a ser criado pelo Governo do Estado, ficando os menores sob a responsabilidade do Juiz <sup>676</sup>.

<sup>677</sup> Diário Oficial do Amazonas. Manaus, 16 de maio de 1939. p.23.

promiscuidade dos delinquentes infantis com os criminosos adultos, num regime penitenciário comum”<sup>678</sup>.

A documentação citada levanta algumas questões apontadas em pesquisas anteriores, indicando a permanência, ainda na década de 1930, da inexistência de espaços distintos para aqueles reclusos por lei. Na maioria das vezes, adultos e crianças recolhidos por pequenas infrações como mendicância, vadiagem, etc, provavelmente eram recolhidos a Cadeia Pública sem que houvesse preocupação em separá-los por gravidade do delito cometido, por idade ou por sexo.

O corpo administrativo da Secção estava composto pelos funcionários da Casa de Detenção, com exceção do inspetor vigilante, do médico, do professor e do dentista, indicados pelo Juiz. Diariamente sob rigorosa vigilância, os menores seriam observados, examinados, analisados, sendo transcrito em livros de registro seu perfil psicológico “contendo seus vícios, suas virtudes, afeições, tendências, os efeitos do regime educativo disciplinar”, etc,<sup>679</sup>.

Ao analisarmos o Regulamento da Secção Melo Matos, nos deparamos com itens estabelecendo que aos menores que passavam por suas dependências deveria ser oferecida uma vida relativamente saudável, um ambiente limpo e sadio, tanto no que se refere a estrutura física quanto ao que se refere a alimentação. De forma semelhante deveria ser o relacionamento entre funcionários e menores apreendidos. A estes, ainda segundo o regulamento, seria dispensado tratamento respeitoso e afável, considerando a personalidade de cada criança e jovem recolhido. Sendo a instituição um espaço de reforma, de regeneração, as boas maneiras e os bons valores deveriam fazer parte do aprendizado. Se eles haviam sido recolhidos pela recusa ao enquadramento social que exigia o respeito a hierarquia, o amor ao trabalho e a pátria, deveria ser ensinado “a respeitar e honrar as tradições, amar o trabalho e a proceder de modo que mereçam a estima e afeição dos seus companheiros e superiores”<sup>680</sup>.

A Secção, provisoriamente, receberia apenas crianças e jovens do sexo masculino, o que demonstrava a intenção de futuramente criar um lugar específico para mulheres<sup>681</sup>.

---

<sup>678</sup> A *Tarde*, nº 685. Manaus, 17 de maio de 1939, p.1.

<sup>679</sup> Diário Oficial, nº 13.215. Manaus, 10 de agosto de 1939. p. 3.

<sup>680</sup> Diário Oficial, nº 13.215. Manaus, 10 de agosto de 1939. p. 3.

<sup>681</sup> Diário Oficial, nº 13.215. Manaus, 10 de agosto de 1939. p. 3. A criação de um estabelecimento correccional específico para menores do sexo feminino estava prevista no Código de menores de 1927.

Quanto ao regime disciplinar da Secção, estavam terminantemente proibidos os castigos corporais ou qualquer manifestação de humilhação ao recluso. As posturas consideradas inadequadas, a burla das normas deveria ser reprimida por meio de admoestação branda. A recusa frequente ao não cumprimento das regras estabelecidas resultaria em sanções tais como a privação do recreio, de receber visitas ou correspondência, detenção em sala própria para esse fim e “recolhimento até quinze dias, no máximo, a um compartimento de isolamento, ao qual sairá somente para as aulas e alguns trabalhos”. As recompensas se traduziriam em boas notas, elogios, prêmios em forma de livros ou brinquedos <sup>682</sup>.

As sanções e prêmios impostos como dispositivo disciplinar àqueles que não seguissem as normas do estabelecimento para além de indicar a não aceitação da reclusão por parte dos internados, indicava a exclusão dentro do próprio espaço de reclusão. Crianças e jovens eram retirados do convívio em sociedade e recolhidos à reclusão disciplinar com a finalidade de inculcar normas sociais considerados fundamentais: amor ao trabalho, respeito pela hierarquia, sentido de disciplina, etc. No entanto, dentro do próprio estabelecimento disciplinar, espaço de reclusão, o internado que se recusasse a seguir as normas do estabelecimento ficaria encarcerado em um compartimento isolado dos demais<sup>683</sup>.

A documentação não permite precisar o perfil das crianças recolhidas à Secção Melo Matos, no entanto, considerando que elas eram encaminhadas pelo Juízo de Menores, sugerimos que a maior taxa de internados seria de amazonenses e descendentes de indígenas. Quanto à idade desses pequenos, embora o Regulamento não estabeleça idade mínima para ser internado na instituição, as fotos de meninos internos revelam crianças que aparentavam pouca idade, como podemos observar na fotografia publicada em 1942, no Rio de Janeiro, no jornal *A Noite*, ao propagandear os feitos do interventor Álvaro Maia. Na imagem, os internos se encontram perfilados a frente da Cadeia Pública de Manaus, local onde funcionava o estabelecimento.

---

<sup>682</sup> Diário Oficial, n° 13.215. Manaus, 10 de agosto de 1939. p. 3

<sup>683</sup> Em literatura sobre o período, Jorge Amado ao se referir ao compartimento de isolamento de um reformatório na Bahia, o descreve como um quarto de dimensões muito reduzidas, não possibilitando que o enclausurado permanecesse em pé ou deitado. Totalmente cerrado, a escuridão era a única companhia não permitindo identificar quando era noite ou dia. AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. P. 203.



**Imagem 11: Menores internos da Secção Melo Matos em traje de desfile cívico.  
Fonte: *A Noite*. 1.12.1942. Acervo: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional**

Com cerca de um ano de criação, embora funcionando em condições precárias, a Secção Melo Matos havia recebido 43 menores<sup>684</sup>. Tudo indica que a preocupação inicial seria retirar crianças e jovens considerados delinquentes das ruas da cidade submetendo-os a um severo regime de reclusão e vigilância, ainda que a instituição criada para esse fim não estivesse adequada para recebê-los nem houvesse recursos para oferecer-lhes educação e o ensino de um ofício. Nesse sentido, a propalada ideia de reeducação não funcionava na prática. Acreditamos que a finalidade primeira seria a segregação desses menores e não a reeducação.

Em 1940, durante a visita de Getúlio Vargas à Manaus, André Vidal de Araújo, Juiz de Menores, entregou ao presidente um memorial no qual discorria sobre as ações do Juizado de Menores na capital amazonense e solicitava recursos para caminhar com os projetos iniciados. Sobre a Secção se referia como:

“modesta, pobremente aparelhada, mesmo assim vai servindo, e belamente, às suas finalidades educacionais [...] os menores, ali recebem uma instrução primária de urgência, bem assim leves conhecimentos de marcenaria, e que se constituem desse jeito, valores reais dentro da realidade brasileira”<sup>685</sup>.

A fala do Juiz nos leva a refletir sobre o que seriam *os valores reais dentro da realidade brasileira*. A educação para os filhos das famílias pobres apenas o suficiente para aprendizagem de um ofício, ainda que de forma rudimentar. Pode indicar, também,

<sup>684</sup> *Jornal do Comércio*, nº 12134. Manaus, 23 de junho de 1940, p.1.

<sup>685</sup> ARAÚJO, André Vidal. *A Prol da Infância: apelo do Juiz de Menores de Manaus, Dr. André Vidal de Araújo ao Presidente Getúlio Vargas*. Manaus: 1940. p.8

que essas crianças passavam boa parte do dia na ociosidade dentro da Secção ou realizando serviços fora da instituição. Em 1942 a instituição inaugurou as oficinas de encadernação, marcenaria e sapataria, passando a receber encomendas externas. Além da aprendizagem de um ofício, passou a garantir, por meio dos trabalhos dos internados “os lucros revestidos em benefício daquela casa, tais as encomendas constantes que está recebendo de fora”<sup>686</sup>. Dessa forma se fazia uso da força de trabalho das crianças dentro das instituições de modo a compensar os gastos com a sua permanência dentro do estabelecimento. cremos que a isso podemos denominar de reembolso compulsório.

Não raramente, o trabalho desses pequenos poderia ser utilizado fora dos muros de reclusão. Assim ocorreu durante os serviços de construção de um parque infantil para as crianças pobres, promovido pelo Juízo de Menores. Desse modo, o *Jornal do Comércio* informava que após conseguir a doação de um terreno apropriado para as instalações, “os primeiros trabalhos nesse sentido, já estão sendo feitos pelos próprios correccionais da Escola Melo Matos” juntamente com uns meninos do Bairro da Cachoeirinha<sup>687</sup>. Isso indica a permanência de crianças exercendo atividades em obras públicas mesmo que tal atividade fosse proibida pelo Código de Menores. A presença de crianças nas construções públicas da cidade, parecia não chocar a população, sendo por nós encontrada vestígios desde o século XIX. Para o Período Provincial, a tabela para pagamento dos operários das Obras Públicas incluía o preço a ser pago a meninos com até doze anos de idade que exerciam a função de serventes<sup>688</sup>. Isso evidencia que poderia não haver uma idade mínima para eles adentrarem nesse tipo de trabalho. No período republicano encontramos meninos exercendo função de auxiliar de carpintaria e meninas como servente nas obras públicas<sup>689</sup>. O fato das crianças internadas na Secção Melo Matos participarem da construção de um parque infantil juntamente com outras crianças, para além de indicar o uso dessa força de trabalho pelo próprio Juizado de Menores, pode sugerir que o uso dessa mão-de-obra em serviços externos não fosse incomum.

Não obstante as punições previstas, o cotidiano dentro desses estabelecimentos disciplinares não raras vezes poderia se tornar palco de enfrentamento entre os internos e

---

<sup>686</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 136. Manaus, 17 de março de 1942.

<sup>687</sup> *Jornal do Comércio*, nº 12212. Manaus, 22 de setembro de 1940. p.1.

<sup>688</sup> Livro da Repartição de Obras Públicas da Província do Amazonas – 1864 (Manuscritos). Arquivo Público do Estado do Amazonas.

<sup>689</sup> PESSOA, Alba Barbosa. Meninas nos Mundos do Trabalho: um olhar através da imprensa manauara (1890-1920). In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.). *Gênero e Imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014. p. 61-70.

superiores, onde aqueles demonstravam de diferentes formas a recusa ao enquadramento imposto pela instituição. Assim fica evidenciado pela Portaria nº 403, publicada pelo Juízo de Menores em 1942, estabelecendo penalidades para aqueles que fizessem uso de vocabulário considerado obsceno, pela não observância a hierarquia e para aqueles que deliberadamente danificavam os instrumentos das oficinas do estabelecimento<sup>690</sup>.

A ausência de atendimento adequado aos menores internos foi permanente em todo o período por nós pesquisado sendo de conhecimento público a precariedade das instalações do estabelecimento correcional, bem como, da alimentação insuficiente e inadequada oferecida aos internados. Como reconhecia o Procurador Geral do Estado do Amazonas em 1943, “a alimentação fornecida pela penitenciária, não pode, naturalmente, corresponder ao regime dietético, adequado a criança”<sup>691</sup>. Talvez as notícias sobre as condições as quais se encontravam submetidos os recolhidos ao Instituto Melo Matos, despertasse verdadeiro pavor ante a chegada dos Vigilantes de Menores nas ruas da cidade. Crianças e suas famílias viviam em permanente estado de apreensão, conforme revela Hilton de Oliveira Rego, ao lembrar de sua infância vivenciada em Manaus na década de 40:

Naquela época em Manaus existia uma repressão enorme e constante por parte das autoridades que controlavam a infância e a juventude através da instituição chamada Instituto Melo Matos, cujos guardas saíam as ruas diariamente pela cidade toda à procura de meninos ou meninas que estivessem brincando na rua. Se os pegassem em flagrante eram levados presos para Casa de Detenção [...]. Em seguida convocavam os pais dos menores para pagar multa, sem a qual, o filho ou filha não era liberado, sem antes passar uma descompostura nos responsáveis e fichar o detento<sup>692</sup>.

De acordo com o memorialista, na terceira reincidência eram encaminhados ao Instituto. Tais ações eram acompanhadas da violência física pois “eles vinham em silêncio sempre em grupo, em uma caminhonete grande preta, saltando rápido e empunhando cassetetes de borracha para bater em quem resistisse à prisão”<sup>693</sup>. A fala do autor demonstra o quão as crianças e jovens resistiram às normas disciplinares, pois ainda que

---

<sup>690</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 135. Manaus, 9 de março de 1942

<sup>691</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, nº 169. Manaus, 15 de maio de 1943.

<sup>692</sup> REGO, Hilton de Oliveira. *Com a Cara e a Coragem: uma aventura através da História*. Rio de Janeiro: HEDRAIOS, 2010. p.27.

<sup>693</sup> REGO, . *Com a Cara e a Coragem...op.cit.* p.27.

houvesse o temor de ser recolhido ao Instituto, grande parcela se arriscava em permanecer nas ruas exercendo suas formas de sociabilidade.

No último ano da administração de André Vidal de Araújo frente ao Juízo de Menores, em 1944, haviam passado pelo Instituto Melo Matos cerca de 524 menores considerados delinquentes e abandonados. Destes, o maior número era de abandonados sendo a maior parcela recolhida por vadiagem e pequenos furtos, enquanto que um índice muito reduzido foi motivado por homicídio ou atentado a vida. De acordo com os dados da Exposição apresentada por Álvaro Maia ao presidente Getúlio Vargas, o Instituto Melo Matos contava com oficinas de sapateiro, marceneiro, tipógrafo, encadernação e ferreiro, tendo “entregue à sociedade amazonense muitos meninos reeducados, todos operários amparados em oficinas pelo próprio Juiz, que dispõe de uma Agência de colocação de menores”<sup>694</sup>. Nesse sentido, estaria o Amazonas contribuindo para a disciplinarização da infância, retirando das ruas braços ociosos e, por meio da disciplina e do trabalho, transformando-os em força laboriosa. Sendo esse projeto disciplinar voltado para os filhos das famílias empobrecidas a instituição reteve entre seus muros as crianças e juventude empobrecida da cidade de Manaus. Segundo o *Jornal do Comércio* de 1945, o Instituto Melo Matos cumpria o papel para o qual fora criado pois, nele se encontravam os “garotos endiabrados da cidade, meninos levados da breca, acostumados a quebrar vidraças das casas de burgueses, e meter-se em sarilhos com os quais nada têm a ver, a fumar, e alguns até cumprindo pena por agressão armada”<sup>695</sup>.

A mudança de direção do Juízo revelou outras cores a atuação do Instituto Melo Matos junto a decantada regeneração e reeducação de crianças chamadas de delinquentes. O Instituto, de acordo como o relatório apresentado pelo Juiz Arnoldo Carpinteiro Peres, em nada cumpria com as finalidades para o qual fora criado. Arnoldo Peres alegava que ali imperava a ociosidade, oficinas em desuso e falta de uma política pedagógica-repressiva eficaz, não merecendo ter passado à condição de instituto visto não ter recebido nenhuma melhoria nas dependências de onde funcionava, sendo necessário toda uma

---

<sup>694</sup> Exposição apresentada por Álvaro Maia ao presidente Getúlio Vargas (1943-1944). Manaus: D.E.I.P., 1944. p.101.

<sup>695</sup> *Jornal do Comércio*, nº 13724. Manaus, 2 de janeiro de 1945. p.21.

reestruturação física do estabelecimento, bem como de uma nova organização do seu quadro funcional e prática pedagógica<sup>696</sup>. De acordo com o Juiz:

“nessa dependência da cadeia Pública, não se encontram instalações apropriadas, mesmo precariamente[...] com efeito, ali quase tudo falta para se proporcionar à infância e à juventude sob a nossa tutela os meios de leva-las ao caminho da regeneração, pois inexitem oficinas, enfermarias, dormitórios higiênicos, secretaria, fichários, etc, etc...mero depósito de menores, os quais quase nada recebem para fins regenerativos, lá se encontram apenas para evitar fiquem em promiscuidade com os delinquentes adultos”<sup>697</sup>.

Sugeria o Juiz, como solução, a criação de um patronato agrícola, onde crianças e jovens encontrassem na prática camponesa o caminho do amor ao trabalho e da regeneração. Para Peres, o contato com o campo possibilitaria um processo de readaptação ao meio social além de em muito contribuir para o desenvolvimento da agricultura. Este era um problema antigo, a falta de braços e interesse pela agricultura. Dessa forma se pensava em resolver a escassez de gêneros alimentícios que assolava a capital amazonense. Somente assim, afirmava o Juiz, “poderemos devolver a sociedade elementos úteis e operosos, capazes de colaborarem no bem comum<sup>698</sup>.

Somente no ano de 1948, o Instituto Melo Matos foi retirado das dependências da Penitenciária passando a funcionar em um bairro afastado da cidade, nas proximidades do hospício Eduardo Ribeiro. Para o Juiz de Menores, o Instituto Melo Matos, até então, havia funcionado como verdadeiro campo de concentração. Pensamento este partilhado por parte da imprensa local, para quem as instituições mantidas pelo governo eram sinônimo de “garotos esfarrapados, de olheiras profundas, tristes e mal alimentados”<sup>699</sup>.

---

<sup>696</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal no Amazonas, pelo Juiz Tutelar de Menores e Diretor Técnico do Serviço de Assistência Social (Período:19/fevereiro/1944 a 31/março/1945). Manaus: Tip. Da Liv. Normalista, p.10.

<sup>697</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal no Amazonas, pelo Juiz Tutelar de Menores e Diretor Técnico do Serviço de Assistência Social (Período:19/fevereiro/1944 a 31/março/1945). Manaus: Tip. Da Liv. Normalista, p.11.

<sup>698</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal no Amazonas, pelo Juiz Tutelar de Menores e Diretor Técnico do Serviço de Assistência Social (Período:19/fevereiro/1944 a 31/março/1945). Manaus: Tip. Da Liv. Normalista, p.15.

<sup>699</sup> Respectivamente: Mensagem de Governo – 1948. Manaus: Imprensa Oficial. 1948, p.93; Jornal do Comércio, nº 14419. Manaus, 20 de abril de 1947, p.10; jornal do Comércio, nº 14722. Manaus, 14 de abril de 1948, p.4.

### 3.4 Escola Premunitória do Bom Pastor

Funcionando em regime de internato, a Escola Premunitória Bom Pastor estava voltada para a reeducação de menores do sexo feminino. Criada em 1940, preconizava como princípio o amor à pátria, o respeito às leis e o sentimento de cooperação<sup>700</sup>. Entendemos que a finalidade da instituição estava subentendida na denominação da própria escola pois *Premunitória* significa aquilo que prenuncia, ou seja, os modos de vida das meninas indicavam uma tendência para a prostituição. Enquanto que *Bom Pastor* estava relacionado com aquele que procurava resgatar a ovelha desgarrada do rebanho. Neste caso, caberia ao Estado zelar pelas meninas que eles acreditavam se encontrar na eminência de se perder moralmente devido a condição de abandono em que se encontravam.

A localização da Escola, no Bairro Cachoeirinha, pode ser muito significativa. Este era um bairro habitado predominantemente pela classe trabalhadora, segmento pobre da população. Visando atender as filhas dessas famílias, que pela sua condição social eram consideradas abandonadas, a Escola Premunitória encontrava nessa localidade um campo fértil para suas atividades. As fábricas de beneficiamento de castanhas e de juta instaladas nesse logradouro tinham na mão de obra feminina a sua maior força de trabalho. Diariamente um grande número de mulheres com suas filhas se dirigiam para longas jornadas de trabalho dentro das fábricas. Aquelas que não acompanhavam as mães na faina diária e não tinham uma outra ocupação eram consideradas predestinadas a seguir uma vida desregrada por passarem parte do dia de forma improdutiva, longe dos valores morais desejados ao sexo feminino. Recebida com júbilo pela imprensa, o *Jornal do Comércio* anunciou que o estabelecimento educacional era “um exemplo de moralidade, um incentivo para o bem e uma luz a iluminar-lhes o caminho do trabalho, do dever e da justiça”<sup>701</sup>.

No ato da inauguração a Escola Premunitória não pôde contar com o funcionamento imediato das oficinas previstas tais como as de costura, bordado, cozinha, encadernação, vimaria, lavanderia, etc. Os poucos recursos advindos ante a permanente crise financeira pela qual passava o orçamento público, não permitiram a compra de

---

<sup>700</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1.

<sup>701</sup> *Jornal do Comércio*, nº 12055. Manaus, 23 de março de 1940. p.1

máquinas e material adequados, sendo sua instalação realizada de forma gradual. O próprio regulamento da instituição estabelecia que “a instalação se fará de pouco a pouco, com o concurso das próprias menores e de pessoas caridosas”<sup>702</sup>. Em outras palavras, a instituição seria aparelhada por meio dos serviços prestados pelas próprias educandas, posto que na falta de recursos público o trabalho das meninas e as doações seriam revertidos em equipamentos e material necessário para a Escola. Também fazia parte das atividades desenvolvidas pela instituição o cultivo de hortas, a jardinagem e criação de galináceos. Partindo do princípio que “pelo trabalho e pela disciplina as menores se prepararão para uma vida social útil e produtiva”, o cotidiano dessas pequenas, muito provavelmente, deveria se resumir, em grande parte, a atividades laborais<sup>703</sup>. Essa reflexão pode ser reforçada pelo quadro de funcionários da Escola Premunitória. Composto apenas por uma administradora, uma economista, uma inspetora vigilante, um médico, um dentista e professoras, todas as demais atividades seriam realizadas pelas educandas, bem como, os pequenos serviços de reparos e mobiliário no prédio, sempre sob orientação dos professores de acordo com as oficinas <sup>704</sup>.

A admissão na Escola se fazia por meio de matrículas solicitadas pelos pais ou responsáveis pelas menores, sendo também admitidas as encaminhadas pelo Juízo de Menores. O Regulamento estabelecia que somente poderiam ser aceitas aquelas na faixa etária entre oito a dezoito anos. O asseio pessoal recebido pela menor ao ingressar no estabelecimento marcava a sua condição interna <sup>705</sup>.

Em análise sobre instituições totais, Erving Goffman sustenta que o ato de submeter o interno ao banho, o corte de cabelo, dentre outros, não deve ser percebido como simples ações higiênicas. Ao adentrar o estabelecimento disciplinar, afirma Goffman, o interno é levado a se desfazer de tudo aquilo que possa trazer do mundo do qual está sendo apartado. Caso tenha objetos eles são confiscados e deixados sob os cuidados da direção. O banho seria uma forma de desinfecção, muitas vezes acompanhados do corte de cabelo. A adoção de uniforme fazia parte do complemento de uma assepsia que tinha como finalidade eliminar qualquer vestígio do mundo anterior do interno. A proibição de saída do estabelecimento e do recebimento de visitas, assinala “uma ruptura profunda com o papel social anterior”. Assim, lentamente vai sendo

---

<sup>702</sup> Diário Oficial do Amazonas, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1

<sup>703</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1.

<sup>704</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.2.

<sup>705</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1 a 3.

instalada a deformação pessoal, a perda de identidade, a perda do eu. Para Goffman, “as instituições totais são as estufas de nossa sociedade para mudar pessoas”<sup>706</sup>.

A vigilância e disciplina dentro da instituição era permanente. Sob observação todas as horas do dia, as alunas deveriam atentar para as medidas de higiene se apresentando sempre asseadas. O silêncio e a ordem eram exigidos nas aulas, nas salas de estudo e no refeitório. A preocupação com a disciplinarização e o respeito à hierarquia se evidenciava no regulamento ao estabelecer que as alunas ao se dirigirem a professora em sala de aula, “levantarão o braço direito com a mão aberta, aguardando que sejam atendidas, e, quando chamadas a ler ou responder, fá-la-ão de pé”. Para saírem da sala deveriam aguardar o sinal da professora, sendo “o primeiro para guardar livros ou utensílios, o segundo para se levantarem, e o terceiro, para seguirem, saindo, primeiramente, a fila da frente, depois a imediata, a um de fundo”<sup>707</sup>. Para Erving Goffman, esses métodos utilizados em estabelecimentos disciplinares, eram formas de retirar a autonomia de ação dos sujeitos internos. Isso se fazia diariamente, regulamentando o tempo a ser dispendido nas atividades mais corriqueiras sob pena de sanções em caso de não cumprimento<sup>708</sup>.

Seguindo essa perspectiva de análise, acreditamos que a Escola Premunitória Bom Pastor tenha sido espaço de permanente tensão entre alunas e funcionárias, e entre as próprias alunas, visto algumas delas exercerem cargos de vigilância. Este seria o caso das *alunas guardas* e das *alunas porteiras*. Caberia as primeiras, dentre outras funções, garantir que as alunas seguissem as medidas de higiene recomendadas, se comportassem de forma adequada nas aulas, no refeitório e dormitório, podendo admoestá-las quando necessário. Deveria fazer um registro por escrito de todas as faltas cometidas pelas alunas e apresentar para a administradora da Escola. Às *alunas porteiras* caberia, dentre outras atribuições, a vigilância do portão de acesso da instituição, não permitindo a saída ou

---

<sup>706</sup>GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva. 2003.7ª ed. Goffman considera instituição total como “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. p.11

<sup>707</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.3.

<sup>708</sup> Goffman cita como exemplo uma cadeia para jovens delinquentes nos Estados Unidos, na qual, logo após o raiar do dia, em pé, ao lado da cama, cada interno teria que realizar tarefas em curto espaço de tempo previamente estabelecido, sob o sinal de um guarda. Quando ele gritava “ “UM”, nós tirávamos o pijama; “DOIS”, dobrávamos o pijama; “TRÊS”, arrumávamos a cama. [...]”. “Também nos vestíamos com números: camisa com “UM!” , calças com “DOIS!”, meias com “TRÊS!”, sapatos com” QUATRO!”. Qualquer ruído, como por exemplo, derrubar um sapato ou até esfrega-lo no chão seria o suficiente para repreensão”. GOFFMAN, *Manicômios, Prisões e Conventos...op.cit.* p.42.

entrada sem autorização, bem como garantir que toda correspondência recebida e enviada primeiramente passasse pela direção<sup>709</sup>. Entendemos que se por um lado as alunas responsáveis pela vigilância e controle da entrada e saída da Escola poderiam permitir ou ignorar a burla das normas da instituição praticadas por outras alunas, por outro lado elas atuavam como agentes repressoras/opressoras a serviço da própria instituição. Para além disso, um cargo de vigilância ocupado por uma aluna poderia significar uma tática para se abster da realização de serviços mais pesados, ainda que por conta desses pequenos privilégios devesse mostrar rigor no exercício de suas funções ante as demais internas, sob pena de punição caso não cumprisse as exigências do cargo. Nesse sentido, o cotidiano dentro da Escola seria um espaço de tensão permanente no qual alunas e direção criavam e recriavam formas de sobrevivência que lhes garantissem melhores condições de vida dentro do estabelecimento disciplinar.

Algumas reações parecem ter sido comuns em espaços de reclusão nos moldes da Escola Premunitória, o que justificaria constar no regulamento como expressamente proibidas. São elas:

“proferir impropérios, clamar, brigar, fomentar rixa, perturbar as colegas em serviços ou brinquedo, provoca-las na classe ou em forma, sair sem permissão, sujar de qualquer maneira o chão, paredes, móveis, falar alto, palestrar em hora de trabalho, assobiar em horas impróprias, afastar-se do estabelecimento, discutir ordens ou desacatar a autoridade das mestras, professores e superiores hierárquicos, apropriar-se ou lançar mão de objeto alheio, tentar ou praticar contra a moral e o pudor ou a integridade física de outrem, dar denúncia ou testemunho falso, deixar seus objetos escolares, indumentárias, ferramentas, etc., em abandono ou fora de lugares que lhe são próprios e em desalinho, o leito e demais pertences de quarto, urinar fora das respectivas privadas ou vaso, cuspir ou salivar nas dependências do pavilhão, sujar ou rasgar a roupa fora do serviço ou por descuido, descuidar dos objetos de seu uso no refeitório, sujar propositalmente as toalhas de mesa e de quarto; expedir cartas sem o necessário visto da administradora, passar dolosamente seu serviço a outra, ; são atos passíveis das penas que trata esse regulamento”<sup>710</sup>.

Entendemos que a preocupação em detalhar no regulamento as ações consideradas como infrações, advém de experiências anteriores em outras instituições. Ou seja, que tais reações fossem esperadas da parte dos reclusos, no caso, as educandas da Escola Premunitória. Isso se mostra muito significativo pois possibilita perceber as pessoas envolvidas em estabelecimentos de reclusão disciplinar, como agentes que agiam,

---

<sup>709</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1

<sup>710</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.3

reagiam e manifestavam suas insatisfações dentro de suas possibilidades de ação. Pequenas ações de recusas diárias, que, caso não coibidas, poderiam inviabilizar a ação disciplinar dentro do estabelecimento. Pequenas ações que precisavam ser combatidas de forma a servir de exemplo e de inibir novas atitudes que demonstrassem insubmissão. Nesse sentido, as educandas que infringissem as normas da Escola estariam sujeitas as seguintes penas:

“advertência; punição em particular; punição condicional para ser aplicada em caso de reincidência; admoestação em público; privação de recreio, privação de recreio com trabalho, até três dias, separação temporária do grupo de alunas, isolamento com trabalhos escritos adequados ao ensinamento moral; isolamento “sine-die”; suspensão ou privação de cargos administrativos ou substituição de postos; privação de recreio com trabalho; mais de três dias; multa”<sup>711</sup>.

Como recompensa estava estabelecido o louvor perante a classe; nome no quadro de honra; postos, terreno para cultura, nomeação para contramestra de oficina ou de cultura e nomeação para os cargos vagos<sup>712</sup>. Das recompensas oferecidas chamava atenção o recebimento de área para o cultivo de hortas que, por meio da venda dos produtos seria revertido integralmente para aluna. Dessa forma se pretendia estimular o interesse pelo ganho, o interesse pelo trabalho que poderia ser convertido em valor econômico.

A Escola oferecia outras formas de envolver as alunas no interesse pelo trabalho, com possibilidade de ganho real. Enquanto as demais instituições trabalhadas por nós anteriormente deixavam explícito que a finalidade seria a disciplinarização da criança por meio da reclusão, no sentido de reeducá-la, possibilitando o seu retorno ao convívio social enquanto ser produtivo, o regulamento da Escola Premunitória, estabelecia que o trabalho seria o elo que ligaria as educandas, ainda enquanto internadas, com a vida real em sociedade<sup>713</sup>. Seria por meio do trabalho que ocorreria a reabilitação, despertando nas pequenas o interesse em se tornarem e manterem-se laboriosas. Nesse sentido, para que as alunas reconhecessem a importância do trabalho, de todo o material produzido por elas 50% deveria ficar com elas como forma de estímulo, no sentido de despertar o desejo para adquirir cada vez mais. Como prêmio àquelas que demonstrassem reeducadas

---

<sup>711</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p. 3.

<sup>712</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.3,4.

<sup>713</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1

poderiam sair da instituição uma vez por mês para fazer compras, porém nunca desacompanhada<sup>714</sup>. Permitir que as educandas saíssem para pessoalmente realizar suas compras seria uma forma de despertar o prazer pelo consumo demonstrando como algumas necessidades poderiam ser supridas pelo resultado do trabalho.

Com um pouco mais de um mês de funcionamento da Escola Premunitória, o Juízo de Menores informava que “25 mocinhas haviam sido encaminhadas para a instituição”<sup>715</sup>. Além de propagar a atuação do Juízo e a utilidade da Escola, seria uma forma de advertência àquelas que insistissem em comportamentos indesejáveis. Poucos meses depois, seriam mais de cinquenta meninas internadas na instituição<sup>716</sup>. O número crescente de meninas encaminhadas pode sugerir não apenas a determinação do Juízo de Menores na sua tentativa de projeto civilizador, quanto a recusa dessas pequenas ao enquadramento social exigido.

Embora sem os recursos desejados alguns trabalhos foram desenvolvidos na Escola, habilitando as menores nos serviços de costura, bordado e cozinha. O aniversário de um ano de funcionamento da escola foi festejado com uma exposição dos trabalhos manuais confeccionados pelas educandas<sup>717</sup>. Tais trabalhos seriam expostos para vendas e encomendas. Os serviços de costura realizados por encomendas para outros órgãos públicos, contribuía financeiramente, ainda que de forma precária, para funcionamento da Escola. Por todo o período pesquisado, o lamento pela falta de recursos adequados esteve sempre presente nas falas do Juiz de Menores e na imprensa que não deixava de tecer elogios a obra humanitária de correção das meninas consideradas desajustadas socialmente ou em perigo de vir a ser.

A Escola Premunitória, ao nosso ver, possuía como finalidade última o preparo de meninas para o tipo de trabalho considerado afeito as mulheres das famílias empobrecidas: o trabalho doméstico. Por meio da reclusão se pretendia incutir o amor ao trabalho, a submissão e aprendizagem de um ofício. Reforça nossa reflexão artigo do regulamento que estabelece que, quando as educandas demonstrassem completamente reeducadas, poderiam ser encaminhadas às casas de famílias que, em troca de seus serviços, pagariam uma mensalidade integral à educanda. Esse compromisso deveria ser

---

<sup>714</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1.

<sup>715</sup> *Jornal do Comércio*, nº 12134. Manaus, 23 de junho de 1940. p.1.

<sup>716</sup> *Jornal do comércio*, nº12134. Manaus, 29 de novembro de 1940. p.1.

<sup>717</sup> Conselho de assistência e proteção aos Menores, nº 106. Manaus, 12.05.1941.

assinado formalmente por aquele que viesse a se responsabilizar por elas. “Caso os modos da educanda não o agradassem ele poderia devolvê-la à Escola Premunitória e trocar por outra, desde que não lhe tenha feito mal”<sup>718</sup>. cremos não ser reducionismo afirmar, que a Escola Premunitória funcionou como agenciadora de mão de obra feminina infanto-juvenil. No período de quatro anos após sua fundação, a Escola Premunitória contava com oitenta alunas internadas, sendo que pelas dependências da instituição já haviam passado 250 meninas<sup>719</sup>.

Ao assumir a direção do Juizado de Menores, Arnaldo Carpinteiro Peres considerou a Escola Premunitória como o único instituto subordinado à Justiça de Menores satisfatoriamente organizado. Sob a direção de uma congregação religiosa, o ensino ministrado era o das primeiras letras, a educação moral e cívica, sendo o “instituto nada mais que uma espécie de escola doméstica embrionária”<sup>720</sup>. O número de matrículas se mantinha insuficiente para atender a procura por vagas na Escola, sendo necessário reduzir o número de internas devido a ausência de recursos financeiros para os gastos com alimentação e vestuário.

Como afirmamos anteriormente, os sujeitos submetidos a processos de disciplinarização não são inertes e passivos diante dos tentáculos das instituições que tentam lhes moldar corpos e mentes. Eles agem e reagem dentro das suas condições concretas. No seu dia-a-dia eles criam e recriam práticas, dando outras funções aquilo que o Estado lhes impõe. Foi nesse sentido que muitas famílias pobres viram na Escola Premunitória a possibilidade de garantir alimento, abrigo e aprendizagem para suas filhas. Nesse caso, muitas famílias procuraram interná-las como forma de tentar oferecer melhores condições de vida, ainda que a vida na instituição fosse sinônimo de vigilância e trabalho. Essa análise pode ser ilustrada no anúncio de um jornal de 1948, no qual a direção da Escola Premunitória do Bom Pastor solicitava encarecidamente que as famílias não procurassem vagas para suas filhas na Escola pois as 65 vagas estavam preenchidas, havendo uma pequena lista de aspirantes aguardando por matrícula<sup>721</sup>.

---

<sup>718</sup> Diário Oficial, nº 13.505. Manaus, 07 de agosto de 1940. p.1

<sup>719</sup> Interventoria Federal no Estado do Amazonas. Exposição apresentada a Getúlio Vargas por Álvaro Maia (Maio de 1943 a julho de 1944). Manaus: D.E.I.P. 1944, p.102.

<sup>720</sup> Justiça de Menores de Manaus. Relatório apresentado ao Interventor Federal no Amazonas, pelo Juiz Tutelar de Menores e Diretor Técnico do Serviço de Assistência Social (Período:19/fevereiro/1944 a 31/março/1945). Manaus: Tip. Da Liv. Normalista, p.8. IGHA.

<sup>721</sup> *Jornal do Comércio*, nº 14789. Manaus, 01 de julho de 1948. p.3.

Diante disso, acreditamos que ao analisarmos processos de disciplinarização, não devemos percebê-los apenas a partir das medidas impositivas e repressivas para aqueles que se pretende disciplinar. Àqueles a quem tais medidas são direcionadas, agem, reagem, resistem, reelaboram e não raras vezes tiram proveito próprio quando assim se mostra possível e desejável<sup>722</sup>. É “via” de mão dupla, onde os sujeitos sociais afetados as recebem de modo satisfatório quando é de seus interesses, rejeitando quando não lhes convém. Ilustra nossa reflexão o elevado número de pais que recorriam ao Juízo de Menores em busca de auxílio. Assim, diariamente passavam pelas dependências do Juízo não apenas “mulheres que solicitam internamento de menores em colégio”, como também era elevado o número de “pobres que imploram esmolas, livros de estudos para seus filhos, roupas para as crianças, leite, remédio, etc”<sup>723</sup>. Nesse sentido, os processos de disciplinarização apresentam distintos matizes cabendo ao historiador perceber as diferentes nuances, como e porque se manifestam.

No ano de 1948, o Governo do Estado entregou oficialmente, sob contrato, a administração da Escola Premunitória a Diocese de Manaus. Dentre as cláusulas contratuais a obrigação do governo do estado repassar subsídios para a Arquidiocese que, em contrapartida, se comprometia a reservar 65 vagas para meninas entre 12 e 18 anos, encaminhadas pelo Juízo de Menores<sup>724</sup>.

Diante dessa longa explanação sobre instituições disciplinares, acreditamos ser possível visualizar a extensa cadeia de estabelecimentos criada no sentido de efetivar um projeto voltado para as famílias empobrecidas, que visava, antes de tudo, forjar novas formas de ser e fazer. E para além disso, o quão importante foi o papel do primeiro Juiz de Menores da cidade de Manaus, André Vidal de Araújo, na tentativa de efetivação desse projeto. Refletir sobre sua formação, sua percepção sobre infância e como suas medidas foram recebidas pela população, é o que veremos a seguir.

---

<sup>722</sup> CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

<sup>723</sup> ARAÚJO, . *Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje...*op.cit. p.10.

<sup>724</sup> Mensagem do Governador Leopoldo Neves apresentado a Assembleia – 1948. Manaus: Imprensa Oficial, 1948. p.102.

## **Capítulo 4**

### **André Vidal de Araújo: um juiz pedagogo e a infância indisciplinada**

## 4.1 O homem e seu tempo

Nascido em Pernambuco, André Vidal de Araújo veio ainda criança para o Amazonas onde realizou grande parte de sua formação intelectual. Filho de jurista renomado, desde a infância conviveu com as discussões do mundo acadêmico e político, ingressando muito jovem na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, recebendo o grau de Bacharel em Direito no ano de 1921<sup>725</sup>.

Ser Bacharel no Brasil era sinônimo de prestígio e garantia de ingresso nos cargos da administração pública, o que tornava a carreira atraente e quase exclusiva para os filhos das elites. Essa proeminência permaneceu por quase todo o século XX, sendo destacada no discurso de formatura dos Bacharéis da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais. No ano de 1945, em Manaus, o orador da turma enfatizou que o bacharel tinha uma influência decisiva e profunda na paisagem política e social brasileira. Até então, a presidência do país, bem como, os cargos de ministros, senadores, deputados e governadores, haviam sido ocupados por vários bacharéis. Samuel Benchimol, o orador da turma, acreditava na importância das Faculdades de Direito, o que justificava haver “em cada Estado uma Faculdade de Direito zelando por esta tradição, alimentando essa influência, formando gerações novas de bacharéis que se destinavam sempre aos postos da administração”<sup>726</sup>.

As Faculdades de Direito no Brasil receberam forte influência das teorias biodeterministas, que marcaram forte presença no decorrer das décadas de 1930 e 1940. Embora surgindo em meados do século XIX na Europa, tais ideias se prolongaram até meados do século XX entre os intelectuais brasileiros. Luis Ferla esclarece que “no terreno das disciplinas voltadas para o ato antissocial, tais ideias estavam articuladas ao redor da Escola Positiva” exercendo importante influência junto à Medicina Legal e a Criminologia que se praticava em São Paulo nesse período<sup>727</sup>. Enquanto a Escola Clássica

---

<sup>725</sup> FERREIRA, Lucia Marina Puga. *André Vidal de Araújo: pensamento social e sociologia*. Dissertação de Mestrado. Manaus: Universidade do Amazonas, 2002. p.14. O pai de André Araújo, Francisco Pedro d' Araújo Filho, era natural de Goyana, Pernambuco. Depois de algum tempo morando em Recife, veio para cidade de Manaus onde passou a atuar na advocacia. Professor da Faculdade de Direito, era considerado exímio orador, consolidando seu nome no campo jurídico. JOBIM, Anísio. *A intelectualidade no extremo norte*. Manaus: Livraria Clássica, 1934. p.59.

<sup>726</sup> “O Bacharel no Brasil: sua influência”. Discurso proferido por Samuel Benchimol, no dia 21 de dezembro de 1945, em solenidade de colação de grau dos bacharéis da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, na cidade de Manaus. p.28. [www.bibliotecavirtualdoamazonas](http://www.bibliotecavirtualdoamazonas). Acesso: 22 de maio de 2018

<sup>727</sup> FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo*, São Paulo (1920-1945). São Paulo: Alameda, 2009. p.17

postulava o livre arbítrio do sujeito ao cometer um ato considerado inadequado às regras sociais, a Escola Positiva postulava pelo determinismo biológico que retirava do sujeito qualquer possibilidade de resistência. Sobre a distinção entre ambas as Escolas, Elizabeth Cancelli, esclarece que

A Escola Positiva impôs, cada vez mais no Brasil o rígido determinismo em que homens cunhados biológica e socialmente de determinada maneira seriam impulsionados sem resistência a suas ações. Criminosos e não criminosos se diferenciaram por suas diferenças antropológicas. Dividindo os homens em vários tipos, dos quais cada um receberia uma tendência, total, parcial ou mínimo, o olhar dessa Escola voltava-se totalmente para o indivíduo do crime e seu comportamento <sup>728</sup>.

Com o avanço desta tendência, continua a autora, “os saberes sobre normalidade, crime e criminosos foram cada vez mais se colocando como incontestáveis, na medida em que a utilização de verdades estatísticas, psiquiátricas, médicas e judiciais foram estreitando a margem para dúvidas”. A influência desses pressupostos podia ser observada “no tipo de atuação jurídica, policial, psiquiátrica, prisional e normativa da sociedade” brasileira do período varguista <sup>729</sup>.

O autoritarismo político existente nos anos 30 e parte dos anos 40, possibilitou maior proliferação, vigor e aplicação das ideias biodeterministas. Para Luis Ferla, “o ambiente político e social, de tendências totalitárias, passou a favorecer cada vez mais a discussão, elaboração e implementação de estratégias de controle social”<sup>730</sup>.

Faz-se necessário destacar que, embora festejada no Brasil, as ideias básicas da Escola Positiva se encontravam em franco descrédito na Europa, no início do século XX. Marcos Cesar Alvarez atribui ao contexto político, econômico e social no qual se encontrava o Brasil nos anos finais do século XIX, a pronta receptividade de tais pressupostos e prestígio durante quase todo o período da chamada Primeira República <sup>731</sup>. Para o autor, o fim do trabalho escravo e a conseqüente substituição pelo trabalho livre; a instalação do Regime Republicano e os processos de urbanização das principais capitais do país possibilitaram às elites intelectuais e políticas encontrar nas ideias lombrosianas

---

<sup>728</sup> CANCELLI, Elizabeth. Entre prerrogativas e regras: Justiça Criminal e controle político no Regime Vargas (1930-1945). In: *Cadernos do tempo presente*, n.15, mar./abr., p.02-35, 2014. <https://seer.ufs.br/index.php/tempo/article/view/2806> consultado em: 21.04.2018

<sup>729</sup> CANCELLI, Elizabeth. *Entre prerrogativas e regras...* op.cit.

<sup>730</sup> FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida...* op.cit. p.56.

<sup>731</sup> ALVAREZ, Marcos Cesar. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003.p. 53

novas formas de poder sobre a população<sup>732</sup>. Diante disso, destaca Alvarez, “longe de se apresentar apenas como “ideias fora do lugar”, ou como mero modismo da época, as novas teorias criminológicas parecem responder às urgências históricas que se colocavam para certos setores da elite jurídica nacional”. Recebidas com entusiasmo nos círculos acadêmicos, recebeu lugar de destaque nas áreas da Medicina e do Direito. No entanto, a despeito das críticas que passaram a se tornar frequentes próximo a década de 1920, “os médicos não abandonaram o objetivo principal de Lombroso e seus correligionários”. Quanto aos juristas, cujas críticas se fizeram menos presentes, as teorias da Escola Positiva do Direito Penal se mantiveram e ganharam novos adeptos, chegando a se fortalecer na década seguinte<sup>733</sup>.

Para Alvarez, as ideias da Escola Positiva inspiraram sobremaneira as reformas jurídico-penais ocorridas no decorrer da chamada Primeira República. Sendo utilizadas como justificativas para a necessidade de um Estado mais intervencionista, que concomitante a políticas de assistência e proteção, garantiriam um maior controle social de parcelas da população. Nesse sentido, assistência e proteção se tornaram sinônimo de recuperação moral<sup>734</sup>. São essas ideias que sustentaram “o discurso normalizador no interior do saber jurídico”, sendo irradiadas a partir da Faculdade de Direito do Recife para outras cidades brasileiras por meio de publicações em periódicos científicos<sup>735</sup>. Foram essas ideias científicas que atribuíram ao Juiz de Direito, o poder de intervir nos modos de vida das famílias empobrecidas.

É justamente neste contexto de valorização das práticas jurídicas exercidas pelos juízes que temos a presença de André Vidal Araújo, primeiro Juiz de Menores da cidade de Manaus. Foram esses embasamentos teóricos que fundamentaram a formação acadêmica do jovem bacharel que, de acordo com Anísio Jobim, “abraçou a carreira de magistratura, que cultivava com um sentimento de alto respeito”. Revelando-se “um ideólogo, possuidor de uma vívida chama de fé que ainda não sentiu desfalecimento”<sup>736</sup>.

---

<sup>732</sup> ALVAREZ., *Bacharéis, criminologistas e juristas...op.cit.*

<sup>733</sup> ALVAREZ., *Bacharéis, criminologistas e juristas...op.cit.* pp. 132 e 133. Para estudos sobre como se deu a recepção e aplicação das ideias biodeterministas na área da medicina ver: FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida...op.cit.*

<sup>734</sup> ALVAREZ., *Bacharéis, criminologistas e juristas...op.cit.* p.149 e 157.

<sup>735</sup> ALVAREZ., *Bacharéis, criminologistas e juristas...op.cit.* p.78. Para o autor, “as diferentes expressões-criminologia, nova escola penal, antropologia criminal, escola antropológica, sociologia criminal, escola positiva de direito penal, são utilizadas pelos autores brasileiros praticamente como sinônimos de uma nova concepção do direito penal que deve ser aplicada na reforma das instituições jurídico-penais nacionais”.

<sup>736</sup> JOBIM, Anísio. *A intelectualidade no extremo norte*. Manaus: Livraria Clássica, 1934. p.137.

Preocupado e envolvido com as questões do seu tempo, André Vidal de Araújo pesquisou, estudou, escreveu e atuou acerca dos problemas que envolviam a sociedade manauara. Problemas estes que não foram exclusivos para o Amazonas e menos ainda para o Brasil<sup>737</sup>. Temas relacionadas a educação, problemas sociais, infância, questão agrária, movimento operário, dentre outros, foram privilegiados em suas obras<sup>738</sup>. Nelas, listas de autores especialistas nos temas abordados, sustentam seus argumentos. Talvez, a utilização e citação frequente desses autores, para além do rigor com as normas científicas, pode indicar a intencionalidade de demonstração de profundo conhecimento sobre o assunto, atribuindo-lhe autoridade sobre os mesmos.

Com efeito, André Araújo acompanhava os debates e produções científicas em nível nacional e internacional, o que pode ser percebido em suas obras e em sua atuação enquanto Juiz de Menores. Nas páginas de seus livros e de seus escritos são frequentes os estudos de Stanley Hall, Enrico Ferri, Édouard Claparède, Georg Kerschenteiner, Willian Kilpatrick, e Raffaele Garofalo. Dentre outras contribuições tais autores fundamentavam a necessidade de uma legislação penal diferenciada para as crianças e adolescentes, como defendia André Araújo<sup>739</sup>. Partindo dos distintos pressupostos desses teóricos, Araújo reforçava a ideia de inexistência de capacidade de discernimento entre crianças e adolescentes o que justificaria que estes não fossem responsabilizados pelos seus atos. Conforme atestava Stanley Hall, a adolescência era regida pelos fatores biológicos do indivíduo, impedindo que eles agissem com discernimento pois os aspectos biológicos sobrepujam a razão<sup>740</sup>.

André Araújo recebeu forte influência do italiano Cesare Lombroso, no que se refere a criança e ao adolescente frente ao Direito Penal. Para Araújo as obras do criminalista eram exemplos de genialidade e clarividência. De acordo com os

---

<sup>737</sup> Sobre o pensamento social de André Vidal Araújo indicamos: FERREIRA, Lúcia Marina Puga. *André Vidal de Araújo: Pensamento Social e sociologia*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2002. Para a autora, André Araújo, “ao mesmo tempo que é um pensador, é também um homem de ação”, destacando que “sua diversificada contribuição à análise dos problemas sociais amazônicos está configurada em inúmeras publicações, entre elas Estudos de Sociologia (1947), Introdução à Sociologia da Amazônia (1956) e Sociologia de Manaus (1973)”.

<sup>738</sup> Para o presente trabalho trabalhamos apenas com publicações até o ano de 1947.

<sup>739</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Os Menores de Idade em Face do Direito Penal*. Publicado no *Jornal do Comércio*, nº 13326. Manaus, 7 de setembro de 1943. p. 3e4; ARAÚJO, André Vidal. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947.p. 157 a 193.

<sup>740</sup> Apud: AVILA, Sueli de Fatima Ourique de. *A adolescência como ideal social*. In: Simpósio Internacional do Adolescente, 2., 2005, São Paulo.

[http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200008&script=sci\\_arttext&lng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000200008&script=sci_arttext&lng=pt) Acesso: 01 de outubro de 2018.

pressupostos de Lombroso, a Escola Clássica do Direito incorria em erro ao imputar penas de forma indistintas aos criminosos jovens e adultos, o que não contribuía para reabilitação daqueles que não eram dados habitualmente ao delito. Aos mais jovens, que estavam iniciando no caminho da delinquência, penas diferenciadas deveriam ser imputadas. Nessa perspectiva, Lombroso indicava casas de correção para crianças e jovens que estavam iniciando na delinquência, bem como, sugeria métodos de prevenção no sentido de evitar que crianças desenvolvessem tendências criminosas hereditárias<sup>741</sup>.

Tais ideias inspiraram sobremaneira André Araújo que, durante toda sua atuação como Juiz de Menores, se empenhou pela criação e manutenção de instituições disciplinares voltadas para crianças e adolescentes na cidade de Manaus, conforme determinava o *Código de Menores* de 1927. Na defesa de que crianças e adolescentes fossem excluídos do Direito Penal Brasileiro, Araújo publicou no *Jornal do Comércio* de 1943, um longo artigo discorrendo sobre os motivos pelos quais defendia esse princípio. Ocupando mais de uma página inteira do jornal, minuciosa pesquisa demonstra como a criança foi percebida juridicamente pelos povos mais antigos da humanidade até a sociedade contemporânea e as contribuições de diversos estudos na percepção de infância para as sociedades ditas modernas, e como essa questão era tratada em Manaus<sup>742</sup>.

A família foi tema recorrente na obra de André Araújo atribuindo-lhe papel primordial na proteção da infância. À família caberia propiciar os bons exemplos a cercarem os filhos desde os primeiros meses de vida, educando-os na retidão do caráter. Tal perspectiva se fundamentava nas obras de Adolphe Ferrière, João Cesca, Decroly, Montessori, dentre outros teóricos da educação. Para Araújo, esses “grandes educadores [...] mostram, através de estudos profundos, o papel da família na educação. Sua importância é de imensa repercussão”<sup>743</sup>.

Enfim, inúmeros estudos fundamentaram as obras de André Vidal de Araújo. Dentre eles Telma Recca, com suas pesquisas sobre a influência do meio no

---

<sup>741</sup> LOMBROSO, Cesare. *El delito*. Sus causas y remedios. Traducción de Bernaldo de Quirós. Madri: Ed. Victoriano Suarez. 1902.

<sup>742</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Os Menores de Idade em Face do Direito Penal*. Publicado no *Jornal do Comércio*, nº 13326. Manaus, 7 de setembro de 1943. p. 3e4

<sup>743</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (05.10.1935 a 01.10.1940)* Manaus: Imprensa Pública, 1940, p. 21.

temperamento e conduta das crianças<sup>744</sup>; o neurologista alemão Wilhem Stekel, com o livro sobre a necessidade de educar os pais<sup>745</sup>; Alexis Carrel e muitos outros<sup>746</sup>.

Essa desenvoltura em transitar pelas diferentes áreas do conhecimento, tais como a filosofia, a pedagogia, a psicologia, a sociologia, dentre outras, evidenciam o vigoroso cabedal intelectual do qual André Araújo era portador. Capital este que em muito ultrapassava os conhecimentos adquiridos no Curso de Ciências Jurídicas e Sociais, da Faculdade de Direito do Amazonas. Embora fosse profissão de distinção social reservada aos membros das elites, até por volta dos anos 1930 e 1940, no Brasil, a formação do bacharel era percebida como muito técnica e abstrata<sup>747</sup>. Consoante Mariana Silveira, o curso ressentia-se de embasamentos científicos para apreensão da realidade social e a preocupação em tornar o “direito em ciência do social” percorreu todo o início do século XX. Entretanto, foi a partir da década de 1930 que as ideias de reformulação do saber jurídico ganharam força, esclarece a autora<sup>748</sup>.

Diante disso o autodidatismo passou a ser o caminho encontrado pelos jovens estudantes para suprir as lacunas existentes nos cursos de Ciências Jurídicas. Os institutos, associações acadêmicas e grêmios literários se tornaram férteis espaços de discussão e divulgação dos debates ocorridos no cenário nacional e fora dele<sup>749</sup>.

É nessa perspectiva que Lúcia Ferreira inclui André Vidal de Araújo “numa tradição de estudiosos da sociedade que não passaram por cursos regulares de Ciências

---

<sup>744</sup> RECA, Telma. *Personalidad y Conducta del Niño*. Buenos Aires: El Ateneo. 1945. Para a presente pesquisa, trabalhamos com a 3ª edição publicada em 1945, sendo que a 1ª edição foi publicada em 1936.

<sup>745</sup> STEKEL, Wilhelm. *A Educação dos Pais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

<sup>746</sup> Alexis Carrel, médico francês, realizou sua formação e parte de suas pesquisas nos Estados Unidos, retornando depois a França. Trouxe importantes contribuições para a medicina, dentre elas no que se refere a cirurgia. Defensor das ideias eugenistas, em seu livro *O homem, esse desconhecido*, recomenda a eutanásia para aqueles considerados inaptos. André Vidal Araújo considerava esse livro, “notável e às vezes paradoxal, livro que tanto se tem citado e pouco se tem meditado sobre os seus temas biológicos”. Respectivamente: CARREL, Alexis. *O Homem, esse Desconhecido*. Porto: Editora Educação Nacional.1936; ARAÚJO, André Vidal. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947. p.106 e107.

<sup>747</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, Ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos de 1930 e 1940. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58. p.441-460. mai-ago. 2016.

<sup>748</sup> SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, Ciência do social...op.cit. p.444.

<sup>749</sup> Sergio Adorno, ao tratar sobre bacharelismo e política brasileira para meados do século XIX, identificou que nos institutos e associações acadêmicas os estudantes não só participavam de debates sobre assuntos nacionais, locais e mesmo cotidiano, além daqueles pertinentes à academia, como também articulavam alianças entre grupos partidários e promoviam campanhas. ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na Política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra,1988. p. 157.

Sociais ou Sociologia. Sua formação é fruto de esforço pessoal de busca de um conhecimento sistemático da realidade”<sup>750</sup> .

No que se refere a sua atuação enquanto Juiz de Menores, André Araújo em muito se espelhou no primeiro Juiz de Menores do Brasil, José Candido de Albuquerque Mello Mattos. Influência não raras vezes reconhecida por Araújo, que o considerava modelo a ser seguido. Consoante Luciana Araújo, Mello Mattos foi “personagem amplamente conhecido no meio jurídico e entre estudiosos das políticas públicas para a infância brasileira”. Também conhecido como o *Apostolo da Infância*, “realizou profícua carreira, exercendo diversas e prestigiadas atividades e funções não apenas no campo do Direito, mas também nas esferas política e educacional”<sup>751</sup>. Mello Mattos teve atuação emblemática junto a infância considerada abandonada no Rio de Janeiro, travando verdadeiros embates no sentido de garantir o cumprimento do Código de Menores de 1927 <sup>752</sup>.

No entanto, a produção científica e a atuação de André Vidal não estavam assentadas apenas no pensamento científico. O *ser* e *fazer* de André Araújo foi profundamente marcado pela Doutrina Cristã, sendo claramente perceptível em suas obras e ação profissional os princípios da Ação Católica Brasileira.

Sabemos que a instalação da República no Brasil colocou a Igreja Católica em papel de menor expressão na política nacional. A despeito de continuar a exercer influente papel na vida espiritual da maior parte da sociedade brasileira, gradativamente esse predomínio estava sendo solapado pelas ideias socialistas que propugnavam a insurreição dos trabalhadores contra a exploração do sistema capitalista. Insurreição essa que se mostrava por meio das diversas ações do movimento operário. Sabemos que tais conflitos não foram exclusivos para o Brasil pois eram consequências dos problemas sociais

---

<sup>750</sup> FERREIRA, Lucia Marina Puga. *André Vidal de Araújo: pensamento social e sociologia*. (Dissertação de Mestrado). Manaus: Universidade do Amazonas, 2002.p. 35.

<sup>751</sup> PINHEIRO, Luciana de Araújo. *O “Magistrado Paternal”: o juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933)*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. 2014. p.14.

<sup>752</sup> O periódico manauara, *Jornal do Comércio*, na década de 1920 com frequência noticiava as medidas de proteção adotadas pelo Juiz Mello Mattos, bem como, o longo embate por ele travado junto aos teatros da cidade do Rio de Janeiro no sentido de coibir a presença de menores nas apresentações teatrais. Em resposta a proibição da participação e permanência de menores de 18 anos de idade nessas casas de espetáculos, os teatros do Rio de Janeiro, como forma de protesto fecharam suas portas só reabrindo depois de longa contenda entre as partes envolvidas.

decorrentes do espraiamento do liberalismo e do capitalismo, conforme demonstra a farta produção historiográfica sobre o tema.

Entretanto, Rita de Cássia Montenegro nos adverte que a Igreja Católica não foi omissa diante de tal situação. Em 1891, o papa Leão XIII, por meio da *Encíclica Rerum Novarum*, “condenava os excessos do capitalismo e o socialismo”, e que, “sem negar o direito à propriedade, os homens busquem e encontrem uma forma de convivência econômica-social justa”<sup>753</sup>. Montenegro esclarece que

A Doutrina Social da Igreja propunha que os católicos tomassem a frente e agissem com relação aos conflitos sociais gerados pelo capitalismo. Essa ação se daria de várias formas. Uma primeira partiria dos próprios capitalistas, quando católicos, chamados a cumprir seu dever moral em relação aos seus empregados. Uma segunda seria de orientação e formação moral das classes trabalhadoras. A terceira medida seria o assistencialismo, não no sentido de esmola, mas de atendimento <sup>754</sup>.

No decorrer do ano de 1922 o Papa Pio XI, por meio da *Encíclica Ubi Arcano, Dei*, conclamou os católicos leigos a participarem da “recristianização do mundo”<sup>755</sup>. De acordo com Lúcia Marina Ferreira, denominada de “Ação Católica”, a recristianização seria uma investida de evangelização promovida pela Igreja Católica em diversos países no sentido de combater o crescente laicismo e a influência do pensamento comunista e socialista, principalmente entre os trabalhadores. No Brasil, somente em 1935 foi criada a Ação Católica Brasileira, pelo Cardeal D. Sebastião Leme, que tem suas raízes na Confederação Católica, fundada em 1922 pelo mesmo Cardeal. Para Lúcia Ferreira, foi nos anos 20 que se organizou “a contraofensiva católica, também chamada de “reação católica” ou “renascimento católico”. A Igreja, ciosa de reconquistar o poder sobre o Estado brasileiro, tem como estratégia buscar a participação ativa de intelectuais”<sup>756</sup>.

Sobre a cooptação da intelectualidade, Tânia Salem esclarece que foi

estratégia básica para a irradiação da ampla obra de apostolado. Destacada como elemento de vanguarda do movimento de reação, a intelectualidade teria como tarefa combater as bases agnósticas e

---

<sup>753</sup> MONTENEGRO, Rita de Cássia. *A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC. 1986.p.45.

<sup>754</sup> MONTENEGRO,. *A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus...op.cit.* p.47.

<sup>755</sup> FERREIRA,. *André Vidal de Araújo...op.cit* p.53

<sup>756</sup> FERREIRA,. *André Vidal de Araújo...op.cit* p.55

laicistas do regime, disseminando a doutrina cristã pela sociedade e suas instituições <sup>757</sup>.

A reação católica que desponta no Brasil nesse período, conclui a autora, “estava fortemente pautada no pensamento tradicionalista e reacionário francês”. Portadores de um nacionalismo exacerbado, os tradicionalistas “condenavam as ideologias e os regimes liberais e democráticos como insufladores da anarquia e da subversão à "ordem natural" do mundo <sup>758</sup>.

Não obstante, Iraildes Torres aponta a década de 30 como marco do programa de “restauração da ordem social e reconstrução da sociedade”, promovido pela Igreja Católica. Torres destaca o caráter tradicionalista que permeavam suas linhas gerais.

Essas diretrizes gerais trazem um ranço conservador bem acentuado, à medida que sugerem a reparação e construção do tecido social, em uma paridade com o poder político de todas as nações. Trata-se da reforma da moral e dos bons costumes, não de reformas institucionais, como as chamadas reformas de base que a sociedade exigia <sup>759</sup>.

Dessa forma, no Brasil as décadas de 20 foram alvo de intenso trabalho da Ação Católica, sendo suas ações disseminados a partir da criação do Centro Dom Vital, uma espécie de polo irradiador para as demais cidades brasileiras e, Alceu de Amoroso Lima, um dos intelectuais católicos que melhor representava os propósitos da Ação Católica Brasileira nesse período <sup>760</sup>. Também conhecido como Tristão de Ataíde, Alceu Amoroso nasceu no Rio de Janeiro se bacharelando em Direito, pela faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro. Professor, crítico literário, foi membro da Academia de Letras e líder religioso. Para Alceu Amoroso, o centro Dom Vital “nasceu, ao mesmo tempo, no plano da doutrinação não apenas de base intelectual, mas religiosa e ligado a uma intenção política de caráter prático, embora não partidário”<sup>761</sup>.

Embora a documentação não apresente dados mais precisos, Manaus também contou com a criação do Centro Dom Vital, sendo André Vidal de Araújo o presidente para os anos de 1938 e 1939. Com instalação na Praça General Osório, era espaço de

---

<sup>757</sup>SALEM, Tânia. *Do Centro D. Vital à Universidade católica*. Site: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm> última consulta em: 01 de agosto de 2018. p.5. Citado anteriormente por: FERREIRA, André Vidal de Araújo...*op.cit.* p.55.

<sup>758</sup>SALEM, Tânia. *Do Centro D. Vital à Universidade católica*. Site: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm> última consulta em: 01 de agosto de 2018.

<sup>759</sup>TORRES, Iraildes. *As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002. P.109.

<sup>760</sup>SALEM, Tânia. *Do Centro D. Vital à Universidade católica...op.cit.* p.55

<sup>761</sup>LIMA, Alceu Amoroso. Apud: SALEM, Tânia. *Do Centro D. Vital à Universidade católica...op.cit.*

reunião, estudos e conferências sobre temas envolvendo a igreja Católica. Com reuniões semanais, muitas vezes abertas ao público em geral, promovia estudos bíblicos e preleções com temas variados dentre eles: o comunismo é um inimigo da religião Católica; a educação nos tempos modernos, dentre outros<sup>762</sup>.

Muito provavelmente, foi no contexto da “reação católica” que André Araújo, atendendo o chamamento da Igreja Católica se tornou engajado defensor de seus princípios. Princípios estes que acreditamos permear as suas obras e atuação, vejamos.

Consoante André Araújo, os problemas sociais no mundo contemporâneo haviam sido aguçados com a formação e instalação da sociedade liberal, que ampliou a exploração a qual estava submetida a população trabalhadora, levando a frequentes enfrentamentos contra a ordem social estabelecida<sup>763</sup>. E que, para atender os anseios da população trabalhadora seria “preciso fazer profundas reformas na administração do país, na direção das empresas, nos corpos legislativos, no ensino médio e superior (reservado até hoje as classes dirigentes), na repartição das riquezas e dos produtos do trabalho”. Todavia, para Araújo, o caminho seguido pela população trabalhadora não deveria ser o caminho da luta, do enfrentamento, da revolução. Os ideais da Revolução Russa haviam se espalhados pelo mundo, aguçando os desejos de mudança e transformação nos mundos do trabalho. Araújo não aceitava que a população operária buscasse transformação social pelas trilhas da greve, da sabotagem, do boicote. Diante disso, a grande questão para André Araújo, seria: “como é que a classe operária poderá obter, nas sociedades contemporâneas, o lugar a que tem direito e que exige, sem ter de usar a violência e sem perturbar a paz social”? Como resolução à esta questão, Araújo apontava dois únicos caminhos: as concessões e reformas. Caso as concessões não fossem aceitas, caso as reformas não fossem realizadas, necessariamente chegar-se-á a luta, ao fim da paz e da ordem<sup>764</sup>. Seria imprescindível “suprir, de vez, a miséria, para afirmamos que a Igreja é verdadeiramente a Mãe dos pobres, dos oprimidos, dos famintos, dos desgraçados”<sup>765</sup>.

As reflexões acima, muito próximas da *Encíclica Rerum Novarum*, nos apontam que foi a partir do prisma do pensamento social católico que André de Araújo percebeu os problemas envolvendo a sociedade manauara. Nesse sentido, pensamos que os

---

<sup>762</sup> Respectivamente: *Jornal do Comércio* nº 11317;11750;12196. Manaus, 30 de outubro de 1937; 25 de março de 1939; 04 de setembro de 1940.

<sup>763</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947.p. 26a41.

<sup>764</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947. p. 26-41.

<sup>765</sup> ARAÚJO., *Estudos de Sociologia...op.cit.* p. 36.

encontros entre o pensamento social da Igreja e os conhecimentos científicos da Escola Positiva inspiraram os planos de Araújo sobre a infância empobrecida. Em sua concepção, o que o movia era uma obra humana, pois “não se pode separar o humano da criança, as famílias da criança, como não se pode compreender criança sem ideia de maternidade, de prenatalidade, como também não se pode compreender a criança fora da família, fora dos braços de sua mãe”<sup>766</sup>.

À família André Vidal de Araújo atribuía a maior responsabilidade sobre a infância. Mais que suporte dos filhos, para Araújo ela representava o esteio da própria sociedade. A ela caberia o zelo pelos bons costumes morais, que possibilitariam a formação de crianças sadias físicas e moralmente. À família caberia os primeiros ensinamentos de amor ao trabalho e o respeito à hierarquia. Para o Juiz, “o lar é a célula da sociedade. É dele que sai o homem útil para a vida. Nele a criança aprende as noções de ordem e respeito, amor e virtude, disciplina e responsabilidade”<sup>767</sup>. A partir desta percepção, se a criança ou adolescente seguissem o caminho da vadiagem e da delinquência, a responsabilidade seria da família que não estava organizada de forma a cumprir o papel de prover, proteger, educar e orientar os filhos. Então, os problemas sociais que afligiam a infância e a juventude “decorrem, na maioria, diretamente da desorganização da família, a qual perdendo suas qualidades morais e cívicas, em virtude das necessidades e misérias porque passa, atira os filhos às ruas”<sup>768</sup>.

Essa reflexão nos permite entrever a associação que André Vidal Araújo fazia entre pobreza e delinquência. As contravenções como vadiagem, furto e atentado ao pudor, a partir desse prisma, seriam práticas comuns às crianças e adolescentes filhos das famílias empobrecidas por conviverem em ambientes propícios a tais delitos. De acordo com os dados apresentados pelo juiz, dos mais de sete mil menores fichados no juizado, “apenas quarenta eram filhos de pais remediados e 7.122 filhos de pessoas pobres, que

---

<sup>766</sup> ARAÚJO., *Estudos de Sociologia...op.cit.* p.118 e 119. Nossa inferência não se distancia muito da conclusão a que chegou Ricardo Lima da Silva, ao analisar o pensamento conservador em André Vidal Araújo. Para Silva, o pensamento social de Araújo estava “aliado a um conservadorismo de matriz religiosa. A instituição no qual inseria as suas ideias eram a Igreja Católica, mais especificamente o ramo conservador, e o Estado brasileiro e suas políticas de assistência social.” SILVA, Ricardo Lima da. *Interpretações da Amazônia: o pensamento conservador em André Vidal de Araújo e Leandro Tocantins.* p.13. site: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-39-encontro/gt/gt28/9706-interpretacoes-da-amazonia-o-pensamento-conservador-em-andre-vidal-de-araujo-e-leandro-tocantins/file>

<sup>767</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (05.10.1935 a 01.10.1940)* Manaus: Imprensa Pública,1940, p. 20.

<sup>768</sup> ARAÚJO., *Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje...op.cit.* p.22.

passam a vida num ambiente prejudicial ao desenvolvimento físico, mental e psicológico da criança”<sup>769</sup>.

Nessa perspectiva, seria dever do Estado oferecer a assistência necessária às famílias no sentido de evitar sua desagregação. As leis assistenciais, para André Vidal Araújo, deveriam estar fundamentadas no pensamento cristão. Somente por meio dos preceitos cristãos seria possível alicerçar um programa de assistência voltado para o homem de forma geral, especialmente para as classes menos favorecidas <sup>770</sup>. Assim, “sem essa base espiritualista cristã, condição indispensável para qualquer êxito, não é possível a realização de uma obra perfeita, entre nós, povo de formação católica, de tradição cristã”. Comungando da ideia de que o mundo se encontrava em desordem social e plena anarquia, acreditava ser necessário um plano de ação assistencial para o estado do Amazonas e para tanto seria necessário a “averiguação do mal; o diagnóstico das causas desse mal social; aplicação da terapêutica necessária para cura do mal” <sup>771</sup>.

Ao identificar os males sociais que “infestavam o Amazonas”, Araújo apontava questões de ordem social e questões de fundo moral que acreditava resultarem na miséria social da família amazonense: o pauperismo, as doenças típicas da região, a prostituição, a mendicância, o desregramento familiar, a falta de pudor em se expor nos banhos públicos, o uso de métodos contraceptivos, dentre outros, “vão carcomindo os restos de moralidade e de vida produtiva no meio social em que vivemos”<sup>772</sup>. Como terapêutica para os males sociais identificados, Araújo sugeria a criação, adaptação ou aprimoramento de instituições assistenciais voltadas para esse fim. Por meio do Serviço Social, André Vidal Araújo acreditava ser possível resolver problemas oriundos da extrema pobreza vivenciada pela maior parcela da população amazonense. Embora verdadeiramente preocupado com os contrastes sociais existentes na sociedade manauara, tais medidas apenas amenizavam as condições de miséria das famílias empobrecidas, visto não propor medidas efetivas que reduzissem as desigualdades existentes.

Assinalamos em capítulo anterior que a vadiagem foi uma das causas que mais encaminhou crianças e adolescentes ao Juizado de Menores. Essa questão em muito

---

<sup>769</sup> ARAÚJO,. *Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje...op.cit.* p.22.

<sup>770</sup> ARAÚJO, André Vidal de. *Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública. 1941. p.5 a 9. Neste momento nos fundamentamos no projeto de Organização de Assistência e Serviço Social elaborado por André Araújo, por incumbência do interventor Federal do Amazonas.

<sup>771</sup> ARAÚJO,. *Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas...op.cit.* p.5 a 9.

<sup>772</sup> ARAÚJO,. *Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas...op.cit.* p.12 e 13.

preocupava André Araújo pois a delinquência nessa faixa etária crescia vertiginosamente. Nesse sentido, não ter ocupação, para Araújo, seria a porta para contravenções que gradualmente os encaminhariam para o mundo do crime<sup>773</sup>. Segundo Araújo, “a vadiagem, depois o furto, o roubo, mais tarde o atentado ao pudor, a violência carnal, são atos que decorrem, na generalidade do ócio”. Uma observação apurada poderia precisar o local e horário em que tais contravenções ocorriam com maior frequência na cidade. Com essa preocupação procurava perscrutar os sentimentos mais íntimos por meio de conversas informais com as inúmeras crianças e jovens que perambulavam pela cidade ou que eram encaminhadas ao Juizado. Suas observações o levaram a crer que o horário mais propício para a delinquência seria pela parte da tarde pois, pela manhã “as aulas prendem as crianças, retiram-nas das ruas. Durante a tarde, as crianças dominam os pontos e os recantos da cidade, desde muito cedo ficando entregues a si próprias, com o maior desinteresse e desassistência de seus responsáveis”<sup>774</sup>.

Araújo então apontava a criação de parques e bibliotecas como solução para redução da delinquência nessa faixa etária, segundo o autor, “bem organizadas essas instituições, elas convertem menores em bons cidadãos, quer pelo aspecto físico, quer mental e moral. Adquirem bons costumes e, como crianças, eles começam a desempenhar o papel de pequenos cidadãos”<sup>775</sup>. Em outras palavras, tais criaturas seriam transformadas em seres úteis. Como inspiração, cita os Estados Unidos e países europeus.

As estatísticas apontavam o furto como o crime mais cometido pelas crianças. Araújo se fundamentava na Psicologia Moderna e na Psiquiatria para tentar compreender esse aspecto. O furto praticado por crianças e adolescentes seria uma forma de transposição de sentimentos, de paixões. Seria uma forma de “compensação” de carência afetiva ou material, pois “furtar dinheiro na escola e em casa para comprar doces, adornos ou brinquedos, em regra é a manifestação da compensação de alguma coisa que a criança perdeu”. Nessa perspectiva,

---

<sup>773</sup> ARAÚJO, André Vidal. *A Ociosidade e o Furto na Pre-delinquencia entre Menores*. Manaus: Imprensa Pública, 1939.

<sup>774</sup> ARAÚJO,. *A Ociosidade e o Furto na Pre-delinquencia entre Menores...*op.cit. p.5 e 6. Tais preocupações não eram exclusivas de André Araújo. Eram questões há muito debatidas entres as diferentes áreas da ciência que procuravam identificar as causas da delinquência entre crianças e jovens. Para Vicente Baptista, Chefe da Neuropsiquiatria Infantil, da Clínica Psiquiátrica de São Paulo, “se a criança vive em meio deletério, sofrerá suas influências por mil e uma maneiras. Os intervalos das aulas, à noite, os períodos de férias, são ocasiões propícias de observação de atos condenáveis e de tentação a imital-os”<sup>774</sup>. Diário de Pernambuco, nº 117. Recife, 28 de março de 1937. p.6

<sup>775</sup> ARAÚJO,. *A Ociosidade e o Furto na Pre-delinquencia entre Menores...*op.cit. p.7.

A creança furta, assim, por uma necessidade compensativa. Negaram-lhe um afeto; bateram-lhe e ele tem necessidade de compensar essa agressão brutal que sofreu. Não em brinquedos, nem em objetos escolares e nascem-lhes as fantasias de um desejo que ela não pode dominar; faltam-lhes os carinhos de quem tem necessidade e, como ninguém a compreende, furta<sup>776</sup>.

Diante disse, o pauperismo moral e material encaminhavam as crianças e adolescentes para o furto, sendo que este, diferentes dos cometidos por adultos, teria um sentido simbólico, afirma o autor. Para Araújo, “o menor delinquente é mais uma vítima dos pais e da sociedade, que propriamente um delinquente”<sup>777</sup>.

Imbuído desses pressupostos André Vidal Araújo percebia o Juiz de Menores possuidor de uma missão salvacionista. A ele caberia resgatar os “pequenos desafortunados”, que no seu entendimento viviam à margem da sociedade, transformando-os em pequenos construtores da nação. Somente com uma entrega total nesse afã, haveria a possibilidade de se conseguir êxito nessa “obra redentora”. Assim, ao definir qual o perfil desejado para um Juiz de Menores, nosso obstinado juiz fazia uma analogia entre o exercício de Juiz de Menores e o exercício do professor. Este seria o primeiro juiz tutelar do menor. A partir desse prisma,

O Juiz Tutelar de menores deve ser um sociologista, um psicologista, um pedagogista, tal qual o professor. Juiz e professor devem ser exemplos na sociedade em que vivem. Bondade, paciência para sofrer as injustiças, resignação, sabendo esquecer as ofensas, espírito de iniciativa, alegria cristã, coragem para morrer pela sua missão, sacrificando a própria saúde, são características da alma de um e outro<sup>778</sup>.

Assim como o professor não encerra suas atividades quando sai do ambiente escolar, André Araújo acreditava ser da alçada do Juiz de Menores, ainda que fora do expediente de trabalho, orientar, advertir, aconselhar, encaminhar, assistir e corrigir, crianças e adolescentes que se encontravam nas ruas fumando, jogando pedras em mangueiras, morcegando nos bondes<sup>779</sup>. André Araújo reconhecia atribuir um caráter bastante “elástico” ao exercício da sua função, no entanto acreditava ser necessário esse proceder por não encontrar apoio na maioria dos pais e em parte da população. Ainda que

---

<sup>776</sup> ARAÚJO, A. *A Ociosidade e o Furto na Pre-delinquência entre Menores...* op.cit. p.14.

<sup>777</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Os Menores de Idade em Face do Direito Penal*. Publicado no *Jornal do Comércio*, nº 13326. Manaus, 7 de setembro de 1943. p. 3-4. Publicado posteriormente em ARAÚJO, André Vidal. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947. p. 193.

<sup>778</sup> ARAÚJO, André Vidal. *Boletim de Educação*. nº 38. Jan/Dez 1942. p.3. Publicado posteriormente em ARAÚJO, André Vidal. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947.p142.

<sup>779</sup> ARAÚJO, A. *Boletim de Educação...* op.cit. p.3.

se sentisse solitário nessa “cruzada”, Araújo não arrefecia os ânimos pois estava convicto que “professor ou juiz tem na sua própria sombra o fantasma de sua sagrada missão”<sup>780</sup>.

A missão salvacionista outorgada a si próprio por André Araújo não deve ser percebida como desvario do Juiz de Menores. Há consenso na historiografia brasileira, que no Brasil, em distintos momentos da sua história, a elite intelectual atribuiu a si a missão de conduzir o povo “inculto” ao caminho da “civilização”. Analisando o processo de profissionalização dos bacharéis e sua relação com o Estado, no período do Brasil Imperial, Sergio Adorno identificou que aqueles se percebiam como portadores da missão de conduzir a construção do Estado Nacional<sup>781</sup>. Para as duas primeiras décadas da República, Nicolau Sevcenko desvela a participação dos intelectuais no grande processo de transformação social cujo modelo foi a Europa dita moderna<sup>782</sup>. Esses intelectuais, autodenominados “mosqueteiros intelectuais”, apontavam como as “principais exigências da realidade brasileira: a atualização da sociedade com o modo de vida promanado da Europa, a modernização das estruturas da nação, com a sua devida integração na grande unidade internacional e a elevação do nível cultural e material da população”. Sevcenko, atribui a essa elite europeizada formada por engenheiros, militares, médicos, políticos, diplomatas e publicistas a responsabilidade “pelos fatos que mudaram o cenário político, econômico e social brasileiro”<sup>783</sup>. Analisando o período compreendido entre 1920 a 1945, Sérgio Miceli analisa a tessitura das relações entre os intelectuais e a classe dirigente brasileira, no sentido de aquela galgar altos postos na administração pública. A inserção dos intelectuais no poder administrativo foi percebida por Miceli como uma estratégia de interesses em alcançar posição de destaque ou nela manter-se, o que levava a ausência de críticas ao regime autoritário por parte desses intelectuais<sup>784</sup>. Essa tese foi refutada por Daniel Pécaut, para quem os intelectuais desse período colocaram-se a disposição do Estado no sentido de “auxiliar na construção de uma sociedade em bases racionais”<sup>785</sup>. Para Pécaut, essa geração de intelectuais, ocupando ou não cargos públicos, “manteve uma linguagem que é a do poder”, proclamando “em alto e bom som a sua vocação para classe dirigente”. Quanto a ausência

---

<sup>780</sup> ARAÚJO, Boletim de Educação...op.cit. p.3-6.

<sup>781</sup> ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizazes do Poder: o bacharelismo liberal na Política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra. p.1988

<sup>782</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense. 1999.

<sup>783</sup> SEVCENKO, *Literatura como Missão...op.cit.*

<sup>784</sup> MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL. 1979.

<sup>785</sup> PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática. 1990.

de críticas ao regime, assim o fizeram por compartilhar, pelo menos em determinados momentos, com as propostas autoritárias dos anos 30 e 40. A semelhante conclusão chegou Mônica Veloso ao considerar que grande parcela dos intelectuais do Estado Novo, atuaram na “qualidade de participantes de um projeto político-pedagógico, destinado a popularizar e difundir as ideologias do regime, educando a coletividade” de acordo com esses ideais <sup>786</sup>.

Para a região norte do País, especificamente Amazonas e Pará, Odenei Ribeiro demonstra que semelhante a outras localidades brasileiras, os intelectuais foram chamados a ocupar cargos de destaques nas instituições estaduais e federais. Intelectuais “ligados ao círculo do poder regional, reconhecidos pelo notório conhecimento dos problemas que afetavam suas regiões de origem e gozando de prestígio e distinção entre os setores dominantes regionais e nacionais”<sup>787</sup>. É nesse contexto que situamos André Vidal de Araújo, de origem familiar no funcionalismo público, defendendo o Estado forte e autoritário por entender ser este capaz de frear as ideias socialistas que se espalhavam pelo país, se sentindo um missionário, o guardião da infância manauara<sup>788</sup>. É nesse contexto que inserimos a atuação do Juiz de Menores da cidade de Manaus, que não raras vezes se ressentia da indiferença de parte da população aos seus apelos no sentido de disciplinarizar a infância manauara.

A falta de apoio diversas vezes referenciada por Araújo é muito significativa pois pode ser indicativo de como as famílias recebiam as “ações salvacionistas” deste juiz. Por diversas vezes Araújo lamentou o não cumprimento de suas determinações e a falta de colaboração de pais e de órgãos públicos. Sua missão seria árdua e difícil pois “não é a primeira vez que eu denuncio esses fatos à cidade inteira, que ouve indiferente as minhas loas, os meus brados”<sup>789</sup>.

---

<sup>786</sup> VELOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.147-179.

<sup>787</sup> RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição e Modernidade no Pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: Editora Valer/FAPEAM. 2015. p. 208.

<sup>788</sup> Neste momento nos inspiramos na obra de Odenei Ribeiro supracitado que desvela os traços comuns aos intelectuais da região, dando destaque para o pensamento social de: Leandro Tocantins, Araújo Lima, Djalma Batista e Arthur Reis. Também trabalha com a intelectualidade no Amazonas: PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. *O papagaio e o Fonógrafo: os prosadores de ficção na Amazônia*. Manaus: EDUA. 2010.

<sup>789</sup> ARAÚJO, André Vidal. Proteção à infância e a juventude no Amazonas de hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (05.10.1935 a 01.10.1940) Manaus: Imprensa Pública, p. 13. Verificar página

Diante disso, refletir sobre como as famílias empobrecidas receberam e responderam as medidas implementadas por André Vidal de Araújo enquanto Juiz de Menores da cidade de Manaus, é o que trataremos seguir.

#### 4.2 A infância indisciplinada

Ao assumir a direção do Juízo de Menores em 1935, André Vidal Araújo assumiu as rédeas de um intenso processo que almejava a disciplinarização da infância manauara por meio do combate ao que era percebido como vadiagem. Com essa preocupação orquestrou medidas moralizadoras e repressivas voltadas para as formas de sociabilidade dos segmentos populares, tais como brincadeiras, festas e outras formas de entretenimento. Os modos de vida dessa parcela da população há muito era motivo de apreensão e ações por parte das camadas dirigentes. Todavia, foi durante as décadas de 1930 e 1940 que percebemos maior recrudescimento de medidas intervencionistas nas formas de sociabilidade dos manauaras, dentre elas o apreço pelo cinema e carnaval.

Na cidade de Manaus o cinema exercia grande fascínio sobre as famílias. Para além de casas de espetáculos, os cinemas também eram espaços de encontro e convívio social<sup>790</sup>. Na área central da cidade ou nos bairros mais afastados, as salas de cinema atraíam público certo das mais variadas idades<sup>791</sup>. Durante a semana havia duas ou três sessões diárias. Uma no período da manhã e as demais a tarde e à noite. Aos domingos “acontecia o chamado matinal, que ocorria pela manhã com acesso livre à meninada”<sup>792</sup>. Nas telas os filmes de aventuras, comédia ou Western eram preferidos. Dentre eles, *Atiradores do Texas*, *As Portas de Shangai*, *As Aventuras de Rex e Rinty*, dentre outros, deixavam deslumbrados crianças e adultos que passavam a semana a comentar os episódios assistidos, ansiosos a espera de novas fitas<sup>793</sup>. Como assevera Selda Vale, “o cinema penetrou no cotidiano da cidade de Manaus, fazendo parte das conversas

---

<sup>790</sup> PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2002. p.133.

<sup>791</sup> Era elevado o número de cinemas na cidade de Manaus no referido período. Dentre eles destacamos o cinema Avenida, Polytheama, Odeon, Popular, Cine Manaus, Cine Parochial, Cine Glória e Cine Guarany.

<sup>792</sup> MELLO, Thiago de. *Manaus, Amor e Memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984. p.136.

<sup>793</sup> Diariamente os jornais do período anunciavam a programação nos diversos cinemas existentes.

domésticas, sendo comentados nos bares e botequins, sendo solicitado em lugares antes não aceitos”<sup>794</sup>.

Se por um lado o cinema despertava e atraía o interesse da população para essa forma de sociabilidade, por outro se tornou fonte de apreensão para alguns setores sociais. Parcela de educadores, jornalistas, juristas e administradores públicos viam de forma ambígua o papel do cinema na sociedade. Embora reconhecessem no cinema uma importante ferramenta de educação e formação de condutas, seu mau uso poderia transformá-lo em arma nociva, produtora de vícios e má conduta social. Seguindo esta perspectiva, crianças e adolescentes por se encontrarem em formação, não deveriam ser expostos a influência negativa que o cinema poderia proporcionar. Acreditava-se que alguns filmes viessem a despertar paixões e sentimentos confusos para esses seres com personalidade ainda indefinida. Para Selda Vale, garantir que apenas os filmes condizentes com a boa formação do caráter e dos bons costumes chegassem até essa parcela da população, foi preocupação desde a chegada do cinema ao país. “Por todo o Brasil as discussões arrastavam-se pelos corredores dos colégios, tribunais e redações de jornais “sobre o bom ou mau uso que se poderia fazer do cinema”<sup>795</sup>.

Agnello Bittencourt, professor e Diretor da Instrução Pública do estado do Amazonas, apontava que a preferência pelo cinema em detrimento do livro, para a maior parte da população, se dava pelo fato de que o primeiro era acessível apenas para aqueles que possuíam conhecimentos dos símbolos gramaticais, dos códigos de leitura, das letras<sup>796</sup>. O cinema possuía um alcance muito mais abrangente justamente por prescindir dos conhecimentos da leitura, o que possibilitava o entendimento do enredo mesmo para

---

<sup>794</sup> COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões: cinema e sociedade* (Manaus, 1897-1935). Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996. p.127. Sabemos que durante os anos 30 e 40 do século XX, o cinema teve papel de destaque no governo de Getúlio Vargas. Maria Helena Capelato assevera que para o governo getulista o cinema seria a ferramenta pedagógica que despertaria na população brasileira o amor pelo país. Seria essa a ferramenta a aproximar entre si os lugares mais distantes de um território de dimensões continentais. Nessa perspectiva, Getúlio Vargas fez amplo investimento no sentido de produzir filmes e documentários que exaltassem aspectos culturais do Brasil e as ações do governo. Para Melo e Souza, o investimento na produção cinematográfica brasileira foi uma forma do governo getulista tentar neutralizar ideias conservadoras que estavam se propagando nos lares brasileiros, tais como as ideias feministas. Durante os anos 30 o cinema norte-americano estava em franca expansão, o que despertava o temor de alguns segmentos sociais que se sentiam incomodados com os valores estadunidenses propagados por meios de suas películas. Respectivamente: CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em Cena: propaganda política no varguismo e peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.p.101 e 102; MELO e SOUZA, José Inácio. *A ação e o Imaginário de uma Ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. São Paulo, 1990. Dissertação de Mestrado, USP.

<sup>795</sup> COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões...op.cit.* p.130.

<sup>796</sup> Agnello Bittencourt foi professor e Diretor da Instrução Pública do Amazonas. Membro da Academia Amazonense de Letras foi um dos fundadores do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

aqueles considerados analfabetos. Por ser “uma diversão barata e ao alcance de todas as inteligências e de todas as sensibilidades”, atraía a atenção da criançada que “conhecia muito mais a vida dos personagens narradas em suas histórias que os vultos nacionais”<sup>797</sup>. Sendo as crianças seres em formação, “moldáveis como a cera”, afirmava Bittencourt, era necessário proibir o acesso desses pequenos a tais programações que influenciavam sobremaneira no seu comportamento. Filmes considerados violentos, de guerras, assaltos e luta de boxes e dramas intensos poderiam interferir no sistema nervoso das crianças, devendo, portanto, ser proibidos as crianças pois “constituía um grande perigo para a moral da infância, toda a fita que não for condizente da pureza de costumes”<sup>798</sup>.

No decorrer dos anos 30 e 40, intensa campanha foi realizada contra os enredos de filmes que poderiam deturpar valores morais considerados saudáveis a uma boa formação intelectual, moral e física de crianças e adolescentes. Estes, muito suscetíveis as influências externas, rapidamente poderiam assimilar vícios e práticas tidas como indecorosas passando a praticá-las através da imitação. Nesse sentido, aos pequenos deveriam ser evitados filmes que despertassem excessivamente a fantasia e os instintos<sup>799</sup>.

Embora o Código de Menores vigente proibisse a entrada de crianças menores de cinco anos de idade nos cinemas, a população manauara insistia em não seguir tais determinações. Em 1935, o Juizado de Menores reforçava essa interdição proibindo que “menores de quatorze anos assistam filmes ou espetáculos noturnos desacompanhados de seus responsáveis”<sup>800</sup>, sem, contudo, conseguir evitar o acesso dos pequenos nesses estabelecimentos. A cooperação de outros órgãos de repressão se fez premente. Respondendo a solicitação de apoio às ações do Juízo de Menores, o Chefe do Departamento de Polícia fez publicar portaria estabelecendo que “nenhum filme cinematográfico ou peça theatrical seja levado ao público sem o competente visto da polícia”. Determinava também que “todo o filme considerado improprio para menores ou creanças só seja exibido com aviso prévio publicado nos jornaes”, devendo os estabelecimentos fixar nas bilheterias cartazes “bem legíveis com a advertência: Improprio para Menores ou Improprio para creanças”. Com tal portaria “a secção de

---

<sup>797</sup> BITTENCOURT, Agnello. O Cinema e a Criança. In: *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores*. nº 29. Manaus: dezembro de 1938., p.2

<sup>798</sup> BITTENCOURT, O Cinema e a Criança...op.cit. p.2-3

<sup>799</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 10 de fevereiro de 1941.

<sup>800</sup> Mensagem do Governador Álvaro Maia a Assembleia. Maio de 1936. p.120

filmes cinematográficos passou a ser responsabilidade do delegado de segurança política e social”<sup>801</sup>.

As diversas portarias com nomeações de comissários e vigilantes para a fiscalização dos cinemas na cidade de Manaus, no sentido de evitar que crianças adentrassem as salas de projeção, podem ser um indicativo de resistência das famílias em atender tais determinações. A fiscalização nas entradas dos cinemas estava sob a responsabilidade de um comissário de menores que mantinha sob suas ordens soldados e vigilantes do Juizado<sup>802</sup>. Desse modo se posicionavam frente aos estabelecimentos cinematográficos fiscalizando a entrada de frequentadores, impedindo o acesso daqueles que consideravam não ter idade permitida<sup>803</sup>. Foi contra essa fiscalização imposta pelo Juizado de Menores da cidade que o jornal *A Tarde* publicou em outubro de 1937, veemente repúdio a essa tentativa, por eles considerada abusiva, de normatização da infância no que se refere ao acesso aos espetáculos cinematográficos. Assim, de acordo com o periódico

Já se vai tornando abusiva e está francamente, chegando às raias do absurdo, o procedimento dos esqualidos vigilantes de menores e dos opilados policiais que os acompanham e que pleantonam as portas dos cinemas da cidade [...] dictam leis e arrogam-se o direito de contrariar o pátrio poder [...] se as ordens do juizado de menores já são, pela sua natureza quase draconianas, pois tira as crianças, completamente, o direito a divertimentos lícitos à mocidade<sup>804</sup>.

A documentação analisada é muito significativa pois permite visualizar como se deu a recepção desse processo de disciplinarização pelas famílias por ele atingidos. Ao que tudo indica, para grande parte da população a presença de crianças nas salas de projeções não oferecia nenhum risco ao desenvolvimento de seus filhos pois estas formas de entretenimento seriam próprias da idade. Nessa perspectiva, as medidas adotadas pelo Juizado de Menores eram consideradas invasivas pois interferia em um direito considerado absoluto pelas famílias: o exercício do poder paterno. O fato de muitas crianças acompanhadas dos pais serem impedidas de adentrar nas casas de projeção causava a revolta das famílias que se sentiam ultrajadas em seus direitos, e de parte da

---

<sup>801</sup> *A Tarde*, nº 25. Manaus, 19 de março de 1937. p.1.

<sup>802</sup> Embora essa prática fosse utilizada pelo Juízo de Menores desde o período de sua criação, a mesma só foi regulamentada por meio da Portaria nº 291 do Juizado de Menores, de 27 de fevereiro de 1940. ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (05.10.1935 a 01.10.1940)* Manaus: Imprensa Pública. 1940, p.14 e 15.

<sup>803</sup> Boletim do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 04 de abril de 1938. Nº5.

<sup>804</sup> *A Tarde*, nº 212. Manaus, 25 de outubro de 1937. p.3.

imprensa que dava destaque a estas notícias enfatizando o quanto eram consideradas arbitrárias.

Em certas situações a presença de crianças e jovens nos cinemas poderia desagradar alguns frequentadores, dentre eles os que se sentiam incomodados com as manifestações expressas pelos menores diante de certas cenas, o que motivava reclamações na imprensa local que cobrava providências no sentido de coibir tais comportamentos<sup>805</sup>. Jefferson Peres assinala que muitas vezes as sessões se revelavam cenários de manifestações exaltadas por parte de crianças e adolescentes que entre assobios, gargalhadas sonoras e palavras consideradas obscenas, acompanhavam o enredo cinematográfico. Aos domingos, prossegue o autor, nas sessões de 13 horas no cinema Polytheama e no Guarany, “quando as cortinas eram cerradas e o prefixo musical anunciava o início da sessão, uma zoadeira infernal de ritos, assovios e sapateados, que logo se interrompia para repetir, com intermitência durante toda a sessão, a pretexto de qualquer coisa”<sup>806</sup>. O jornal *A Tarde*, de 1937, publicou uma carta contendo reclamações dirigidas aos proprietários do Cinema Avenida contra

o molecório que tem affluído, ultimamente, àquela casa de diversões, onde costuma, durante o desenrolar dos filmes, fazer grande assuada, quando não usar de palavrões que a decência e a moral condenam. Afinal, numa casa frequentada por famílias, esse fato muito depõe e recomenda mal o estabelecimento<sup>807</sup>.

Tudo indica que a campanha de moralização contra a presença de crianças nos cinemas da cidade não alcançou o êxito esperado. Na década de 1940 o Juízo de Menores advertia por meio de publicação que “os menores de cinco anos são absolutamente proibidos de entrar em qualquer casa de espetáculo”. Aqueles com mais de cinco anos de idade poderiam assistir aos espetáculos noturnos, desde que se fizessem acompanhar pelos responsáveis e que tais projeções não ultrapassassem as 22h30<sup>808</sup>. O que significa a permanência dos conflitos resultantes da aplicação dessas medidas. Reforça essa assertiva a denúncia publicada no jornal *A Tarde* de 1942, onde se denunciava o policial responsável pela fiscalização de menores nos cinemas, que “contraiu o mau hábito de tratar com grosserias as pessoas que ali vão acompanhadas de crianças”<sup>809</sup>.

---

<sup>805</sup> *A Tarde*, nº20. Manaus, 13 de março de 1937. p.1.

<sup>806</sup> PERES, . *Evocação de Manaus...op.cit.* p.139.

<sup>807</sup> *A Tarde*. Manaus, 13 de março de 1937. nº 20, p.1.

<sup>808</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 10 de fevereiro de 1941, nº104.

<sup>809</sup> *A Tarde*. Manaus, 08 de janeiro de 1942. Nº 1489, p.1.

A preocupação quanto o papel do cinema na formação de crianças e adolescentes não foi exclusiva para a cidade de Manaus. Em São Paulo, estudos realizados pela Associação dos Jornalistas Católicos analisaram aproximadamente 448 filmes no ano de 1940. Desse total apenas seis foram considerados bons para adultos e crianças. Os demais eram bons ou aceitáveis apenas para adultos, sendo considerados quinze filmes como não adequados a menores<sup>810</sup>. Para a cidade do Rio de Janeiro e Niterói foram criadas carteiras de identidades para melhor identificar se os pequenos que se dirigiam aos cinemas possuíam a idade adequada para assistirem aos filmes exibidos. Críticas se faziam aos pais que muitas vezes acompanhavam os filhos a tais exibições embora os pequenos não estivessem dentro da faixa etária exigida. Tal atitude desses pais eram vistas como descuradas de interesse pela formação de seus filhos<sup>811</sup>.

Se a presença de crianças nos cinemas da cidade era motivo de apreensão por parte das autoridades públicas, o que dizer da participação desses pequenos nas festas carnavalescas manauaras? Nas décadas de 1930 e 1940, o carnaval era festa muito apreciada pela população, como ainda é atualmente. No período dedicado a folia de Momo, a população saía às ruas extravasando as energias contidas, as insatisfações guardadas, fazendo prerrogativa de certa liberdade permitida nesse período<sup>812</sup>. Relembrado as festas populares que ocorriam na cidade, o artista plástico Moacir Andrade informa que

as festas carnavalescas que aconteciam em Manaus eram assumidas inteiramente e com muito entusiasmo pelo povo que organizava verdadeiras apoteoses de alegria e beleza, em cujos bailes toda a sociedade tomava parte; uns dançando animadamente nos bailes fartamente decorados e iluminados, outros nos blocos saltitantes que visitavam as festas<sup>813</sup>.

Aqui se faz necessário uma pequena ressalva na fala desse artista para destacar que sua assertiva não quer dizer que os salões carnavalescos da cidade estivessem com suas portas abertas de forma indistinta ao público folião, onde se divertiriam os setores

---

<sup>810</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 19 de maio de 1941. Nº 107.

<sup>811</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 06 de março de 1943.

<sup>812</sup> Em análise sobre festas populares para o Rio de Janeiro, Mary Del Priore afirma que a alegria da festa ajudava as populações a suportar o trabalho, o perigo e a exploração, mas reafirma igualmente, laços de solidariedade ou permite aos indivíduos marcarem suas especificidades e diferenças. PRIORE, Mary Del. *Festas e Utopias no Brasil Colonial*. São Paulo: Brasiliense. 1994. p.10.

<sup>813</sup> ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Gráfica Santa Luzia, 2007. p.258.

mais privilegiados da população juntamente com os segmentos sociais desfavorecidos economicamente dessa sociedade. Concordamos plenamente que durante o carnaval Manaus efervescia pela presença de blocos, cordões, desfiles de fantasias, etc. Havia festa para todos os gostos. Na principal via da cidade, Avenida Eduardo Ribeiro, havia a tradicional batalha de confetes, iniciando as 16 ou 17h, se prolongando até parte da noite. Depois ocorria os desfiles dos blocos, o corso, e de outros grupos de foliões<sup>814</sup>. Em pontos estratégicos da avenida a prefeitura mandava construir três coretos, nos quais a Banda da Polícia garantia a animação da festa. Os brincantes se preparavam com roupas coloridas, máscaras, confetes e serpentinas para as noites de folia. O lança-perfume, artefato indispensável, poderia ser encontrado nas melhores lojas do ramo. Poderia ser adquirido da “marca Pierrot Luxo Bola, do tipo comum ou Luxo Siphão”. Aqueles que frequentavam os bailes dos luxuosos salões, poderiam adquirir o “lança perfume do mundo elegante Flirt. Com perfumes suaves e deliciosos, absolutamente inofensivo a vista”<sup>815</sup>.

Os bailes carnavalescos eram realizados nos salões dos diversos clubes existentes na cidade. As camadas mais privilegiadas frequentavam o Rio Negro, o Ideal Clube, o Luso Sporting Club, etc. As camadas empobrecidas frequentavam os clubes existentes nos bairros de São Raymundo, Educandos, Cachoeirinha, etc. O ponto alto do desfile era o conjunto de carros alegóricos, o Corso, que subia e desciam a Avenida toda iluminada<sup>816</sup>. Os blocos e cordões de carnaval também eram inúmeros, tais como o Bloco Primeiro de Maio, São Raymundo Sport Clube, Bloco Recreativo Aventureiro, Bloco Martello de Prata, Bloco Trovadores Impossíveis, Brigue Esperança, Salteadores da Folia, dos Cavaleiros dos Amores, Os ciganos, As Pagodeiras de Momo, Habitantes de Marte e muitos outros<sup>817</sup>.

Nesses espaços de sociabilidade, de brincadeiras, de danças que se encontravam homens, mulheres, adultos e crianças se divertindo nas folias de Momo. A criançada também tinha seus bailes de carnaval. O Ideal Clube, no Luso Sporte Clube, Rio Negro

---

<sup>814</sup> Durante todo o período pesquisado os jornais publicam a programação carnavalesca na cidade, não deixando de citar a tradicional batalha de confete que acontecia na Avenida Eduardo Ribeiro, principal artéria da cidade naquele período.

<sup>815</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 11 de janeiro de 1930. p.3. Chama a atenção o fato de a venda de lança perfumes ser noticiada nos jornais da cidade, visto nos Códigos de Posturas da Cidade anterior a esse período constar a proibição de certas substâncias nas festas carnavalescas. Fato esse que indica a resistência da população, de modo geral, em abandonar certas práticas.

<sup>816</sup> MATA, João Nogueira da. *Antiquilhas Manauaras*. 1991, p.132.

<sup>817</sup> *Jornal do Commercio*. Manaus, 25 de fevereiro de 1930. Nº 8949.p.1

Clube, clubes da “alta sociedade”, bem como os clubes dos bairros, realizavam festas especialmente para meninada onde distribuíam balões e bombons. Entre o final da tarde e parte da noite, pequenos foliões fantasiados de piratas, baianas, palhaços, e outros personagens, jogando confetes e serpentinas, brincavam ao som das bandas de músicas. Conforme noticiou o *Jornal do Comércio* em 1929, “o Bloco Infantil também imperou no sábado gordo em descomunal comício dansante em homenagem a Mômô, e no qual a guryzada brincou, pulou, dansou, gritou e, as vinte horas, no passo do constrangimento seguiu rumo das casas de seus papás para...dormir”<sup>818</sup>. Tais bailes eram amplamente divulgados pela imprensa local que informava que no horário destinado aos bailes infantis, “o inferno do Rio Negro Club terá a caverna franqueada aos diabinhos que foram convidados para o baile infantil”<sup>819</sup>.

A elevada presença de crianças nesses espaços motivou diversas medidas adotadas pelo Juízo de Menores no sentido de restringir tais ambientes. Em 1936, foi publicada portaria visando “evitar tanto quanto possível que os menores, nos três dias de carnaval”, cometessem “desatinos, durante o corso na Avenida Eduardo Ribeiro”. Na ocasião “o Juiz de Menores distribuiu os vigilantes por diversas secções naquela avenida”<sup>820</sup>. Cerca de cinquenta vigilantes, juntamente com comissários, estiveram de prontidão nas festas carnavalescas que se realizaram na avenida no sentido de fiscalizar e coibir o que eles consideravam desatinos ou descomedimentos por parte dos foliões, crianças e jovens. Destacamos que a preocupação com as festas populares não foi exclusiva para esse período. O Código de Postura da Província do Amazonas, continha medidas específicas na tentativa de disciplinar as festas carnavalescas, limitando formas de portar-se durante os dias festivos. Nessa perspectiva sugerimos que as medidas adotadas em relação ao carnaval nos anos 30 e 40, revelam a permanente recusa a disciplinarização das festas populares.

As ações policiais indicam uma preocupação em normatizar, em controlar as formas de sociabilidade da população de maneira geral. Dessa forma o uso de máscaras nos salões ou nas vias públicas estavam condicionados a horários pré-estabelecidos pelo Departamento de Polícia. Tal proibição indica que as camadas privilegiadas, embora ocupando os espaços de diversão desejados, os clubes, também estavam submetidas a

---

<sup>818</sup> *Jornal do Comercio*. Manaus, 12 de fevereiro de 1929. nº8624, p.1.

<sup>819</sup> Manaus, 28 de fevereiro de 1933. p. 1 nº 9886.

<sup>820</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 21 de fevereiro de 1936. P.11.

certas regras e horários nas suas formas de entretenimento<sup>821</sup>. Todavia, a tentativa de controle se fazia sentir de forma mais acentuada nas camadas pobres que, ao fazerem das ruas seu palco de manifestação, de alegrias, de brincadeiras estavam sujeitas a um maior rigor. Dessa forma na cidade de Manaus, o estar no espaço público, nas ruas e nas praças, foi motivo de constante intervenção do poder público, principalmente quando envolvia a presença de crianças.

A portaria da delegacia de polícia publicada nos jornais de grande circulação noticiava que, no sentido de tentar “garantir a ordem e moralidade na temporada carnavalesca” estabelecia que estava proibida “a participação de crianças nos cordões carnavalescos, proibido o uso de bisnagas, pós e bolas com águas ou qualquer artigo prejudicial à saúde; o uso de fantasias ofensivas à moral e ao decoro público”<sup>822</sup>. O uso desses artefatos nos dias de carnaval era prática antiga, continuidades do entrudo, que insistia em se manter nas tradições festivas populares<sup>823</sup>. Tanto a proibição da participação de crianças nos cordões quanto o uso de pó e água não foram seguidas pela população, o que resultou num recrudescimento das medidas que tentavam coibir a participação de meninas e meninos nesses festejos. Corrobora para tal reflexão a portaria de 1938 que estabelecia que fossem apreendidos pelos comissários de menores aqueles com menos de 21 anos de idade que insistissem em participar dos blocos de carnaval<sup>824</sup>. Nesse mesmo ano, o Bloco Carnavalesco Biscoitinhos União, composto em grande parte por crianças, teve a sua participação proibida nos festejos carnavalescos<sup>825</sup>. Nos dois anos seguintes a proibição não eximiu nem aqueles que se faziam acompanhar por adultos nos ditos lugares festivos. Em 1941, de acordo com a portaria nº336, o Juiz de Menores mostrava-

---

<sup>821</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11091. Manaus, 09 de fevereiro de 1937. p.1. Em estudos sobre festas populares no Rio de Janeiro, Martha Abreu destaca que o estabelecimento de horário e lugar permitido para o uso de máscaras durante o período carnavalesco, tratava-se de uma estratégia da polícia que ao invés terminantemente proibir o uso desta alegoria, optou por estabelecer determinados horários e locais da cidade onde seria permitido seu uso. ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999. p.267.

<sup>822</sup> *Jornal do Comércio*, nº 11091. Manaus, 09 de fevereiro de 1937, p.1.

<sup>823</sup> Para SCHWARCZ, o entrudo seria o irmão “mais velho” do carnaval, ambos de origem europeia, sendo que a chegada do entrudo ao Brasil é muito anterior ao carnaval. “O primeiro mais individualizado e anárquico, o segundo mais próximo das elites e seus salões de festas”. Enquanto este reunia a alta sociedade em uma festa organizada, com bailes de máscaras ou nos desfiles de luxuosos carros enfeitados, aquele se fazia por meio de uma verdadeira “batalha” de água ou pó que eram atirados sobre os transeuntes, independente de sexo ou faixa etária. Ambos coexistindo por muito tempo. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.278-281.

<sup>824</sup> Portaria nº 173 de 27 de janeiro de 1938. ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos de atividade em prol da infância desvalida (05.10.1935 a 01.10.1940)* Manaus: Imprensa Pública. 1940, p.84.

<sup>825</sup> Portaria nº 174 de 10 de fevereiro de 1938. ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje...*op.cit. p.84

se preocupado em evitar que “menores se corrompam num meio prejudicial”. O juiz utilizava como argumento o fato de que

nos blocos e cordões carnavalescos, se verificam excesso de todos prejudiciais à infância e a adolescência resolve: Proibir terminantemente a realização dos chamados bailes infantis nessa capital, determinando a todos os auxiliares deste Juízo a maior vigilância a fim de serem rigorosamente cumpridas as disposições da presente portaria<sup>826</sup>.

Essa sequência de medidas tomadas com a preocupação de impedir o acesso de crianças a festas consideradas “nocivas e viciosas” indica o quanto resistiu a população nessa tentativa de normatizar seus espaços de sociabilidade. Aponta não apenas o recrudescimento dos poderes públicos nessa empreitada, mas também e, principalmente, a recusa de grande parcela da população ante essa interferência em seus modos de vida.

O *boletim* do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores utilizou pequenos textos fundamentados nos preceitos religiosos para combater a presença de crianças nos bailes de carnaval. De acordo com este informativo, o período carnavalesco seria “uma ocasião mais ou menos perigosa, pelas promiscuidades e pelas liberdades costumadas, como se verifica, por exemplo, nas chamadas batalhas de confetes” e por este motivo, “a participação de moças ou meninas em blocos, cordões ou ranchos carnavalescos, fantasiadas cantando e dançando é uma prática inconvenientíssima, que as famílias católicas não devem permitir a suas filhas”. Ainda segundo o *boletim* do Conselho de Assistência e Proteção aos Menores, ao fantasiar as crianças “cria-se uma geração carnavalesca sendo depois difícil afastá-las das loucuras do carnaval”. Tais discursos ressaltavam, ainda que não raramente, o fato de crianças embriagarem-se com os lança perfumes<sup>827</sup>.

O carnaval era percebido como a personificação do próprio mau. Autoridades da Igreja e do Estado condenavam a proximidade que essas festas propiciavam entre homens e mulheres; o acesso mais fácil as bebidas alcoólicas; a brincadeira com lança perfumes e a presença de pessoas consideradas sem moral. No caso, as meretrizes e até as *marchinhas* tocadas durante o carnaval era motivo de reprovação. Tais músicas eram

---

<sup>826</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 07 de janeiro de 1941. n°101.

<sup>827</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 10 de fevereiro de 1941, n°104.

vistas como de baixa moral sendo “grosseiro o tema, tão vulgares os sentimentos e tão obscenos os termos, que miseravelmente corrompem a mentalidade do nosso povo”<sup>828</sup>.

Todavia o povo não se deixava domesticar. Mesmo sob a proibição de bailes infantis, os clubes não aceitavam se enquadrar nas novas normas ditadas pelo Juizado. Desafiando as determinações, nesse mesmo ano a União Sportiva Luso Brasileira abriu seus salões para mais um esperado baile infantil, no qual contou com elevada participação da garotada. Embora o baile tenha se realizado pela parte da manhã, não deixou de sofrer sanções por parte do Juízo de Menores<sup>829</sup>.

Esse embate entre Juizado e os donos dos clubes que promoviam as festas carnavalescas permite entrever que as ações promovidas pelo Juízo de Menores receberam forte resistência, tanto por parte das famílias manauaras quanto por parte dos donos dos estabelecimentos. Tal relutância ampliava sobremaneira as dificuldades de efetivar as medidas de controle sobre a infância.

As ruas da cidade, na área central e nos bairros mais distantes, eram os espaços prediletos para as brincadeiras de meninos e meninas. De dia ou a noite, grupos de crianças entrecortavam ruas e quintais com brincadeiras infantis, muitas vezes despertando insatisfação por parte de alguns adultos e dos administradores públicos que tentaram de diversas formas extirpar essas formas de entretenimento. O papagaio, brinquedo de papel, imagem viva nas lembranças dos memorialistas e que tanto encantou as crianças da Manaus dos anos 30 e 40, também foi motivo de forte repressão por parte do Juízo de Menores. Relembrando esses momentos lúdicos, Jefferson Peres atesta que dentre as brincadeiras que fascinavam as crianças, uma se destacava não somente entre os pequenos, mas também entre os adultos: a brincadeira de soltar papagaios.

Fabricados com papéis coloridos e embalados pelo vento, sobrevoavam o céu manauara colorindo de diversos matizes o azul ensolarado<sup>830</sup>. Tão importante quanto brincar de papagaio, era o prazer de confeccioná-lo, destaca o autor. Eram encontrados a venda, de diversos tamanhos e cores, porém “a grande maioria fazia os seus”. Cortar cuidadosamente as talas de madeiras nos tamanhos adequados, amarrá-las com linha zero, formando o “esqueleto” que logo depois seria recoberto pelo papel de seda, eram

---

<sup>828</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 07 de janeiro de 1941, nº101.

<sup>829</sup> Conselho de Assistência e proteção aos Menores. Manaus, 20 de janeiro de 1941, nº104.

<sup>830</sup> PERES., *Evocação de Manaus...op.cit.* p.163-164.

habilidades e tarefas necessária para confecção do papagaio. As cores eram as mais diversas: listradas, de duas cores, as cores dos times de futebol, enfim, uma infinidade de cores de papagaios de papel balançando suas cores. Peres ressalta que em todas as partes da cidade se empinava o papagaio, dos quintais, das ruas, de cima das cercas, dos telhados e das casas<sup>831</sup>.

A predileção por essa brincadeira, que atraía não somente os pequenos, mas também e em grande número os adultos, exigia destreza e agilidade na hora de fazer subir e manter o brinquedo no ar, e, mais ainda na hora das disputas com os papagaios “rivais”. Essa prática atraía grande número de observadores que se deliciavam com os bailados coloridos das dezenas de papagaios de seda a desafiar os papagaios dos outros bairros. Outros grupos observavam, não apenas para admirar as proezas dos dançarinos de papel, mas para, na primeira oportunidade correr atrás daqueles preciosos brinquedos que, quando “cortados” pelos adversários, eram levados pelo vento para lugares mais afastados. Nesse momento grupos de meninos corriam acelerados na tentativa de agarrar o valioso troféu.

A brincadeira de papagaio não era tão inofensiva assim. A fim de que o papagaio não fosse “cortado” pelos rivais, a meninada fabricava cerol, mistura de goma com vidro moído, e passava na linha e na cauda do papagaio. Essa mistura deixava a linha “afiada” que nem lâmina. Conseguir o vidro moído não era dificuldade para os amantes dessa brincadeira. O poeta amazonense Thiago de Mello, para quem o brincar de papagaio é arte e ciência, ao falar sobre como se produzia o cerol afirma que,

No tempo dos bondes era uma maravilha. Os cacos de garrafa eram colocados nos trilhos, vinha o bonde e os esmigalhava com as suas rodas de ferro. Era recolher e depois peneirar. Nas noites de sábado (convinha fazer o serviço ajudado pela escuridão, que um ou outro motorneiro implicava com o vidro no trilho: parava o veículo e, com a lança utilizada para abrir as agulhas dos cruzamentos, retirava do trilho o material do cerol) – por todos os lados de Manaus ouvia-se o característico ruído provocado pelos vidros sob as rodas do bonde<sup>832</sup>.

---

<sup>831</sup> PERES,. *Evocação de Manaus..op.cit.* p.163-164. Para o historiador amazonense Mário Ypiranga Monteiro, “o tradicional objeto voador foi em Manaus do século passado a maior fonte de alegria, não superado por nenhum outro brinquedo ou divertimento. Não respeitava dias de trabalho, condições atmosféricas, economia doméstica, nada: a toda a hora do dia e não raro à noite, havia uma predisposição para levá-lo ao ar, encantar os olhos dos admiradores, alegrarem as crianças com suas peripécias, servir de fuga aos homens, tanto quanto de matar o tempo dos jovens”. MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Papagaio de Papel*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA, 2010. p.16.

<sup>832</sup> MELLO, Thiago de. *Arte e Ciência de empinar papagaio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983. p.74.

Pela imprensa se manifestavam aqueles contrários a essas atitudes dos amantes do papagaio. Foi nesse sentido que no início da década de 1930, o *Jornal do Commercio* pedia providências para “o abuso de meninos desocupados que com o fim de fazer cerol para a cauda de seus papagaios, colocam vidros nos trilhos de bondes, espalhando estilhaços que se tornam prejudiciais aos transeuntes”<sup>833</sup>.

Talvez essa aglomeração de pessoas, esses agrupamentos de meninos a correr pelas ruas a subir pelas cercas das casas, pelos telhados, invadindo quintais em busca do brinquedo de papel, o perigo dos bondes e cabos de energia, dentre outros motivos, tenha despertado nas autoridades públicas o interesse por eliminar esse tipo de brincadeira. Denúncias nos jornais cobravam das “autoridades competentes para acabar com os magotes de crianças que botam papagaios nas ruas, importunando os transeuntes”<sup>834</sup>. A polícia se fazia presente tentando coibir tais atitudes. Foi com essa preocupação que o chefe de polícia, “vivamente empenhado na campanha de moralização de costumes, resolveu organizar um serviço especial de repressão aos menores desocupados que, perturbando o sossego público, andam a praticar depredações pelas ruas e praças”<sup>835</sup>.

Até então cabia à polícia atuar na repressão àquilo que considerava vadiagem. Com a criação do Juízo de Menores em 1935 as medidas voltadas para disciplinarização da infância se intensificaram. Tentando impedir certos tipos de brincadeiras, grupos de funcionários desse juízo saíam às ruas da cidade tomando os papagaios de papel das crianças e adultos. Embora diariamente dezenas de papagaios fossem apreendidos a população se recusava a abandonar tal brincadeira insistindo nessa prática pelos diversos cantos da cidade. O *Jornal do Commercio* cobrava das autoridades providência contra o grupo de meninos que vivia nas ruas brincando com papagaio<sup>836</sup>. Atendendo solicitação do Juizado, a prefeitura doou um carro para que os comissários de menores saíssem em diligência pelas ruas de Manaus coibindo brincadeiras populares consideradas contravenções. Nesse sentido, o Juizado publicou aviso aos pais comunicando que,

---

<sup>833</sup> *Jornal do Commercio*, nº8939. Manaus, 13 de fevereiro de 1930. P.1.

<sup>834</sup> *Jornal Do Commercio*, nº8936. Manaus, 11 de fevereiro de 1930. p.1. Vimos em pesquisa para as décadas anteriores, que frequentemente os jornais denunciavam a presença de crianças sob as cercas dos quintais, brincando com papagaio e “bisbilhotando o que se passava no interior das casas deixando constrangidos os moradores”. Para esse tipo de análise ver: PESSOA, Alba Barbosa Pessoa. *Infância e trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus, 1890-1920*. Dissertação de Mestrado. Manaus: UFAM, 2010. p.165.

<sup>835</sup> *Jornal do Commercio*. nº 8929. Manaus, 02 de fevereiro de 1930. p.1.

<sup>836</sup> *Jornal do Commercio*. nº10.685. Manaus, 10 de outubro de 1935. p.1.

evitem que os filhos permaneçam nas ruas brincando de papagaio pois tão logo aparelhe o carro para diligência, fará recolher os menores e os encaminhará ao Paredão<sup>837</sup>.

No entanto, havia uma contradição: enquanto o Juizado de Menores reprimia as brincadeiras e brinquedos de crianças por considerar vadiagem, tais artefatos poderiam ser comprados livremente no Mercado Público. Diante disso, em ofício dirigido ao prefeito, o Juiz solicitou a proibição de venda desse brinquedo em suas dependências. Alegava que ao permitir venda de objeto de vadiagem, o próprio poder público “estimulava a contravenção”<sup>838</sup>.

Poucos anos depois, o Juizado de Menores fez publicar no Diário Oficial do Estado do Amazonas que,

todo menino que for apprehendido soltando papagaios nas ruas do perímetro urbano da cidade, será imediatamente enviado para o Paredão, correndo a despeza da viagem a aquelle Aprendizado por conta dos responsáveis pelo menor<sup>839</sup>.

Tais medidas repressivas que procuravam normatizar as brincadeiras de crianças não se voltavam somente para as brincadeiras de papagaio. Outras formas de diversão que se realizassem nas ruas eram motivos de intensa repressão. Em abril do mesmo ano, um senhor se declarando “alto funcionário municipal”, recorreu a imprensa para denunciar que o seu filho pequeno, juntamente com outra criança, ao brincarem de bola à noite junto num terreno vizinho a sua residência, foram perseguidos por um guarda noturno que os tentou prender, chegando o dito policial a adentrar a casa dos pequenos na tentativa de levá-los<sup>840</sup>.

O jornal *A Tarde*, no ano de 1937, anunciava aos seus leitores que a “a Chefia da Policia vae intensificar, desta feita com o máximo rigor, a campanha de repressão ao molecório desenfreado que infestam as ruas da capital, não attendendo a pedidos de Paes, tutores responsáveis por menores vadios”<sup>841</sup>. Dessa forma, aqueles que fossem encontrados nas ruas participando de brincadeiras de papagaio, jogando bola, baralho ou outra atividade considerada nociva seriam encaminhados ao “Paredão”. Dias depois os

---

<sup>837</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 14 de outubro de 1935. Conforme assinalamos anteriormente, o Paredão tratava-se de um Educandário Agrícola cuja finalidade seria “reeducar” menores através do trabalho, no caso a agricultura.

<sup>838</sup> *Jornal do Commercio*.nº10.700. Manaus, 29 de outubro de 1935.p.1; Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 28 de outubro de 1935.p.5

<sup>839</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 15 de março de 1937. p.5.

<sup>840</sup> *A Tarde*, nº58. Manaus, 28 de abril de 1937. p.1.

<sup>841</sup> *A Tarde*, nº130. Manaus, 21 de julho de 1937. p.2.

jornais publicaram o resultado da ação policial: a apreensão de 420 papagaios de papel, o encaminhamento de 40 meninos para o “Paredão” e outra quantidade não estipulada foi encaminhada ao Juízo de Menores <sup>842</sup>.

Podemos imaginar o grau de apreensão das famílias que se viam obrigadas a manter seus filhos dentro de casa com medo que estes viessem a ser recolhidos pela polícia. Diariamente, policiais, agentes à paisana e comissários do juizado de Menores saíam às ruas recolhendo aqueles que insistiam em fazer das ruas seus espaços de sociabilidade, juntamente com bolas, papagaios e outros apetrechos. Muitos eram enviados ao “Paredão”, outros, aqueles que os pais podiam pagar as multas, eram colocados em liberdade sob ameaças, caso retornassem a tais atividades.

Todavia, tentar disciplinar as formas de entretenimento de crianças não era tarefa fácil. Diariamente os jornais noticiavam o número de menores detidos, bem como a quantidade de objetos apreendidos. Em dezembro de 1937, com dois anos de atuação o Juizado de Menores havia recolhido mais de mil papagaios de papel e mais de uma centena de bolas de futebol<sup>843</sup>. Lembrando de suas brincadeiras com papagaio de papel, Thiago de Mello afirma que a década de 1940 foi de maior repressão a essa brincadeira. Na tarefa de impedir que a meninada continuasse a triturar vidros nos trilhos dos bondes, os policiais não se intimidavam em fazer uso de cassetete contra aqueles surpreendidos juntos aos trilhos.

Sucedem que menino é menino. Ninguém ganha, não importa se o menino já é grandão de vinte, de cinquenta. Então a gente esperava o bonde na curva: quando, antes de aparecer, o ruído dele se abrandava para dobrar, os vidros eram rapidamente colocados nos trilhos e o motorneiro não tinha tempo de frear<sup>844</sup>.

Essa fala de Thiago de Mello é esclarecedora pois indica não somente a ação repressora frente as formas lúdicas das crianças como a determinante recusa dessa tentativa de normatização. Recusa essa que também se mostrava nas ações dos pais que “saíam às ruas para defender os filhos contra a agressão dos policiais aos inocentes brinquedos celestes que faziam parte da vida de todos”<sup>845</sup>.

---

<sup>842</sup> *A Tarde*, nº 139. Manaus, 31 de julho de 1937. p.1.

<sup>843</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 25 de janeiro de 1938. p.7.

<sup>844</sup> MELLO, Thiago de. Manaus, *Amor e Memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984. p.109.

<sup>845</sup> MELLO, Thiago de. *Arte e Ciência de empinar papagaio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983.p.42. A predileção pela brincadeira de papagaio ainda se faz muito presente na cidade de Manaus. Diariamente em diversos pontos da cidade, durante o dia e durante a noite, centenas de amantes do brinquedo de papel se reúnem com seus brinquedos coloridos. Homens, adultos e crianças, pais e filhos,

Se a brincadeira com papagaio de papel propiciava as crianças uma correria desenfreada, subidas nas cercas das vizinhanças e invasão nos quintais alheios, além dos sérios riscos por conta da confecção do cerol, atividade feita nos trilhos dos bondes, o que justificaria a proibição de outras brincadeiras como a bolinha de gude, o jogo de futebol, o pião e outras mais?

As chamadas bolinhas de gude, pequenas bolinhas coloridas, em muito dispensavam a atenção da garotada. Jogo que precisava de um espaço um tanto amplo para que elas pudessem deslizar pelo solo ao toque dos hábeis dedos dos meninos. Havia diversas brincadeiras com as bolinhas, dentre elas se destacava o jogo do triangulo. Tiago de Mello explica que se desenhava um triangulo no chão “em cujo interior cada jogador colocava a sua bolinha de vidro, e lá a uns cinco metros riscávamos a linha que nos servia para tirar o ponto”. O primeiro a jogar seria aquele que atirasse a sua bolinha mais próxima da linha traçada no chão<sup>846</sup>. Ao final do jogo o vencedor saia com os bolsos cheios de bolinhas ganhas dos adversários. Tal brincadeira mobilizava boa parte da garotada que brincava nas calçadas, nas ruas em espaço plano, ou em qualquer lugar onde elas pudessem deslizar sem obstáculos. Na ausência de bolinhas era muito frequente o uso do caroço de tucumã, fruto muito apreciado na região. A brincadeira de bolinha era muito apreciada pela meninada o que pode ser evidenciado pelas estatísticas do Juizado de Menores que apontava ter recolhido mais de 1.300 bolinhas nos anos de 1935 a 1937<sup>847</sup>. Se diferente da brincadeira de papagaio que poderia ocasionar acidentes com a fiação de energia ou acidentes com os bondes, quais as justificativas para proibição da brincadeira de bolinhas? Talvez não a brincadeira em si, mas o fato de serem realizadas em plena rua e mais ainda, pelo fato de os mesmos braços que estavam a passar boa parte do dia nessas brincadeiras estivessem sendo desviados das atividades produtivas, sendo desviadas do trabalho.

Embora a documentação não deixe claro os motivos da proibição das brincadeiras com bolinhas, a resposta pode estar nos jornais da cidade de Vitória, capital de Espírito Santo. Os jornais dessa cidade apontam que a polícia local realizava verdadeiro combate

---

mantém vivo o encantamento pela brincadeira que outrora foi motivo de muita repressão. Conforme notícia do jornal A Crítica, de 2016, a “tradicional brincadeira reúne milhares de adeptos à noite, em vários campos da cidade, de segunda a sábado”. A brincadeira “não acontece apenas de dia, com sol e vento à vontade, mas também a noite, com os “pipeiros” aproveitando a brisa noturna para empinar livremente seus papagaios”. Jornal A Crítica. Manaus, 17 de abril de 2016. p. CD1

<sup>846</sup> MELLO, Thiago de. *Manaus*, Amor e Memória. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984. p. 186

<sup>847</sup> Diário Oficial do Estado do Amazonas. Manaus, 25 de janeiro de 1938. p.7.

a esse entretenimento pela “necessidade de acabar com o jogo de bolinhas que a criançada põe em prática diariamente pelo meio das ruas, constando-me que quase sempre é feito mediante aposta de dinheiro”<sup>848</sup>. Diante dessa pista sugerimos que para Manaus, semelhante ao que ocorria na cidade de Vitória, esse pode ter sido mais um motivo de perseguição as brincadeiras com bolinhas.

Na capital amazonense outras brincadeiras e brinquedos foram alvo da campanha disciplinadora promovida pelo estado por meio do Juizado de Menores e da polícia. Os jogos de futebol nas ruas, calçadas e praças da cidade foram motivos de frequente admoestação e apreensão de bolas e de meninos; o pião, pequeno brinquedo de madeira com barbante, que graças a sua ponta de metal rodopiava pelo chão de forma célere para depois subir a mão do garoto que o manuseava, girando, girando até acabar a força que o impulsionava. As baladeiras, pequeno instrumento feito do galho de árvore, no formato da letra y também eram apreciadas pelas crianças.

Manaus ainda não havia se tornado a cidade cinzenta repleta de concreto e com pouco verde que temos na atualidade. Em seu Memorial da Infância, o escritor Áureo Nonato afirma que “nesse período havia grande área de floresta ao redor da cidade que atraía bando de aves que, cortando o céu em busca dos galhos das árvores, atraíam a atenção da garotada”. Estes saíam em grupos “com baladeiras ou espingardas de brinquedos, por eles mesmos fabricados, à caça das belas e saborosas aves”<sup>849</sup>. Tal brincadeira não era muito apreciada por alguns adultos da vizinhança que reclamavam na imprensa por medidas que inibissem a ação dos meninos que despendiam grande parte do dia a atirar com baladeiras nos quintais da vizinhança, podendo resultar em vidros de janelas quebrados <sup>850</sup>. Nos dois anos iniciais do Juizado de Menores foram recolhidas 187 baladeiras.

Se as formas recreativas das crianças não agradavam as autoridades públicas por serem realizadas em vias públicas e consideradas forte atrativo de meninos e meninas para o germe do vício e da vagabundagem, um outro tipo de recreação seria o esperado e desejado para as crianças: as brincadeiras realizadas dentro do espaço familiar. Dessa forma se pretendia evitar o contato de crianças e adolescentes com os vícios da rua. A

---

<sup>848</sup> *Diário da Manhã*. Vitória, 05 de setembro de 1908. p.2.

<sup>849</sup> NONATO, Áureo. *Os Bucheiros: um memorial da infância*. 2ªed.SECOM,1986. p.43.

<sup>850</sup> *Jornal do Commercio*, nº9016. Manaus, 14 de maio de 1930. P.1.

partir desse prisma, possibilitar brincadeiras para as crianças dentro de casa seria uma forma de mantê-las sob vigilância, admoestando-as quando necessário. Nesse sentido, sugeria-se a criação de parques infantis e o incentivo às brincadeiras nos quintais de casa.

A partir dessa perspectiva, o prefeito da cidade de Manaus, Antonio Maia, em 1938 anunciou a criação de um parque infantil a ser construído ao lado da Igreja Matriz. Tal investimento destinava-se a oferecer “conforto e assistência às crianças” onde, em um “ambiente higienizado e amplo” poderiam gozar de espaço livre para suas brincadeiras. Com essa finalidade, estaria o dito parque infantil equipado com “aparelhos moderníssimos e distração que tanto carece”<sup>851</sup>.

Tal preocupação evidencia o tipo de entretenimento considerado apropriado para crianças. Uma diversão realizada em espaço próprio que possibilitasse a sociabilidade desses pequenos, com brinquedos considerados adequados a sua idade e a sua formação moral. Nesse sentido, um lugar munido de balanços, escorrega-rega, gangorras e outros equipamentos seriam as formas de entretenimento que afastariam a criança daquilo que era percebido como “vício”. Diferente das brincadeiras de papagaios, bolinhas, pião, etc, que as deixavam expostas. A criação de espaços voltados especificamente para a recreação evidencia a normatização não somente das brincadeiras das crianças, mas também e, principalmente, a normatização dos espaços para elas dedicados na cidade.

A criação de parques infantis era ideia há muito ambicionada pelo Juiz de Menores da cidade de Manaus. Falando sobre a experiência realizadas em outros países, André Vidal de Araújo argumentava que estava havendo muitos investimentos nos parques infantis. Países como os Estados Unidos, a Inglaterra, França, Argentina, Chile e Uruguai e outros mais, estavam se dedicando a construção de parques voltados para a criança, no sentido de reservar-lhes um espaço adequado para sua recreação, retirando-as das ruas. Tais parques, destacava o Juiz, possuíam como finalidades não somente a recreação dos pequenos, mas também a assistência e educação das crianças. Para Araújo, Manaus não possuía condições de construir parques com toda a estrutura observada em outros lugares, pois além das condições financeiras, “no Amazonas a criança ainda é considerada como um trambolho que causa incommodo e que não merece a consideração especial que o

---

<sup>851</sup> Relatório Municipal de Manaus. 1938, p.65.

menino tem em toda a parte do mundo”<sup>852</sup>. O crescimento da cidade, segundo Araújo, estava sendo feito sem se levar em conta os seus pequenos habitantes, as crianças pobres. Estas, de acordo o juiz, eram vistas como “objeto sem valor e como cousa que não tem direito a vida e a alegria”. Para esses pequenos não havia espaços adequados para recreação, sobrando apenas as perigosas ruas que com seus vícios atraía-os para a delinquência<sup>853</sup>.

A criação de parques infantis era preocupação em diversas cidades brasileiras, e ainda que eles fossem uma realidade em algumas cidades, ainda eram considerados insuficientes para propiciar uma recreação adequada aos pequenos. Com essa inquietação a educadora Corina de Castilho, da cidade de São Paulo, também compartilhava da percepção que os parques infantis poderiam evitar que crianças seguissem por caminhos considerados não adequados para aquela idade. Corina cobrava das autoridades maior atenção na construção de parques infantis dedicados a crianças pobres ao invés da atenção dispensada ao carnaval. Enquanto a criança rica possuía diversos meios de diversão encontrados nos clubes sociais, nas viagens e nos diversos brinquedos que possuía, a criança pobre passava a maior parte do tempo na rua, sem ocupação e atenção por parte dos pais que precisavam garantir o sustento da família. Nesse sentido, seria imprescindível que as autoridades paulistanas criassem mais parques infantis a fim de que tais pequenos passassem a receber “instrução, assistência intelectual, moral, sanitária e recreações sadias e produtivas”<sup>854</sup>. A preocupação maior dessa educadora é que as crianças abandonadas recebam orientação nos educandários que as atendiam, enquanto as que não eram consideradas abandonadas pelos pais, passavam apenas parte da manhã na escola, ficando o resto do dia sem ocupação sujeitas aos “males” da rua.

Sendo a rua percebida como espaço de transgressão, da burla, do ócio, o desejado seria que as brincadeiras de crianças se realizassem no espaço da casa. Este sim, o espaço da família onde deveriam prevalecer os hábitos saudáveis e sadios que poderiam incutir nas crianças novos hábitos sociais. Nesse sentido, “seria almejado casas com quintal ou jardim, onde sob os galhos se pudesse pendurar o balanço feito de madeira e corda para alegria das crianças”. Nesses espaços “o correr, o jogar bola, pular corda e outras

---

<sup>852</sup> Relatório Municipal de Manaus. 1938, p.65., n.15. Trabalha sobre parques infantis na cidade de Manaus: Vasconcelos, Kelly Rocha de Matos. Parques infantis no Amazonas: 1940 a 1946. Dissertação de Mestrado em Educação. UFAM: 2018.

<sup>853</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 12 de setembro de 1938. n.15.

<sup>854</sup> Conselho de Assistência e Proteção aos Menores. Manaus, 20 de novembro de 1943. n.180.

brincadeiras seriam permitidas”<sup>855</sup>. Em quintais largos e arborizados, os pequenos poderiam se entreter em brincadeiras condizentes com a infância desejada, aquela infância que produziria bons costumes morais que formariam o futuro cidadão probo e laborioso tão almejado pelas elites brasileiras. As brincadeiras nos quintais de casas possibilitariam uma maior vigilância e orientação para que os futuros cidadãos se tornassem úteis a si e a sociedade. A casa, nesse sentido, se torna o espaço da disciplina e da normatização.

As propostas de sociabilidade pensadas para os filhos das famílias empobrecidas em muito se distanciavam da realidade objetiva dessas crianças. Como pensar em casas saudáveis com quintais amplos, espaços de brincadeiras para as crianças, se, conforme assinalamos anteriormente, as moradias da maior parte da população manauara eram casebres de madeira cobertos de palhas, na maioria das vezes como piso em terra batida? Tais espaços, pequenos, com pouco ou nenhum conforto, muitas vezes eram habitados por mais de uma família. Também assinalamos que parte dos bairros populares da cidade estavam localizados em área alagadiças próximas aos igarapés. Ou seja, as brincadeiras idealizadas para os filhos das famílias empobrecidas da cidade de Manaus, não reverberavam entre essa parcela da população pois as condições materiais por elas vivenciadas não possibilitava a sua aplicabilidade. Por outro lado, havia a recusa deliberada dessas famílias em adotar novas formas de sociabilidade. A rua, vista como espaço da degradação por parte das elites, era o espaço de trabalho e das relações sociais dos filhos dessas famílias. Obrigadas pelas condições econômicas a permanecerem a maior parte de seu dia fora de suas residências, fazendo uso de sua força de trabalho, a rua para essas crianças era o núcleo de suas relações sociais. Era o espaço do trabalho e da brincadeira. Nessas perspectivas, as medidas colocadas em prática pelo Juiz de Menores, André Vidal de Araújo, na tentativa de disciplinarização da infância manauara, por meio da normatização das formas de sociabilidade das crianças e suas famílias, esbarrava nas condições materiais e culturais desses segmentos sociais.

---

<sup>855</sup> Conselho de Assistência e proteção aos menores. Manaus, 18 de dezembro de 1939. n.58.

## Considerações finais

A tese que por hora finalizamos procurou demonstrar que as medidas voltadas para a infância no período varguista tinham como objetivo último a preservação da força de trabalho da criança, como meio de garantir uma maior durabilidade do seu uso. No decorrer desse percurso questões foram colocadas em relevo desvelando as particularidades e contradições desse processo disciplinador, que teve como *locus* de pesquisa a cidade de Manaus.

Diante disso, intentou-se demonstrar que a ideia de um projeto voltado para a infância brasileira não teve suas raízes fincadas somente no governo de Getúlio Vargas. O embrião da preocupação com a infância, envolvendo a criança em seus múltiplos aspectos, se mostrava reiteradamente presente em meados do século XIX, quando diversos saberes científicos voltaram o olhar para a criança no sentido de reduzir o elevado índice de mortalidade dessa parcela da população. Preocupação manifestada nos meios científicos nacional e internacional por meio de encontro acadêmicos, seminários e congressos, que elegeram a criança como a portadora do devir da modernidade, objetivo a ser almejado pelos países europeus e americanos.

Demonstramos que a história da infância amazonense se encontrava entrelaçada não apenas com um contexto maior, o nacional, mas também com um projeto de maior abrangência, de dimensão internacional, tratando-se, portanto, de uma História Conectada. Foi nesse contexto que medidas foram traçadas, embora nem sempre colocadas em prática, no sentido de proteger e resguardar a infância. Medidas essas projetadas, elaboradas e implementadas pelas elites médica, política, intelectual e econômica, que assumiu para si a responsabilidade de indicar caminhos para a infância.

A despeito de gestadas ainda no século XIX, para o caso do Brasil somente a partir do governo de Getúlio Vargas a preocupação com a infância se tornou caso de política governamental. O que não significa dizer que o projeto brasileiro voltado para a infância tenha sido um projeto varguista. Identificamos que bem antes dos anos 1930, profissionais da área médica, professores, juristas e outros setores da sociedade brasileira, chamavam a atenção para a elevada taxa de mortalidade de crianças no Brasil, o que representava em elevada perda de mão de obra. Embora as diretrizes voltadas para a criança tenham sido sistematizadas no Governo de Getúlio Vargas, anteriormente estas vinham sendo elaboradas e indicadas por meio dos encontros científicos realizados. A Getúlio Vargas

coube o papel de orquestrar e conduzir esse gigantesco processo, não deixando de imprimir sua marca pessoal. O que o isenta de ser percebido apenas como mero executor das políticas públicas que para infância se voltaram.

Nesse sentido, o projeto colocado em curso por Getúlio Vargas, percebia ser necessário disciplinar a infância no sentido de garantir melhores meios de vida a criança, resguardando-lhe a saúde, de modo a garantir maior durabilidade dessa mão de obra. Nessa perspectiva, demonstramos como as crianças foram pensados como pequenos construtores da nação e as estratégias de disciplinarização que para ela se voltaram.

Políticas gestadas na Capital Federal e implementadas nas diferentes regiões do país, desconsideravam, não por acaso, as especificidades de seus habitantes, ignorando as pluralidades da infância, percebida como única e homogênea.

A participação de iniciativas de particulares nesse processo foi de fundamental importância, visto a administração pública não ter capacidade organizacional de manter as iniciativas de cunho oficial.

Na cidade de Manaus, assim como nas demais cidades brasileiras, a legislação que regulava o trabalho dos menores não era seguida, levando a permanência de crianças e adolescentes nos exercícios de atividades laborais consideradas inadequadas para suas idades e sexo. Presentes nos mais diversos espaços de trabalho, meninos e meninas, moças e rapazes exerciam longas jornadas de trabalho. Mão de obra preferencial das casas de diversão noturnas, mulheres bem jovens exerciam atividades de garçonetes. Nas fábricas de castanhas, meninas acompanhadas das mães ou irmãs mais velhas contribuía para que a produção diária exigida pelo patrão fosse alcançada. Diante das dificuldades, garantir a moradia e o sustento de seus membros, uso da força de trabalho dos filhos mais novos era recurso a qual as famílias empobrecidas não poderiam prescindir.

Desse modo, uma rede de instituições foi criada, adaptadas, ou ampliadas no sentido de prestar assistência à infância. Assistência essa que muitas vezes se traduziu em forma de reclusão. A precariedade de muitas dessas instituições a transformaram em simples depósito de recolhimento de crianças, visto garantir apenas a retirada de crianças e adolescentes das ruas, enclausurando em estabelecimentos carentes de acomodações necessárias. No interior dessas instituições, o uso da mão-de-obra de meninos e meninas contribuía para a manutenção do estabelecimento e para seu próprio sustento dentro dela.

Na capital amazonense, o projeto de disciplinarização da infância esbarrou nas condições concretas de seus habitantes. Cidade de um passado considerado fáustico por parte da historiografia oficial, vivia as agruras de um declínio econômico da região. Sua diversificada população, em meio ao descaso do poder público, recorria a diversos expedientes no sentido de sobreviver ao elevado custo de vida. Nesse contexto, muitas das medidas voltadas para a infância não ecoaram entre a população, quer por falta de condições estruturais em sua implementação, quer por desconsiderar os modos de vida de seus habitantes. No plano estrutural a questão econômica foi utilizada como entrave para sua materialização. Com uma administração pública mais voltada para interesses particulares, medidas que poderiam oferecer melhores condições de vida aos seus habitantes foram negligenciadas ou apenas parcialmente implementadas.

A população alvo desse processo disciplinador, as famílias empobrecidas, recebiam tais medidas de acordo com sua conveniência. Aquelas que se materializavam em forma de melhor atendimento à saúde pública e melhorias de vida, eram recebidas com agrado, sem, contudo, implicar que essa mesma população abdicasse totalmente da medicina costumeira. Quanto às medidas que se materializavam em forma de repressão e segregação, foram repudiadas com veemência. O que não quer dizer que em diversos momentos essa mesma população não tenha dado configurações diferentes para tais medidas.

Assim intentou-se demonstrar como a criança e a família responderam as medidas saneadoras do espaço urbano que lhes tirava o direito a cidade. Como se deu a recusa dessas crianças em abandonar brincadeiras coletivas na tentativa de restringi-las ao âmbito doméstico. Recusa essa acompanhada por suas famílias que se sentiam invadidas em seus direitos.

Por meio da implementação de políticas públicas de assistência, leis trabalhistas, programas educacionais e outras medidas, se procurava incutir novos hábitos alimentares, novas práticas médicas, novos hábitos de leitura e de sociabilidade por meio da normatização das festas populares e brincadeiras infantis.

Nesse processo, atuação emblemática teve o Juiz de Menores da Cidade de Manaus que atribuindo a si a missão de guardião da infância, engendrou vigoroso combates as formas de fazer das famílias empobrecidas. Movido por ideias da Escola Positiva do Direito e do pensamento religiosos Cristão, moveu verdadeira cruzada contra

o que considerava depravação dos costumes e germe do vício, como exemplo o cinema, o teatro, a literatura infantil, dentre outras. De forma vigorosa foi sua atuação no sentido de reduzir a excessiva utilização da força de trabalho das crianças e os castigos excessivos a elas dispensados. Nesse processo disciplinador, o discurso jurídico teve preponderância em relação ao discurso médico.

Seria equivocado asseverar que na capital manauara o processo de disciplinarização da infância fracassou ou simplesmente não deu certo. Preferimos atestar que na cidade de Manaus, as políticas governamentais gestadas pelo Governo Federal não foram implementadas na forma original. Quer por motivos econômicos, quer por falta de interesse ou vontade política, as mesmas foram implementadas parcialmente, sendo reelaboradas adequando-se à realidade local. Tanto por aqueles que as implementaram quanto por aqueles para quem eram direcionadas.

Intentou-se demonstrar que não foi um processo apenas impositivo, e que o mesmo foi recebido de formas distintas pela população. Quando tais medidas vinham ao encontro das necessidades das famílias empobrecidas, estas as acolhiam. No entanto, quando interferiam nos seus modos de vida, eram recebidas com resistências ou com formas de recusa deliberadas.

Atualmente, próximo a década de vinte do século XXI, instituições disciplinares persistem na cidade de Manaus, como lugar de enclausuramento de jovens e adolescentes. Estabelecimentos superlotados, sem programas de ressocialização ou de prevenção, que mais se assemelham a presídios, permanecem como único destino oferecido aos jovens e adolescentes que infringem as leis.

## Listagem de fontes

- Anais da Assembléia Nacional Constituinte (1933/1934). Volume I-XXI. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro. 1935 – Biblioteca Nacional.
- Anais da Assembléia da Constituição do Amazonas (1935). Arquivo Público do estado do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).
- Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas (1935) IGHA
- Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas (1936) IGHA
- CARRAZONI, André. Perfil do Estudante Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.
- Conselho de Assistência e Proteção aos Menores (1938-1944) – Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.
- Diário Oficial do Amazonas (1930-1945) - Biblioteca Pública do Estado do Amazonas.
- Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Amazonas (1930-1945). Arquivo Público do Estado do Amazonas; Centro Cultural Povos da Amazônia.
- Mensagens de Intendência Municipal de Manaus (1930-1945) – Centro Cultural Povos da Amazônia (C.C.P.A.); Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).
- Mensagem de Interventoria/Governo do Estado do Amazonas (1930-1945) - Centro Cultural Povos da Amazônia (C.C.P.A.); Arquivo Público do Estado do Amazonas
- Programas do Ensino Primário. Manaus: Imprensa Pública (1930, 1932). Arquivo Público do Estado do Amazonas
- Planos-Programas e Indicações do Ensino Pré-Primário e Primário (1934). Manaus. Arquivo Público do Estado do Amazonas
- Panorama da Educação: discurso do Presidente Getúlio Vargas e do Ministro Gustavo Capanema. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro (1937). Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).
- Projeto de Organização de Assistência e Serviço Social do Estado do Amazonas(1941) – Centro Cultural Povos da Amazônia (C.C.P.A.)

- Relatório da Justiça de Menores de Manaus apresentado ao interventor Federal do Amazonas (FEV/1944 a MAR/1945). Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).
- Relatórios do Aprendizado Agrícola do Paredão apresentado ao Interventor Federal do Amazonas (1938/1939/1941). Arquivo Público do Estado do Amazonas.
- Relatório Retrospectivo das atividades do Aprendizado Agrícola do Paredão e do Serviço de Fomento Agrícola (1935-1944). Arquivo Público do Estado do Amazonas.

### **Periódicos**

- A Manhã. Rio de Janeiro (1942). Biblioteca Nacional
- A Tarde. Manaus (1937-1945). Biblioteca Pública do Estado do Amazonas; Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA).
- Correio da Manhã (1931). Rio de Janeiro – Biblioteca Nacional
- Diário de Notícias(1931). Rio de Janeiro – Biblioteca Nacional
- Jornal do Comércio (1930-1945) – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
- Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores (1932-1945) – Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA); Centro Cultural Reunidos (C.C.R.)
- Sintonia (1939-1943.) Manaus - Centro Cultural Povos da Amazônia (C.C.P.A); Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA); Laboratório de História da Imprensa no Amazonas – LHIA (UFAM)
- Victória Régia (1932) Manaus - Centro Cultural Povos da Amazônia (C.C.P.A);

### **Outras Fontes**

- Almanak Cabeça do Leão (1937). Rio de Janeiro. Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas (IGHA)
- Cartilha das Mães (1939)
- Os Bucheiros: um memorial da infância (Livro de Memórias). Manaus:1986

- Evocação de Manaus: como a vi ou sonhei (Livro de Memórias) 2ª edição. Manaus: 2002.
- Manaus, Ruas, Fachadas e Varandas (Livro de Memórias). Manaus:2007.

### **Sites Consultados**

[www.bliotecanacionaldigital](http://www.bliotecanacionaldigital)

[www.biblioteca.presidencia.gov.br](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br)

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.htm>

<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/1558>

[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm)

<http://bv.cultura.am.gov.br/>

## **Bibliografia (teses, dissertações, artigos, obras de referência e de época)**

ABREU, Martha. *O Império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ADORNO, Sérgio. *Os Aprendizes do Poder: o bacharelismo liberal na Política brasileira*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

ALENCAR, Patrícia Maria Garcia. *A Revista O Tico-Tico e a escrita infantil em circulação no encarte Meu Jornal: seus autores e leitores (1935-1940)*. Dissertação de Mestrado. Maringá, 2015.

ALMEIDA, Tunai Rehm Costa de. *Achsenmächte, Potenze dell'Asse, Sujikukoku na Amazônia: imagens, narrativas e representações da Quinta Coluna no Pará (1939-1945)*. 2015. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2015.

ALVAREZ, Marcos César. *A Emergência do Código de Menores de 1927: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores*. São Paulo: Dissertação de Mestrado- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1989.

\_\_\_\_\_. *Bacharéis, criminologistas e juristas: saber jurídico e Nova Escola Penal no Brasil*. São Paulo: Método, 2003

AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AMARAL, Josali do. *Ritmos e Dissonâncias: controle e disciplinarização dos desvalidos indigentes nas políticas públicas do Amazonas (1892-1915)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2011.

ALVES, Hosenildo Gato. *Imprensa e Poder: a propaganda varguista na imprensa amazonense (1937-945)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2009.

ANDRADE, Moacir. *Manaus: Ruas, Fachadas e Varandas*. Gráfica Santa Luzia, 2007.

ARAÚJO, André Vidal. *Proteção à Infância e a Juventude no Amazonas de Hoje: cinco anos em prol da infância desvalida (1935-1940)*. Manaus: Imprensa Pública, 1940.

\_\_\_\_\_. *Organização de Assistência e Serviço Social do Amazonas*. Manaus: Imprensa Pública. 1941

\_\_\_\_\_. *Serviço Social: Problemas sobre a maternidade, infância, juventude, velhice, tuberculose, lepra e todos os desajustamentos sociais*. Manaus: Imprensa Pública. 1940.

\_\_\_\_\_. *A Ociosidade e o Furto na Pre-delinquência infantil em Manaus*. Edições Governo do Estado do Amazonas. Manaus: Editora Sérgio Cardoso. 1965.

- \_\_\_\_\_. *Estudos de Sociologia*. Escola Técnica de Manaus, 1947.
- \_\_\_\_\_. *A Ociosidade e o Furto na Pre-delinquência entre Menores*. Manaus: Imprensa Pública, 1939.
- ARMUS, Diego. Excesos, fadiga laboral y enfermidade. Buenos Aires, 1880-1950). In: *Revista mundos do Trabalho*. Vol.7. nº13. Jan/jun de 2015.
- BARROSO, Iraci de Carvalho. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. In: PRACS: *Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Nº 2. Dez.2009.
- BATALHA, Cláudio H. M. *O Movimento Operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2000.
- BIRN, Anne-Emanuelle. *Child health in Latin America: historiographic perspectives and challenges*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.14 no.3 Rio de Janeiro July/Sept. 2007.
- \_\_\_\_\_. O Nexo Nacional-Internacional na Saúde Pública: o Uruguai e a circulação das políticas e ideologias de saúde infantil (1890-1940). In: História, Ciência, Saúde – Manguinhos, v.13, n.3,p.675-678. Jul/set. 2006.
- BITTENCOURT, Agnello. *Dicionário Amazonense de Biografias: vultos do passado*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.
- \_\_\_\_\_. O Cinema e a Criança. In: *Revista de Educação da Sociedade Amazonense de Professores*. nº 29. Manaus: dezembro de 1938.
- BOLFARINE, Mariana; IZARRA, Laura P.Z (orgs). trad. BOLFARINE, Mariana; VIANA, Maria Rita Drumond; AZEVEDO, Mail Marques de. *Diário da Amazônia de Roger Casement*/edição de Angus Mitchell. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, 2016.
- BULCÃO, Irene. *Investigando as Políticas de Proteção e Assistência à Infância: psicologia e ações do Estado*. Tese de Doutorado. UERJ, 2006.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- CALLOU, Maria Lucirene Souza. *Institucionalização de Crianças pobres em Belém do Pará: práticas de assistência e educação no sistema de internato (1943-1966)*. III CONEDU – Congresso Nacional de Educação.
- CAMINHA, Mônica Cruz. *A serviço de Deus, dos pobres e da pátria: o Abrigo do Cristo Redentor (1936-45)*. Fundação Oswaldo Cruz - Casa de Oswaldo Cruz. s/d
- CANCELLI, Elizabeth. Entre prerrogativas e regras: Justiça Criminal e controle político no Regime Vargas (1930-1945). In: *Cadernos do tempo presente*, n.15, mar./abr.,2014.
- CAMPOS, Ipojuca Dias. *Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais em Belém nas décadas iniciais do século XX (1916 / 1940)*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 2009.

CAMPOS, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)* Dissertação de Mestrado UFAM, 2010.

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e relações familiares na economia da Borracha (Belém: 1870-1920)*. Tese de Doutorado. USP: 2006.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. *O Eldorado dos Deserdados: indígenas, escravos, migrantes, regatões e o avanço rumo ao oeste amazônico no século XIX*. Tese de Doutorado em História Social. São Paulo: USP, 2017.

\_\_\_\_\_. *Nem sina, Nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o território amazônico. (1847-1877)*. Fortaleza, Dissertação de Mestrado em História Social, 2011.

CARRAZONI, André. *Perfil do Estudante Getúlio Vargas*. 2ª edição. Editora A Noite: Rio de Janeiro, 1943.

CARREL, Alexis. *O Homem, esse Desconhecido*. Porto: Editora Educação Nacional. 1936.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Ensino Primário Franquista: os livros escolares como instrumento de doutrinação infantil. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.29, nº57, 2009.

\_\_\_\_\_. *Multidões em Cena: propaganda política no Varguismo e Peronismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COELHO, Maricilde Oliveira. *A escola primária no Pará (1920-1940)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP. 2008.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. In: *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre, editora universidade/ UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. Textos, impressão, leituras. In: Hunt, Lynn. *A Nova História Cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

CORRÊA, Viriato. *História do Brasil para Crianças*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1934.

\_\_\_\_\_. *Meu Torrão: contos da História Pátria*. 3ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1945.

COSTA, Carlos. *O Caminho não Percorrido: a trajetória dos assistentes sociais masculinos em Manaus*. Manaus: 1995.

- COSTA, Deusa. *Quando Viver Ameaça à Ordem Urbana: trabalhadores de Manaus (1890-1915)*. Manaus: Valer, 2014.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As Mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- COSTA, Maria das Graças Pinheiro da. *O Direito a Educação no Amazonas (1933-1935)*. Tese de Doutorado. UFMG: 2001.
- COSTA, Selda Vale da. *Eldorado das Ilusões: cinema e sociedade (Manaus, 1897-1935)*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1996.
- CUNHA, Euclides da. *Amazônia: Paraíso perdido*. Reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.
- CUNHA, Fátima. *Filosofia da Escola Nova: do ato político ao ato pedagógico*. Rio de Janeiro: EDUFF/ PROED. 1986.
- DECCA, Edgar S. de. *O silêncio dos vencidos*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- DIAS, E. M. *A Ilusão do Fausto: Manaus, 1890-1910*. 2.ed. Manaus: Valer, 2003.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Tradução: Ruy Jungmann. Apresentação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1994.2v.
- ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo político no Brasil. In: RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. *A Arte de Governar Crianças*. 2ª ed. São Pulo: Cortez, 2009.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: DIFEL, 1976.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense. 1970.
- FERLA, Luis. *Feios, sujos e malvados sob medida: a utopia médica do biodeterminismo, São Paulo (1920-1945)*. São Paulo: alameda, 2009.
- FERREIRA JR, Amarílio. *História da educação Brasileira: da Colônia ao século XX*. São Carlos: EDUFSCar, 2010.
- FERREIRA, Lucia Marina Puga. *André Vidal de Araújo: pensamento social e sociologia*. (Dissertação de Mestrado). Manaus: Universidade do Amazonas, 2002.
- FILHO, Walter Fraga. *Meninos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. Belo Horizonte: EDUFBA. 1989.
- FONSECA, Cristina M. Oliveira. A Saúde da Criança na Política Social do Primeiro Governo Vargas. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*. Vol.3. Nº 2,1993. p.97 a 116.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. *A Luta dos Soldados da Borracha por Justiça e Reparação*: entrevista com José Ayres de Almeida. Site: <http://www.multimedia.ufpa.br:8080/jspui/handle/321654/1099> acesso: 20 de março de 2016;

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramalhete. Rio de Janeiro: Ed. Vozes 1999.

\_\_\_\_\_. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*: curso no College de France (1975-1976). Tradução: Maria Emantina Galvão. São Paulo: Martins fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *A sociedade Punitiva*. Curso no Collège de France (1972-1973). Tradução Ivone C. Benedetti. São Paulo: editora WMF Martins Fontes, 2015.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições graal, 1979.

FREIRE, Maria Martha de Luna. *Mulheres, mães e médicos*: discursos maternalistas em revistas femininas (Rio de Janeiro e São Paulo, década de 1920). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz. 2006.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva. 2003.

GOMES. Ângela de Castro Gomes. *A Invenção do Trabalhismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. As Aventuras de Tibicuera: literatura infantil, História do Brasil e política cultural na Era Vargas. *Revista USP*. São Paulo, nº 59, set/nov.2003.

GONDIM, Neide. *A invenção da Amazônia*. São Paulo: Marco zero. 1994.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. *Errantes da Selva*: histórias da migração nordestina para a Amazônia. Tese de Doutorado. Campinas, SP: 1999.

GUIMARÃES, Jacqueline Tatiane da Silva. *Os Discursos do Médicos do Estado do Pará nas Teses de “Doutoramento ou Inaugurais” (1929-1954)*: saúde, assistência e educação da infância pobre. Tese de Doutorado. Belém: UFPA, 2016.

HANSEN, Patrícia Santos. *Brasil um país novo*: literatura cívico pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2007.

\_\_\_\_\_. Autores, editores, leitores. O que os livros cívicos para crianças da Primeira República dizem sobre eles? *História (São Paulo)* v.30, n.2, ago/dez 2011.

HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

HANDLIN, Oscar. *A Verdade na História*. São Paulo: Martins Fontes. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

HENRIQUE, Márcio Couto; AMADOR, Luiza Helena Miranda. Da Belle Époque à cidade do vício: o combate a sífilis em Belém do Pará. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.23, n.2, abr-jun. 2016.

- JOBIM, Anísio. *A intelectualidade no extremo norte*. Manaus: Livraria Clássica, 1934.
- KEY, Ellen. *El Siglo de los Niños*. Versión española por Miguel Domenge Mir. Tomo I. Barcelona, 1906.
- KHEL, Renato. *Lições de Eugenia*. 1.ed.1929.
- KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. Ideias Sobre a Educação da Infância no 1º o Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1922. Site: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema7/0749.pdf>
- LACERDA, Franciane Gama. *Migrantes Cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)*. São Paulo: Doutorado em História Social - USP, 2006.
- \_\_\_\_\_; VIEIRA, Elis Regina C. O celeiro da Amazônia: agricultura e natureza no Pará na virada do século XIX para o XX. *Topoi* (Online): revista de história, v. 16, p. 157-181, 2015.
- LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cesar de. (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2003.
- LIMA, Araújo. *Amazônia: a terra e o homem*. 3ªed. Companhia Editora Nacional. 1945.
- LIMA, Frederico Alexandre Oliveira. *Soldados da Borracha: das vivencias do passado às lutas contemporâneas*. Manaus: Editora Valer e Fapeam, 2014.
- LIMA, A.L.G. Maternidade Higiênica: natureza e ciência nos manuais de puericultura publicados no Brasil. In: *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 47, Editora UFPR, 2007.
- LOBATO, Monteiro. *História do Mundo para Crianças*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.1933.
- LOBATO, Monteiro. *Geografia de Dona Benta*. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 2ª ed. 1939.
- LOBO, Marcelo Ferreira. *Liberdade Tutelada: ingênuos e órfãos no Pará (1871-1893)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2015
- LOMBROSO, Cesare. *El delito*. Sus causas y remedios. Ed. Victoriano Suarez. 1902.
- LOPES, Raimundo Hélio. *Um Vice-reinado na República do pós-30: Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 32*. Rio de Janeiro: CEPEDOC, 2014.
- LUNA FREIRE, Maria Martha; LEONY, Vinícius da Silva. *A caridade científica: Moncorvo Filho e o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1899-1930)*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.18 supl.1 Rio de Janeiro Dec. 2011.
- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados a família no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentum, 2007.

MAIA, Maíra Oliveira. *Jogos Políticos na Terra Imatura: as experiências políticas dos Modernistas paraenses (1930-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2009.

MARIANO, Hélvio Alexandre. *A Assistência à Infância e o Amparo à Maternidade no Brasil entre o Público e o Particular (1927-1940)*. Tese de Doutorado. ASSIS (S.P): UNFESP, 2006.

MAROJA, Anísio de Mendonça. *O problema da tuberculose em Belém*. Tese apresentada à Cadeira de Hygiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Belém: 1930.

\_\_\_\_\_. *O problema da tuberculose em Belém*. Tese apresentada à Cadeira de Hygiene, da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará. Belém: 1930.

MARTINS, Ana Paula Vosne. “Vamos criar seu filho”: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. In: *Hist. cienc. saude-Manguinhos*. v.15, n.1, p.135-154, jan/mar. 2008.

MATA, João Nogueira da. *Antiquilhas Manauaras*. 1991.

MATTOS JUNIOR, Admarino Gonçalves. *A Educação de Meninos Desvalidos na Companhia de Aprendizes Artífices do arsenal de Marinha do Pará (1871-1880)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2018.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. *Medicinas populares e “pajelança cabocla” na Amazônia*. In: ALVES, PC., MINAYO, MCS (orgs). *Saúde e doença: um olhar antropológico* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994.

MELLO, Thiago de. *Manaus, Amor e Memória*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1984.

\_\_\_\_\_. *Arte e Ciência de empinar papagaio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1983.

MELO e SOUZA, José Inácio. *A ação e o Imaginário de uma Ditadura: controle, coerção e propaganda política nos meios de comunicação durante o Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, 1990, USP.

MENDONÇA, Reginaldo Simões. *Revista Sintonia: imprensa e poder político no Amazonas (1939-1943)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2015.

MENEZES, Bianca Sotero de. *Imprensa e Gênero: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2014.

MESQUITA. Otoni Moreira de. *Cartilha para Civilizar. Somanlu*, ano 9, n.o 2, jul./dez. 2009.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: DIFEL. 1979.

MIRANDA, Humberto da Silva. *Meninos, Moleques, Menores: faces da infância no Recife (1927-1937)*. Dissertação de Mestrado. UFRPE, 2008.

MONTEIRO, Eloína dos Santos. *Álvaro Maia: uma liderança cabocla*. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Papagaio de Papel*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas-EDUA, 2010.

MONTENEGRO, Rita de Cássia. *A Criação da Escola de Serviço Social de Manaus*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC, 1986.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Parto, *Parteiras e Parturientes*. Mme Durocher e sua Época. Tese de doutorado em História Social. FFLCH/USP. São Paulo, 1998.

MOREIRA, Patrícia Cristina Fincatti. *Getúlio Vargas na Escola Brasileira: materiais didáticos e culto à personalidade no Estado Novo (1937-1945)*. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação). Campinas, São Paulo, 2002.

MOURA, Esmeralda Blanco B de. *Crianças Operárias na Recém-Industrializada S.Paulo*. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Crianças no Brasil*. S. Paulo: Contexto, 1999.

\_\_\_\_\_. Assistência à Infância e a Maternidade na Primeira República: as experiências médico-filantropicas de proteção materno-infantil na cidade do Rio de Janeiro. In: AREND, Sílvia Maria Fávero; MOURA, Esmeralda Blanco B. de; SOSENSKY, Susana (orgs.). *Infâncias e juventudes no Século XX: Histórias Latino-Americanas*. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2018.

\_\_\_\_\_. Meninos e Meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 19, nº37, 1999.

\_\_\_\_\_. O fim, o meio e a forma: o Brasil desejado, a infância e a lei na Assembleia Nacional Constituinte de 1934. In: Mota, André; SCHRAIBER, Lilia Blima. (orgs) In: *Infância e Saúde: perspectivas históricas*. São Paulo: HUCITEC/FAPESP, 2009.

\_\_\_\_\_. *Meninas no Mundo do Trabalho: uma discussão necessária*. In: Cursos e Eventos (Nova Série, 1) Trabalho Feminino e Cidadania, 2000.

MUNIZ, Érico Silva Alves. *Comida, Trabalho e Assistência Social: a alimentação na agenda política brasileira (1939-1947)* Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2014.

\_\_\_\_\_. A Ciência e a Mandioca: os hábitos alimentares na Amazônia e a obra de Dante Costa. *Revista Estudos Amazônicos*. Vol. XI, n.2. 2015.

NADAF, Yasmin Jamil. Essas Revistinhas que se chamavam Almanques. In: *Revista Ecos*. Vol.10, nº 1. 2011.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório a Ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

NIETZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Tradução: Antonio Carlos Braga. São Paulo: Editora Escala, 2007.

- NONATO, Áureo. *Os Bucheiros: um memorial da infância*. 2ªed.SECOM, 1986.
- NUNES, Eduardo Silveira Netto. *Os Primeiros Congressos Panamericanos Del Niño (1916,1919,1922,1924) e a participação do Brasil*. Anais do XIX Encontro regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 de setembro de 2008, Cd-Room.p.1/2.
- OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus: de 1920-1967*. A cidade doce e dura em excesso. Manaus: Editora Valer. Governo do estado do Amazonas/Editora da Universidade Federal do Amazonas.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.
- OLIVEIRA, Rafaela Bastos. *Entre memórias: as experiências dos carregadores e carregadoras da Manaus Moderna e Estação Hidroviária de Manaus (Roadway) (1993-2015)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.
- OLIVEIRA, Walter Pinto de. *Memórias de uma Revolta Esquecida: o Baixo-Amazonas na revolução Constitucionalista de 1932*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2012.
- ORLANDI, Orlando V. *Teoria e Prática do Amor à Criança: A introdução à Pediatria Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1985.
- PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. *O papagaio e o Fonógrafo: os prosadores de ficção na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2010.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político. In: Gomes, Angela Maria de Castro. *Regionalismo e centralização política: partidos e constituintes nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática. 1990.
- PEIXOTO, Priscila Bermudes. *Até que a Eugenia nos separe: raça, saúde e a proposta do exame médico pré-nupcial no Brasil (1918-1936)*. Dissertação de Mestrado. Franca: Universidade Estadual Paulista. 2017.
- PEREIRA, Ivonete. *Crianças e adolescentes pobres à sombra da delinquência e desvalia: Florianópolis (1900-1940)*. Tese de Doutorado. UFPR, 2006.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro (1902-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- PERES, Jefferson. *Evocação de Manaus: como eu a vi ou sonhei*. 2ª Ed. Manaus: Editora Valer, 2002.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os Trabalhadores do Futuro: o emprego do trabalho infantil no Rio Grande do Sul da República Velha. In: *Revista História*. São Paulo. V.14. UNESP, 1995.
- PESSOA, Alba Barbosa. *Infância e Trabalho: dimensões do trabalho infantil na cidade de Manaus (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

\_\_\_\_\_. Meninas nos Mundos do Trabalho: um olhar através da imprensa manauara (1890-1920). In: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (org.) *Gênero & imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.

\_\_\_\_\_. Manaus e a educação para o trabalho: Instituto Afonso Pena. In: SILVA, Francisco Bento; NASCIMENTO, Luciana Marino do. (org) *Cartografias Urbanas: olhares, narrativas e representações*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

\_\_\_\_\_. A educação de meninas para o trabalho na cidade de Manaus: Instituto Benjamin Constant (1890-1920). *La Razón Histórica: Revista hispanoamericana de Historia de las Ideas*. n°30, 2015.

PINHEIRO, Luis Balkar S.P. Revoltas Populares no Grão-Pará (1823-1832). In: *Amazônia em Cadernos*. Manaus: Editora Universidade do Amazonas, n.7/8. 2001/2002.

\_\_\_\_\_. *Nos Subterrâneos da Revolta: trajetórias, lutas e tensões na Cabanagem*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1998.

\_\_\_\_\_; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Mundos do Trabalho na cidade da Borracha: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1930)*. Jundiaí: Paco Editorial. 2017.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Migração, trabalho e etnicidade: portugueses e ingleses no porto de Manaus, 1880-1920. In: *Varia História*, Belo Horizonte, v. 30, Nº 54, set/dez 2014.

\_\_\_\_\_. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. 3.ed. Manaus, Edua, 2015.

\_\_\_\_\_. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. 3.ed. Manaus: EDUA, 2015.

\_\_\_\_\_. (org.) *Gênero & imprensa na História do Amazonas*. Manaus: EDUA, 2014.

PINHEIRO, Luciana de Araújo. *O “Magistrado Paternal”*: o juiz Mello Mattos e a assistência e proteção à infância (1924-1933). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. 2014.

PINTO, Renan Freitas. *Viagem das ideias*. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, 2008.

PORTO, Valdirene Aparecida Pires. *Imprensa, Trabalho e Sociabilidades femininas na Belle Époque Manauara (1890-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.

PRAIA, Benta. *A Crise da Economia Gumífera e o Mundo do Trabalho em Manaus (1910-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.

PRIORE, Mary Del. O Papel Branco, A Infância e os Jesuítas na Colônia. In: *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

RANGEL, Alberto. *Inferno Verde: cenas e cenários do Amazonas*. 5ª ed. Manaus: Valer. 2001.

RECA, Telma. *Personalidad y Conducta del Niño*. Buenos Aires: El Ateneo. 1945.

REGO, Hilton de Oliveira. *Com a Cara e a Coragem: uma aventura através da História*. Rio de Janeiro: HEDRAIOS, 2010.

REVEL, Jacques. Os Usos da Civilidade. In: *História da Vida Privada*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

REZENDE, Ivana Otto. *Os Órfãos do Látex (1897-1923)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2012.

RIBEIRO, Odenei de Souza. *Tradição e Modernidade no Pensamento de Leandro Tocantins*. Manaus: Editora Valer/FAPEAM, 2015.

RICCI, Magda. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. *Revista Tempo*: Niterói, vol.11 no.22, 2006.

RIZZINI, Irma. *Assistência a Infância no Brasil: uma análise de sua construção*. Rio de Janeiro: ed. Universitária Santa Úrsula, 1993.

\_\_\_\_\_ ; RIZZINI, Irene. *A Institucionalização de Crianças no Brasil: percursos históricos e desafios do presente*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

RIZZINI, Irene. *O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 2ª ed. São Paulo Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Pequenos Trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del. (org.) *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

RODRIGUES, Adnê Jefferson Moura. *Infâncias Revistas: Representações de crianças, saúde e educação infantis em revistas ilustradas (Belém, 1919-1930)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2017.

RODRIGUES, José I.L. *O Labor Feminino do Lar a Fábrica: lutas, práticas e representação social (Belém, 1930-1937)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2013.

RODRIGUES, Raimundo Nina. *Métissage, dégénérescence et crime*, publicado nos Archives d'Anthropologie Criminelle, v.14, n.83, 1899. Tradução de Mariza Corrêa Hist. Cienc. Saúde-Manguinhos vol.15 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2008.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *A Higienização dos Costumes: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925)*. Campinas, S.Paulo: Mercado das Letras; São Paulo: Fapesp, 2003.

ROCHA, Marlos Bessa da. *Educação Conformada: a política da educação (1930-1945)*. UNICAMP: 1990.

ROCHA, Martinho da. *Cartilha das Mães*. 7ª edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S/A. 1939.

ROTA JUNIOR, Cesar. *Recepção e circulação de testes de inteligência na Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte (1929-1946)*. Tese de Doutorado. UFMG: 2016.

ROTTERDAM, Erasmo de. *De Pueris (Dos Meninos) A Civilidade Pueril*. Coleção grandes Obras do Pensamento Universal. Editora Escala: São Paulo, 2008.

SÁ ALMEIDA, Ana Beatriz. A Associação Brasileira de Medicina do Trabalho: locus do processo de constituição da especialidade medicina do trabalho no Brasil na década de 1940. *Ciênc. saúde coletiva* vol.13 nº.3. Rio de Janeiro May/June 2008.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade católica. Site: <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/tania.htm>

SANDIN, Bengt. *Imagens em Conflito: infâncias em mudança e o estado do Bem-Estar social na Suécia. Reflexões sobre o Século da Criança*. Tradução Marianne Wifvesson. Revista Brasileira de história. São Paulo. v.19, nº 37, p.15-34. 1999.

SANTOS FILHO, Sebastião Rocha. *A organização do serviço sanitário em Manaus: sanitaristas e suas práticas de intervenção (1891-1920)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2013.

SANTOS JUNIOR, Paulo Marreiro dos. *Criminalidade e Criminalização de Práticas Populares em Manaus, 1906 – 1917*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SANTOS, Alane Carvalho. *O Instituto de Proteção e Assistência a Infância da Bahia: uma instituição educativa de assistência e saúde (1900-1920)*. Tese de Doutorado. UFBA, 2016.

SANTOS, Luciana. *A Arte de Partejar: das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.

SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

SARDÁ, Juliana. *Na Contramão da Lei: a repressão policial e os desviantes da ordem em Florianópolis nas primeiras décadas do século XX*. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC, 2005.

SARMENTO, Paulo. *Problemas do Ensino Profissional do Amazonas*. 1941.

SECRETO, Maria Verónica. *Soldados da Borracha: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no governo Vargas*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

SCHMITZ, Zenaide Inês. *É preciso plasmar na cera virgem, que é a alma da criança, a alma da própria pátria: cartilhas escolares e doutrinação infantil no contexto da Era Vargas (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. UNOCHAPECÓ: 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1917-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Nem Preto Nem Branco, Muito pelo Contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

\_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar & LIMA, Nísia. Trindade. “Do “inferno florido” à esperança do saneamento: ciência, natureza e saúde no Estado do Amazonas durante a Primeira República (1890-1930)”. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, p. 399-415, 2010.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar. *Magia e Religião na Modernidade: os rezadores em Manaus*. Manaus: EDUA, 2002.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Isabel Saraiva. *Mulheres Impressas: amor, honra e violência no cotidiano das mulheres em Manaus, 1932-1962*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2016.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, Ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos de 1930 e 1940. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 29, nº 58. p.441-460. mai-ago. 2016.

SOHIET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: PRIORE, Mary Del. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

SOUZA, Leno José Barata. Evas, Vadios e Moleques: outras histórias da Belle Époque Baré. In: *Canoa do Tempo*. Revista do Programa de Pós-graduação de História da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, v.1, n.1-jan/dez. 2007.

SOUSA, Noélia Alves de. *Sábias Mulheres: uma investigação de gênero sobre parteiras no sertão do Ceará, 1960-2000*. Tese de doutorado, UFRJ, 2007.

SOUZA, Rosana de Fatima Padilha. *Reduto de São José: história e memória de um bairro operário (1920-1940)*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2009.

SPINOSA, Vanessa. *Pela Navalha: cotidiano, moradia e intimidade, (Belém1930)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC, 2005.

STEKEL, Wilhelm. *A Educação dos Pais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1936.

STEPAN, Nancy Leys. *A Hora da Eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005

- TEIXEIRA, Alcemir Arlijean Teixeira. *O Juízo do Órfãos em Manaus (1868-1896)*. Dissertação de Mestrado. UFAM, 2010.
- TORRES, Iraíldes. *As Primeiras-Damas e a Assistência Social: relações de gênero e poder*. São Paulo: Cortez, 2002.
- TRINDADE, Deilson do Carmo. *As Benzedeadas de Parintins: práticas, rezas e simpatias*. Manaus: EDUA. 2013.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros: o mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII*. Manaus: Editora Valer, 2009.
- UHLE, Águeda Bernadete. *Comunhão Leiga: o Rotary Clube no Brasil*. Tese de Doutorado. Campinas: 1991.
- VASCONCELOS, Kelly Rocha de Matos. *Parques Infantis no Amazonas: 1940 a 1946*. Dissertação de Mestrado em Educação. UFAM: 2018.
- VAZ, Aline Choucair. *A Escola em Tempos de Festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. UFMG, 2006.
- VELOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. *Conferências Nacionais de Educação: intelectuais, Estado e discurso educacional (1927-1967)*. Educar em Revista. n. 65, Curitiba: jul./set. 2017.
- VILHENA, C. P. A Família, na Doutrina Social da Igreja e na Política Social do Estado Novo. *Psicologia-USP*, São Paulo 3(1/2), 1992.
- VILLEROY, Augusto Ximeno. *Como se deve povoar o solo amazônico*. In: MIRANDA, Bertino. (org.). *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22 a 27 de fevereiro de 1910)*. Manaus: Palais Royal, 1911.
- VIRTUOSO, Giane e Tatiane do Santos. Cartilha Getúlio Vargas para Crianças: produzindo efeito sobre a infância. Disponível em: [http://www.gedest.unesc.net/seilacs/cartilhagetuliovargas\\_giani.pdf](http://www.gedest.unesc.net/seilacs/cartilhagetuliovargas_giani.pdf)
- VOITECHEN, Fábio. *O Exame Pré-nupcial nas páginas da imprensa jornalística, nas teses médicas e na Assembleia Nacional Constituinte (1926-1934)*. Dissertação de Mestrado. UFSC, 2015.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Marias, Franciscas e Raimundas: uma história das mulheres da floresta Alta Juruá. Acre (1870-1945)*. Tese de Doutorado. USP: 1998.